

José Roberto Cabrera

**O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas
e continuísmos**

Campinas
2008

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Roberto Cabrera

O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e
continuísmos

Doutorado em Ciência Política

Orientador: prof. Dr. Caio Navarro de Toledo
2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C112p **Cabrera, José Roberto**
O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo:
rupturas e continuísmos / José Roberto Cabrera. - Campinas,
SP : [s. n.], 2008.

Orientador: Caio Navarro de Toledo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista do Brasil. 2. Comunismo.
3. Socialismo. 4. União Soviética – História. I. Toledo, Caio
Navarro de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

cn/ifch

Título em inglês: The Communist Party of Brazil and the crisis of socialism:
ruptures and continuities

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Communism
Socialism
Soviet Union - History

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora: Caio Navarro de Toledo, Márcio Bilharinho Naves,
Marcos Del Roio, Jorge Miglioli, Álvaro Gabriel Bianchi
Mendez

Data da defesa: 31-03-2008

Programa de Pós-Graduação: Ciências Política

José Roberto Cabrera

O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuísmos

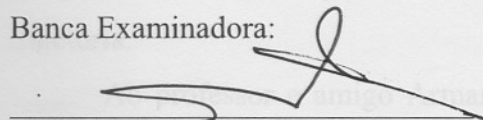
Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do prof. dr. Caio Navarro de Toledo.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada em 26 de março de 2008 pela Banca Examinadora.

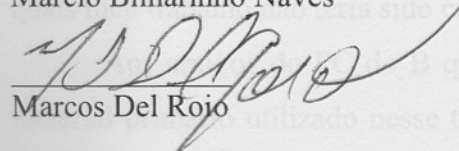
Errata:

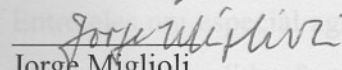
Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada em 07 de abril de 2008 pela Banca Examinadora.

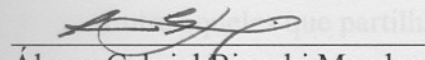
Banca Examinadora:

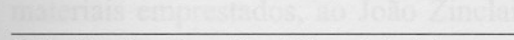

Caio Navarro de Toledo (orientador)

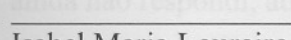

Márcio Bilharinho Naves

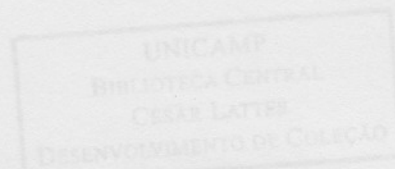

Marcos Del Roio


Jorge Miglioli


Alvaro Gabriel Bianchi Mendez


João Carlos Quartim Kfourri de Moraes


Isabel Maria Loureiro



Agradecimentos

Como disse Mario Prata, uma tese é uma tese. Isto significa muito mais que uma pesquisa e a defesa de uma idéia sobre um determinado tema. Durante uma parte da vida isto torna-se quase que uma obsessão. Além de ocuparmos nosso tempo digerindo textos e articulando parágrafos, obrigamo-nos a escolher, muitas vezes, entre a companhia dos amigos, dos amores, a ação política, o lazer, a paixão e a tese. Ou seja, como ela está pronta em muitas oportunidades ela foi a escolhida. Portanto agradeço a todos os que tiveram paciência e apoiaram minha insanidade neste projeto que é também de todos. Muito embora a responsabilidade pelo que está escrito seja minha.

Gostaria de agradecer aos que desde o princípio me instigaram, apoiaram e me ajudaram com questões e observações que permitiram concluir esta tese.

Provavelmente me esquecerei de alguns aos quais também agradeço, mas depois de alguns anos de trabalho isso era previsível.

Agradeço ao Caio, orientador e amigo, que com muita paciência, argúcia, perspicácia e coerência política e ideológica me auxiliou, assim como no mestrado, nessa trajetória.

Ao professor e amigo Armando Boito Jr. pelas indagações, sugestões e o auxílio sempre presente. Ao professor Márcio Bilharinho Naves pela crítica, apoio e amizade.

Aos funcionários do IFCH, em particular aos do Arquivo Edgard Leuenroth sem os quais meu trabalho não teria sido concluído.

Aos amigos do PC do B que sempre que puderam me auxiliaram na obtenção do material primário utilizado nesse trabalho, em particular o pessoal do Diretório Nacional. Entre eles um especial agradecimento ao Augusto Buonicore pela disposição em discutir e atender meus pedidos fora de hora.

Entre aqueles que partilharam das minhas angústias, tanto da construção do texto do trabalho como com o tema, agradeço à Cleonice pela amizade, apoio, suporte e pelos materiais emprestados, ao João Zinclair por apontar problemas pertinentes, a Silvana que me acompanhou todo este tempo, ao Maurício que sempre apoiou e fez perguntas que eu ainda não respondi, ao Ruy pelo convívio fraterno e pelas cobranças sempre bem-vindas, ao Luciano Martorano por partilhar dos sonhos e pesadelos.

Aos amigos Arnaldo Lemos, Paulo e Walquíria que ajudaram a tornar este período menos árduo e solitário e ao pessoal do Sindicato dos Professores de Campinas que sempre me incentivaram e entenderam minhas ausências.

Ao Alberto Tosi Rodrigues, um grande amigo, que se mantém mais presente do que nunca e a Pi, minha mãe, que estaria orgulhosa.

Ao Chico e à Sonya cujo apoio inestimável não seria possível quantificar, apenas obrigado. Ao meu pai que na sua simplicidade sempre me apoiou.

Ao Victor que foi quem mais contribuiu para que este trabalho pudesse ser concretizado, abrindo mão de seu pai em muitos momentos, deixando sempre pra depois o futebol que podia ser jogado ou o filme que podia ser assistido. Pra ele uma tese seria pequena pra agradecer.

E pra Candinha, companheira no sentido pleno da palavra, com quem divido os sonhos que não envelhecem...

RESUMO

Esta tese apresenta o modo como o Partido Comunista do Brasil reagiu à chamada crise do socialismo e aos eventos que puseram fim à União Soviética.

O PC do Brasil firmou-se historicamente como organização marxista-leninista vinculado à tradição da Internacional Comunista. Sua identidade política e ideológica consolidou-se em oposição ao chamado revisionismo contemporâneo, identificado com os rumos empreendidos na URSS após o XX Congresso do PCUS. Este processo aproximou-o das críticas do Partido Comunista Chinês e do Partido do Trabalho da Albânia.

Na década de 1980 a crise soviética foi avaliada como o resultado da crescente integração da URSS no mundo capitalista e das políticas ‘social-imperialistas’ por ela aplicadas, caracterizando o regime soviético como um tipo de capitalismo de Estado.

Em 1991, na medida em que a crise se expandiu sobre a Albânia, exemplo de coerência e de fidelidade ao marxismo-leninismo na opinião do PC do B, as formulações teóricas em torno do revisionismo passaram a ser reavaliadas.

No seu VIII Congresso em 1992, o PC do B inovou ao criticar a experiência bolchevique. Reafirmou sua adesão ao marxismo-leninismo e ao socialismo, traçando caminho distinto de várias outras organizações comunistas pelo mundo.

Durante este processo, o PC do Brasil oscilou entre uma abordagem que apontava a luta de classes como responsável fundamental das transformações operadas no interior do regime soviético, enquanto de outro lado, manifestava uma tendência economicista, situando os problemas do socialismo em torno do imperativo do desenvolvimento das forças produtivas. Em certa medida, desviou-se do debate desses temas fundamentais ou, quando o fez, tratou-os de maneira marginal, mantendo um conjunto perguntas sem respostas e submetendo constantemente as formulações teóricas às exigências da conjuntura política, potencializadas por uma institucionalização crescente no sistema político.

ABSTRACT

This thesis intend discuss the used ways by the Communist Party of Brazil (PC of B) in order to respond to the socialism's crisis and to the events that finished with the Soviet Union.

The PC of B historically affirmed itself as a Marxist-Leninist organization tied to the International Communist tradition. Its politics and ideological identity was consolidated as opposition to the called "contemporary revisionism", at the same time the cited studied party identified itself with the USSR's route with was adopted after the XX Congress of the Soviet Communist Party. This process brought its position to Chinese Communist Party and the Labour Party of Albania's critics.

In the eighties, the Soviet crisis was evaluated as a consequence of the progressive integration of the USSR in the capitalist world, and as its social-imperialists practices resulted in to characterize the Soviet regime as a model of capitalism's state.

In 1991, the Soviet crisis has expanded to the Albania (example of coherency and loyalty to Marxism-Leninism by PC of B evaluation); as result of it, the theoretical formulations around the revisionism starting to be reevaluated.

In its VIII Congress (1992), the PC do B innovated when criticized the Bolshevik's experience. It reaffirmed its loyalty to Marxism-Leninism and socialism, adopting particular way in opposition to several other communist organizations around the world.

During its process, the PC of B ranged between approaches that have pointed the struggle of classes as a fundamental responsible by changes that occurred in the Soviet regime, while on the other hand, approaches that used an economics' tendency evaluation, putting the socialism problems as the consequence of development of the productive forces and its imperatives.

Amazing piece of fortune, or not, the PC of B got out from discussion about these essential issues, or, when did it, approached them superficially, using a marginal way, keeping stronger questions without answers and keeping the theoretical formulations constantly under the local political demands, enhanced by a growing institutionalization in the political system.

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
RESUMO.....	9
ABSTRACT	11
SUMÁRIO.....	13
O socialismo morreu, viva o socialismo!.....	15
As razões do PC do Brasil	17
História e teoria	18
 Parte I – História e Identidade Política	 23
Capítulo 1. A esquerda em frente ao espelho.....	25
Os caminhos da esperança.....	26
Formulação teórica e desafios políticos.....	29
A difusão do modelo	41
Integração e desintegração	44
Um balanço teórico.....	53
O fim do bloco soviético e o PC do Brasil	62
 Capítulo 2. A trajetória dos comunistas e o caminho do PC do B	 67
Os caminhos da revolução: legalidade e radicalização	76
O XX Congresso do PCUS e a Declaração de Março de 1958	81
A cisão dos comunistas e o surgimento do PC do B	90
 Capítulo 3. A construção da identidade política do PC do Brasil.....	 95
Revisionismo e revisionismo.....	96
O resgate da história e a crítica ao XX Congresso do PCUS	99
A delimitação ideológica com o revisionismo contemporâneo: primeiras abordagens .	102
As transformações na União Soviética.....	108
As classes sociais.....	110
O papel da pequena burguesia.....	118
O enigma do Estado Soviético	121
O significado da política externa soviética para o PC do B	125
A crítica chinesa e o lugar do maoísmo.....	129
Implicações estratégicas	141
O afastamento do maoísmo	149
A retomada das mobilizações sociais e a ruptura política com a China.....	155
Novas rupturas: o revisionismo chinês.....	165
 Parte II – O olho do furacão	 169
 Capítulo 4. O dobre de finados da União Soviética.....	 171
O olhar dos comunistas do PC do B	174
A Perestroika e a confirmação da tese.....	178
As primeiras avaliações	183
O farol que se apaga: a queda da Albânia e a contaminação do marxismo-leninismo...	192

Capítulo 5. O que fazer? O VIII Congresso do PC do B e de novo o espelho.....	201
O debate interno: para onde ir?.....	213
Balanço histórico e teoria da transição	216
A crítica à experiência socialista (a crítica dogmática ao dogmatismo).....	220
O lugar de Stalin	222
A defesa dos princípios	226
O Programa Socialista e a busca da unidade	232
A Estrutura do Programa Socialista	246
Um balanço.....	257
 Considerações finais	 263
Os efeitos da crise.....	267
Os nós teóricos	271
Reforma ou revolução?.....	272
O revisionismo como fenômeno histórico.....	273
A questão do maoísmo	275
O lugar da Albânia.....	277
A questão de Stalin	278
A questão do Estado	286
O regime político e o lugar do partido.....	287
Balanço Global e Perspectivas	287
 Bibliografia.....	 297
 ANEXOS:	 313

O socialismo morreu, viva o socialismo!

Aqueles que nasceram e cresceram na segunda metade do século XX tiveram em seu subconsciente uma marca binária: um mundo dividido entre o socialismo e o capitalismo, entre as áreas de influência soviética e norte-americana, entre o “bem” e o “mal”, que variavam de acordo com a adesão a uma ou outra ideologia dominante. Embora existissem graus variados de intervenção política, militar, econômica e ideológica, a maioria dos indivíduos que teve algum tipo de formação política ou acadêmica nunca deixou, em algum momento de sua vida, de se perguntar sobre o futuro sem considerar o pretensão equilíbrio que se estruturou pós II Guerra Mundial.

Embora nessa bipolaridade fossem mais visíveis seus critérios geopolíticos relacionados à sobrevivência dos blocos em contenda, o componente ideológico e simbólico inerente sempre teve grande destaque.

No entanto, aquele quadro de forças ideológicas não mais existe, nem o equilíbrio dali decorrente é hoje fator de reflexão de fundo, embora permaneçam importantes arsenais militares espalhados pelo planeta. No entanto, a novidade consiste na inexistência de um critério ideológico capaz de delinear as opções políticas em nível internacional, nem tampouco produzir efeitos sobre os movimentos sociais no interior de cada país.

O fim da União Soviética em princípio da década de 1990, ao mesmo tempo em que encerrou uma etapa histórica, abriu possibilidades de novas rupturas teóricas no interior do marxismo, particularmente em relação aos padrões instituídos pela tradição soviética. Muito embora existissem importantes tradições políticas vinculadas ao *ethos* socialista desvinculadas tanto da União Soviética como da tradição cominterniana.

A reconfiguração política internacional, instituída a partir da ação dos Estados Unidos e de novas referências institucionais, não eliminou as contradições e conflitos no interior do sistema, mas revestiu-os em torno de novas demandas, onde o critério ideológico apresenta-se cada vez mais marginal.

O fim da União Soviética foi apresentado como o início de uma nova era, uma ordem amparada na tese do fim da história e dos embates ideológicos e da supremacia da liberdade individual realizada nos marcos do mercado. No entanto, a oposição entre o capitalismo liberal, estruturado na expropriação do trabalho e na realização das virtudes

humanas no âmbito do mercado, e o socialismo, sob os auspícios do autoritarismo e da imobilidade social soviética, já haviam esvaziado os regimes e Estados dominantes da bipolaridade de seus eixos ideológicos.

Os partidos e movimentos vinculados, direta ou indiretamente, às concepções de socialismo dominantes no bloco soviético, na China e em Cuba sofreram derrotas políticas importantes, visíveis nos resultados eleitorais obtidos pelos comunistas em várias partes do mundo após a queda da URSS. No entanto, do ponto de vista teórico e político, o marxismo, em suas mais variadas vertentes, verificou uma significativa retomada, produzindo análises e avaliações que o credenciam como instrumental teórico e político de grande amplitude.

A partir de meados da década de 90 houve um aumento expressivo do número de publicações acadêmicas, encontros, seminários, com objetivo explícito de retomar o marxismo numa nova quadra do desenvolvimento do capitalismo.

Logo após o vendaval que assolou o Leste europeu entre 1988 e 1992, muitos partidos e movimentos de esquerda produziram análises, autocríticas e redefinições e mantiveram-se com razoável influência política. Outros se reorganizaram, se repensaram teoricamente, procuraram novas formas de intervenção e conduzem lutas importantes, enquanto os espaços de ação política transitam cada vez mais em direção à inovação e à criação, distanciando-se da institucionalidade e vinculando-se aos movimentos sociais.

Nosso objetivo central é entender os caminhos traçados pelos comunistas no Brasil e o modo como reagiram aos acontecimentos que puseram fim às experiências européias associadas ao socialismo, ao mesmo tempo em que mantiveram a perspectiva de luta pelo comunismo e o vínculo teórico ao marxismo-leninismo.

Essa tese, portanto, é um trabalho sobre a teoria do socialismo e seu entrelaçamento com a prática cotidiana de dirigentes, militantes e intelectuais que atuam numa realidade dinâmica, submetida aos defeitos e virtudes de um país de peculiar desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Embora os efeitos tenham atingido de maneira distinta os vários grupos, partidos e tendências políticas, concentramos nosso estudo sobre o Partido Comunista do Brasil, PC do B, fundamentalmente pela singularidade de sua interpretação sobre a crise, pela

permanência teórica em torno do marxismo-leninismo e pelos vínculos históricos estabelecidos com as experiências revolucionárias.

As razões do PC do Brasil

Entendemos que no Brasil o Partido Comunista manteve estreita relação com os eventos internacionais sendo, muitas vezes condicionado pelos desenvolvimentos políticos vividos pelos comunistas de outras partes do globo. No entanto, apesar dessa influência originária, entendemos que a ação dos comunistas no Brasil reservou importantes espaços para interpretações teóricas e formulações políticas autônomas e originais ao longo de sua história, estimulando uma relação dialética na sua interação com o movimento comunista internacional e sua inserção concreta na vida política nacional, entre as formulações estratégicas mundiais e os arranjos cotidianos.

Embora o marxismo e a tradição comunista sejam parte da herança política e teórica de um conjunto de organizações políticas, entendemos que a especificidade do PC do B justifica sua escolha como ponto de reflexão fundamental.

Como veremos, na história do PC do B, o processo auto-denominado de reorganização empreendido em 1962 inicia uma trajetória única enquanto organização. A ruptura política com a URSS em 1963, a aproximação com os chineses e o posterior afastamento em final dos anos 1970, por si só, justificariam seu estudo. No entanto, a crítica ao revisionismo como elemento angular de sua identidade política-ideológica singulariza sua interpretação sobre os regimes do leste europeu e a crise que os engolfou.

Ainda nesse contexto, o PC do B experimentou uma expansão de sua área de influência, mantendo seus vínculos teóricos com o marxismo-leninismo e sua história associada tanto ao PCB como em relação a URSS anterior a 1956.

A reafirmação de princípios, sem desconhecer o quanto a crise produziu de efeitos sobre a ação dos comunistas no mundo inteiro, marcou a ação do PC do B ampliando a influência sobre militantes, dirigentes e movimentos egressos de outras organizações, assim como estabeleceu novos vínculos e abordagens com organizações e movimentos de outras partes do globo.

Como veremos ao longo do trabalho, a manutenção dos referenciais e a inovação em suas formulações teóricas e práticas políticas não se deram sem contradições, principalmente se considerarmos a crescente integração sistêmica e institucional em que o PC do B se encontra.

Tal escolha permite não pensar apenas a dinâmica de um partido comunista, suas contradições e conflitos teóricos e os dilemas de sua inserção nas instituições da democracia liberal, mas entendê-los como parte de um processo mais amplo de redefinições e readequações resultantes do encerramento de um primeiro ciclo de experiências políticas comandadas por partidos e movimentos que, com graus variados, se propuseram a se constituir como alternativas ao capitalismo dominante.

Dessa forma, o estudo sobre uma organização como o PC do B permite-nos compreender desafios que são postos não apenas a um partido comunista que atua nos marcos do Estado liberal democrático e que aspira sua superação, mas as organizações de esquerda e ao marxismo de uma maneira geral.

História e teoria

Esta tese está estruturada em torno do debate político e teórico sobre o socialismo e seu entrelaçamento com a história de uma organização. Procuramos recorrer ao processo histórico como forma de entendimento do desenvolvimento teórico das formulações dos comunistas do PC do B.

Nesse processo pudemos observar uma prática que, embora diluída no tempo, mostrou-se estrutural na ação do Partido Comunista do Brasil, onde as formulações teóricas subordinam-se aos ditames da conjuntura, cumprindo, muitas vezes, importante papel no coescionamento partidário, mas que limitam o desenvolvimento teórico, o surgimento de novas concepções e a resolução de novas questões, ao mesmo tempo em que empurram para o futuro o debate de problemas teóricos fundamentais do marxismo.

O fim do regime soviético teria demonstrado o acerto geral da tese anti-revisionista do PC do B, mas a queda subsequente da Albânia revelou a fragilidade da interpretação até então defendida e até hoje não debatida profundamente.

A construção da identidade revolucionária do PC do B pós-reorganização em 1962 deu-se pela demarcação de terreno com o “reformismo pacifista” e, depois de 1963, com o

“revisionismo soviético”. Tais elementos que haviam sido de fundamental importância para a singularização da proposta política do partido, tanto interna como externamente, cumpriram importante papel, mas tiveram sua capacidade explicativa questionada com a crise soviética.

Sustentamos que a crítica ao revisionismo necessitava de uma avaliação mais aprofundada do regime soviético no período anterior ao XX Congresso de PCUS em 1956, capaz de identificar nas relações de produção e de poder político ali dominantes, o caráter do novo Estado e dos conflitos ali existentes. No entanto, a construção da identidade marxista-leninista exigia a recuperação do élan revolucionário dos primeiros bolcheviques.

Nesse sentido, a crítica baseada no revisionismo mostrou-se insuficiente por prender-se aos resultados e não às causas do fenômeno. Apontava a mudança de orientação política e ideológica da direção do PCUS, indicando a permanência de idéias estranhas à teoria do proletariado no interior do Estado sem indicar suas bases sociais. Situava, portanto, a mudança na superestrutura, indicando razoável grau de autonomia, descolado das determinações da base material.

A necessidade de buscar nas relações sociais de produção a origem dos fenômenos se pôs de maneira pendular nas formulações teóricas do PC do B: enquanto as abordagens críticas ao período da ‘construção socialista’ pudessem significar revisões em relação a Stalin ou pudessem apresentar riscos à unidade ou à construção da identidade ideológica do partido, as análises sobre as classes sociais e sua reprodução no interior da sociedade soviética foram temas interditos. No entanto, quando ocorre o desmoronamento daqueles regimes, incluindo a Albânia, a abordagem mostrou-se necessária, ainda que seu desenvolvimento tenha sido controlado.

Apresentamos esta tese em duas partes: a primeira que busca avaliar as abordagens sobre a crise soviética e a construção da identidade política do PC do B. A segunda parte deste trabalho trata da crise soviética e sua relação com o PC do B.

O percurso desse trabalho passa por uma avaliação teórica da crise soviética e seus desdobramentos e do lugar que o PC do B ocupou na avaliação crítica desse período. O primeiro capítulo trata dessa questão.

Em seguida, procedemos a uma abordagem histórica e ideológica do PC do B. No segundo capítulo nos concentramos na história comum reivindicada pelos comunistas e

buscamos compreender, a partir da dialética entre os determinantes nacionais e internacionais das formulações do partido, os caminhos que permitiram o surgimento de duas organizações comunistas em princípio dos anos 60.

O rompimento com a maioria do PCB, a crítica ao revisionismo e a subsequente aproximação com o maoísmo e com a Albânia, alicerçados numa interpretação do marxismo-leninismo, constituíram os pilares da identidade política do PC do B. Abordamos este processo e seus desdobramentos teóricos, políticos e estratégicos no capítulo 3.

O modo como o PC do B analisa o desenvolvimento da crise política e econômica e os eventos que permitiram a entropia do regime soviético são avaliados no capítulo 4.

A análise dos debates do VIII Congresso e os efeitos políticos e teóricos mais visíveis podem ser observados na elaboração do Programa Socialista, o qual se propõe atualizar as formulações em torno da luta pelo socialismo no Brasil, apontando a superação do esquema etapista herdado da Internacional Comunista. Entendemos que aqui se encerra um ciclo nas formulações teóricas do PC do B sobre o socialismo que, ao mesmo tempo, estabelece um limite cronológico ao nosso trabalho. A avaliação teórica dessas formulações está no capítulo 5.

Por fim, no último capítulo realizamos um balanço global da evolução teórica do PC do B sobre o tema do socialismo, da crise e do papel do revisionismo.

De um modo geral, procuramos recorrer aos materiais originais do PC do B para reconstituirmos esta trajetória e identificarmos as permanências das principais tensões teóricas. Os documentos oficiais, como manifestos, resoluções de conferências, congressos etc., artigos assinados pelos membros da direção executiva, artigos da imprensa partidária e aqueles publicados nos debates preparatórios dos Congressos foram os principais materiais consultados e expressam, no interior da tradição leninista, as abordagens dominantes no interior da organização.

Embora tenhamos consciência do fato de termos deixado de fora dessa reflexão um conjunto de opiniões divergentes e que também são parcelas importantes do pensamento comunista, optamos por esta abordagem considerando os efeitos da ação do PC do B que se constituiu como principal referência desse campo, tanto no aspecto institucional como no de sua inserção social.

A não-sistematização de entrevistas e das opiniões divergentes deveu-se ao caráter por vezes apaixonado e unilateral que poderiam assumir no confronto com as deliberações dominantes. No entanto, isso não hierarquiza opiniões, mas delimita apenas a área de abordagem do presente trabalho, deixando em aberto os diálogos possíveis.

Naturalmente não esgotamos respostas em relação ao PC do B nem aos desafios postos à luta anti-capitalista, por que temos consciência de não termos formulado todas as perguntas. Põem-se hoje uma infindável gama de questões que estão no cerne da teoria marxista e da práxis política daqueles que insistem em não acreditar em um destino previamente traçado nem em um demiurgo adormecido.

Entre elas, será que podemos afirmar que as transformações operadas no mundo do trabalho – tanto na produção como na distribuição geográfica do capital – que produziram efeitos sobre a organização, a solidariedade, as lutas e as perspectivas das classes e do proletariado, em particular, solaparam os parâmetros nos quais as organizações marxistas se construíram?

A luta anti-sistêmica ainda é capaz de mobilizar parcelas ativas da sociedade em torno de ideais de igualitarismo político e social, liberdade, solidariedade social cooperação para além do corporativismo? Os padrões de sociabilidade dominantes sob o capitalismo neoliberal podem ser revertidos estruturalmente ou estamos a eles definitivamente aprisionados?

A histórica luta, de inspiração marxista, pela instituição de uma sociedade socialista que aspira a extinção do Estado, num quadro de superação das classes sociais e seus conflitos e contradições, pode ser percebida como objetivo estratégico ou estamos atados definitivamente a uma visão fetichizada do Estado, transformado em objeto de desejo?

A essas perguntas poderíamos acrescentar uma série enorme de indagações levantadas a partir das experiências de construção socialista e do modo como se encerrou seu ciclo. No entanto, o aparente triunfo do modo de produção capitalista não demonstra perspectiva de resolução de suas principais contradições, nem tampouco aponta saídas para novos e não menos importantes conflitos. Conflitos que não opõem apenas interesses de classe reorganizados e amplificados em escala planetária, mas que reascendem sentimentos e identidades – como os nacionalismos, racismos, sexismos, fundamentalismos religiosos etc. – que se pensavam historicamente superadas.

A expansão das relações mercantis para novos espaços e a penetração do modelo produtor de mercadorias em nível global reduz cada vez mais a capacidade de reprodução tanto do sistema como das condições vitais da reprodução humana.

Assume, portanto, uma dimensão contemporânea a crítica anunciada por Marx ao capital ao apontar a necessidade de superação da alienação, não apenas como reapropriação do resultado de seu trabalho, liberado do aprisionamento do mercado, mas no controle de suas reais necessidades.

Tais questões transitam, necessariamente, por temas axiais ao modo de produção capitalista e suas respostas encerram o dilema que opõe as opções entre socialismo ou barbárie, desdobramento visível num futuro nem tão distante.

Parte I – História e Identidade Política

Capítulo 1. A esquerda em frente ao espelho

Este capítulo apresenta uma reflexão geral sobre o significado da crise do bloco soviético e seus desdobramentos sobre o Partido Comunista do Brasil, ao mesmo tempo em que busca utilizá-la como referência para a compreensão de seu processo de desenvolvimento teórico e político.

Para isto o texto foi assim estruturado: em primeiro lugar, situamos historicamente a importância e o significado da Revolução de Outubro para o movimento comunista, tanto do ponto de vista teórico como político e ideológico. Embora isso por si só demandasse uma tese monográfica, detivemo-nos apenas em torno de seus principais pontos de referência teóricos que, de algum modo, auxiliaram na constituição do universo político da tradição comunista e que se articularam ao longo do processo soviético com elementos que nos permitem compreender os principais desafios postos pela chamada “*crise do socialismo*”.

Esses pontos de reflexão se relacionam, fundamentalmente, com a concepção de Estado, a relação entre as classes sociais, o conteúdo do Estado que emerge da Revolução de Outubro e os pilares sobre os quais se assenta o modelo de revolução defendido pela III Internacional.

No segundo bloco de reflexões apresentamos, em linhas gerais, o processo de ruptura que configurou o fim da URSS e das experiências das Democracias Populares na Europa. Esta avaliação contém um balanço das principais abordagens sobre os desdobramentos que precipitaram o reordenamento estatal europeu no começo da década de 90, que encerrou um processo histórico e projetou sua crise sobre um conjunto de organizações e movimentos de orientação socialista pelo mundo.

Por fim, situamos nosso objeto de estudo, o Partido Comunista do Brasil, que, em função de seus vínculos históricos e ideológicos com o marxismo-leninismo e com a experiência soviética, permite-nos compreender os conflitos e contradições que emergem numa organização de peculiar trajetória ideológica em função da crise que põe fim ao bloco soviético. Além disso, merece destaque o fato do PC do Brasil reafirmar diante da crise seu vínculo teórico com o marxismo-leninismo, num quadro de desagregação ideológica, onde

muitos movimentos e partidos políticos que compartilharam a matriz histórica optaram pela reestruturação em torno de perspectivas ‘reformistas’ ou ‘liberais-democráticas’.

Os caminhos da esperança

A Revolução Russa de 1917 foi resultado de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos que permitiram sua transformação num dos principais eventos do século XX. Surgida no rastro da penúria e do descontentamento com a I Guerra (1914-1918), fruto da crise do capitalismo e do desenvolvimento de sua forma imperialista, a Revolução de Outubro evoluiu como parte da revolução proletária mundial, a qual deveria ter nas principais economias capitalistas do mundo seu cenário principal. Os bolcheviques, que com sua proposta de paz ganharam as simpatias de parcelas significativas da sociedade russa, angariaram apoio entre os camponeses, soldados e operários, permitindo, diante de uma burguesia vacilante e desorganizada, a consolidação de um novo poder de Estado.

As divergências entre os bolcheviques e a Internacional Socialista e o insucesso das revoluções na Alemanha, Itália, Hungria etc. no imediato pós-guerra, isolou a Revolução Russa, que se ocupava da guerra civil e do cerco imperialista. Ao mesmo tempo, internamente os comunistas russos conviveram com o acirramento das disputas no seio do movimento operário, entre socialistas revolucionários, mencheviques e anarquistas opondo ‘social-democratas’, considerados pelos comunistas e anarquistas como ‘traidores’ reformistas e chauvinistas co-responsáveis pela guerra; ‘anarquistas’ considerados pelos bolcheviques como ‘sabotadores’ do novo Estado operário e ‘comunistas’, acusado por ambos de dogmáticos e autoritários.

Após a vitória na guerra civil, as disputas internas consolidaram o poder em torno dos comunistas que puseram termo a qualquer possibilidade de alternativa política e organizativa no interior do movimento, exportando o modelo leninista de partido, traduzido pelas 21 condições de adesão à Internacional Comunista que, em certa medida, limitou e impediu qualquer possibilidade de rearticulação com anarquistas e social-democratas e possibilitou a consolidação da hegemonia russa na IC.

Após a morte de Lênin em 1924 e frustrada as revoluções na Europa, o acirramento dos conflitos teóricos e das disputas políticas no interior do partido bolchevique reforçou a posição de Stalin em torno de sua tese da possibilidade de vitória do ‘socialismo num só

país', imprimindo um projeto de desenvolvimento autônomo, ao mesmo tempo em que isolava e eliminava seus adversários políticos no movimento.

Moscou, transformada em capital pelos soviéticos, tornou-se centro da revolução mundial e os partidos comunistas filiados à Internacional Comunista seus intérpretes e representantes em todas as partes do globo, transformando organizações, em muitos casos com pequena expressão teórica e política e pouca representatividade social, em protagonistas axiais da revolução.

O crescimento econômico verificado na URSS na década de 30, alicerçado numa perspectiva produtivista e de alto custo social, se contrapôs à permanência da crise nos principais centros econômicos do mundo capitalista. O esforço empreendido para a criação das bases materiais do socialismo foi o artifício ideológico capaz de manter – junto com a força e o terror – a mobilização interna da força de trabalho e a solidariedade dos partidos da base do Comintern¹.

Em termos das estratégias mundiais do movimento comunista, pouco a pouco os interesses do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, foram se impondo e passaram a ser identificados com os do movimento revolucionário como um todo, transformando a Internacional Comunista, ao longo dos anos 30, de pólo irradiador da revolução em intérprete dos interesses do Estado soviético.

Em que pese haver introduzido no movimento socialista uma preocupação mais constante com as áreas fora da Europa e, ao mesmo tempo, formulado políticas em torno da questão colonial, as orientações da Internacional Comunista imprimiram, principalmente ao longo da década de 30, políticas que traduziam as principais expectativas do Estado Soviético. Exemplos podem ser evidenciados nas orientações da Internacional Comunista na China em meados da década de 20, durante a Guerra Civil Espanhola, nas mudanças de

¹ A Internacional Comunista foi criada em abril de 1919 num Congresso que reuniu 52 delegados de 35 organizações em 22 países. Eley, G. afirma que “Num apelo à Europa feito pelo rádio na noite de Natal de 1918, os bolcheviques convocaram abertamente o apoio à ‘Terceira Internacional’” (ELEY, 2005: p. 221) O ímpeto de sua criação partia da avaliação de que rapidamente a onda revolucionária se espalharia para outras partes da Europa e que havia a necessidade de uma organização ágil e capaz de dirigir as novas áreas de ruptura com o capitalismo. Dentro desse espírito forjou-se um modelo de organização, apresentado em seu Segundo Congresso, o qual demarcava terreno com os partidos da tradição da Segunda Internacional. No entanto, após os reveses vividos pelas experiências revolucionárias da Hungria, Alemanha, do biênio rosso no Itália, etc., a Terceira Internacional passou a avaliar que sua transferência sonhada para outra capital revolucionária no centro do continente Europeu, como Lênin, Trotsky e Zinoviev afirmavam, tornava-se cada vez mais distante.

postura com a articulação das frentes populares, nos acordos celebrados pelo Estado soviético antes da eclosão da II Guerra Mundial e, inclusive, a interferência soviética sobre os processos de liberação na Europa com o fim da II Guerra produziram uma crescente limitação de autonomia dos partidos comunistas nacionais e uma transferência progressiva e contínua de poder da Internacional Comunista para o PCUS e dentro dele para Stalin, submetendo, no período, os interesses do movimento comunista à lógica do Estado soviético.

De acordo com Spriano (1987), a transformação do PCUS em principal referência do movimento comunista se deu simultaneamente ao esvaziamento dos fóruns da Internacional Comunista e sua *bolchevização*, de reafirmação do papel dirigente do PCUS, da União Soviética e de Stalin na direção do movimento. A divulgação do livro, sob orientação de Stalin, *História do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética* em 1938, a assinatura do pacto de não-agressão com a Alemanha em 1939, a dissolução do Comintern em maio de 1943 e o surgimento, já na esteira da Guerra Fria e dos acordos de Teerã e Yalta, do Cominform (Bureau de Informações dos Partidos Comunistas e Operários) em 1947 deitam as condições dessas mudanças.

Respeitadas as peculiaridades locais, o processo de esvaziamento do Comintern e a posterior submissão dos Partidos Comunistas nacionais às orientações advindas de Moscou num ritmo de institucionalização crescente, cada vez mais submetidas às demandas do Estado soviético, repetiu, guardadas as devidas proporções, a centralização e o esvaziamento dos órgãos do poder popular operados no interior da União Soviética.

Além da dinâmica interna do processo revolucionário, que radicalizou as tensões, divergências e disputas políticas tanto no interior do Partido bolchevique como em relação aos socialistas-revolucionários, mencheviques e anarquistas, o isolamento político a que foi submetido o novo Estado, a guerra civil e as ações imperialistas contribuíram para o desenvolvimento da Revolução num determinado sentido.

Este período de mais de 70 anos, que separaram a vitória dos bolcheviques em 1917 do final melancólico da URSS, foi acompanhado diretamente por todos os militantes socialistas, comunistas, por trabalhadores sem vinculação política ou mesmo ideológica, por intelectuais, políticos e religiosos que, de acordo com suas perspectivas, sabiam que os destinos da humanidade passavam, de alguma forma, pelos desdobramentos na URSS. O

entendimento do regime político e da configuração social da sociedade soviética, assim como suas interações teóricas com as interpretações dominantes no seio do marxismo, se impuseram como uma necessidade, considerando o resultado concreto ao qual o movimento comunista havia sido lançado no final do século XX.

Formulação teórica e desafios políticos

Coerente com as formulações dominantes no interior da teoria marxista, a experiência soviética procurou traçar rumos capazes de viabilizar a execução de um programa de transição socialista com evidentes implicações no âmbito da organização estatal e da economia. Nesse sentido, ganha destaque a compreensão acerca do caráter de classe do Estado burguês e a necessidade de se constituir um novo tipo de organização política cujo conteúdo de “ditadura do proletariado” o distinguisse de todas as formas de organizações estatais anteriores, das formas de luta e, particularmente, do significado da revolução e as implicações do modelo soviético como paradigma revolucionário.

O movimento operário já havia vivido uma experiência de grande magnitude com a Comuna de Paris em 1871² que, ainda que tenha tido um triunfo limitado no tempo e no espaço, permitiu um aprendizado e um conhecimento acerca de problemas que seriam enfrentados adiante pelos russos e por outros povos que seguiram adiante na luta pelo socialismo.

Ainda que as contradições do modo de produção capitalista se evidenciassem ao longo de todo o processo de produção e se expandisse em direção ao conjunto das relações sociais e política, Marx não completara sua crítica na análise específica da dimensão política, social e ideológica do capitalismo.

De acordo com Marx, o Estado burguês estava comprometido estruturalmente com o capitalismo, evidenciado pelo seu papel na produção e reprodução das relações sociais burguesas. Nesse sentido, a destruição desse Estado se justificava pela demonstração de seu inequívoco caráter de classe, seja pelo processo de seleção da burocracia seja no tocante a permanência e reprodução do próprio modo de produção. O debate sobre o regime político, o grau de liberdade e de democracia encontrava-se submetido aos ditames da reprodução ampliada do capital, garantido nas várias formas da legalidade burguesa.

² ver Marx (1871) e Lênin (1917).

Assim, o Estado burguês se impõe, a partir de uma aparente neutralidade e legalidade, como expressão da vontade coletiva e geral, tal como as relações mercantis, onde os agentes privados, livres e iguais, estabelecem seus contratos. Desse modo, este mecanismo impede a percepção do real caráter das relações sociais de produção sob o capitalismo, mascarando dessa forma o conteúdo das relações políticas e ideológicas, permitindo a reprodução ampliada do capital, inclusive com intervenções crescentes do Estado, como forma de atendimento dos interesses mais amplos da sociedade.

Em torno deste tópico desenvolveu-se intenso debate teórico e político, com desdobramentos estratégicos que, em certa medida, mantém seus princípios vivos no interior da esquerda. Eduard Bernstein³, dirigente do SPD alemão, propôs em fins do século XIX uma reavaliação das teses marxistas sobre o Estado, sustentando que as transformações operadas no capitalismo em geral e pelo liberalismo em particular haviam aberto a possibilidade de utilização, pelos socialistas, das instituições do Estado burguês para introduzir transformações estruturais socialistas.

Para ele, a democracia passava a incluir uma noção de justiça que permitiria a implementação de políticas socialistas mesmo nos marcos do Estado burguês. “Democracia é, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda a verdadeira supressão das classes” (BERNSTEIN, 1964: p. 118).

O debate em torno da democracia liberal era justificado por Bernstein, a partir das reflexões de Engels, quando, ao avaliar os espaços possíveis da luta política institucional, sustentava que “a ironia da história subverte todas as coisas. Nós, os revolucionários, os subversivos, avançamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a conspiração. Os partidos da ordem – como eles se intitulam – arruinam-se nos quadros da legalidade criadas por eles mesmos”(ENGELS, s.d: p. 93).

Apesar das novas perspectivas abertas na luta institucional, não há nenhuma conclusão de Engels que reequacione a questão do compromisso das estruturas do Estado capitalista com a reprodução das relações sociais de produção ou elabore uma nova abordagem acerca do caráter de classe do Estado sob a democracia liberal. No entanto, Bernstein sustenta que tanto o regime democrático como as transformações ocorridas na estrutura social (com a diminuição relativa do proletariado no conjunto da população, e nas

³ ver FETSCHER (1982).

relações entre Estado, monopólio e mercado, em especial com a intervenção e planejamento estatais, diminuindo os efeitos da anarquia da produção) haviam produzido uma situação nova e favorável ao socialismo, capaz de viabilizá-lo a partir das estruturas vigentes.

Rosa Luxemburg e Lênin se opuseram a essa perspectiva teórica argumentando que a prosperidade verificada em alguns países capitalistas, assim como a conquista de liberdades democráticas e algumas reformas e a introdução de algumas políticas sociais expressavam os conflitos e contradições da nova etapa de desenvolvimento capitalista, o imperialismo.

Rosa Luxemburg argumentava que

“o progresso da produção socializa-se cada vez mais e, por outro, a intervenção, o controle do Estado sobre o processo de produção aumenta incessantemente. Simultaneamente, contudo, a propriedade privada toma cada vez mais a forma de exploração capitalista do trabalho de outrem e o controle do Estado exprime cada vez mais os interesses exclusivos de uma classe”. (s.d: p. 85)

Lênin sustentava, não apenas contra Bernstein, mas em oposição aos teóricos da Internacional Socialista, a tese da necessidade de destruição do Estado burguês e sua substituição por um Estado cujo objetivo central é sua extinção. Esse não-Estado se consolidaria com a aplicação dos princípios norteadores da Comuna de Paris, de armar sua população, destruir o burocratismo, criar meios para o exercício do poder pelo proletariado e seus aliados e implementar a expropriação dos expropriadores.

A destruição dos mecanismos do Estado burguês permitiria desnudar as relações econômicas envoltas no manto da legalidade e da neutralidade, ao mesmo tempo, que criaria um Estado assumidamente vinculado a uma ou a um bloco de classes sociais. Seria um Estado de novo tipo, cujo conteúdo seria de ditadura do proletariado⁴, onde seu projeto de longo prazo é a sua própria extinção.

A revolução violenta e a transformação do Estado burguês na ditadura do proletariado implicava, a despeito das formas institucionais que poderiam se desenvolver, a criação de uma democracia *‘de um novo tipo’* para as amplas massas e uma ditadura *‘de novo tipo’* para as classes aliadas do poder.

Para Lênin, “juntamente com uma imensa ampliação do democratismo, que se transforma pela primeira vez em democratismo para os pobres, em democratismo para o

⁴ “É escassa a utilização do conceito de ditadura do proletariado em toda a obra de Marx e também de Engels; o primeiro o emprega apenas nove vezes ao longo de seus trabalhos, sendo uma vez em colaboração com Engels, que o utiliza só em outras seis ocasiões” (MARTORANO, 2001: p. 68).

povo, e não em democratismo para os ricos, a ditadura do proletariado impõe uma série de exceções à liberdade em relação aos opressores, aos exploradores, aos capitalistas” (LÊNIN, 1917a: p. 282).

O exercício do poder do Estado, em que pesem as variações possíveis quanto ao modo de organização desse poder, suas instituições, implica a reafirmação do Estado enquanto instrumento de opressão agora sob controle das classes exploradas sob hegemonia do proletariado, ao menos durante o período em que se põe a necessidade de quebrar as resistências da burguesia⁵.

A tese da extinção de Estado é, em si, polêmica. No entanto, para efeito de nosso trabalho devemos considerá-la de fundamental importância, uma vez que a experiência bolchevique, ao menos do ponto de vista teórico, dessa tese se nutria e se legitimava.

Segundo Engels (s.d.: p. 233), ao transformar os meios de produção em propriedade do Estado como representante da sociedade, ele próprio lança as bases de seu fim, tornando sua intervenção cada vez menos necessária, criando condições para sua extinção enquanto instrumento de dominação de classe.

O raciocínio de Engels se articula fundamentalmente com sua compreensão acerca do Estado. Se o mesmo se origina, se mantém e se reproduz a partir do conflito de classes, a socialização dos meios de produção – realizada pelo proletariado comandando um Estado em transição para o comunismo – é um ato que nega a própria essência do Estado ao lançar as bases para a extinção do mesmo, muito embora, como veremos adiante, a supressão das classes não dependa apenas da definição da titularidade da propriedade.

No entanto, no detalhamento mais pormenorizado de quais seriam as tarefas fundamentais desse novo Estado e das novas relações que deveriam emergir, Lênin busca nas avaliações de Marx sobre a Comuna e no modo como os ‘*communards*’ introduziram novas práticas e relutaram em implementar outras, elementos para delinear as tarefas políticas da Revolução⁶.

⁵ “Temos de os reprimir para libertar a humanidade da escravidão assalariada, é preciso quebrar a sua resistência pela força; é claro que onde há repressão, há violência, não há liberdade, não há democracia”, (LÊNIN, 1917a: p. 236).

⁶ Johnstone (1986) aponta um certo grau de unilateralidade de Lênin ao analisar as afirmações de Marx e Engels, uma vez que não utiliza alguns textos onde os autores apontam problemas novos em relação à transição para o socialismo e à extinção do Estado, embora reconheça as dificuldades de acesso à tais documentos nas condições em que foi escrito **O Estado e a Revolução**.

Lênin sustenta que as tarefas principais deveriam concentrar-se na desestruturação do Estado a partir de seu núcleo, consolidado na burocracia e nas armas. A manutenção dos operários em armas torna-se, para Lênin, a negação própria do Estado, na medida em que o antigo corpo criado para a manutenção, dentro de certos parâmetros, das relações capitalistas perde sua função.

O cálculo em torno deste corpo especial que constitui o exército e sua substituição pelos operários armados encontra amparo teórico na compreensão do Estado de Engels, uma vez que a burguesia – minoritária – passa a ser reprimida por uma maioria consciente e armada, a qual não necessita de nenhum corpo especializado, profissional e hierarquizado para o exercício da repressão. O exercício dessa nova tarefa da transição oferece um caráter essencialmente democrático ao novo Estado ao superar a separação existente entre a burocracia civil ou militar e a população, rompendo – ao menos em tese – com os pressupostos meritocráticos e técnicos vigentes e substituindo pela representação política⁷.

No entanto, o próprio Lênin reconhece o quanto tal processo é contraditório e difícil ao afirmar que “reprimir a burguesia e sua resistência continua a ser necessário. Para a Comuna isto foi especialmente necessário, e uma das causas da sua derrota reside em que ela não o fez com suficiente decisão” (LÊNIN, 1917a: p. 250). Em certa medida, o equacionamento entre os novos órgãos de poder e os funcionários do antigo Estado – armados ou não, e muitos dos quais imprescindíveis – mostrou-se complexo na própria experiência soviética.

Outra experiência analisada por Marx e elogiada por Lênin era o da limitação da remuneração dos funcionários do Estado pela Comuna ao salário médio de um operário, ao mesmo tempo em que extinguiu certos privilégios, como pensões e verbas especiais de representação. O elogio dessas medidas está baseado numa perspectiva de um novo tipo de exercício do poder.

A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber **salários de operários**. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram com os próprios altos dignatários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado. (MARX, s.d.: p. 81).

⁷ “O órgão de repressão é aqui já a maioria da população e não a minoria, como tinha sido sempre tanto na escravidão, como na servidão, como na escravidão assalariada. E uma vez que é a própria maioria do povo que reprime os seus opressores, já não é necessária uma ‘força especial’ para a repressão! É neste sentido que o Estado começa a extinguir-se” (LÊNIN, 1917a: p.250).

A possibilidade da simplificação das atividades estatais, ao ponto de poderem ser exercidas por cada um dos indivíduos, que é o que sustenta o combate à burocracia e aos privilégios dos funcionários, também mostrou-se de difícil implementação.

Nem Marx nem Lênin exploraram esta questão além do campo teórico pela própria limitação física, cronológica e geográfica da experiência de Paris. Ainda que Lênin⁸ tenha se preocupado com o debate sobre o tema e sustentado que o desenvolvimento tecnológico capitalista permitira uma simplificação das atividades de controle, registro e distribuição, pode-se verificar uma defasagem teórica significativa entre as formulações marxistas pós-revolucionárias e as exigências práticas da administração do Estado.

Quanto ao caráter dos cargos públicos, baseados na elegibilidade e na amovibilidade, as teses defendidas por Lênin, a partir das observações de *Guerra Civil em França*, apontam para a desestruturação da burocracia como uma tarefa imediata, capaz de quebrar os pilares do Estado capitalista alicerçado na ação dos órgãos burocráticos.

A simplificação das tarefas públicas baseia-se na compreensão de que os novos órgãos desse novo Estado, lugar do exercício da ditadura do proletariado, romperiam com a separação entre os poderes executivos e legislativos, suprimindo o ‘parlamentarismo’, substituindo-o por um organismo que incorporasse tanto as tarefas legislativas como executivas, transformando-se numa instituição de novo tipo. “A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo”. (MARX, s.d.: p. 81)

A experiência da *Comuna* incorporava não apenas a possibilidade de um novo poder, mas também era a própria crítica ao ‘parlamentarismo’ e à ‘democracia burguesa’. A Comuna era o caminho para a ditadura do proletariado, a supressão da democracia burguesa e da separação do corpo representativo dos seus representados.

A Comuna substitui o parlamentarismo venal e apodrecido da sociedade burguesa por instituições onde a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, porque os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios, diretamente perante seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do

⁸ “Não se trata de suprimir de uma só vez, em todo o lado, até o fim, o funcionalismo. Isso é uma utopia. Mas quebrar de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, isto não é utopia, isto é a experiência da Comuna, isto é a tarefa imediata, directa, do proletariado revolucionário”. (LÊNIN, 1917a: p. 255)

trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, não existe aqui (LÊNIN, 1917a: p.254).

A transposição da experiência da *Comuna* na Revolução Russa de 1917 é sintomática. Os Soviets de deputados, operários e camponeses, que haviam sido criados na revolução de 1905, se transformaram no lugar de exercício do novo poder, ao menos nos primeiros momentos da revolução, aproximando a população de seus representantes e suprimindo a separação entre os poderes.

O exercício do poder pelos soviets, para Lênin, era a própria essência da ditadura do proletariado, um órgão capaz de representar os operários, soldados e camponeses, uma estrutura, ao mesmo tempo, legislativa e executiva, em essência, um não-Estado ou um semi-Estado. Seria a superação, na prática, dos limites da democracia burguesa.

Ao realizar a socialização dos meios de produção, destruir as formas antigas de representação e organização do antigo Estado e reprimir as manifestações contrarrevolucionárias da burguesia, a ditadura do proletariado deveria criar condições para a transição para o comunismo, onde não apenas o Estado se extinguiria, mas mesmo a democracia perderia o sentido, uma vez que sua premissa é a regulação das contradições entre as classes sociais. Assim a superação do Estado, uma vez que as classes não mais existam nem tampouco as ameaças de retorno às formas de exploração capitalistas, seria também a extinção da democracia já que novas regras de convívio estabelecer-se-iam.

Apesar do roteiro traçado por Lênin conter as premissas fundamentais da ditadura do proletariado e dos rumos em direção à própria negação do Estado, tanto a conjuntura pós-revolucionária como o desenvolvimento de outras polêmicas teóricas e políticas, que envolveram as principais lideranças do PCUS como Zinoviev, Bukhárin, Trotsky, Stalin etc. limitaram as possibilidades, a amplitude da transição, o grau de desenvolvimento desse ‘novo Estado’ e a verificação da validade dessas teses.

Na avaliação sobre a Comuna, Marx buscou demonstrar que os processos de controle social exercido pelo Estado se comparam aos exercidos na produção capitalista, de modo que a simples substituição da burguesia pelo proletariado no comando do Estado

seria insuficiente para a criação de um Estado dos trabalhadores, que têm no burocratismo, em sua autonomia e em seu processo de seleção subjacente um forte conteúdo de classe⁹.

Nessa direção, Martorano (2001) sustenta, ao procurar indicar um dos fatores axiais da crise das experiências socialista, que a manutenção do burocratismo é incompatível com o Estado proletário, e que quando as classes exploradas ascendem ao controle do Estado sua ação deveria ter por base não apenas o controle da execução das políticas estatais, mas a aquisição da experiência que permitisse a garantia da transição e do domínio de classe. Assim, a permanência dos princípios e práticas do burocratismo, independente da composição social do funcionalismo não são suficientes para enterrar o Estado burguês.

Em certa medida, os mecanismos de controle popular sobre a burocracia, consolidados com critérios classistas de revogabilidade dos mandatos, prestação de contas e eleição direta lançariam as bases de novos princípios no relacionamento, durante o período de transição, entre o Estado, o proletariado e o conjunto da população.

Além do combate intenso à questão burocrática, Marx dá destaque positivo ao fato dos *communards* terem insistido numa questão fundamental para a desarticulação do Estado burguês: acabar com o exército profissional e substituí-lo pelo povo em armas.

Embora saibamos que a implementação desses princípios reserva alto grau de complexidade, tanto teórica como prática, a permanência desses fenômenos contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento do processo de centralização política e burocratização características das experiências socialistas do Leste europeu.

Seguindo as teses centrais de Marx e Engels, Lênin, em polêmica direta com os anarquistas e os dirigentes da Internacional Socialista, reafirmou sua compreensão sobre o comprometimento estrutural do Estado capitalista e seu vínculo direto com os interesses fundamentais da classe dominante.

Diz Lênin que “segundo Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes.” (LÊNIN, 1917a, p. 226)

⁹ A este respeito Poulantzas afirma que, “Com efeito, todo o problema da burocracia consiste em que, apesar disso, ela constitui uma categoria específica. Quer isto dizer que o seu funcionamento particular, aquilo que a especifica como categoria, não é diretamente determinado pela sua atribuição de classe, pelo funcionamento político das classes ou frações de que saiu: depende, antes, do funcionamento concreto do aparelho de Estado, a saber do lugar do Estado no conjunto de uma formação e das suas relações complexas com as diversas classes e frações” (POULANTZAS, 1977: p. 331).

Lênin defende a necessidade de se voltar a Engels na tese da extinção do Estado para compreender os desafios que se põem para o novo Estado, particularmente àqueles relacionados ao seu caráter de classe e aos mecanismos de exercício do poder político.

Em primeiro lugar, Lênin destaca que o processo de extinção do Estado defendido por Engels relaciona-se não ao Estado burguês, como defendem os anarquistas, mas à ditadura do proletariado. O Estado burguês deveria ser destruído e não conquistado, como sugeriam os teóricos da II Internacional¹⁰, e transformado pelos revolucionários através da força, com o proletariado em armas, empregando a violência contra a antiga classe dominante (expropriando os expropriadores), impondo um conteúdo, necessariamente, diferente ao Estado; daí os conflitos teóricos mais intensos com os anarquistas que defendiam a abolição imediata do poder e com a social-democracia reformista que apontavam para as possibilidades de mudança a partir do quadro legal institucional.

Para ele, “os trabalhadores precisam do Estado, apenas para reprimir a resistência dos exploradores, e dirigir esta repressão, realizá-la na prática, só o proletariado, está em condições de o fazer, como única classe revolucionária até o fim, única classe capaz de unir todos os trabalhadores e explorados na luta contra a burguesia, no seu completo afastamento” (LÊNIN, 1917a: p. 238). Apesar de explícita quanto ao caráter repressivo do Estado em geral e do Estado de ditadura do proletariado em particular, a citação não oferece nenhuma perspectiva qualitativa desse processo, deixando em aberto a relação entre as tarefas repressivas e as fases da revolução, do tempo e dos procedimentos indicados, podendo-se pensá-los num processo longo e conflituoso reagindo com o próprio bloco de classes no poder.

Ainda que Lênin, amparado pelas reflexões de Marx e Engels, e outras lideranças do Partido bolchevique partilhassem uma compreensão sobre a composição de classe que deveria ter o novo Estado e do conteúdo das principais tarefas, do caráter revolucionário de

¹⁰ Embora não partilhe das conclusões de John Holloway sobre as possibilidades de transformação do sistema sem a tomada do poder do Estado, concordo com seu diagnóstico quando sustenta que tanto a esquerda reformista de tipo social-democrata como os comunistas, em suas mais variadas matizes, partilham de um ‘fetichismo’ em relação ao Estado, situando-o no centro das ações políticas, privilegiando um processo de transformação em duas etapas que pressupõem num primeiro momento a tomada do Estado, para em seguida iniciar sua transformação. Contrapondo ‘reformistas’ e ‘revolucionários’ ele afirma que “la intensidad de los desacuerdos encubría un punto básico en común: ambos enfoques se concentraban en el Estado como la posición ventajosa a partir de la cual se podía cambiar la sociedad. A pesar de todas sus diferencias, ambos puntos de vista apuntan a ganar el poder estatal. Esto, por supuesto, no excluye otras formas”. (HOLLOWAY, 2002)

um novo poder ancorado nos soviets, não foi suficiente para o cumprimento das etapas da transição diante de um quadro conjuntural e estrutural herdado do czarismo e da guerra.

Sobre tais dificuldades E. Hobsbawm comenta que

“assim, contra as expectativas a Rússia soviética sobreviveu [...]. Não podia ter estratégia ou perspectiva além de optar, dia a dia, entre as decisões necessárias à sobrevivência imediata e as que arriscavam um desastre imediato. Quem podia dar-se ao luxo de considerar as possíveis consequências a longo prazo, para a Revolução, de decisões que tinham de ser tomadas já, do contrário seria o fim da Revolução e não haveria outras consequências a considerar? Uma a uma, as medidas necessárias foram tomadas. Quando a nova República soviética emergiu de sua agonia, descobriu-se que essas medidas a haviam levado para um lado muito distante do que Lênin tinham em mente na Estação Finlândia” (HOBSBAWM, 1995: p. 70).

Assim, a execução dessas radicais transformações não foi concluída, permitindo uma concentração do poder político no interior do Partido Comunista num processo de luta e de esvaziamento progressivo das formas de exercício do poder vividas nos primeiros atos da revolução nos soviets.

Após a Revolução de Outubro as expectativas quanto à capacidade de exercício do poder, de forma direta, a partir dos soviets vão sendo paulatinamente transferidas para o partido. Assim, a iniciativa política da classe, a democracia direta dos soviets se transfere para o partido, esvaziando, na prática, os novos órgãos de poder.

Em 1920 Lênin já afirma que, “a ditadura deve ser exercida pelo proletariado organizado nos soviets e dirigido pelo Partido Comunista dos bolcheviques [...]. Em nossa República, nenhuma questão política ou organizativa importante deve ser resolvida por uma instituição estatal sem as diretrizes do Comitê Central do nosso Partido” (LÊNIN apud JOHNSTONE, 1986: p. 137).

O isolamento político a que foi submetido o PC (b) após o fechamento da Assembléia Nacional Constituinte em 1918, da ala direita dos socialistas revolucionários e os Cadetes tomarem posição na guerra civil, dos mencheviques e dos socialistas revolucionários de esquerda se afastarem com a assinatura de paz de Brest-Litovski e da repressão no Kronstadt, encontrou na tese da vanguarda de classe total legitimidade para suas ações.

Os congressos dos soviets passaram a acontecer em intervalos cada vez maiores, ao passo que a participação eleitoral diminuía,

dados sobre o comparecimento eleitoral na U.R.S.S. mostram que, em 1923, em 68 províncias, votaram 14 milhões de eleitores de um universo de 37,6 milhões de votantes, ou seja apenas 37%; e em 1924, em 49 províncias, 8,4 milhões de eleitores de um total de 29,2 milhões, ou

seja apenas 28,9%; e um informe do próprio partido reconhecia que, nas eleições totais de 1924, só 15% a 20% dos eleitores haviam votado (MARTORANO, 2001: p.145).

Cada vez mais distante das teses acerca da democracia direta presentes em *O Estado e a Revolução*, Lênin indica a existência de incompatibilidades entre a ação da vanguarda e a classe, esta última submetida a toda sorte de dificuldades. Assim, para ele, “somente a vanguarda que absorveu a energia revolucionária da classe pode exercer a ditadura(...). Não é possível realizar a ditadura sem algumas ‘correias de transmissão’ que liguem a vanguarda à massa da classe avançada, e esta última à massa de trabalhadores” (JOHNSTONE, 1986: p.137).

A transferência progressiva de poder para os órgãos partidários e para o Estado foram oficializados, na prática, a partir do X Congresso do PC (b), que juntamente com as teses de Trotsky sobre os sindicatos e as políticas de promoção e vigilância permanente dos quadros partidários implementada por Stalin podem ser compreendidas como partes de um mesmo processo, que internacionalmente se traduziu nas 21 condições da adesão ao Comintern.

A centralização decisória foi também observada na economia. As necessidades objetivas de atendimento das demandas da população exigiram respostas rápidas para questões complexas, produzindo uma defasagem entre a teoria e a ação concreta, entre as tarefas da revolução e as condições sócio-econômicas objetivas. Nesse sentido, as medidas adotadas na esfera econômica, ainda que com objetivos estratégicos definidos e ideologicamente ancorados nas teses da transição, promoveram uma crescente centralização das decisões e uma concentração de poderes em sua execução, fortalecendo a adoção de padrões tayloristas, os quais não denotavam apenas a tendência centralizadora, mas, principalmente, um teor produtivista que os bolcheviques assumiram em suas ações no universo econômico.

Depois de superada a fase do ‘comunismo de guerra’, a promoção das decisões em torno da NEP, dos processos de coletivização das terras e animais no final dos anos 20, a implementação das metas dos Planos Quinquenais, o esforço da industrialização, a supervalorização do trabalho etc. consolidaram a tendência à crescente centralização e planejamento, que transferia cada vez mais as decisões para os órgãos burocráticos, como o

Gosplan (Comissão Estatal de Planificação Econômica) criado em 1922, e para o Comitê Central do Partido Comunista.

Este processo de centralização, associado à ascensão de Stalin na Secretaria Geral do Partido Comunista, não refletia somente uma tendência política ou tecnocrática vencedora, mas foi a consolidação de uma perspectiva teórica em torno das tarefas da transição, que expressava a correlação de forças no interior das instituições do Estado soviético.

Tal situação podia ser evidenciada em menor escala nos centros urbanos com as crescentes restrições aos comitês de fábrica e a concentração de poderes nas mãos dos diretores, os quais eram exercidos muito além das diretrizes econômicas. Os movimentos sociais, sindicatos, organizações de intelectuais, associações culturais, os movimentos camponeses, a imprensa progressista todos eles, paulatinamente, viveram o esvaziamento das iniciativas e um controle cada vez mais rígido do Estado, fossem na forma de intervenção, censura ou prisão, ou da transferência de todas as iniciativas para as organizações do Partido.

De um modo geral, nas organizações do poder soviético o processo de transferência e concentração de poderes se verificou de modo intenso, na medida em que se acentuavam as divergências quanto aos rumos da revolução e as tarefas da direção do Estado, esvaziando o poder decisório dos soviets e transferindo-o para o partido. No partido observou-se semelhante processo onde, do coletivo partidário, a princípio o partido de vanguarda que vai gradativamente tornando-se de massa, para o Comitê Central, do Comitê Central para o Bureau Político e desse para o Secretário-Geral, consolidando um processo de centralização de poder inimaginável numa organização revolucionária.

Podemos afirmar que a consolidação de poder em torno de Stalin, já no final da década de 20, selou a construção de um modelo político que norteou a ‘formação’ ou a reorganização de uma série de partidos comunistas pelo mundo. De uma maneira geral, tal modelo assentava-se em torno dos seguintes pilares: 1º) A partir das reflexões de Lênin em *O Estado e a Revolução*, estabeleceu-se uma referência quanto ao modelo de revolução, na medida em que novos órgãos de poder emergem paralelamente ao Estado burguês e assumem paulatinamente, ao longo do processo revolucionário, o poder de fato. Neste processo abriu-se a possibilidade de pensar uma formação estatal que nega a própria

essência do Estado, quando assume funções que desestruturam o próprio Estado burguês; 2º) Que o conteúdo desse novo Estado, amparado tanto em Marx como Lênin, é a ditadura do proletariado; 3º) Que o modelo de organização revolucionária capaz de implementar tais transformações foi o exposto a partir de 1919 nas 21 condições de adesão à Internacional Comunista¹¹, modelo incorporado no PC (b) desde o X Congresso e adotado pelo Comintern desde seu II Congresso e 4º) Que os interesses do Estado soviético passavam a coincidir com os do proletariado e da revolução mundial, de modo que sua defesa incontestemente norteia a ação dos partidos comunistas em todo o mundo.

A difusão do modelo

Embora o programa original da Revolução não tivesse sido implementado na Rússia e a Revolução mundial não tivesse logrado êxito em outras partes do mundo, particularmente na Europa, o processo de desenvolvimento econômico associado às vitórias militares durante a II Grande Guerra garantiram à URSS posição de destaque no cenário político internacional.

Ainda que se pudesse identificar no imediato pós-guerra a existência de condições para que os Partidos Comunistas criassem alternativas políticas concretas e participassem de governos de coalizão, a divisão da Europa em áreas de influência entre Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética delimitava os espaços e as possibilidades dos comunistas, empurrando as principais iniciativas revolucionárias para zonas menos tensionadas do extremo Oriente.

Assim, exceção feita à Iugoslávia e à Albânia, que com forças locais venceram as tropas de ocupação e seus aliados locais, a expansão dos regimes de democracia populares na Europa – Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, RPD da Alemanha e Polônia – foi fruto mais de um resultado de ações externas (presença de tropas soviéticas) e de arranjos políticos do que propriamente do processo político interno.

Segundo Florestan Fernandes,

a “revolução” não eclodiu como parte de um processo histórico em zigue-zague, de longa ou curta duração. Mas da ocupação militar soviética. Uma “revolução de cima para baixo”, sem sentido, conteúdos e paradigmas revolucionários. Constituíram-se partidos políticos improvisados, que de

socialistas ou comunistas só tinham o nome. Na realidade, eram instrumentos da agregação dos países, como satélites, à União Soviética (FERNANDES, F., 2000)

A vitória soviética sobre o nazismo havia contribuído para a elevação do respeito do PCUS e de Stalin, não apenas sobre o movimento comunista, mas sobre boa parte do pensamento progressista e democrático, que comprometia os partidos comunistas nacionais com a manutenção e o aperfeiçoamento das instituições liberais democráticas, embora em muitos casos a burguesia liberal não estivesse muito comprometido com elas.

Spriano (1987) e Claudin (1986) identificam nesses arranjos a existência das teses apresentadas posteriormente por Krushev no XX Congresso do PCUS, da possibilidade da ‘coexistência pacífica’ entre sistemas distintos e da possibilidade da ‘transição pacífica’ ao socialismo a partir das instituições democráticas, tese já antecipada por Togliatti em suas iniciativas para construir alternativas nacionais e democráticas no pós-guerra.

Ainda que se possibilitasse um conjunto de arranjos institucionais possíveis no imediato pós-guerra, como foram os casos da Itália, Grécia e, de certo modo, Iugoslávia e os países liberados pelo exército soviético, esses foram sendo paulatinamente enquadrados nos acordos entre os vencedores da Guerra. Assim, a URSS oferecia a orientação geral ao movimento comunista, mas presa a uma lógica e uma dinâmica imposta pelos cálculos do Estado soviético e de suas relações exteriores. O surgimento do Cominform¹² pode ser compreendido dentro dessa nova dinâmica.

Assim, a URSS, seu partido, seu modelo de revolução e de organização estatal se impuseram aos demais partidos comunistas como único modelo de socialismo possível, pelo menos até a revolução chinesa e o posterior afastamento entre os dois países nos anos 60. As opções que se colocaram ao socialismo soviético em função das condições sociais, históricas, políticas, econômicas e ideológicas associadas às interpretações dominantes no interior do PCUS delimitaram os possíveis desenvolvimentos desse modelo. Em certa medida, tais limites definiram os parâmetros teóricos, políticos e organizativos dos partidos vinculados a tal tradição.

¹² Após a dissolução do Comintern em 1943, por iniciativa da URSS surge em 1947 o Cominform (Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e dos Trabalhadores) com sede inicialmente em Belgrado e depois em Bucarest procurou congregar os Partidos comunistas europeus e funcionou até 1956

A constituição de um campo socialista ia tomando corpo após 1947, na medida em que os países recém-liberados cada vez mais assumiam modelos e instituições afinadas com Moscou, com a instituição do Cominform em 1947, do Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua) em 1949 e a organização posterior em maio de 1955 da Aliança Militar conhecida como Pacto de Varsóvia.

Desse modo, o desenho político da Europa do pós-guerra era resultado das iniciativas dos Estados Unidos, tais como as bombas sobre Hiroshima e Nagasaki, Plano Marshall etc., e das ações do Estado Soviético que criaram uma área de negociação e tensão entre as nações líderes dos dois blocos, submetendo seus aliados locais, na medida do possível, aos ditames geopolíticos, expelindo para outras regiões os conflitos armados. Iniciava-se a chamada ‘Guerra Fria’.

Os sucessos materiais e tecnológicos (domínio da tecnologia nuclear, lançamento do primeiro vôo espacial tripulado etc.) obtidos pela União Soviética, particularmente até os anos 70, assim como um conjunto de reformas sociais e econômicas em todos os países do bloco, animavam os partidos comunistas solidários a Moscou em todo o mundo. Mesmo aqueles que progressivamente se afastaram do modelo soviético – reivindicando outras matrizes socialistas: maoístas, trotskistas, cristãos, cubana, albanesa etc. –, mantiveram a URSS como referência teórica e política para o debate.

A expansão da área de influência soviética no mundo socialista somada à China significou, em início dos anos 60, em algo torno de um terço da população mundial (HOBBSAWM, 1995: 364), consolidando uma parcela importante da riqueza mundial, embora ainda distante dos padrões dominantes nos países capitalistas desenvolvidos.

A constituição de um campo de países socialistas, por si só, não garantiu o não-questionamento do modelo e da liderança soviética no período. Divergências, acusações, sanções econômicas e intervenções armadas puseram em xeque o modelo constituído e mesmo a direção do movimento comunista.

Desde as primeiras divergências entre Stalin e Tito, logo no imediato pós-guerra, o modelo soviético e os acordos firmados entre Churchill, Roosevelt e Stalin passaram por um conjunto de questionamentos, como as tentativas reformistas na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968 reprimidas pelas forças soviéticas ou como as Revoluções

chinesa, cubana e vietnamita que tensionaram o quadro negociado anteriormente, embora fossem mantidos fora da Europa.

Podemos considerar também como um efeito indireto da ‘Guerra Fria’ na Europa a constituição dos chamados Estados de Bem-Estar Social, os quais em sua grande maioria foram implementados por alianças e coligações que tinham nos partidos social-democratas suas principais referências. Ainda que existissem iniciativas reformistas de implementação de políticas públicas de caráter distributivo no período entre-guerras ou mesmo antes¹³, eles passaram a se justificar plenamente no campo eleitoral (PRZEWORSKI,1988), inclusive para os liberais, na medida em que os países do campo soviético apresentavam ganhos progressivos nas áreas sociais e científicas, que poderiam exercer influência sobre os trabalhadores em todo o mundo.

Integração e desintegração

A partir de meados da década de 60, os níveis de desenvolvimento econômico dos países do bloco soviético começam a dar sinais de queda, dando prosseguimento ao debate acerca da necessidade do desenvolvimento intensivo da produção, inalcançáveis pela lógica dos planos quinquenais.

As reformas propostas por Krushev e retomadas depois por Brejnev anunciavam a necessidade de recuperação do dinamismo econômico enaltecido anteriormente. As chamadas reformas de Kossiguin a partir de 1965 buscaram dinamizar e recolocar – a partir de medidas de incentivo à produção e de maior inserção no mercado mundial – a economia soviética em concorrência com os Estados Unidos.

¹³ A origem das políticas de bem-estar social é anterior à presença dos partidos social-democratas nos governos e, em muitos casos, foram instituídas por governos autoritários com objetivos conservadores de desmobilização. Como diz Sping-Andersen: “esses primeiros pioneiros (Bismarck, por exemplo) estavam perfeitamente preparados para a construção de amplos esquemas de proteção social como meio de deter conflitos de classe e subordinar os trabalhadores ao Estado. A participação da classe trabalhadora nessa era de construção do estado de bem-estar era, na melhor das hipóteses, marginal; freqüentemente era antagônica. Mas os liberais também desempenharam um papel pioneiro, embora seus esforços primários fossem dedicados à implementação de programas sociais que fortalecessem o mecanismo de mercado, tais como contribuições voluntárias à previdência e planos de contrato de trabalho” (SPING-ANDERSEN apud KING,1988: p. 62).

No entanto, apesar de uma recuperação inicial a partir de 1966, os níveis de crescimento da economia mostraram-se declinantes até beirar a estagnação nos anos 80¹⁴. A manutenção da concorrência militar com os Estados Unidos e os pesados financiamentos externos, realizados não apenas na área do COMECON, exigiam grande esforço da economia soviética que mantinha, ao mesmo tempo, amplas políticas sociais e um aparelho estatal cada vez maior.

Este pesado aparelho estatal, bem distante dos modelos pensados anteriormente, combinado com as demandas políticas do Estado soviético – compromissos externos econômicos e militares – e um complexo industrial preso às decisões políticas e aos humores da burocracia se mostraram incapazes de garantir um crescente desenvolvimento científico e tecnológico na produção de bens de consumo para uma população cada vez mais urbana e culturalmente mais sofisticada.

A prolongada crise econômica no interior do bloco soviético nos anos 70 e 80 permitiu o surgimento de iniciativas para reformular as estruturas políticas e econômicas da URSS e do COMECON, que consolidou a liderança do grupo de Mikhail Gorbachev em 1985 e seu programa de reformas, a Perestroika.

Segundo Fernandes (1991), este processo de mudança qualitativa no socialismo soviético, os resultados concretos dessas reformas criaram condições para o rápido retorno ao capitalismo ao invés da anunciada transformação qualitativa da produção socialista. A consequência da prolongada crise e a adoção de tais reformas foi o colapso do modelo soviético em todo o Leste europeu, motivado por mobilizações populares com as mais variadas motivações e ressentimentos.

O colapso da União Soviética¹⁵ encerrou uma etapa histórica. Os efeitos políticos e ideológicos de seu desaparecimento ainda estão longe de serem totalmente desvendados e

¹⁴ “Depois de uma melhoria inicial (com uma média de crescimento de 7,7% no VIII Plano Quinquenal de 1966 a 1970), a interação destes elementos contraditórios acabou determinando uma queda acentuada no desempenho da economia soviética, com médias anuais de crescimento declinantes nos planos seguintes – 5,6% no nono, de 1971 a 1975, de 5,6% no décimo, de 1976 a 1980. às vésperas da morte de Brejnev, no início dos anos 80, essa média estava situada em torno de 3% ao ano” (FERNANDES, 1991: p. 148).

¹⁵ Ao longo deste trabalho não utilizaremos os termos ‘socialismo soviético’ ou o chamado ‘socialismo real’, por entendermos que tais expressões mais confundem que esclarecem os termos do problema. No primeiro caso por aceitar como verdadeira a vontade dos agentes ou atores envolvidos num processo histórico carregado de subjetividade ideológica. Nesse sentido, como procuraremos demonstrar adiante ‘não podemos julgar um homem pelo que ele acha de si própria bem como não podemos julgar uma época histórica pela visão dominante’ conforme princípios explicitados por Marx. O segundo caso, ainda que com motivações diversas, implica uma avaliação também ideológica a qual atribui caráter socialista às formações sociais

compreendidos, assim como as avaliações acerca da primeira experiência estatal, amparada no marxismo, que se propôs superar o Estado burguês e o modo de produção capitalista.

O debate sobre as formações sócio-econômicas vigentes no Leste Europeu foi fator mobilizador de um conjunto de reflexões teórica e políticas, que constituíram tradições no interior do marxismo, com importantes desdobramentos práticos. No entanto, o modo como se desenvolveu a crise que possibilitou o esfacelamento do bloco de países liderados pela União Soviética no período entre 1988 e 1991, recolocou o debate sobre as características fundantes daquelas sociedades, assim como sobre o futuro do socialismo, embora seu potencial não correspondesse à produção teórica efetiva.

A crise econômica da década de 70 engolfou todo o mundo, causada, sobretudo, pela desaceleração do crescimento econômico mundial, pela queda nas taxas de lucro, pela política de juros praticada a partir de 1973 pelo governo americano e pela chamada ‘crise do petróleo’ que impuseram efeitos diversos em várias partes do mundo.

As ditaduras latino-americanas abortaram, em grau e intensidades variadas, seus programas desenvolvimentistas sob a égide do endividamento externo, assim como um conjunto de nações recém-saídas do colonialismo na África e Ásia. Ao longo da década de 70 as dívidas dos países em desenvolvimento haviam crescido sete vezes, chegando em 1996 a um patamar de US\$ 2 trilhões cerca de trinta e duas vezes o montante de 1970 (CHOSSUDOVSKY, 1999: p. 37).

O engessamento da capacidade fiscal das principais nações reordenou os programas econômicos e impôs novos mecanismos de controle e concentração de riqueza em nível global.

Os processos que haviam permitido um desenvolvimento relativo de algumas regiões – fosse por um certo desligamento do mercado mundial (casos da África e América Latina) ou por isolamento político (caso de URSS e suas áreas de influência) – haviam cessado e uma nova arquitetura do poder global foi redesenhada e articulada, principalmente, pelos governos dos EUA, Alemanha, França e Inglaterra e pelas instituições de Brenton Woods, as quais assumiram progressivamente papéis centrais numa economia cada vez mais integrada.

européias sob influência soviética, as quais necessitam ser avaliadas pelo conjunto das relações ali desenvolvidas e não pelo desejo de seus críticos.

A década de 80 criou condições para um novo remodelamento econômico global amparado por políticas de corte neoliberal, estimuladas, sobretudo, pela ação dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, cujo epicentro era a recuperação das taxas de crescimento econômico e a criação de estímulos ao funcionamento dos mecanismos de mercado.

Ainda que o governo Reagan tenha se caracterizado por um intervencionismo crescente na área militar, incentivando o endividamento externo – financiado, em especial, com capitais japoneses –, as políticas de redução de gastos públicos com finalidades sociais ou de infra-estrutura associados aos mais variados programas de privatizações, muitos dos quais sob suspeita de fraudes, marcaram as tentativas de recuperação do crescimento econômico e da geração de emprego em princípio dos anos 80 nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

Ao mesmo tempo, o endividamento crescente dos países latino-americanos, que conviviam com o estancamento das taxas de crescimento econômico, elevação da inflação, taxas ascendentes de miséria e violência e instabilidade política os empurrava para acordos cada vez mais austeros com credores internacionais, na maior parte das vezes escudados no FMI, que os transformou, ao longo dos anos 80, em países exportadores de capital¹⁶, permitindo uma recuperação parcial das economias centrais.

Excetuando-se algumas regiões do Leste asiático como Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura e, em menor escala Malásia, Indonésia e Tailândia, o resultados dessas políticas amparadas pelo FMI e pelo Banco Mundial em torno de seus Programas de Ajuste Estrutural produziram Estados com reduzida capacidade de intervenção econômica, desprovidos de suas bases produtivas recém privatizadas, cada vez mais dependentes da tutela e do aporte de capital externo e administrando sociedades mais pobres e com maior desigualdade social.

O desenvolvimento de políticas associadas à privatização, à desregulamentação dos mercados financeiros, ao desmonte das estruturas estatais de produção e seguridade atingiu, por motivos distintos aos dos países endividados, também os países que haviam experimentado o pacto social-democrata.

¹⁶ “A América Latina transferiu ao exterior US\$ 200 bilhões nos anos 80 e seu PIB caiu em cerca de 10% no mesmo período; os investimentos brutos como proporção do PIB se reduziram de 22,8% em 80 para 15,9% em 84, chegando em 89 com 16,2%” (TONI, 1992: p. 24).

Antes mesmo do final da União Soviética, vários países europeus sob influência da social-democracia adotaram, em diferentes graus, políticas de corte neoliberal. Na década de 80, por influência dos experimentos ingleses e norte-americanos contrários às bases do Estado de bem-estar social e ao planejamento econômico, vários países governados por partidos socialistas ou social-democratas adotaram políticas similares àquelas praticadas por neoliberais confessos. Além das experiências de Schluter em 1983 na Dinamarca, os governos de Felipe Gonzalez na Espanha, Craxi na Itália, Soares em Portugal e o segundo governo Mitterand na França adotaram políticas de cunho neoliberal, variando de intensidade, mas todas inspiradas nos preceitos da desestatização e das virtudes do mercado.

Se, de um lado, a adesão da social-democracia e da chamada ‘esquerda democrática’ aos preceitos do neoliberalismo limitava as opções políticas ao pensamento dominante, as transformações ocorridas no Leste europeu exigiam uma análise crítica daquela experiência histórica que, em certa medida, havia contribuído para o desenho ideológico dos principais conflitos políticos do século XX.

Os efeitos dessa conjuntura política e econômica se fizeram sentir sobre o chamado ‘bloco soviético’, refletindo os equilíbrios ‘costurados’ ao longo dos anos de guerra fria e uma integração e uma dependência econômica cada vez mais intensa. As pressões por mudanças se faziam sentir, reflexo de um conjunto de contradições acumuladas por anos nas relações entre a burocracia partidária, os agentes do planejamento central, as organizações tuteladas pelo Estado, os trabalhadores etc.

A ascensão de Gorbachev à liderança do PCUS inseriu-se num processo de crise do regime soviético que já vinha se acumulando há anos. A elevação dos padrões de vida durante a década de 60, no período de Brejnev, havia cessado e a aceleração da corrida armamentista impunha custos muito altos a uma economia sem dinamismo, baseada na produção extensiva, enquanto o Ocidente, mesmo em crise, avançava na chamada revolução técnico-científica.

A União Soviética, que se tornara a 2ª maior economia do mundo nos anos 50¹⁷, teve um pronunciado crescimento do nível de consumo de sua população que se tornava

¹⁷ “O produto industrial per capita era 25% da média da Europa Ocidental em 1929 e chegou a 84% em 1963” (CALLINICOS, 1992: p. 55).

cada vez mais urbana¹⁸, intelectualmente mais sofisticada e com uma demanda por bens de consumo duráveis e culturais cada vez maior.

Alex Callinnicos (1992) sustenta que a elevação do padrão educacional e de consumo da população gerou grandes insatisfações na medida em que, tanto os operários como os ‘empregados’ nas várias áreas da burocracia estatal, não se deixaram seduzir pelas conquistas do chamado ‘socialismo maduro’ do período de Brejnev, que consolidava, em que pese uma certa modernização, grandes distorções, concentração de riqueza e poder, corrupção, a manutenção das estruturas burocráticas e de relações de trabalho profundamente repressivas. A URSS entra na década de 80, sob o impacto da crise sistêmica do capitalismo ao qual se encontrava cada vez mais ligada e numa profunda crise de legitimação.

Em certa medida, o modelo econômico e suas formas de gerenciamento e distribuição de poder impossibilitavam que o setor de ponta, particularmente o militar, partilhasse os ganhos tecnológicos ao longo do conjunto do sistema produtivo, causando importante defasagem.

As denúncias de corrupção generalizada no Estado soviético, no Partido Comunista e nas empresas estatais aliadas a rigidez e centralização da economia produziram níveis cada vez maiores de insatisfação junto à população, que cresciam junto com o aumento da pobreza, do racionamento e da escassez em uma economia com baixo nível de produtividade, sobretudo na agricultura, e que se mantinha predominantemente orientada para a produção de bens de capital.

Além da inoperância de vários setores da economia, contraditoriamente obedecendo uma integração progressiva com a economia ocidental, a vida política soviética enfrentava os dilemas da fusão, na prática, das funções do Estado e do partido, que transformava os órgãos de poder estatal em homologadores da política do PCUS e de seus correspondentes regionais em toda a URSS.

O antigo poder soviético havia ‘desmanchado no ar’, substituído por uma armadura burocrática pouco adequada ao atendimento das novas demandas, enquanto que os dirigentes do partido, juntamente com os dirigentes dos núcleos estratégicos da economia

¹⁸ “Em 1960, a população urbana era de apenas 49% do total: em 1985, ela crescera para 65% (70% na Federação Russa) (...) O número de cidades com mais de um milhão de habitantes subiu de três em 1959 para 29 em 1980” (CALLINICOS, 1992: p. 60).

centralizada em aliança com as lideranças regionais do partido comandavam de fato uma economia em crise de produtividade, incapaz de manter níveis de consumo ascendentes num momento onde boa parte dos recursos destinava-se direta ou indiretamente ao complexo militar, em forma de subsídios aos aliados, com vistas à manutenção do equilíbrio político global.

Com a morte de Leonid Brejnev em 1982, após 18 anos no poder, Iuri Andropov ascende à direção do PCUS. No breve período que esteve à frente da URSS, lançou ele uma política de renovação dos dirigentes partidários, onde a maioria se encontrava em idade avançada, e iniciou um processo cujo centro da ação era a retomada dos investimentos e a desburocratização da vida econômica, a qual dava sinais evidentes de paralisia. Konstantin Chernenko assume após a morte de Andropov e tem pouco tempo de dar rumos diferentes dos traçados por seu antecessor, vindo a falecer em março de 1985.

No processo de renovação empreendido por Andropov, Mikhail Sergueievich Gorbachev¹⁹ que compõe o Politburo do Comitê Central, após a morte de Chernenko é indicado para assumir as funções de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética.

O Estado herdado por Mikhail Gorbachev mantinha do ponto de vista jurídico-institucional boa parte do arcabouço socialista, conservando formas estatais ou para-estatais de poder e de gestão econômica, mas que caminhava rapidamente para o esvaziamento desse conteúdo, uma vez que ampliava progressivamente novas formas de propriedade e de negócios privados. Ainda que nesse esforço empreendido pela nova liderança soviética fosse mantido o objetivo declarado de recuperar o dinamismo econômico e político, numa espécie de reedição da NEP dos anos 20, de um lado, indicava a necessidade de reestruturação das estruturas políticas vigentes até ali.

Desde que assumiu suas novas funções, Mikhail Gorbachev passou a anunciar a necessidade de implementar reformas internas na URSS, assim como transformações no desenho da bipolaridade herdado desde Yalta, indicando sua predisposição ao debate sobre redução do arsenal nuclear e a desmilitarização na Europa.

¹⁹ “Mikhail Gorbachev (nascido em 1931) foi criado numa fazenda coletiva e estudou direito na Universidade Estadual de Moscou, entrando para o PCUS em 1952. Subiu no partido chegando ao Comitê Central em 1971. Andropov o trouxe para Moscou em 1978 como secretário de agricultura. Entrou para o Politburo em 1980” (ELEY, 2005: p. 651).

Em defesa de uma '*democracia socialista*' convocou o XXVII Congresso do PCUS para março de 1986, onde dá forma ao programa de reformas, ao mesmo tempo em que subtrai dos textos desse Encontro qualquer menção aos movimentos de libertação nacional, que pudessem implicar um incremento à política de ajuda externa e de venda de armas; ao mesmo tempo em que mantém silêncio quanto às ações norte-americanas na Nicarágua, no Panamá etc.

As políticas desenvolvidas a partir dali por Gorbatchev, transformadas em livro sob o nome de *Perestroika*, cujo significado se aproximava da idéia de reestruturação e de reforma econômica, que associado ao princípio da *Glasnost*, surgida após o acidente de Chernobyl, com sentido de transparência administrativa ou publicidade das ações do Estado e do Partido, foram transformadas em parte do mesmo processo e seu início marca o epílogo do bloco soviético.

Na execução das reformas, principalmente, a partir de 1988, a reorganização das instituições do Estado Soviético, que alteravam as relações de poder entre as Repúblicas e regiões, e as mudanças na economia explicitaram um conjunto novo de conflitos, muitos dos quais adormecidos sob o planejamento econômico central e o comando político rígido do período anterior.

As reformas, ainda que seu desenvolvimento tivesse obedecido uma série de peculiaridades locais – históricas, geográficas, religiosas, étnicas, etc. –, deflagraram um período de revoltas, com grau variado de participação popular, que transformou o desenho geopolítico da Europa, redefiniu conceitos e impôs uma série desafios ideológicos e derrotas às forças de esquerda em escala global.

No ano seguinte as tensões dentro da União Soviética, da China e dos outros países do Pacto de Varsóvia ganharam contornos de conflitos mais radicais. Ainda no final de 1988 foram criadas as Frentes Populares ns países bálticos que passavam aos poucos a conduzir o processo de secessão da Letônia, Estônia e Lituânia.

Em fevereiro de 1989, depois de 10 anos de ocupação, a URSS se retirava do Afeganistão derrotada pela guerrilha muçulmana do Taleban, a qual havia sido estimulada pela CIA. Em seguida, recorria-se às armas na repressão aos manifestantes pela independência da Geórgia.

Como prólogo das manifestações, o PC Chinês desocupou violentamente em 3 e 4 de junho a Praça Tianmen em Pequim, onde estudantes exigiam, com bandeiras heterogêneas de democracia e do socialismo, mudanças políticas.

Na China o governo havia empreendido um processo de reformas econômicas após 1978 com objetivos muito parecidos àqueles esboçados na União Soviética com vistas a incentivar aumento de produtividade, melhor alocação de recursos, incentivar a indústria de bens de consumo, de descentralização das decisões e implementação de mecanismos de mercados na definição de preços e na distribuição de produtos e insumos. Este processo que havia começado 10 anos antes produziu desigualdades internas associadas aos mecanismos de descentralização que fortaleceu instâncias locais e regionais do partido que assumiam a direção de empresas e ramos produtivos, os quais lhes auferiam, muitas vezes, vantagens não distribuídas no conjunto da cadeia produtiva.

Os descontentamentos durante a década estavam associados ao crescimento progressivo da inflação desde 1985, ao aumento do custo de vida e do aumento da desigualdade, que explodiram em manifestações populares em 1988. Chavance (1994) sustenta que, ainda que tenham se distanciado ideologicamente nos anos 60 e 70, a raiz dos problemas econômicos entre União Soviética e China são mais próximas do que as lideranças supunham, assumindo caráter mais ideológico que real. Embora subsistam diferenças substanciais entre as duas economias, como a oferta de mão de obra e a concentração da população no campo, no caso chinês, os efeitos das reformas experimentadas nos dois países os aproximavam, particularmente em relação ao fenômeno inflacionário e as lutas entre os setores das classes dominantes em cada país.

Os efeitos da *Perestroika* puderam ser percebidos em todo o Leste Europeu já em princípios de 1989. Depois dos eventos de junho na Praça da Paz Celestial em Pequim, em agosto há a formação do primeiro governo do Solidariedade na Polônia com o sindicalista Lech Walesa à frente, o qual aplicou rigoroso programa de controle fiscal nos moldes dos ajustes neoliberais que marcaram a década seguinte. Em setembro, os húngaros, depois de permitirem a democracia pluralista, liberaram a fronteira com a Áustria, permitindo o fluxo contínuo de alemães orientais²⁰ para o exterior, assumindo um caráter cada vez mais massivo.

²⁰ De acordo com Eley (2005: p. 507), em 1989, 343.854 alemães orientais deixaram o país.

Desde setembro as demonstrações populares foram se intensificando na Alemanha Oriental, a partir de Leipzig culminando com o episódio simbólico da queda do muro de Berlim em princípio de dezembro. Na Bulgária, o processo de democratização se deu de forma controlada a partir das próprias estruturas dominantes, ao passo que na Tchecoslováquia os conflitos assumiram caráter incontornáveis e em fins de novembro Alexander Dubcek e Vláclav Havel, personagens de destaque desde a *Primavera de Praga* em 1968, assumiram o comando da transição.

Com ampla cobertura de mídia mundial, as revoltas populares eclodiram também na Romênia em 22 de dezembro, com choques e conflitos armados que garantiram o afastamento, a execução de Nicolau Ceaucescu e sua esposa no natal de 89 e a realização de eleições em abril do ano seguinte. O processo prosseguiu na Federação Iugoslávia em janeiro de 1990 com a secessão da Eslovênia.

Na URSS durante o ano de 1991 as repúblicas vão exigindo sua independência e o processo começa com a Lituânia e Estônia em março, Letônia em maio, Ucrânia, Moldávia, Bielorrússia, Azerbaijão e Uzbequistão em agosto, Quirguistão, Tagiquistão e Armênia em setembro, Turcomenistão em outubro, Casaquistão em dezembro pondo fim em 25 de dezembro de 1991 à União Soviética.

Um balanço teórico

Em certa medida, a história do socialismo no século XX está fundamentalmente relacionada a tais experiências, seja como instrumental teórico ou propagandístico seja como modelo econômico, político e social. Os partidos comunistas do leste europeu, liderados politicamente pelo Partido Comunista da União Soviética, serviram de modelo político, ideológico, organizativo e cultural e em torno deles, a partir da experiência da Internacional Comunista, constituiu-se uma cultura socialista ocidental da qual a esquerda latino-americana faz parte.

A desestruturação das Democracias Populares na Europa e da própria União Soviética impulsionou um conjunto de análises, reflexões e interpretações de todos os movimentos, grupos e partidos, os quais procuraram ler os acontecimentos com o objetivo de se adequar ao novo panorama que se desenvolveu a partir dali.

Seja como reafirmação da crítica, como ruptura, como reorganização programática, como eliminação do horizonte estratégico etc., é impossível pensar o movimento socialista, o marxismo e as lutas sociais no século XXI sem referências a essas experiências.

O fim das Democracias Populares no Leste europeu realçou algumas questões de ordem teórica dentro e fora do marxismo. De um modo geral, analistas e críticos do modelo soviético destacam questões das mais variadas para a compreensão da crise que culminou com o fim daquelas experiências.

Embora se reconheça sua singularidade histórica – tanto na forma como no conteúdo – e seus efeitos políticos (fim da bipolaridade, reconfiguração das alianças, submetidas a impulsos nacionalistas, religiosos, étnicos e locais e os novos desenhos sociais, políticos e institucionais), econômicos, culturais e sociais, o fim do bloco soviético não estimulou a produção teórica num nível compatível com o significado dessa experiência histórica, política e social.

Ainda que exista uma importante bibliografia sobre o Estado Soviético proveniente das mais variadas tendências teóricas e políticas ao longo do século XX²¹, o fim daqueles regimes ainda não foi suficientemente estudado, evidenciando uma inexplicável defasagem entre a teoria e os eventos históricos.

Muitos autores marxistas demonstraram com maior evidência tal relação, na medida em que seus argumentos teóricos fundamentais em torno da caracterização do regime soviético indicavam a existência de contradições estruturais, sendo seu fim apenas uma confirmação – com graus variados de mobilização popular e show midiático – das teses anteriormente formuladas. Nesse sentido, as breves referências a seguir concentram-se em estudos realizados *a posteriori*, deixando de fora uma boa parte do debate clássico sobre o regime e o Estado soviéticos.

Alguns autores distantes dos pilares analíticos do marxismo realizaram importantes estudos, embora nem todos de orientação acadêmica, sobre a crise e seus desdobramentos históricos. Darendorf (1997), Bobbio (1995) e Ash (1990) centralizaram a crítica no funcionamento do sistema político, destacando a falta de democracia, liberdade política e do Estado de direito, consolidado no monopólio do poder exercido pelo Partido Comunista fundido com o Estado. Identificam, assim, a estruturação do sistema político, centralizado

²¹ Ver Fernandes (2000) e Haddad (1992)

historicamente na URSS, como fator fundamental na compreensão dos acontecimentos que culminaram com as transformações de 1989.

Bobbio (1995) reitera que tal situação não impede que se mantenha, a despeito do pensamento liberal dominante, uma diferença de percepção entre os princípios norteadores da direita e da esquerda que se mantêm válidos, recuperando, ainda que distantes das idéias de revolução e socialismo, quase que numa reatualização dos confrontos entre os liberais e socialistas de II Internacional.

Tais análises implicam uma discussão em torno da capacidade de transformação radical da sociedade, e das formas de propriedade, dentro de regimes que preservem garantias de democracia política liberal. Abordam este tema de maneira distinta liberais, marxistas e social-democratas das mais variadas colorações. Trata-se, portanto, de um tema teórico de grande peso, pois implica a apreciação das idéias centrais de Marx e de Lênin sobre o papel do Estado.

A tradição marxista consolidou importantes pilares de análise sobre o Estado, a revolução e a luta de classes sob o capitalismo. As sociedades pós-revolucionárias introduziram uma nova problemática a essas análises. A Rússia pós-1917 esteve no centro dessas reflexões teóricas devido ao seu significado político na luta pela superação do capitalismo e suas contradições. Em certa medida, tais interpretações selaram divergências e consolidaram alianças, produziram inimigos e reorganizaram movimentos. Nesse sentido, pelo aspecto teórico e por seus desdobramentos práticos, as avaliações marxistas, ainda que com grande heterogeneidade, compuseram o corpo principal da bibliografia consultada, em especial aquelas produzidas a partir da crise e do fim da União Soviética.

Para efeito da exposição podemos agrupar as interpretações sobre a crise que levou ao fim a URSS em quatro unidades distintas, considerando que há importantes aproximações teóricas entre elas, assim como divergências em seus interiores. O que as distingue é a caracterização sobre quais bases se ergueram tais regimes e quais os principais fatores principais produziram seu fim.

Buscamos evidenciar, a partir da análise da formação sócio-econômica, das contradições entre as classes sociais e seus conflitos, das relações de produção e do processo de desenvolvimento das forças produtivas, os elementos centrais das formulações elaboradas para podermos relacioná-las àquelas produzidas pelo PC do Brasil.

No conjunto das análises, situamos um primeiro grupo que se refere à experiência revolucionária soviética e define seu desenvolvimento como de caráter socialista, na medida em que realizou algumas tarefas básicas fundamentais da transição, de acordo com as principais reflexões propostas por Marx, Engels e, principalmente, Lênin.

A tomada do poder da burguesia e das classes proprietárias e a transferência para os soviets tiveram importância simbólica fundamental, assim como a nacionalização e a socialização dos meios de produção tanto nas cidades como no campo.

Os desafios da transição socialista não foram completados, seja pelas dificuldades impostas pela luta de classes, como afirma Losurdo (2004), como pela crescente incompatibilidade entre as exigências econômicas cada vez maiores, que logrou êxitos, e o sistema político centralizado e burocratizado, como resultado indesejado da luta de classes (NETTO, 1994).

Já Bambirra (1993) sustenta que as premissas da transição socialista, cujo longo processo já havia sido salientado tanto por Marx, como por Engels e Lênin, foram iniciados mas não concluídos, situando, portanto, o processo de crise no caminho da transição como um resultado indesejado, reflexo das limitações do desenvolvimento da luta de classes em escala internacional.

Para vários autores, o socialismo como transição pressupõe a permanência de categorias típicas do capitalismo como o direito burguês e a necessidade de centralização do capital com o objetivo de superar as limitações da produção material. A permanência de dois princípios e dois sistemas não oferece uma resposta definitiva quanto aos resultados. Assim, o convívio entre formas socialistas e capitalistas num longo, ainda que dirigido, processo não garante de antemão a conclusão da transição. Nesse sentido, o regime soviético se enquadra dentro dessa perspectiva, apesar de sua particularidade histórica, dos ‘erros’ e ‘desvios’ do stalinismo, das conquistas sócio-econômicas num quadro de acirrada disputa política e militar com o Ocidente, que consagrou sua vitória com a entropia do regime soviético.

Uma segunda linha de interpretação no interior da tradição marxista foi a abordagem de orientação trotskysta que, com o desenrolar da crise soviética, recorreu ao argumento fundamental em identificar o regime soviético como um Estado operário, definido pela propriedade social dos meios de produção, dirigido por uma burocracia

degenerada que se apropriara do controle sobre o Partido e o Estado para articulação e imposição de seus interesses, os quais somente se viabilizariam numa integração progressiva com o capitalismo. Sua crise reflete a crise do próprio sistema capitalista.

O dirigente do Partido Obrero argentino, Jorge Altamira (1994) define

“o caráter de classe da ex-URSS como um Estado Operário em decomposição, em dissolução, cujos elementos dinâmicos são, de um lado, a negação do Estado Operário através de uma política de restauração capitalista (e nessa medida, o Estado Operário, enquanto proteção das relações sociais da Revolução, deixou de existir) e, de outro, a revolução política das massas que tende, potencialmente, à expropriação da própria burocracia” (ALTAMIRA, 1994: p. 14).

Em certa medida, esta perspectiva de uma retomada dos pressupostos revolucionários traídos pela herança stalinista também foi partilhada por Mandel (1992) e Coggiola (1994).

Michel Löwy (1991), embora não partilhe do mesmo fervor quanto à possibilidade da retomada da revolução socialista, argumenta que os conflitos no interior da URSS e de outras ‘*non-capitalist societies*’ podem desenvolver-se em outros sentidos como a manutenção do sistema autoritário combinando reformas orientadas para o mercado, no estilo aplicado por Deng Xiaoping; uma relativa democratização do sistema político com a introdução de mecanismos de mercado, uma democratização que os aproxime das experiências social-democratas ou a democratização do poder político e a democratização das estruturas de planejamento econômico. Em todas as alternativas, fica evidente sua compreensão de que a partir da ação da burocracia, o retorno às estruturas econômicas básicas do capitalismo tornou-se inevitável.

Embora reservem importantes variações teóricas, esta concepção recorre ao caráter social da propriedade como determinante para a caracterização da URSS como um Estado Operário. O recurso ao elemento formal da propriedade é contrabalançado pelo acento sobre o papel nefasto desenvolvido pela burocracia que, ainda que não assuma estatuto de classe, controla de fato os meios de produção e as instituições políticas do Estado.

Observe-se que há a permanência de um formalismo superestrutural que recorre à titularidade dos meios de produção para atribuir o caráter de classe do Estado, deslocando para o seu interior os caminhos para a compreensão da ação da burocracia. Desse modo, tais abordagens produzem um afastamento sobre as determinações de classe, a partir das relações econômicas, oferecendo autonomia política descolada da base econômica, crítica

essa que retomaremos adiante, em função de sua proximidade com a abordagem dos comunistas do PC do B.

T. Cliff (1989) e A. Callinicos (1992), ainda que reproduzam o fundamental da tradição vinculada a Trotsky, apontam que a ação da burocracia estruturou-se sobre uma forma de Capitalismo de Estado, que se utilizou da simbologia socialista, preservou os princípios estruturantes das relações capitalistas sem uma burguesia e suas crises tradicionais.

Segundo Callinicos,

os regimes estalinistas da Europa Oriental foram, de fato, derrubados por revoluções políticas, mas não do tipo esperado por Trotsky. O modo capitalista de produção, cuja forma burocrática estatal-capitalista fora estabelecida na URSS durante a contra-revolução de Stalin em 1928-32, e estendida à Europa Oriental após 1945, permaneceu dominante após as revoluções. O desfecho dessas revoluções consistiu em gerar uma reorganização política da classe dominante, que permitirá às economias do Leste europeu uma plena integração ao mercado mundial e a reestruturação requerida pela transição do capitalismo de Estado para o capitalismo multinacional (CALLINICOS, 1992: p. 72).

Um terceiro grupo concentra-se na tese típica do que se convencionou chamar de maoísmo, que será detalhado adiante no corpo do trabalho, devido a seus vínculos com a história e evolução teórica do PC do Brasil.

Para tal tradição teórica, o regime soviético teria consolidado uma forma específica de Capitalismo de Estado, encapsulando o processo revolucionário de 1917 num capitalismo onde se preservaram as relações de produção e de poder típicas do modo de produção burguês no interior das unidades produtivas.

A partir das estruturas políticas do Estado Soviético se desenvolveu uma nova burguesia, controladora dos meios de produção e capaz de extrair mais-valia e distribuí-la ao longo de uma nova aliança de classes. Esta nova burguesia se utilizou de meios extra-econômicos para atingir seus efeitos, num processo similar ao utilizado por setores da burguesia ocidental, particularmente a inglesa, no processo de acumulação primitiva onde o Estado teria sido fundamental na criação de um proletariado e na mercantilização das relações comerciais e pessoais.

Em certa medida, o que parece ter contribuído para o fim do regime soviético foi uma estrutura política e econômica adequada para uma determinada etapa do desenvolvimento capitalista vivido no Leste da Europa. A partir do momento em que as formas de controle do trabalho e das formas de distribuição da riqueza tornaram-se

incompatíveis com o processo de acumulação e regulação do capital em nível global o regime perdeu eficácia. As contradições de classe empurraram-no para o abismo, uma vez que sua sustentação política, ética e ideológica evidenciavam uma defasagem diante das formas exigidas para sua legitimação.

Se o que caiu foi um modelo de Capitalismo de Estado, a crise, assim como os trotskystas apontavam, era do capitalismo e, portanto, pouco se relacionava com os pressupostos do socialismo, muito embora seus ícones, valores, símbolos e princípios de convivência humana também se desvaneceram diante da avalanche de nacionalismo, liberalismo e conflitos étnicos e religiosos que assolaram a Europa.

Por fim, embora mantenha vínculos nítidos com as formulações anteriores, existe ainda um outro bloco de autores que atribuem a crise ao esgotamento do modelo desenvolvimentista adotado como resultado da Revolução de Outubro.

O paradigma tecnológico parece ser o unificador de um conjunto de autores que situam o aguçamento da crise soviética a partir do momento em que, ao longo do processo de crescimento e desenvolvimento da produção, os países do Leste europeu não conseguiram criar mecanismos capazes de produzir uma mudança qualitativa da produção com vistas a atender as demandas por bens de consumo.

O crescimento qualitativo, em que pese o custo social verificado, se evidenciou como um sucesso até meados dos anos 60. No entanto, a interrupção do crescimento e o deslocamento progressivo das inovações para o complexo militar foi determinante para indicar a incapacidade do modelo em produzir uma nova vaga de crescimento alicerçada em alta tecnologia²².

O que percorre o conjunto desses autores é que o modelo soviético estabeleceu um padrão de convivência e integração com o capitalismo que se configurou numa espécie de modelo competitivo, mas integrado num todo, cujo objetivo central era o desenvolvimento ampliado das forças produtivas. O socialismo e as bandeiras de emancipação nacional eram recebidas e incorporadas pela temática de crescimento econômico, da autonomia nacional,

²² E. Hobsbawm ao abordar os vínculos sistêmicos indicava que nessa competição a eclosão das crises se tornaram incontornáveis na medida em que “os soviéticos, rudes e inflexíveis, podiam com esforços titânicos ter construído a melhor economia da década de 1980 em qualquer parte do mundo, mas de que adiantava à URSS o fato de que em meados da década de 1980 ela produzia 80% mais aço, duas vezes mais ferro-gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, quando não se adaptara a uma economia que dependia do silício e software?” (HOBSBAWN, 1995: 244) ver também MIGLIOLI (1994: 63)

da expansão das redes de produção e serviço, enfim, os padrões de felicidade se consolidavam na ampliação da capacidade de consumo, que só se viabilizaria com o aumento contínuo da produção.

Sobre tais vínculos, Wallerstein (1985) definia os limites dos sistemas a partir de sua concepção acerca do lugar dos regimes socialistas em sua relação com o capitalismo. Segundo ele,

Uma das forças dos movimentos anti-sistema era o fato de que chegaram ao poder em grande número de Estados. Isso alterou as políticas vigentes no sistema mundial. Mas essa força foi também uma fraqueza, visto que os chamados regimes pós-revolucionários continuavam a funcionar como parte da divisão social do trabalho do capitalismo histórico. (...) As mudanças nas estruturas estatais alteraram as políticas de acumulação; não foram ainda capazes de liquidá-las” (WALLERSTEIN, 1985: p. 61).

Sua crise terminal se confrontava com as perspectivas de sua origem, como são parte integrante de uma economia-mundo capitalista suas ações são por ele determinadas e assim como suas contradições desse sistema derivam (WALLERSTEIN, 1985: p. 91). Imre Marton (1996) sustenta que tal vinculação produziu um subsistema que aliava características de periferia com intenso avanço tecnológico no complexo militar, produzindo desigualdades que irradiavam por toda a sociedade soviética.

Ao avaliar estas contradições, Manuel Castells (1999), que caracteriza o regime soviético de *Estatismo industrial*, indica que a incapacidade em produzir uma mudança qualitativa no modelo produtivo, para qualificá-lo na disputa com os países do Ocidente, residia no caráter rígido e controlador exercido a partir dos órgãos estatais sobre a produção e o setor de Pesquisa e Desenvolvimento²³.

Por fim, Robert Kurz (1992) reitera tal perspectiva, ainda que se situe próximo de algumas premissas maoístas, na medida em que avalia o aprisionamento do modelo ao padrão de produção de mercadorias do capitalismo, oferecendo, em que pese a terminologia e a simbologia socialistas, uma nova forma para o mesmo conteúdo que encerra o conjunto de contradições próprias da lógica do Capital, mesmo sem os capitalistas.

De uma maneira geral, tanto trotskystas como maoístas, apesar das compreensões excludentes, avaliam a crise que pôs fim à URSS como um reflexo do conjunto de

²³ “Assim, no âmago da crise tecnológica da União Soviética reside a lógica fundamental do sistema estatista: prioridade exagerada ao poderio militar; controle político-ideológico de informações pelo Estado; os princípios burocráticos da economia de planejamento central; isolamento do resto do mundo; e incapacidade de modernização tecnológica de certos segmentos da economia e da sociedade sem modificar todo o sistema em que tais elementos interagem entre si” (CASTELLS, 1999: p. 56).

contradições do capitalismo que reagiram sobre as estruturas do Estado Soviético num processo de interação conflitiva entre elas. As outras abordagens, guardadas suas particularidades, indicam que o regime soviético, com acento ou não capitalista, declinou em decorrência de sua incapacidade em produzir inovações tecnológicas e distribuí-las ao longo do sistema, criando dificuldades nas formas de legitimação política até então dominantes.

No entanto, independentemente da caracterização sobre o elemento central da crise, o fato é que seu desenvolvimento exportou seus impasses para outras partes do mundo. De um modo geral, na Europa e na América Latina a esquerda legal sofreu importantes derrotas eleitorais e políticas no período imediatamente posterior, ao mesmo tempo em que as lutas extraparlamentares viveram dramático recuo até o final da década de 90.

Os vários partidos comunistas no mundo sofreram importantes dissensões e transformações²⁴. Muitos assumiram um posicionamento político próximo à tradição social-democrata, assumindo – ao menos no discurso – a defesa da democracia, a liberalização do mercado e um discurso pluriclassista. Outros nem isso.

Ainda que as transformações no Leste europeu não tenham erodido todo o chamado “campo socialista”²⁵, causaram um impacto substantivo sobre a ação, teórica e prática, dos partidos e movimentos de esquerda em várias partes. Daí, nosso objetivo consiste em entender tal impacto no Brasil, destacando as análises existentes sobre aquelas experiências, suas caracterizações, avanços, limites e as interpretações vigentes no interior de uma organização cuja identidade passa necessariamente pelo debate em torno do socialismo.

O modo como tais regimes desmoronaram após 1988 e as consequências sociais, políticas e ideológicas em cada país não constituem o objeto e o centro das reflexões deste

²⁴ Além do PCI transformado em PDS, o PTA albanês virou PSA (06/1991) e filiou-se à Internacional Socialista, assim como vários partidos do bloco soviético, O PC Húngaro transformado em Partido Socialista Húngaro (09/1989), na Polônia surge o Socialdemocratas da República Polonesa (02/1990), na Alemanha o SED vira Partido do Socialismo Democrático (02/1990), na Iugoslávia o Partido Comunista é dissolvido (02/1990), na Bulgária o Partido Comunista vira Partido Socialista Búlgaro (04/1990), na Eslováquia transforma-se em Partido da Esquerda Democrática (1990), na Romênia vira Partido dos Social-Democratas Romenos (07/1993), manteve-se com o nome de Partido Comunista na República Tcheca, enquanto foi suprimido na Estônia (ELEY, 2005).

²⁵ Países como a China, Cuba, Vietnã e Coreia do Norte, apesar das diferentes posições políticas, mantêm um discurso em defesa do socialismo e de seus princípios básicos, ainda que admitam vários ritmos de desenvolvimento ou de inserção no mercado capitalista.

trabalho. Nosso objetivo central é analisar os impactos ideológicos e políticos destas transformações sobre a esquerda no Brasil, particularmente sobre o Partido Comunista do Brasil, PC do B, assim como verificar quais elaborações teóricas foram produzidas por esta organização sobre as transformações operadas no campo socialista e quais as novas perspectivas apontadas.

Se, uma série de organizações políticas da esquerda do espectro político e intelectuais promoveram um movimento, senão de recusa ao menos, de revisão de suas identidades político-ideológicas, como efeito imediato das manifestações sociais nos países outrora socialistas, o PC do B reforçou sua convicção em torno dos princípios do comunismo e do marxismo-leninismo e de sua tese central, que apresentava o bloco soviético como uma forma de capitalismo de Estado, o qual desenvolveu contradições específicas de um tipo particular de Estado burguês, embora reconhecesse a tragédia teórica, política e organizativa que se abatia sobre os movimentos revolucionários e o pensamento de esquerda naquele momento.

O fim do bloco soviético e o PC do Brasil

A proposta de estudar os efeitos, principalmente os teóricos, ideológicos e programáticos da chamada ‘crise do socialismo’ sobre o PC do B se sustenta pelo entendimento de que as experiências revolucionárias, inspiradas no marxismo, tiveram um impacto sobre as organizações que se propõem a contribuir na conquista dos objetivos históricos de superação do capitalismo. Nesse sentido, a reafirmação do ideário socialista pelo PC do B, após o fim da União Soviética, implica uma avaliação pormenorizada do instrumental teórico desenvolvido por essa organização e dos impactos políticos, estratégicos e ideológicos das transformações operadas na Europa entre 1988-1992 que causaram sobre a esquerda organizada no Partido Comunista do Brasil.

No entanto, devido a seu projeto universal e internacionalista, o estudo de um partido comunista impõe uma reflexão que não se encerra na história de um país, mas se insere num contexto político e ideológico mais amplo geograficamente e circunscrito socialmente na medida em que busca ser expressão de um movimento social de base

internacional. Gramsci²⁶ sustenta que, ao estudarmos um partido político devemos ter em mente que estamos empreendendo um estudo de caráter monográfico da história de um país, principalmente se tivermos condições de fazê-lo superando os ‘sectarismos’ das disputas internas, assim como a ‘presunção’ da ‘verdade’ do discurso oficial, o qual supervaloriza a ação da organização em detrimento dos condicionantes históricos e sociais.

Se tomarmos em conta tais observações, podemos considerar que o estudo da problemática do socialismo e dos efeitos da crise do modelo soviético sobre o PC do B implica um estudo que deve articular, em primeiro lugar, os efeitos da determinação de classe e sua vinculação ideológica, da relação entre a representação dos interesses históricos de classe e o papel de sua vanguarda; em segundo lugar, deve-se dar especial relevo na capacidade de incorporação de outras classes no processo de luta pelo socialismo que, sob hegemonia do proletariado, poderiam buscar a realização de seus interesses históricos; em terceiro, o grau de intervenção política concreta diante das mudanças evidenciadas; e, por fim, considerar que existe uma profunda articulação entre os eventos internacionais e nacionais, que nos permite pensar a história global também de um ponto de vista monográfico.

No Brasil, a fundação do Partido Comunista²⁷ em março de 1922 deu-se de maneira diversa dos partidos comunistas da Europa, sob influência direta da Revolução Russa e, ao mesmo tempo, com um proletariado em formação e sob forte controle repressivo.

Criado já sob a influência das 21 condições de adesão à Internacional Comunista, ou III Internacional, o Partido Comunista do Brasil manteve estreitos vínculos teóricos e estratégicos com o movimento comunista internacional, adequando ao Brasil os debates e perspectivas globais do movimento.

Este duplo condicionamento, o local e o global, impuseram ao Partido Comunista do Brasil, uma dinâmica política que articulava contradições em vários níveis e que determinaram seu desenvolvimento, sua estratégia e sua ação ao longo da história.

²⁶ “Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e muitas vezes também com interferências internacionais) poderá nascer a história de um de terminado partido, pelo que se pode dizer que escrever a história de um partido significa nada mais nada menos que escrever a história geral de um país de um ponto de vista monográfico”(GRAMSCI, 1974: p.288).

²⁷ Utilizaremos, como veremos adiante, o nome Partido Comunista do Brasil com a sigla PCB até 1962, quando se consuma a cisão e a criação da sigla PC do B com a manutenção do nome Partido Comunista do Brasil, a sigla PCB passa, a partir de agosto de 1961 a referir-se ao nome Partido Comunista Brasileiro.

Como organização política o Partido Comunista do Brasil teve, talvez como reflexo deste duplo condicionamento, grande penetração popular como resultado das conquistas da URSS, particularmente após a vitória sobre o nazi-fascismo, e sustentou sua influência nos anos 50 e parte dos anos 60. A partir da cisão consumada em 1962 e da forte repressão desencadeada após o golpe militar de 1964 os espaços de ação foram sendo progressivamente limitados influenciando sobre a organização dos comunistas no Brasil.

O PC do B manteve os princípios organizativo do leninismo e saiu da ilegalidade em meados dos anos 80, estruturado nacionalmente e com presença nos principais movimentos sociais do país, particularmente, nos movimentos sindicais e estudantis, embora estivesse distante da influência anterior do PCB dos anos 50. Nessa nova fase passou a disputar espaços políticos com outras organizações de esquerda, em especial com aquelas abrigadas no Partido dos Trabalhadores.

O PC do B se diferenciou substancialmente das outras organizações da esquerda brasileira em função de sua adesão explícita ao marxismo-leninismo e sua herança histórica, vinculada aos parâmetros teóricos e estratégicos da III Internacional, à União Soviética e ao legado de Stalin.

Ainda que as referências ao marxismo ou ao marxismo-leninismo não sejam monopólio do PC do B, as outras organizações de esquerda que as mantêm como paradigmas teóricos se distanciaram da III Internacional, como é o caso daquelas de tradição trotskystas, vinculadas à outras organizações internacionais, ou são de pequena expressão organizativa, como o grupo ‘histórico’ que manteve a legenda do PCB após a maioria optar por transformá-lo em PPS, Partido Popular Socialista.

A chamada ‘*crise do socialismo*’ atingiu um conjunto de partidos – que de alguma maneira mantinham suas referências teóricas e políticas – para a revisão de suas teses, de seus princípios, muitos dos quais abandonaram suas perspectivas transformadoras, incorporando-se na institucionalidade burguesa.

Pela manutenção dos principais referenciais teóricos e políticos, mesmo após o desenrolar da ‘crise’, o PC do B se credencia como objeto de estudo, considerando a magnitude dos objetivos perseguidos, ainda que possamos identificar nos últimos anos um processo contínuo dessa organização em direção ao ajustamento legal.

O entendimento da ‘crise’ e a análise dos seus efeitos sobre uma organização marxista requer a compreensão dominante acerca do socialismo e das tarefas inerentes à sua conquista. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta uma pesquisa histórica sobre a construção da identidade política e ideológica do PC do Brasil, desde os imperativos da fundação do PCB em 1922 passando pelos eventos que consolidaram a ruptura com Prestes e a maioria do Comitê Central em 1962. Este processo ganhou destaque especial em função de conter ali os pilares de sustentação da concepção de socialismo do PC do B, centralizado na crítica ao ‘revisionismo contemporâneo’.

Nesta análise histórica da construção da identidade do PC do B encontram-se a aproximação com o maoísmo e o Partido Comunista da China e as relações desenvolvidas com o Partido do Trabalho da Albânia.

Ao lado desse inventário histórico, há uma avaliação teórica da concepção de socialismo do PC do B, cujo vínculo com a URSS anterior ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 foi determinante na coesão e organização partidárias, assim como delineou todo o percurso teórico desta organização.

A crise que pôs fim à União Soviética mostrou-se determinante para a aplicação dos pressupostos teóricos sustentados pelo PC do B e sua concepção de socialismo. Como veremos adiante, a crise produziu efeitos visíveis nas formulações políticas do partido, como o Programa Socialista, ao mesmo tempo em que se observa a permanência de importantes lacunas teóricas.

Capítulo 2. A trajetória dos comunistas e o caminho do PC do B

O capítulo que segue é uma pequena história dos comunistas no Brasil. Em certa medida, ele busca demonstrar, de acordo com a conjuntura nacional e internacional e o grau de contradições do capitalismo brasileiro, como os elementos históricos nacionais e o desenvolvimento da luta de classes em nível mundial determinaram as principais características da organização dos comunistas brasileiros.

O texto não pretende esgotar o tema nem tampouco compilar o rol de teses e estudos sobre o assunto, mas sugerir que a origem do PC do B, como organização autônoma e distinta, guarda relação direta com a história comum dos comunistas no Brasil, assim como reflete os desdobramentos das divergências no interior do movimento comunista. Seu caráter internacionalista, somado às peculiaridades na própria formação da organização e as dificuldades de assimilação e de desenvolvimento do marxismo no interior do PCB delimitaram, de certa maneira, os caminhos desse desenvolvimento.

Nesse sentido, a exposição que segue elenca um conjunto de elementos que contribuíram para as definições que orientaram a identidade político e ideológica do PC do B no processo de sua autonomização em relação aos dirigentes e a estrutura do PCB, processo autodenominado de reorganização.

A história dos comunistas no Brasil tem relação direta com a história da Revolução Russa e com o desenvolvimento teórico e político do partido bolchevique. No começo do século XX à época da Revolução Outubro, o marxismo, enquanto teoria, não havia penetrado no incipiente movimento operário nem na não menos incipiente intelectualidade brasileira.

As primeiras referências a Marx no Brasil datam do período da Comuna de Paris, quando a burguesia liberal²⁸ faz um conjunto de referências ao socialismo e ao comunismo, em geral dissociadas do significado teórico do materialismo histórico.

Segundo Moraes Filho (1991), no final do século XIX vários pensadores, de filiação republicana, liberal, positivista, maçônica ou socialista, como aqueles ligados à Escola do

²⁸ E. Moraes (1991) sustenta que a primeira referência explícita ao nome de Karl Marx encontra-se no jornal do Partido Liberal, chamado *A Reforma*, onde Joaquim Serra refere-se ao chefe da Internacional, diferenciando-o dos anarquistas.

Recife, fizeram referências esporádicas às contribuições dadas pela teoria marxista que, de um modo geral, concentravam-se mais na defesa dos princípios de igualdade e de justiça inerentes aos do socialismo do que propriamente de uma afirmação dos eixos teóricos do marxismo.

Ao mesmo tempo, emergiam, na medida em que as contradições do modelo econômico e social se agudizam no país recém egresso da escravidão, um conjunto de grupos e organizações socialistas, enquanto que a imigração européia trazia consigo um crescente número de trabalhadores e militantes de origem anarquistas, particularmente da Itália e Espanha.

No entanto, apesar de buscar ilustrar os primeiros caminhos do pensamento marxista no Brasil, Moraes Filho aponta um conjunto de autores que recorrem às contradições entre as classes e ao modelo de organização típico da exploração capitalista que, a nosso ver, mantém-se distantes do escopo teórico do marxismo. O próprio Marx sustentava que a especificidade do materialismo residia não na constatação da existência das classes ou da luta entre elas, mas no entendimento de que o desenvolvimento da luta de classes desembocaria na ditadura do proletariado²⁹, questão ausente nessa literatura de começo do século.

O processo de formação da organização dos comunistas no Brasil relaciona-se diretamente com a própria consolidação da classe operária no Brasil, processo que remonta às primeiras décadas do século XX cuja composição social derivou, principalmente, da chegada das primeiras levas de imigrantes, muitos dos quais se concentram, às vezes depois de pequenas temporadas no campo, nos centros urbanos em expansão, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo.

Em princípios de século XX, o número de trabalhadores estrangeiros na indústria, particularmente em São Paulo, era significativo, o que pode sugerir a existência de uma

²⁹ “(...)No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes (...)” (MARX, s.d.b)

divisão de trabalho com variáveis não apenas sócio-econômicas, mas também nacionais³⁰. A incipiente indústria paulista abrigou trabalhadores europeus na produção, enquanto que aos nacionais³¹ destinavam-se trabalhos mais pesados, de pouca qualificação e de caráter acessório às atividades industriais.

Jules Droz, líder da Internacional Comunista faz o seguinte comentário sobre a classe operária brasileira do começo de século:

“ainda que não existam preconceitos de raça no Brasil, segundo as informações de nossos camaradas, uma coisa chama logo a atenção(...) os **coolies** brasileiros, os trabalhadores da estiva, os homens de trabalho pesado, são todos homens de cor, enquanto que os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena e os funcionários, as mulheres bem vestidas etc. são todos brancos” (DROZ, apud SANTOS, 2003: p.16).

Essa acentuada presença estrangeira no processo de formação da classe operária brasileira, ainda que segmentada em alguns setores por fatores históricos, nacionais e até raciais, reforçava também uma forte diversidade ideológica trazida na bagagem dos imigrantes. O anarquismo, o socialismo cristão e as várias matizes de reformismo, positivista ou não, compunham o leque de opções ideológicas nas primeiras décadas do século XX passando apenas tangencialmente pelo marxismo.

Ao longo da década de 1910, vários movimentos grevistas eclodiram pelo país e a greve geral de 1917, iniciada em São Paulo e expandida para outras cidades, demonstrava a reprodução dos conflitos sociais típicos do capitalismo e um grau de insatisfação crescente dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o país vivia um relativo crescimento econômico, particularmente na indústria, motivado pela política de substituição de importações em função da Grande Guerra na Europa. Nesse quadro, os núcleos anarquistas e socialistas espalhados pelo país convergiram seus debates em torno da notícia do sucesso dos bolcheviques na Rússia em novembro daquele ano.

Ainda que num primeiro momento, devido à falta de informações e a ação muitas vezes caluniosa da imprensa liberal e conservadora, tais movimentos tenham declarado simpatias e louvas aos bolcheviques, na medida em que as notícias sobre o caráter da revolução chegavam ao Brasil muitos desses núcleos anarquistas e social-reformistas distanciaram-se e passaram a criticar Lênin e seu partido.

³⁰ De acordo com SANTOS (2003: p. 49), em 1911, de um total de 10.204 trabalhadores das indústrias têxteis de São Paulo 7.499 eram estrangeiros e destes 6.044 italianos.

³¹ ‘negros, índios, mestiços, pretos, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, brasileiros, os da terra’ eram como os trabalhadores não estrangeiros eram retratados nas descrições da época de acordo com Santos (2003)

A primeira tentativa de organização partidária foi, portanto, posterior aos eventos de 1917 e reuniu militantes de origem anarquista em 1919 com o objetivo de formação de um partido comunista, que em essência, tanto do ponto de vista orgânico como teórico, contraditava os princípios das teorias libertárias. Ainda que tenha sido efêmera essa iniciativa, ela já indicava o grau de influência da Revolução Russa sobre a militância socialista no Brasil.

Posteriormente, já com os efeitos da Revolução Russa mais consolidados, como a resistência ao cerco imperialista e a derrota da contra-revolução, as iniciativas dos grupos comunistas espalhados pelo Brasil convergiram para a necessidade de organização de um partido político que congregasse os comunistas. Assim, os núcleos autodenominados comunistas mais consistentes e que formaram o Partido Comunista em 1922, desde o início tiveram, nos passos dados pelos bolcheviques, importante referência política e ideológica na Revolução Russa. Em que pese se encontrarem diante de um proletariado em formação, com pequena organicidade e identidade política, enquanto que os congêneres russos consolidavam seu papel dirigente e sua nova forma de Estado.

Num ambiente político de instabilidade no interior das classes dominantes motivado por disputas regionais, de contradições progressivas entre os setores médios, muitas vezes representados politicamente pelas forças armadas de baixa patente, os grupos comunistas, sob iniciativa do grupo ‘maximalista’ de Porto Alegre convocaram o processo de organização do Partido Comunista.

Criado num Encontro na cidade do Rio de Janeiro nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o Partido Comunista surgiu a partir da articulação de vários grupos que, de alguma forma, floresceram no rastro dos efeitos da Revolução Russa no Brasil. O grupo Zumbi do Rio de Janeiro após solicitação do grupo comunista de Porto Alegre organizou o evento que teve como um dos objetivos centrais o debate sobre a participação dos comunistas brasileiros no IV Encontro da Internacional Comunista em Moscou em junho daquele ano, demonstrando na sua origem o peso e significado dos eventos russos sobre a história que se construía a partir daquele momento.

A pauta do Encontro era o exame das 21 condições de admissão à Terceira Internacional, aprovação dos Estatutos, inspirados, de acordo com Vinas (1982) nos

estatutos do Partido Comunista Argentino, eleição da Comissão Central Executiva e medidas em benefício dos flagelados russos na região do Volga (ZAIDAN, 1988: p. 14).

O Encontro que configura o I Congresso do PCB³² congregou nove delegados representantes dos núcleos de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro, sendo que os grupos de Santos e Juiz de Fora não puderam enviar delegação.

Os estatutos do Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, (PC – SBIC) foram publicados em sete de abril de 1922 e em fins de julho o PCB foi posto na ilegalidade, situação que o acompanhou na maior parte de sua história.

Os primeiros conflitos ideológicos e organizativos que os comunistas brasileiros enfrentaram se estabeleceram em dois planos distintos: de um lado, a necessidade de delimitar seus espaços e disputar a hegemonia com os anarquistas que, de inspiração latina, enraizaram-se junto com as ondas migratórias do começo do século, e as outras formas de reformismo então existentes. Note-se que o percurso ideológico dos conflitos deu-se de maneira distinta dos similares europeus, e mesmo do argentino, cujo enraizamento teórico os vinculava a um debate sobre o marxismo, o qual era ausente no Brasil.

De outro lado, pelo fato de sua origem dar-se sob a égide da III Internacional, ele se obriga a um intenso debate contra as tendências maçônicas e positivistas, em defesa do marxismo, ainda precariamente assimilado pelos dirigentes e pela primeira geração de militantes. Como efeito desse processo encontram-se os ecos das políticas de proletarianização e bolchevização do partido implementados nos anos 30 contra tendências ‘pequeno-burguesas’ identificadas, em parte, na intelectualidade que afluía ao PCB.

A relação com a Revolução Russa e com a Internacional Comunista, o *Comintern*, se inicia oficialmente com o envio de Antonio Bernardo Canellas, eleito membro da Comissão Central Executiva no I Congresso e que já se encontrava na Europa, para Moscou com o objetivo de requerer o reconhecimento do PCB como seção da Internacional Comunista.

No entanto, a participação do delegado brasileiro foi considerada controversa e a ação de Canellas resultou na não aceitação do PCB como membro efetivo da Internacional

³² Utilizo nesse texto o nome, no período histórico que vai da fundação do partido até início da década de 60, de Partido Comunista do Brasil com a sigla PCB. Após 1962, esta história será objeto de disputa e indicará dois partidos distintos o Partido Comunista Brasileiro com a sigla PCB e o Partido Comunista do Brasil com a sigla PC do B.

Comunista por expressar, na opinião da Junta Executiva da IC³³, divergências com o marxismo, impregnado por tendências anarquistas e maçônicas.

Ainda que haja um importante debate historiográfico acerca da interferência da Internacional Comunista e seu secretariado para a América Latina na fundação do PCB e o grau de autonomia dos militantes brasileiros, é inegável que *o Comintern* e o Partido Comunista (bolchevique) da Rússia eram as principais referências políticas e ideológicas nos primeiros anos do PCB e que, em certa medida, definiram um conjunto de desenvolvimentos teóricos dos comunistas no Brasil.

O modelo organizativo, político e ideológico imposto pela III Internacional nas 21 condições para admissão, assim como as orientações estratégicas para o continente a partir do secretariado latino americano expressavam, durante os primeiros anos de vida do PCB, a principal referência política do novo partido e que marcou seu desenvolvimento posterior.

Zaidan (1988) demonstra existir um grau de autonomia importante entre os militantes do PCB e a IC podendo ser observado na análise do desenvolvimento das formulações políticas ao longo dos anos 20. Em certa medida, as análises realizadas no Brasil sobre o caráter da formação econômico-social e as classes sociais em luta no período, particularmente influenciada pela obra de Octávio Brandão³⁴, demonstraram um distanciamento em relação às orientações vindas da IC.

O texto de Octávio Brandão, que orientou as formulações teóricas e táticas do PCB até seu III Congresso, apontava um grau de contradições crescentes entre os interesses do imperialismo britânico e norte-americano, por onde oscilavam os grupos das classes dominantes, notadamente a oligarquia rural e a burguesia industrial. Indicava, talvez com um grau de autonomia e independência teórica impensado, que as revoltas tenentistas expressavam um caráter mais marcadamente pequeno-burguês da revolução brasileira, de modo que, diferentemente dos experimentos soviéticos e o chinês (em curso no período), a revolução democrático-pequeno-burguesa no Brasil obedeceria um outro desenvolvimento. Para ele, a pequena-burguesia poderia desempenhar, particularmente através de sua

³³ “O Comitê Executivo da Internacional Comunista, depois de ter discutido o relatório do representante do Partido Comunista do Brasil, estabelece que este partido não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença de elementos da maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas, o que explica a estrutura descentralizada do Partido e a confusão reinante sobre a teoria e a tática comunista”(CARONE, 2005)

³⁴ Brandão publicou em 1926, sob pseudônimo de Fritz Mayer, **Agrarismo e Industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a Guerra de classes no Brasil**. Ver Brandão (2006)

influência militar e urbana, um papel fundamental na etapa nacional e democrática da revolução brasileira, onde o proletariado deveria participar e dirigir com vistas em transformá-la em revolução proletária e socialista.

Ainda que duramente criticado pelas consequências táticas dessa formulação, a reelaboração da política de luta anti-colonial e anti-imperialista pela Internacional Comunista a partir do seu VI Congresso obrigou o PCB a refazer boa parte de suas articulações em direção a uma Revolução democrático-burguesa anti-imperialista, afastando-se do movimento real em curso, cujos efeitos políticos e organizativos foram sentidos nos episódios da crise política em 1930, cujo sectarismo e estreiteza política o mantiveram afastado da Aliança Liberal e das articulações tenentistas, muitas das quais, como a *Coluna Prestes*, desenvolviam-se num sentido anti-oligárquico e crítico ao liberalismo.

No entanto, as críticas oriundas do *Comintern* identificavam a penetração da ideologia pequeno-burguesa no interior do PCB, cuja materialização se verificava na obra de Octávio Brandão e na ação de Astrogildo Pereira. O Bureau da Internacional Comunista na América Latina formulou uma dura crítica ao PCB por situar o partido e a classe operária a reboque das ações dessa pequena-burguesia, identificando tais formulações como expressão da ideologia pequeno-burguesa no interior do próprio partido.

Os processos de ‘bolchevização’ e ‘proletarização’ implementados nos anos seguintes, que se materializaram no afastamento de Astrogildo Pereira da direção do PCB, ajudaram a moldar uma face do PCB mais afinada com as interpretações dominantes acerca do marxismo-leninismo no interior do movimento comunista internacional.

O trabalho desenvolvido por Octávio Brandão foi pioneiro na tentativa de descrever a estrutura de classes e analisar as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil dentro de uma perspectiva abertamente marxista. Embora o PCB mantivesse explicitamente sua vinculação aos sucessos dos revolucionários soviéticos, ao seu modelo partidário e às perspectivas da revolução mundial, as reflexões políticas da década de 20 ousaram introduzir elementos acerca da conjuntura política nacional e da formação econômico-social brasileira. Essa abordagem, ainda que limitada na perspectiva teórica e problemática na aplicação tática, permitiu uma inserção na política nacional com um grau de autonomia em relação aos modelos de revolução vigentes no quadro da Internacional

Comunista que após o seu VI Congresso em 1928 definiu o caráter, para os países coloniais e semi-coloniais, da revolução democrático-burguesa anti-imperialista, com fortes repercussões sobre as alianças e a luta desenvolvida pelo pequeno PCB à época.

A consolidação da idéia de bolchevização dos PC's assentava o domínio do Partido Comunista Russo sobre as estruturas partidárias de todo o mundo, ao mesmo tempo em que passava a orientar as ações da III IC pelas demandas da política externa do Estado Soviético. Esse processo passou a se materializar no Brasil a partir de 1928 com o afastamento, paulatino, de lideranças identificadas como pequeno-burguesas, direitistas ou simpatizantes do trotskismo, muito embora estivesse distante dos padrões verificados na Europa (MORAES, 1991: p. 70).

Alguns efeitos puderam ser observados numa visão “estreita” dos acontecimentos políticos de fim dos anos 20, isolando o partido das massas e dos eventos que definiram o novo rearranjo de forças políticas no país³⁵.

Se a partir do VI Congresso da III Internacional, quando se processa o radical afastamento em relação aos socialistas e sociais-democratas, os comunistas conhecem um isolamento político em vários países, as derrotas impostas aos comunistas alemães e chineses e a ascensão do fascismo na Europa empurra, em meados da década de 30, o Comintern em direção à constituição de amplas frentes populares para contenção do avanço das forças do nazi-fascismo.

Essa mudança de orientação consolidada em 1935 no VII e último Congresso da Internacional Comunista se materializa no Brasil nas ações da ALN (Aliança Nacional Libertadora) que cumpre objetivos de unificar essa frente nas condições do país.

Embora o alcance da ANL seja por si só objeto de intenso debate, observa-se aqui, em sua interação com o PCB, os efeitos da presença militar no interior do movimento comunista no Brasil, particularmente pela perspectiva voluntarista e desmobilizadora resultante dessa tradição.

Não é objeto desse trabalho explorar as relações estabelecidas entre a organização dos comunistas e a tradição militar que a ele se incorporou, principalmente no processo de

³⁵ Zaidan sustenta que ao aproximar-se dessa ortodoxia em construção “não há como negar que assim perdia o elo que atava a elaboração política dos comunistas às contradições específicas da formação social-brasileira, por mais absurda, menchevista, reboquista e pequeno-burguesa que parecesse a teoria da revolução democrático-pequeno-burguesa e o reconhecimento da especificidade da questão pequeno-burguesa no Brasil”(ZAIDAN, 1988: p. 66).

adesão de Prestes ao PCB em meados dos anos 30 e seus efeitos no movimento de 1935. No entanto, a história do PCB é pontuada por manifestações, em certa medida, estranhas aos princípios norteadores da teoria marxista, que refletem, além de sua insuficiente penetração no proletariado nascente no Brasil, uma crescente influência de práticas militares e tradições caudilhescas que, ao longo de sua história, traçaram interessante paralelo com o chamado ‘culto à personalidade’. Some-se a tais características formadoras do perfil teórico e político do PCB a pequena penetração e o entendimento marginal da teoria marxista na vida partidária, que se delineou e se popularizou sob influência direta dos desenvolvimentos políticos e ideológicos da União Soviética sob Stalin.

Desse modo, cumpre destacar que as duas primeiras décadas de vida do PCB expressaram a iniciativa de um grupo de revolucionários que, sob impacto da Revolução Russa, romperam o cerco ideológico do anarquismo e do reformismo das mais variadas matizes e se dispuseram a fundar uma organização de feição internacionalmente conhecida, mas de pequena inserção local, que refletia o grau de dispersão e fragmentação política e ideológica de uma classe operária pequena e em formação num país cujo padrão de desenvolvimento capitalista encontrava-se em definição.

Para tal iniciativa, em função das determinações conjunturais de princípio da década de 20, afluiu um conjunto de militantes cuja formação marxista era rudimentar ou inexistia, num processo radicalmente diverso do europeu, onde o debate político e ideológico no interior do socialismo cindiu o movimento dos trabalhadores em tendências distintas das quais os comunistas tornaram-se protagonistas fundamentais.

A criação do PCB e sua relação com a Revolução Russa e a Internacional Comunista definiu rumos e estratégias, modelos e práticas, em que pese terem existido graus de autonomia não desprezíveis, como demonstraram os II e III Congressos do PCB. No entanto, as definições dos VI e VII Congressos da IC em relação aos países coloniais e semi-coloniais³⁶ e as decorrências organizativas ao longo dos anos 30 (combate ao trotskismo, proletarianização etc) paulatinamente desenharam o tipo de organização política dos comunistas no Brasil que, submetidos à dura repressão e à clandestinidade prolongada, se adequava com relativo sucesso, embora ainda distante dos vínculos orgânicos com a classe de origem necessários à revolução.

³⁶ ver (SCHLESINGER, 1977).

Os caminhos da revolução: legalidade e radicalização

O fechamento da ANL, a repressão que se abateu sobre os revoltosos de novembro de 1935 e o encarceramento das principais lideranças comunistas, incluindo Prestes, durante o Estado Novo delimitou o raio de intervenção do PCB. O desenvolvimento da legislação trabalhista sob orientação de Vargas, a nova estrutura sindical e a ação das forças repressoras contribuíram no fechamento dos canais de ação do PCB. No entanto, a eclosão da guerra na Europa e as perspectivas abertas em torno da questão nacional permitiram ao PCB desenvolver um conjunto de ações populares, principalmente aquelas ligadas à luta de pela democracia e o combate ao nazi-fascismo.

A legalidade conquistada após a queda de Vargas em 1945 levou o PCB ao nível de uma organização nacional e popular. O modelo de partido da clandestinidade, o partido de quadros no modelo leninista, foi sendo substituído por uma organização de massas de grande representação eleitoral³⁷.

Em pouco tempo, o partido se consolidou numa organização de expressão popular, ainda que com baixo nível de organicidade. O fato de ser o partido ligado à URSS, que havia derrotado o nazismo, de ser o partido de Prestes e deste dividir o cenário político nacional com Vargas, alçaram o PCB a uma posição de destaque na vida partidária nacional.

Ainda na clandestinidade e com muitos dirigentes presos, o PCB³⁸ realizou a Conferência da Mantiqueira em 1.943, que lançou a idéia de “*União Nacional*” em torno de Vargas. Apesar de não vingar a proposta e Vargas ser afastado do poder em 45, o PCB buscou viabilizar sua proposta, mas não obteve sucesso. No pleito daquele ano apresentou uma candidatura à presidência da República e uma chapa completa de deputados e senadores³⁹.

³⁷ De acordo com Pandolfi, o PCB tornou-se a 4 força eleitoral nos pleitos de 45 e 47 elegendo 15 constituintes contra 24 do PTB, 87 da UDN e 117 do PSD. Embora não haja números confiáveis, as estimativas são de que o PCB transformou-se no maior partido comunista da América Latina, conquistando em poucos meses algo em torno de 200 mil filiados, muitos dos quais sequer foram organizados em células e outras estruturas partidárias. (PANDOLFI, 1995)

³⁸ Em 1941 havia sido criada a CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), a partir de algumas estruturas partidárias, com destaque para a Bahia, que não haviam sido desestruturadas pelo Estado Novo, com o objetivo de reorganizar nacionalmente o partido. (VINHAS, 1982).

³⁹ Apesar de pouco menos de um mês de campanha, o PCB conquistou quase 10% do eleitorado com seu candidato à presidência Yedo Fiúza e elegeu 1 senador (Luis Carlos Prestes) e 14 deputados federais

O partido que havia defendido a democratização com Vargas à frente, que aproximou comunistas e trabalhistas, saía do pós-guerra esperançoso numa ampla aliança por reformas dentro da legalidade democrática. A política de *União Nacional* expressava esta concepção que permitiu pensar a realização das tarefas nacionais e democráticas da revolução dentro da ordem. A conjuntura emergente do pós-guerra fez com que se incorporassem muitos partidos comunistas aos sistemas partidários e à legalidade democrática que, de certa forma, impôs uma moderação programática e uma institucionalização crescente aos comunistas.

Por exemplo, nos Estados Unidos Earl Browder, dirigente do Partido Comunista, defendeu a extinção do Partido e a criação de círculos marxistas, uma vez que, “com a derrota do nazi-fascismo em 1945, o mundo havia entrado em uma fase de desenvolvimento pacífico, em que o imperialismo estava derrotado e a consolidação da democracia era inexorável”(RUY, 2002: p.27). Pandolfi (1995) indica que as idéias de Earl Browder, chegaram a se fazer presentes no interior do PCB através de Fernando Lacerda⁴⁰ e outros⁴¹, embora tivessem sido derrotados no debate interno.

Prestes defendeu a política de *União Nacional* e fez reiterados elogios à democracia, afirmando ser o PCB “o esteio máximo da lei e da ordem”. O PC do B sustenta que a linha política contraditória adotada, particularmente após a cassação do registro do PCB, revelava uma forte influência revisionista, uma vez que admitia “que o imperialismo está dentes quebrados e não pode mais impedir o avanço pacífico da democracia no Brasil e no mundo”, tese que se afastava da realidade, uma vez que “não se situa no quadro da luta de classes e das exigências da situação concreta”(PCdoB, 2000c.: 157).

(Gregório Bezerra, José Maria Crispim, Maurício Grabois, Claudino José da Silva, Joaquim Batista Neto, Osvaldo Pacheco, Abílio Fernandes, Alcides Sabença, Agostinho Dias de Oliveira, João Amazonas, Carlos Marighella, Milton Caíres de Brito, Alcedo Coutinho e Jorge Amado), além de mais 2 (Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara) pela legenda do PSP.

⁴⁰ Segundo Buonicore (2003), em uma entrevista à revista Diretrizes de 27 de maio de 1943, Fernando de Lacerda expressou suas idéias: "Desde que voltei ao meu país, sempre sustentei a mesma opinião. Na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se trata de recompor quaisquer espécie de organismos ilegais (...) A criação ou reorganização de partidos ou quaisquer organismos ilegais, contra as leis em vigor — enquanto essas leis não forem consideradas pelo próprio governo como inadequada a seu esforço popular e à União Nacional anti-hitlerista — ajudaria a obra do Eixo e da sua quinta-coluna (...) Hoje as únicas organizações que favorecem nosso país e o nosso povo (...) são organizações abertas, amplas, legais, permitidas e autorizadas pelo governo de guerra ao eixo (...)" (BUONICORE, 2003)

⁴¹ De acordo com o PC do B o ‘*liquidacionismo*’ manifestou-se também nas ações de Silo Meirelles, Carlos Marighella, Agildo Barata, Oestes Timbaúva e José Maria Crispim. (PCdoB, 1972)

A luta pela ampliação da democracia e a proposta de *União Nacional* buscava, ao mesmo tempo, sincronizar o Brasil na luta pela democracia em nível global e superar os principais entraves ao desenvolvimento nacional, localizados na ação do imperialismo e do latifúndio.

Esse ‘reformismo’ dominante no PCB além de explicitar uma nova perspectiva diante da questão democrática, vivida pela primeira vez no país, buscava ampliar seu campo de interlocução onde o partido se põe como representante de todo o povo⁴².

Ao sucesso eleitoral sucedeu-se um período de acirramento das relações internacionais no pós-guerra, consolidando a chamada “*Guerra Fria*”, enquanto que, internamente, membros da UDN, do PTB e do PSD conspiravam contra a legalidade do PCB. Nesse período, o partido possuía dois estatutos: um para a militância e outro para a Justiça Eleitoral, onde referências ao internacionalismo proletário, ao marxismo-leninismo e ao comunismo não apareciam.

Os episódios dessa disputa já foram explorados por diversos autores⁴³, no entanto, para efeitos de nosso trabalho a cassação do PCB (primeiro seu registro em 07 de maio de 1947, depois os mandatos parlamentares em janeiro de 1948) imprimiu uma mudança na orientação geral do partido. O resultado imediato, também identificado com a ascensão de Diogenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas dentro da estrutura do Comitê Central do PCB, revelou-se pela radicalização do discurso do partido contra o Estado liberal e a legalidade burguesa, apontando suas limitações e seus compromissos de classe, recolocando o tema da revolução na ordem do dia.

Assim, o período seguinte foi de fundamental importância para a compreensão daquilo que o PCB caracterizou, posteriormente, como um desvio à esquerda do partido nos anos seguintes. A partir da declaração do Comitê Central de janeiro de 1948, o PCB abandonou a política do “*apertar os cintos*” e adotou para uma posição de confronto com o ordenamento burguês, a democracia liberal pós-estadonovista.

⁴² “Lutar pela maior assiduidade no trabalho, pelo seu rendimento maior, é lutar pelo progresso nacional, é lutar por uma saída pacífica para a crise, é provar na prática que ao proletariado não interessa a desordem. É fazer um esforço prático no sentido de maior aproximação com o patrão, em busca de uma solução pacífica das contradições de classe inevitáveis na sociedade capitalista. É tentar a harmonia entre operário e patrão nas relações capitalistas para melhor lutar contra o atraso, a miséria e a ignorância em que vegeta o nosso povo. É melhor concentrar a luta contra o latifúndio e o imperialismo”. (PRESTES 1946 apud PANDOLFI, 1995: p.157)

⁴³ (ALMEIDA, 2003), (VINHAS, 1982), (PANDOLFI, 1995), (SEGATTO, 2003).

No manifesto de 1948, o PCB exigia a derrubada do governo Dutra, que até então era tido como um governo de “união nacional”, e conclamava para a formação de um governo democrático, progressista e nacionalista. O governo Dutra passava a ser caracterizado como de “*traição nacional a serviço do imperialismo norte-americano*”.

Ainda que não se tratasse de uma revisão das teses do III Congresso, que caracterizava o país como “*semi-feudal e semicolonial*”, o PCB fazia uma autocrítica em relação à sua ilusão reformista durante a legalidade, nutrindo concepções estranhas ao marxismo-leninismo e desarmando a militância na compreensão dos problemas nacionais. Fez a autocrítica em relação ao parlamento burguês e ao próprio partido que teria subestimado o modelo leninista de organização. Segundo Moraes (1991), este período expressou a ascensão interna de Diógenes Arruda Câmara.

Desse modo, o PCB buscava intervir na vida política nacional a partir da radicalização da luta de classes, procurando recompor a aliança estratégica com o campesinato e acentuando a direção do proletariado no processo revolucionário nacional. Nesses termos, em agosto de 1950, o Comitê Central lança um Manifesto que reafirma a mudança de rumo no PCB.

Nele, além de críticas aos limites da democracia liberal-burguesa, propunha-se o voto em branco nas eleições majoritárias daquele ano⁴⁴, além de apontar que a superação daquela etapa da revolução – nacional-democrática – poderia se dar através do enfrentamento armado. O texto se referia à formação de uma “*Frente Democrática de Libertação Nacional*”, composta pela aliança operário-camponesa e por outros setores que buscassem lutar contra o imperialismo, o latifúndio e os restos feudais.

Sob orientação desse documento, estimulou-se a criação de organizações de base e sindicatos paralelos, ao mesmo tempo em que se radicalizava a crítica à estrutura sindical oficial.

Além dos limites apontados pela ordem vigente, se somam a situação internacional de *Guerra Fria* onde a generalização das perseguições políticas do ‘macartismo’ nos Estados Unidos e o desenrolar dos confrontos na Coréia indicavam um período de

⁴⁴ As eleições majoritárias se polarizaram entre Getúlio Vargas (PTB) que obteve cerca de 49% dos votos e Eduardo Gomes (UDN), enquanto que nas proporcionais o PCB logrou eleger alguns candidatos por outros partidos como Roberto Morena (PRT) pelo Distrito Federal e Paulo Cavalcanti (PSD) por Pernambuco.

instabilidade e eventuais conflitos generalizados. Nesse quadro, o PCB revia sua adesão aos princípios da democracia representativa e fazia sua flexão à esquerda.

Segundo Quartim de Moraes, “no Brasil, empurrados para a clandestinidade, os comunistas responderam, com mais amargura que lucidez, ao golpe que lhes desferira a reação liberal. Tanto o agravamento do confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos, quanto o triunfal avanço das forças revolucionárias na imensa China, botando para correr o sanguinário ditador Chiang Kai-Chek, contribuíram decisivamente para reforçar a desafeição dos comunistas brasileiros pelas instituições liberais” (MORAES, Q., 1998: p179).

Para o PCB, o segundo governo Vargas (1951-1954) expressava a manutenção do conluio das classes dominantes para iludir o povo no processo eleitoral. Sua eleição não representava nada de novo, pois “a votação dada a Getúlio deve-se principalmente ao fato de que ele se apresentou como candidato de oposição ao governo ditatorial de Dutra, ocultando o caráter reacionário de sua candidatura com a máscara de uma descarada demagogia social e antiimperialista e das mais cínicas promessas” (Revista Problemas, nº 32, jan./fev. 51 apud BUONICORE, 2003).

O PCB manteve-se na oposição a Vargas durante todo seu governo (1951-54), num primeiro momento devido à sua aproximação com a política belicista norte-americana no episódio da intervenção na Coreia e nos diversos acordos entre as forças armadas dos dois países e depois em função da política econômica que criaram condições para expressivos movimentos grevistas, como o de 1953, com ampla participação dos comunistas.

Embora o PCB não tenha considerado o significado da inflexão feita por Vargas em fins de 1953, com uma maior aproximação junto aos setores populares, e seus desdobramentos em termos das contradições no interior das classes dominantes brasileiras, as relações com Vargas neste período mantiveram-se tensas, em especial quando se acentuavam as críticas sobre seu governo em 1954. A crise que pôs fim a seu governo estimulou uma certa reavaliação do PCB que, segundo Pandolfi (1995) e Segatto (2003), mudou de posição para seguir o rumo das manifestações de massa que se seguiram à notícia do suicídio de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, se diferenciou da crítica dos liberais ligados à UDN.

Em novembro de 1954, depois de 24 anos, realizou-se o IV Congresso do PCB que avalizava esta orientação mais radical, mantendo no interior do partido uma tensão em torno da questão democrática e do tipo de partido que deveria ser o PCB. Quartim de Moraes afirma que o debate teórico sobre os alcances, limites e possibilidades da

institucionalidade burguesa não foi totalmente realizado, conservando parte das divergências e contradições no interior da organização. J. A. Segatto aponta tais questões quando afirma que o Congresso havia deixado “na penumbra a dimensão institucional da luta pela democracia. Omissão tanto mais grave que a nova linha trazia implícito o abandono, ao menos a curto prazo, da perspectiva insurrecional”(SEGATTO, 2003: 191).

No ano seguinte, o PCB apoiou Juscelino Kubistchek à presidência da República, indicando haver uma tendência progressista e democrática no interior da burguesia nacional e que era necessário reforçá-la em oposição às forças reacionárias e golpistas associadas ao imperialismo, e apresentou um programa mínimo de quatro pontos: “liberdade democrática e legalidade para o Partido; uma política externa de paz; melhores condições de vida para os trabalhadores e medidas de reforma agrária; e defesa de uma política nacional de petróleo e minérios” (BUON ICORE, 2003).

Esta nova orientação que se desenha vagarosamente, talvez como reflexo da crise de fim do governo Vargas, indicava caminhos possíveis para a evolução do posicionamento político do PCB diversos daqueles consagrados no IV Congresso.

O XX Congresso do PCUS e a Declaração de Março de 1958

Essa perspectiva em torno das possibilidades de avanço político e social sob o regime vigente no Brasil ganha novo incremento com os efeitos das Resoluções do XX Congresso do PCUS, do Relatório Secreto de Krushev e sua política de distensão e de coexistência pacífica.

Assim, a tensão interna foi ganhando corpo e a mudança da conjuntura internacional provocada pelo Relatório Krushev, por ocasião do XX Congresso do PCUS em 1956, tensionou as relações no interior do Comitê Central e de todo o partido. Ainda que as discussões sobre as denúncias feitas por Krushev tivessem causado impacto na opinião pública internacional, o PCB recusou-se a debatê-la por vários meses e seu Comitê Central dividiu-se, segundo Pandolfi em três correntes, caracterizadas como “*renovadora*”, “*conservadora*” e “*pragmática*”.

Segundo Ruy (2002), o grupo ‘*renovador*’ ou ‘*abridista*’ buscava radicais transformações programáticas e organizativas, tendo à frente Agildo Barata. O grupo ‘*pragmático*’ composto, entre outros, por Mário Alves, Giocondo Dias e Jacob Gorender, o

qual defendia de modo controlado a adaptação do PCB à nova política proposta por Moscou, ao passo que o grupo ‘*conservador*’ caracterizado por Ruy como ‘*grupo dirigente*’, composto por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara resistia às mudanças da linha política.

Nessa disputa, Prestes, que era do grupo dirigente, se aproximou dos ‘*pragmáticos*’ que unem forças contra os ‘*renovadores*’, afastando seus membros da direção e do partido. Acusados de ‘*liquidacionistas*’ Agildo Barata, João Falcão, Osvaldo Peralva e outros se vêem fora do partido. Após o isolamento deste grupo, a luta interna continuou com a aproximação de Prestes, Marighella e Apolônio de Carvalho do grupo dos ‘*pragmáticos*’ com o objetivo de isolar cada vez mais o grupo defensor das linhas do IV Congresso, liderado por João Amazonas e Maurício Grabois.

As denúncias do Relatório Secreto de Krushev em 1956 e as lutas internas produziram seus efeitos: em agosto de 1957. Arruda, Grabois e Amazonas foram excluídos da Comissão Executiva do Comitê Central, consolidando a posição favorável às mudanças na linha política do partido.

A materialização dessas mudanças se deu com a publicação do *Manifesto de março de 1958*, considerado por uns⁴⁵ como um documento de refundação do partido e por outros⁴⁶ como a mais explícita manifestação do revisionismo contemporâneo no interior do PCB.

A *Declaração sobre a política do PCB* de março de 58 rompeu, em linhas gerais, com a orientação que se seguia desde o IV Congresso, adequando a ação do PCB ao novo quadro nacional que associava o desenvolvimentismo com democracia liberal ao novo período inaugurado pela política de distensão e convivência pacífica implementada pelo PCUS, agora sob direção de Nikita Krushev.

O documento, escrito por uma Comissão escolhida por Prestes e desconhecida do conjunto do Comitê Central, foi apresentado ao Pleno do Comitê Central em março de 1958, recebendo, de acordo com Gorender (1998), além de pequenas modificações, os votos contrários de Grabois e Amazonas.

⁴⁵ Pandolfi(1995) , Segatto (2003), e Vinhas (1982)

⁴⁶ Grabois (1960)

A maior parte do texto dessa *Resolução* era destinada ao Brasil, tanto na análise do desenvolvimento econômico do país, quanto em relação aos destinos da revolução. No entanto, o esforço refletia a reorientação posta em prática pelo PCUS ao defender a viabilidade do socialismo pela via pacífica, que consolidava os limites estruturais da chamada '*Guerra Fria*'.

A primeira parte do documento identificava que o esforço de industrialização do país introduziu um elemento progressista na economia, ao contrapor o capitalismo às "*sobrevivências feudais*", principalmente na agricultura que impediam a modernização. Nesse processo, a ação e o planejamento do Estado brasileiro teriam jogado papel fundamental, permitindo o desenvolvimento de um proletariado numeroso, assim como "uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país".

Aqueles que, como o proletariado, tinham interesse no desenvolvimento independente do país, somariam forças em torno de uma política de caráter nacionalista, ainda que com contradições, opondo-se ao imperialismo e seus aliados e as forças do atraso de tendência feudal.

Tais setores teriam influenciado na tomada de decisões no interior do governo o que reforçava a tese, expressa no final do documento, de que o governo de Juscelino Kubstichek viveria envolto em contradições, mas seria sensível às reivindicações de caráter nacionalista.

Ao mesmo tempo em que a economia demonstrava sua vitalidade, ainda que com contradições, no campo político a democracia estabelecia-se de modo inelutável, "o processo de democratização é uma tendência permanente". Esta confiança na democracia assentava-se na avaliação que o processo nacional, revolucionário, avançava em todo o globo, o que permitiria pensar na possibilidade de um desenvolvimento econômico e social para a realidade brasileira.

"A política conseqüente de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais países ganha a simpatia dos povos, desfaz as manobras da 'guerra fria' e consegue resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional (...) A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países(...) A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, à libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional"(PCB,1958: p.11).

Dentro dessa perspectiva, o PCB avaliava as contradições no interior do país, dando destaque aos conflitos entre os interesses do imperialismo e do povo brasileiro. Ainda que destacasse a manutenção das contradições clássicas entre a burguesia e o proletariado, o texto afirmava que na atual etapa não se deveria pensar numa solução radical, uma vez que: “Nas condições presentes do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”.

Assim, o leque de alianças proposto para o enfrentamento do imperialismo norte-americano e seus aliados no país refazia todo o cálculo político do IV Congresso, pois passavam a fazer parte dele além do proletariado, dos camponeses, da pequena burguesia urbana, a burguesia – *interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional* –, setores de latifundiários, com contradições com o imperialismo, e grupos da burguesia ligados aos monopólios imperialistas rivais dos Estados Unidos.

Tal estratégia estava amparada num cálculo em torno dos rumos do processo revolucionário brasileiro, uma vez que, “sua possibilidade se tornou real em virtude de mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos” (PCB,1958: p. 22).

Desse modo, os passos em torno do fortalecimento da frente nacionalista se inseriam num processo de avanço contínuo em direção à revolução antiimperialista e anti-feudal que agora podia se desenvolver num quadro dentro da legalidade dominante.

“O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização das formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender essa legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade através de reformas na Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e extra-parlamentar”(PCB,1958: p. 22).

O documento afirmava que a pressão pacífica era viável para a obtenção desses objetivos, mas ela deveria se articular com ações dentro e fora do parlamento, sempre com a intenção de fortalecer o setor nacionalista do governo Juscelino e eleger membros – não necessariamente comunistas – da frente nacionalista.

Por fim, a *Declaração* chamava o partido à unidade e à ação no pleito eleitoral seguinte onde as forças nacionalistas e democráticas teriam grandes possibilidades. A tática do PCB foi de incentivar e apoiar as candidaturas desse campo, mesmo que os candidatos

não fossem do partido. Indicava possibilidades e via, até na UDN, a presença de membros nacionalistas em franca contradição com a direção nacional dessa agremiação.

Desse modo, a maioria do Comitê Central do PCB impôs na resolução de março de 1958 uma nova orientação política que contradizia os princípios do IV Congresso do PCB. No entanto, segundo seus defensores, ela adequou o partido à nova situação internacional e aos efeitos do XX Congresso do PCUS, assim como expressou uma avaliação positiva do processo político brasileiro, num momento onde as lideranças do PCB viviam na semi-legalidade e o país desfrutava de um grau de liberdade razoável.

No processo preparatório ao V Congresso do PCB, que ratificou em linhas gerais o texto da *Declaração* de 58, foi aberto intenso debate sobre a nova linha política e apresentavam-se um conjunto de teses que contrariavam a linha da direção. Dentre essas teses, um texto de Maurício Grabois⁴⁷ que, posteriormente, o PC do B apresentou-o como o condensador das divergências entre os comunistas brasileiros.

Em *Duas concepções, duas orientações políticas* se fazia uma avaliação da *Declaração de Março*, onde o autor buscou demonstrar suas divergências, indicando quais eram os limites políticos e ideológicos presentes na *Declaração* do PCB. Grabois analisou o *Documento* afirmando que o mesmo se equivocava ao admitir o caráter nacional e progressista do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ignorando que tal processo se dava sob comando das forças mais conservadoras e com intensa participação do capital estrangeiro, do imperialismo.

Para Grabois (1960), ao admitir o caráter progressista de tal desenvolvimento a *Declaração* idealizava o capitalismo e supervalorizava o papel da burguesia brasileira na consolidação deste processo: “O exagero na apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário leva a Declaração a idealizar a burguesia, que é tratada como força conseqüente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais”(GRABOIS, 1960: p.13). Assim, os arranjos táticos e estratégicos incluíam a burguesia, a qual deveria dirigir o processo, sem considerar as possibilidades de compromissos entre ela e o imperialismo.

⁴⁷ Maurício Grabois (1912-1973), nascido em Salvador foi dos primeiros organizadores do PCB nas forças armadas, tendo participado da Insurreição de 1935. Durante a ditadura Vargas fez parte do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) que ajudou a reorganizar o partido em meados dos anos 40. Eleito deputado federal pelo Distrito Federal teve participação ativa na Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Participou da Reorganização do PC do B em 1962. Foi morto em combate em 1973 nas selvas do Araguaia.

Grabois indicava que a caracterização da revolução brasileira como anti-imperialista e antifeudal presente na *Declaração*, permitia a inclusão no leque de aliados de setores que venham a ter contradições com o imperialismo norte-americano, incluindo os latifundiários e a burguesia nacional. Nesse ponto, ele indicava que o partido cedia o papel de direção da revolução do proletariado à burguesia e ao latifúndio, submetendo seus interesses de classe às tarefas nacionais.

O texto da declaração, na opinião de Grabois, privilegiava as tarefas nacionais em detrimento das democráticas, atribuindo à burguesia nacional primazia na liderança da frente anti-imperialista. As tarefas democráticas eram apresentadas como consequência da luta nacional. Daí questões como a Reforma Agrária se apresentarem de modo periférico no texto da Declaração⁴⁸.

A decorrência desse raciocínio é o afastamento gradual da aliança operário-camponesa, secundarizada na constituição da frente anti-imperialista já que,

ao dar absoluta primazia ao lado antiimperialista da revolução brasileira, em detrimento de seu aspecto agrário, estabelece de fato uma linha de renúncia à direção do movimento revolucionário por parte do proletariado, porque tal orientação dificulta a mobilização dos camponeses, entrava o processo de formação da aliança operário-camponesa, fator decisivo para que a classe operária conquiste a hegemonia na revolução (GRABOIS, 1960: p.15).

A decorrência tática, para Grabois, era a busca de ocupação dos espaços políticos por forças democráticas e nacionalistas no interior do aparelho de Estado burguês, a disputa eleitoral e ações de massa de caráter nacional. Tudo isso, em função da crença inabalável na crescente democratização da vida nacional, dos efeitos do crescimento do capitalismo brasileiro e do quadro teórico desenhado em torno da revolução pacífica.

Segundo Grabois, os efeitos imediatos dessa orientação no interior do partido foram o abandono da vida orgânica e uma subordinação da ação política às lutas econômicas nacionais e de massa, uma vez que o protagonismo político se deslocava em direção à burguesia. Ele afirmava que não haveria vida partidária sem vinculação da ação dos militantes do partido aos sucessos obtidos na URSS e na China, questão sem propósito na constituição da frente anti-imperialista de acordo com a *Declaração*.

⁴⁸ “Os objetivos de caráter democrático ficam inteiramente subordinados à contradição anti-imperialista, que é considerada principal em toda a atual etapa histórica da sociedade brasileira. Assim, as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução”, (GRABOIS, 1960: p.13)

Duas concepções, duas orientações políticas não vincula, ao menos explicitamente, que as mudanças de rumo presente na *Declaração* foram decorrentes dos efeitos do XX Congresso do PCUS, optando por identificá-las como uma orientação oportunista e de direita no interior do partido. Ainda que assuma ter tido o partido desvios sectários e esquerdistas no período anterior, Grabois admitia que as inovações propostas desfiguravam a organização do proletariado a partir dos princípios do marxismo-leninismo.

Sob essa nova orientação o PCB convocou o V Congresso com o objetivo de ratificar a nova linha, conquistar a legalidade e impulsionar a revolução burguesa.

Durante os trabalhos preparativos do V Congresso, os membros afastados da direção em 1957 utilizaram em várias oportunidades a Tribuna de Debates para externar a discordância em relação às teses apresentadas e, principalmente, em relação à *Declaração de Março*.

Minoritários no interior do PCB e no V Congresso⁴⁹, os críticos da nova linha buscaram resistir e apontaram o ‘desvio de rumo’ empreendido pela direção partidária, mas sem sucesso.

O processo iniciado em 1957, logo após a reorganização do Comitê Central, continua durante o Congresso com o afastamento de 12 membros, identificados com o grupo auto-denominado de ‘revolucionário’ e com a aprovação da Resolução Política que incorporou, de uma maneira geral, as mudanças propostas em março de 1958.

Valter Pomar (2000) aponta um interessante paralelo entre os eventos que antecederam o IV e V Congressos do PCB, uma vez que ambos foram precedidos de Declarações que deram a linha do Partido para o período seguinte.

O V Congresso legitimou diante do coletivo partidário as decisões anunciadas na *Declaração* de março de 58. A *Resolução Política do V Congresso de Partido Comunista Brasileiro*⁵⁰ apontava para a etapa nacional e democrática do processo revolucionário, onde as forças populares como o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia de tendências revolucionárias deveriam buscar a consolidação de uma ampla frente

⁴⁹ Os membros da minoria indicam que o processo que antecedeu o V Congresso foi repleto de manobras com vistas a garantir a maioria dos delegados para o grupo majoritário, identificado com Prestes. No entanto, mesmo a minoria reconhece a legitimidade deste Congresso, embora possa vir a ser um interessante objeto de estudo o processo de afirmação da liderança de Prestes e da linha de março.

⁵⁰ No texto consultado as referências são ao PCB, PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO conforme (PCB, 1980).

nacionalista capaz de isolar e derrotar o imperialismo, seus aliados no país e o latifúndio mais atrasado.

José Galdino (1994) e Valter Pomar (2000) indicam que o processo do Congresso foi amplamente debatido pelo coletivo partidário através das chamadas '*Tribunas de Debates*', onde os membros da direção que divergiram da *Declaração* de março de 58 expuseram suas opiniões e críticas. Em que pese a denúncia de que no processo de escolha dos delegados ao Congresso o Comitê Central tenha tido uma interferência direta com vistas a garantir uma ampla maioria no encontro, os dirigentes afastados e que posteriormente reorganizaram o partido, não questionaram explicitamente a legitimidade do V Congresso.

Neste processo, amplamente caracterizado na resolução política, o Partido deveria explorar as contradições no interior das classes dominantes que se manifestavam em todas as instituições do Estado burguês e mesmo no interior do governo de Juscelino, que oscilava entre os arranjos com o imperialismo, mas mostrava-se sensível às pressões populares de cunho nacional.

Existem alguns tópicos que merecem destaque e que foram, posteriormente, objeto de ácida crítica pelo PC do B. Em primeiro lugar, observa-se uma série de referências às possibilidades da transição pacífica ao socialismo, embora este não se apresente como programa imediato. Assim, a defesa das posições soviéticas em torno da política de transição e coexistências pacíficas, reflexo imediato do XX Congresso do PCUS apresentavam-se em vários momentos, ainda que não houvesse menção nenhuma ao partido soviético.

Em segundo lugar, as tarefas democráticas subordinavam os interesses do campesinato pobre à composição da frente nacionalista que poderia, dependendo do grau de contradições, incorporar setores do latifúndio que, eventualmente, se opusessem ao imperialismo. Assim, as propostas em relação ao campo adiavam medidas mais radicais referentes à Reforma Agrária, limitando-se ao combate dos elementos feudais presentes no campo. Nesse sentido, o programa agrário da *Resolução* era apresentado em duas etapas onde o acesso a democratização do acesso à terra estava longe de ser um amplo pacote de medidas de desapropriação e de reforma agrária radical.

Do mesmo modo podemos situar as contradições entre a burguesia e o proletariado cuja solução, de acordo com a *Resolução*, não exigiria solução radical, uma vez que, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil era de interesse nacional. Assim, os conflitos e as contradições não deveriam ser escamoteadas, mas os comunistas não podiam perder de vista a unidade com setores da burguesia na frente anti-imperialista.

Ao oferecer a perspectiva de construir uma ampla frente de caráter nacionalista, o PCB destacava a necessidade de se constituir um governo de coalizão ainda nos marcos do atual regime, onde os comunistas deveriam participar do governo, embora não condicionassem seu apoio à participação. Nesse sentido, o texto destacava que a luta pela conquista da hegemonia no interior do bloco não estava definida e que o partido deveria ter participação ativa para essa conquista.

Dá as *Resoluções* do V Congresso orientarem todo um conjunto de atividades do partido junto a outros setores que possuíssem potencial para esta luta, como os estudantes, a intelectualidade progressista, a pequena-burguesia, as mulheres etc., assim como o reforço dos laços de unidade no interior da estrutura sindical vigente, buscando uma maior aproximação com o PTB, a partir da luta pela defesa e ampliação da CLT.

Assim como havia ocorrido em 1954, um Congresso do partido vinha ratificar as orientações propostas pelo Comitê Central. Do mesmo modo como o IV Congresso havia legitimado a linha do Manifesto de Agosto, o V avalizava as mudanças da *Declaração* de Março de 58. O V Congresso, mesmo sem referências explícitas às mudanças provenientes da URSS⁵¹, condensava uma nova linha política onde o acúmulo de reformas nacionais e democráticas consolidaria o terreno para uma eventual transição pacífica para o socialismo. Ainda que essa perspectiva encerrasse uma série de questionamentos teóricos e políticos, a partir dela o PCB aproximou-se da fração reformista da burguesia brasileira no interior do bloco dominante nos anos seguintes, alimentando crescentes expectativas quanto ao sucesso da linha política e da incapacidade dos setores conservadores de articular qualquer saída, embora a realidade mostrasse um desenvolvimento num outro sentido.

Esta fração reformista da burguesia nacional, em que pese as dificuldades em identificá-la enquanto fração de classe com projeto e representação autônoma, concentrava-se, principalmente no PTB e nas articulações nacionalistas no Congresso Nacional como a

⁵¹ Talvez para fins de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

FPN, Frente Parlamentar Nacionalista. No entanto, as contradições que envolviam tais articulações não eram desprezíveis, fato que inviabilizou a consolidação de um bloco programático pelas reformas nacionais e democráticas proposto pelo PCB. Segundo Lucília Delgado (1989), “para alcançar seus projetos nacionalistas reformistas, os sindicatos, o PTB, o PCB, e os diferentes grupos organizados da sociedade civil apelaram para a aliança com a burguesia nacional, cujos interesses de médio e longo prazo eram visivelmente incompatíveis com os desses grupos e partidos”(DELGADO, 1989: p.266).

A cisão dos comunistas e o surgimento do PC do B

Após o V Congresso em 1960, já com as resoluções que ratificavam a *Declaração de Março* aprovadas, o Comitê Central do PCB publicou, em agosto de 61, um suplemento na revista *Novos Rumos* com o Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro, com vistas a obter o registro legal negado desde 1947.

A publicação do Programa e os Estatutos causaram um mal-estar entre aqueles que, minoritários, discordavam da nova linha partidária, embora ainda se submetessem até aquele momento ao ‘centralismo democrático’. Pomar (2000) aponta para dois episódios para demonstrar o grau de divergências criadas a partir desse fato: o primeiro, uma Resolução do Comitê Regional do Rio Grande do Sul, encaminhada ao Comitê Central que exigia a convocação de outro Congresso Partidário para deliberar sobre o Programa e o nome de Partido Comunista Brasileiro, uma vez que as alterações ali verificadas não haviam sido submetidos ao debate interno; e o segundo, a chamada “*A Carta dos Cem.*”

Ainda em agosto de 1961, um grupo de 100 dirigentes e militantes comunistas encaminhou uma carta ao Comitê Central demonstrando haver o órgão dirigente descumprido uma determinação do congresso partidário, órgão máximo da agremiação comunista. O texto “*Em defesa do Partido*” ou como ficou conhecida “*A Carta Dos Cem*” fazia duras críticas à direção partidária apontando que a publicação de um Programa e um Estatuto que não haviam sido submetidos a um Congresso, violava os princípios partidários, não havendo legitimidade por parte dos dirigentes para procederem de tal forma.

A Carta “*Em Defesa do Partido*” fazia uma breve avaliação sobre o Programa e os Estatutos apresentados e afirmava que os mesmos eram mais moderados que aqueles do

PTB e do PSB, “partidos da burguesia”, uma vez que o objetivo da luta pelo comunismo desaparecia, assim como a questão agrária era referida de forma genérica e descolada da realidade da luta de classes no país. Referências históricas e teóricas axiais aos comunistas como os princípios do internacionalismo proletário e o marxismo-leninismo desapareceram do Programa. Os signatários acusavam o grupo dirigente do partido de ser *liquidacionista*, ao criar uma outra agremiação partidária, com outro programa, aproximando seus princípios daqueles dos revisionistas contemporâneos.

Quanto à questão internacional, “*Em Defesa do Partido*” ao fazer breve menção à defesa do comunismo, como objetivo central da atividade partidária, afirma: “na atualidade, quando a sociedade comunista está sendo construída na União Soviética, é um absurdo esconder esse objetivo”. No entanto, ainda que não se fizessem referências ao *Programa*, aos novos *Estatutos* e à *Carta* como reflexo das mudanças ocorridas após o XX Congresso do PCUS, fica cada vez mais clara tal conclusão.

O PC do B argumenta⁵², embora não forneça informações detalhadas a respeito, que o Comitê Central respondeu aos questionamentos da Carta com medidas administrativas de caráter arbitrário provocando o processo autodenominado de reorganização do Partido Comunista do Brasil.

De acordo com Buonicore (2004), no final de 1961 o Comitê Central expulsou vários dirigentes como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Calil Chade, José Maria Cavalcanti entre outros signatários da carta “*Em Defesa do Partido*”.

Em 18 de fevereiro de 1962, o grupo recém expulso do PCB realizou uma Conferência Nacional Extraordinária, onde “reorganiza” o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a partir, principalmente, do um núcleo de direção⁵³ que vinha sendo afastado, desde 1957, e mais um conjunto de militantes originários de 4 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) descontentes com os rumos do antigo “partidão”⁵⁴.

⁵²(PCdoB, 1972)

⁵³ Participaram do processo de reorganização além dos citados acima Lincoln Oest e Elza Monerrat.

⁵⁴ Segundo Amazonas, ainda que houvesse discordância na militância acerca da linha empreendida pelo CC após março de 58, isso foi insuficiente para deslocar aqueles que acreditavam numa mudança de rumo de Prestes ou daqueles que viam a incapacidade de um grupo pequeno em fazer frente ao PCB para o processo de reorganização do Partido.

Consolidava-se, com a publicação do *Manifesto-Programa*, o processo de ruptura que se instaurara desde os efeitos do Relatório Secreto de Kruschov. A partir daí iniciou-se um processo de construção a identidade partidária do PC do B.

O marco político do *Manifesto* foi a demarcação de terreno com o PCB e sua linha vigente desde 58, assim o texto avançava na caracterização sobre os problemas brasileiros em total contradição com as avaliações do documento de março de 58, ratificado no V Congresso do PCB.

Para o PC do B, o país atravessava grave crise social, política e econômica cujo epicentro era o regime, dominado por interesses do imperialismo norte-americano, do latifúndio e dos grandes monopólios e empresas capitalistas nacionais. O texto detalhava o papel de cada um desses setores no desenvolvimento da crise.

Ainda que o PC do B indicasse total oposição aos interesses desses setores, o documento se diferenciava no tocante ao comprometimento do regime⁵⁵ político, responsabilizando indiretamente o governo Goulart na manutenção desses entraves ao desenvolvimento nacional.

Segundo o PC do B, o regime assentava-se numa estrutura estatal vinculada aos interesses do imperialismo, dos latifundiários e da burguesia monopolista, impedindo a possibilidade de quaisquer mudanças dentro das regras estabelecidas. Assim, a Justiça se punha em oposição aos interesses populares, a máquina administrativa tornava-se cada vez mais burocrática e corrupta e as Forças Armadas sempre de prontidão para intervir em qualquer ameaça de crescimento dos movimentos populares. Ao mesmo tempo em que a democracia vigente negava direitos elementares ao povo e se mostrava pouco eficaz na canalização das demandas, tornando mais um instrumento de opressão por parte das classes dominantes nacionais e estrangeiras.

Contrapondo-se às teses do PCB quanto à tendência ao aprofundamento da democracia no país e a subsequente possibilidade de uma transição pacífica, o Manifesto afirmava que: “o regime atual, por maiores que sejam os disfarces utilizados para iludir as

⁵⁵ O regime político assenta-se num conjunto de regras que definem o padrão de organização dos conflitos políticos que podem, de algum modo, ser absorvidos pelo sistema político. Nesse sentido, o regime permite uma certa variação em termos do modo como as classes estabelecem, sob o manto da legalidade, a legitimidade de suas disputas que se restringem política e ideologicamente às variáveis no interior das classes dominantes e suas frações hegemônicas. Assim, o modo de regulação do poder de Estado intermediado, por um conjunto de instituições cuja estrutura conhece profunda variação histórica, compõem o regime político, o qual se alinha com as formas de Estado dominantes.

massas, é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional” (PCdoB, 1962: p. 36).

Assim, as possibilidades de reformas gradativas no interior do regime eram vistas como impossíveis de serem conquistadas, pois os interesses das classes dominantes estavam consolidados no interior da máquina administrativa e do Estado, impedindo quaisquer movimentos que afrontassem os interesses das classes dominantes.

Ao defender a mudança do regime e a instalação de um governo popular-revolucionário capaz de empreender as tarefas de cunho democrático e nacional⁵⁶, o PC do B admitia que as possibilidades de conquistá-lo nos marcos da luta eleitoral ou democrática eram quase impossíveis, daí que, “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por esse motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos” (PCdoB, 1962: p. 40).

Isso não implicava o abandono das lutas reivindicatórias, parciais ou mesmo da disputa eleitoral como momentos de importante atividade política, mas não limitavam seus horizontes à legalidade, afirmando que “só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo”. (PCdoB, 1962: p. 41).

Ainda na caracterização dos interesses em jogo na sociedade brasileira, o PC do B afirmava que a aliança que poderia viabilizar tal governo passava necessariamente pelo papel de comando do proletariado aliado ao campesinato que, com apoio dos estudantes, da intelectualidade progressista, dos soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, pequenos e médios industriais e comerciantes, do clero progressista e de outros patriotas comporiam o “núcleo fundamental da unidade do povo”.

No entanto, neste momento a demarcação política e ideológica com o PCB parava por aí, já que o *Manifesto-Programa* não explorava as contradições no campo da política internacional, silenciando-se quanto à crise que se abatia no interior do movimento comunista. Fazia apenas um breve comentário, contraditório na essência, acerca da União Soviética e da China: “A União Soviética marcha para o comunismo e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui hoje, um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo” (PCdoB, 1962: p. 40).

⁵⁶ observe-se aqui a permanência da compreensão estratégica do momento

Assim, o resultado das divergências acumuladas no interior do PCB criou condições para a sedimentação de interpretações distintas do marxismo, do socialismo e de seus desdobramentos estratégicos. O processo de reorganização do PC do B em fevereiro de 1962 foi resultado dessa longa disputa, que superou em complexidade as divergências que se avolumaram ao longo dos anos 60 e 70 e que culminaram com um conjunto de divisões e fragmentações oriundas, fundamentalmente, de divergências quanto ao enfrentamento armado contra a ditadura militar.

As divergências teóricas de maior profundidade entre o PCB e o PC do B, e que contribuíram na formação da sua identidade política e ideológica, ganharam corpo, como veremos adiante, ao longo dos anos 60 e 70 na medida em que o alinhamento internacional de cada organização definiu concepções teóricas, estratégicas que as distanciaram, particularmente na crítica ao chamado ‘revisionismo contemporâneo’, às transformações operadas na URSS, a preservação da história e da contribuição de Stalin, assim como de sua interpretação do marxismo, a aproximação com o maoísmo e a defesa da revolução.

Capítulo 3. A construção da identidade política do PC do Brasil

A problemática do revisionismo ocupa o centro da construção da identidade política do PC do B, que reafirma sua convicção de que o processo que gestou o chamado ‘revisionismo contemporâneo’, tanto no Brasil com o PCB como na URSS após o XX Congresso do PCUS, remetem-se a mesma ordem de problemas, ou seja, são resultados da luta de classes na esfera ideológica, que imprimiu às organizações comunistas uma revisão das teses fundamentais do marxismo, no sentido de acomodar as pressões internas e externas de origem burguesa e pequeno-burguesa.

Como vimos anteriormente, o marxismo evoluiu sob a experiência soviética no sentido de um manual para a ação, cujo conteúdo crítico passava cada vez mais distante da prática cotidiana. Transformado como um corpo teórico infalível, eficaz e completo para o combate ao capitalismo em todo o mundo, a teoria crítica marxista foi tornando-se cada vez mais ineficaz, com reduzida capacidade de intervenção na realidade concreta, distanciando-se progressivamente das organizações revolucionárias e se voltando para os ambientes acadêmicos, uma vez que o caráter científico do materialismo histórico tornara-se incômodo e indesejável ao processo de canonização do marxismo efetivado desde a URSS⁵⁷.

Concordamos com Borón (2003) quando afirma que a existência do erro é uma das marcas distintivas da idéia de ciência e que a pretensão do chamado de *vulgo-marxismo* de estar isento de erros contribuiu para desacreditar o materialismo histórico como teoria científica.

Ainda que a crítica insista numa determinada caracterização do materialismo histórico esvaziado de seu conteúdo dialético, não podemos ignorar que, a partir da década de 30, estabeleceu-se, sob efeito da popularização do marxismo, um processo de transformação dogmática da teoria, a qual se auto-alimentava num debate inócuo e estéril, uma vez que a interpretação estava pronta e os rumos da ação revolucionária determinados.

Ao rumo estabelecido das certezas não poderia haver espaços, salvo se como expressão de interesses de outras classes, para o erro, o questionamento, o debate e a

⁵⁷ Há importantes e inestimáveis exceções, que buscaram preservar o caráter originário do marxismo enquanto teoria científica, muito embora ao longo do século XX sofressem pesadas conseqüências em função de suas opções.

polêmica. Foi neste ambiente intelectual, consolidado sob a violência, que se auto-legitimava em nome do projeto e das perspectivas de classe da revolução sob Stalin, que se processou a formação teórica intelectual dos dirigentes comunistas brasileiros.

Se, ao longo dos anos 60, o PC do B elaborou a crítica ao chamado ‘revisionismo contemporâneo’ motivado, sobretudo, pelo significado das mudanças operadas na linha política nacional sob influência do XX Congresso do PCUS, não podemos ignorar a existência de um componente metodológico de peso, na medida em que a crítica formulada se estabelece num evidente contraponto ao período da chamada construção socialista de 1917-1957, que confirmava as teses dominantes transformadas em ideologia oficial no período de Stalin.

Desse modo, a resistência às mudanças políticas e às novas abordagens acerca do período de Stalin refletiu os efeitos de uma determinada visão sobre o marxismo no interior do PC do B, o qual passou a associar o conjunto de alterações teóricas, políticas e estratégicas, tanto no PCB como no PCUS, à penetração de interesses estranhos aos do proletariado, refletindo dessa forma um novo espectro da luta de classes materializado no revisionismo.

No entanto, esta abordagem começa a sofrer transformações no enfrentamento de novos problemas, particularmente, após o afastamento com o PC Chinês na segunda metade da década de 70 e se consolida, não sem contradições, quando se desenvolve a crise que põe fim à União Soviética e aos regimes ditos socialistas do Leste europeu, incluindo a Albânia. O PC do B reatualiza sua abordagem sobre o significado do revisionismo e do papel da teoria marxista, buscando qualificá-los de modo distinto dos primeiros embates teóricos, procurando desenvolver a crítica e delimitar os eixos fundamentais da teoria que deveriam ser preservados, com o cuidado e zelo característico dessa tradição comunista

Revisionismo e revisionismo

O materialismo histórico viveu, e sua estrutura assim o permite, várias revisões, adequações estratégicas, desenvolvimentos teóricos, novas formulações etc. Lênin reviu Marx, elaborou teórica e politicamente a questão da organização do proletariado, desenvolveu as teses acerca do imperialismo e redirecionou o fluxo do movimento revolucionário para o Oriente, assim como o próprio Engels é indicado como um dos

primeiros revisionistas, do mesmo modo que a questão se põe para Gramsci e Mao. Nas primeiras polêmicas em fins do século XIX o termo revisionista ligava-se aos meios e aos objetivos perseguidos ou decorrentes das releituras de Marx.

Assim, a questão que se põe é sobre como qualificar este ‘revisionismo’ ao qual se opõe o PC do B, capaz de justificar sua reorganização e a recuperação de uma herança histórica polêmica e repleta de contradições.

Ao travar os primeiros embates com o ilustre dirigente do SPD Eduard Bernstein, Lênin e Rosa Luxemburg marcaram o debate sobre o revisionismo como uma nova etapa da luta ideológica onde as idéias burguesas e pequeno-burguesas, reflexo do próprio desenvolvimento do capitalismo, emergem no seio do movimento operário. Bernstein trabalhava com a tese de que o modo como se processara o desenvolvimento capitalista havia criado condições para a superação do próprio sistema a partir das instituições liberais, permitindo um acúmulo de forças suficientes para o proletariado executar reformas necessárias à superação do capitalismo. Reformas essas possíveis, uma vez que as tendências à centralização e concentração do capital, a anarquia na produção e à crise estavam sendo, senão superadas, ao menos controladas pelo capital.

Segundo Bernstein (1964), a democracia havia transformado o Estado burguês numa instituição que poderia ser controlada e transformada por um parlamento democraticamente eleito. A democracia, para ele, tinha caráter supra-classista, sendo dever dos socialistas aperfeiçoar e desenvolver suas instituições.

Para ele, “a democracia inclui, no conceito contemporâneo, uma noção de justiça – uma igualdade de direito de todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria, para o qual, em todos os casos concretos, a vontade da maioria se estende e encontra seus limites. (...) Democracia é, em princípio, a supressão do governo de classe, embora não seja ainda a verdadeira supressão das classes” (BERNSTEIN, 1964: p. 118).

Rosa Luxemburg e Lênin rechaçaram a apologia à democracia burguesa insistindo no caráter de classe de suas instituições, que limitavam as possibilidades de transformações mais radicais, particularmente aquelas que comprometeriam a reprodução das relações capitalistas. Na análise econômica Rosa, a partir do estudo acerca do imperialismo, procura-se demonstrar que a nova fase do capitalismo saudada por Bernstein positivamente, anunciava novas contradições inerentes ao sistema e que apenas acirrariam num patamar superior os conflitos entre o capital e o trabalho.

Segundo Rosa Luxemburg, “o progresso da produção socializava-se cada vez mais e, por outro lado, a intervenção, o controle do Estado sobre o processo de produção aumenta incessantemente. Simultaneamente, contudo, a propriedade privada toma cada vez mais a forma de exploração capitalista do trabalho de outrem e o controle do Estado exprime cada vez mais os interesses exclusivos de uma classe” (LUXEMBURG, 1987: p. 85).

A crítica de Rosa Luxemburg coincidia com a articulada por Lênin no sentido de apontar as limitações estruturais da democracia representativa na luta pela superação do capitalismo. Os limites da utilização das instituições representativas do Estado burguês residiam no seu comprometimento com a reprodução das relações dominantes, ainda que Rosa e Lênin tratassem das contradições deste tema de modo distinto.

O revisionismo, visto nessa perspectiva, tratava-se de uma tendência teórica, ou corrente política que propunha a superação ou a releitura de alguns princípios do marxismo, a partir de modificações operadas na estrutura política e econômica do capitalismo que, de alguma forma, modificava o campo das lutas e conflitos de classe.

Ao demarcar este espaço, a partir de Lênin, o revisionismo foi associado à negação dos princípios revolucionários do marxismo, da sua base filosófica materialista, da dialética e, principalmente, da negação, em grau variado, das lutas de classes, base, portanto, de várias formas de reformismo institucional.

Ao longo do século XX, a utilização dos termos revisionistas ou revisionismo foi traduzido, principalmente depois da Revolução de Outubro, como forma pejorativa de desqualificação teórica, de acusação de traição de princípios, de representante do pensamento burguês no movimento operário etc.

Tais acusações povoaram as relações entre os partidos comunistas e socialistas no princípio do século, assim como todas as dissidências, das mais variadas matizes. Transpôs-se para as relações entre Estados nacionais, União Soviética e Iugoslávia (1948), China e União Soviética em começo dos anos 60, e entre tendências teóricas internas ao campo marxista como o eurocomunismo nos anos 70.

Foi essa a herança que o PC do B incorporou ao seu arcabouço teórico. No entanto, do ponto de vista histórico, podemos identificar uma evolução no debate sobre o revisionismo no interior do PC do B desde sua origem, podendo ser considerado com um dos elementos primordiais na constituição de sua identidade partidária. No entanto, a compreensão sobre o revisionismo foi construída, não apenas como mecanismo de coesão

partidária, mas como ferramenta teórica capaz de explicar novos fenômenos e transformações que se operavam no interior do marxismo e do movimento comunista.

De modo distinto das primeiras abordagens acerca do revisionismo efetuada por Lênin, o PC do B tratava, ainda que numa primeira fase isso não se apresente de modo evidente, de um novo tipo de revisionismo, chamado de *revisionismo contemporâneo*, uma vez que se desenvolverá a partir de uma experiência de transição socialista, ou seja, a partir de um partido comunista no poder depois de uma revolução.

Assim, de modo diferente do proposto por Bernstein, esse novo revisionismo buscava preservar a simbologia revolucionária e seus mitos em nome do avanço do socialismo em oposição ao capitalismo liberal e à democracia burguesa, rejeitada em bloco.

Não apenas na perspectiva teórica, da argumentação acerca das conseqüências práticas da nova política que emergia desde o XX Congresso, mas fazia-se necessário o entendimento de como se processara a permanência ou o desenvolvimento dessa perspectiva burguesa no interior de um partido comunista, numa formação econômico-social socialista, que realizara uma revolução, destruía e tornara pública a maioria dos meios de produção.

O resgate da história e a crítica ao XX Congresso do PCUS

O PC do B mantém como referência ideológica de primeira grandeza a defesa do marxismo-leninismo diante dos ataques desferidos por Krushev consolidados a partir do XX Congresso do PCUS, assim como seus efeitos nocivos. Na opinião do PC do B, o Relatório Secreto apresentado por Nikita Krushev em 25 de fevereiro de 1956, onde se iniciava o processo de desestalinização do partido e do Estado soviéticos, materializava-se como um raivoso ataque aos princípios da ditadura do proletariado e do socialismo vigentes até então.

Nesse sentido, o PC do B situa o XX Congresso como a consolidação no poder de um grupo que, a partir de dentro das instituições do Estado soviético, conspirava contra o socialismo e suas conquistas. Assim, as denúncias contra Stalin eram a personificação do combate ao conteúdo de classe do Estado soviético, que no processo de construção havia imposto pesadas derrotas às classes dominantes.

O significado do XX Congresso para o PC do B deve ser apreendido pela localização do debate no seio das disputas que se processavam na conjuntura local na segunda metade dos anos 50, período de definições dramáticas acerca do caráter da revolução brasileira e do papel da burguesia nacional.

Cronologicamente duas questões se destacam: o significado político e ideológico das denúncias contra Stalin e as decorrências teóricas, políticas e estratégicas decorrentes das propostas de entendimento com o imperialismo através das teses da coexistência pacífica entre sistemas distintos; da possibilidade da transição pacífica ao socialismo; da concepção de mudança do caráter do Estado e do Partido Soviéticos, que passavam a ser de Todo o Povo.

Após o processo de reorganização do partido em 1962 e a publicação no ano seguinte da carta Resposta a Krushev, o PC do B buscou, ao longo da década de 60, qualificar o significado do XX Congresso, referindo-se a ele como um marco no desenvolvimento do revisionismo contemporâneo, uma vez que consolidou a liderança no comando do Estado soviético e iniciou um movimento progressivo de reintrodução de métodos e princípios capitalistas numa economia socialista.

Assim, a crítica ideológica, de negação do passado sob Stalin, como a crítica política quanto à caracterização do imperialismo e do caráter de classe do Estado, se consolidaram antes de que sua base social tivessem se explicitado e orientado, de acordo com o PC do B, as reformas econômicas implementadas por Krushev.

Amazonas sustenta que este caráter não havia se tornado visível no XX Congresso e que só após o XXII Congresso em 1961 é que tais transformações puderam ser observadas de modo mais integral (PCdoB, 1991).

Enquanto a crítica teórica formulada pelo PC do B buscava contrapor às novas orientações os princípios do ‘marxismo-leninismo’, reforçando a determinação estrutural de classe do Estado, do papel do partido e da compreensão do significado do imperialismo na atual quadra do capitalismo; as divergências quanto aos rumos das reformas econômicas não haviam tomado grande corpo, particularmente pelos caminhos tortuosos e conflitantes em que elas foram se estabelecendo.

Mesmo antes do XX Congresso o debate em torno de uma série de propostas de mudanças na economia dominavam o cenário político soviético, produzindo, inclusive o

afastamento de Malenkov da presidência do Conselho de Ministros da URSS. O pano de fundo se concentrava nas mudanças no perfil da produção soviética, orientado, sobretudo, para o esforço de crescimento extensivo da produção, o qual não atendia as exigências de um consumo mais qualificado da população, a qual já havia, em boa parte, reconstruído o país após a guerra.

Na elaboração do VI Plano Quinquenal (1956-60) anterior, portanto, ao XX Congresso, já se esboçavam medidas para reverter tal situação, como a criação de 105 Conselhos Econômicos Regionais em substituição aos organismos centralizados, ao mesmo tempo em que se permitia às fazendas coletivas adquirirem meios de produção com a extinção das Estações de Máquinas e Tratores. No entanto, as lideranças soviéticas sustentavam que tais medidas objetivavam o impulsionamento da economia socialista, assim como as orientações no sentido de travar a disputa econômica com os Estados Unidos no mercado mundial, o que justificava plenamente a integração financeira no mercado mundial, que se fazia de modo cada vez mais intenso.

Como os resultados não se processavam nos ritmos esperados e os conflitos internos no interior dos órgãos de administração estatal, Repúblicas e empresas se avolumavam, as reformas prosseguiram, ora ampliando os meios de controle do Estado, ora ampliando a autonomia de empresas e complexos com objetivo de intensificar o cumprimento de metas, racionalizar a produção e conquistar ganhos de produtividade.

Assim, a reorganização com as Reformas de Kossiguin em 1965 com a extinção dos Conselhos Econômicos Regionais e o restabelecimento dos ministérios centrais, mas com a ampliação de princípios tidos liberais de mercantilização das relações entre empresas e dessas com o Estado, da ampliação de autonomização financeira das mesmas e da referenciação ao lucro como critério de avaliação, revelava para o PC do B, aquilo que estava oculto nas denúncias contra Stalin: no interior da URSS se processara um movimento de retorno ao capitalismo através da utilização das instituições do Estado soviético, esvaziadas de seu conteúdo revolucionário, e apropriadas por um novo tipo de burguesia, a qual inserida em ramos distintos da economia e do Estado disputam politicamente a condução desse processo.

A delimitação ideológica com o revisionismo contemporâneo: primeiras abordagens

Como vimos, a primeira tomada de posição do PC do B relacionava-se com sua origem, uma vez que seu processo de reorganização pautou-se pela negação de uma política considerada *'reformista'* e *'anti-revolucionária'* implementada desde março de 1958 pela maioria do CC do PCB e referendada pelo V Congresso em 1960. No rastro das mudanças operadas na URSS após o XX Congresso do PCUS, o PCB havia alterado a linha política vigente e estabeleceu perspectivas que, na opinião dos membros do PC do B, liquidavam a organização comunista e submetiam-na à liderança burguesa.

Embora o PC do B não aceitasse, num primeiro momento, que a ruptura entre os dois grupos fosse decorrência das mudanças na URSS, posteriormente passa a identificá-la como a primeira ação de ruptura ou reorganização, em nível global, de um partido que renegava o revisionismo contemporâneo.

Após a reorganização do PC do B em 1962, a questão do revisionismo se impôs como um *'equivoco'* com conseqüências estratégicas de grande significação. O debate se circunscreveu em termos estratégicos e, portanto, reversíveis. A URSS e o PCUS não se configuravam como inimigos, mas como expoentes de uma tendência *'reformista'* a qual alimentava o reformismo e a subordinação do PCB à burguesia nacional.

Em que pese existirem divergências teóricas explicitadas pela liderança chinesa contrárias à idéia de partido e estado de todo o povo, estratégicas de coexistência e transição pacíficas ou históricas referentes ao tratamento dispensado a Stalin e ao chamado *'culto à personalidade'* (FERNANDES, 2000), o PC do B faz um tratamento progressivo na abordagem do revisionismo.

Com a *Resposta à Kruschov* em 1963 os termos concentravam-se em mostrar a insustentabilidade da tese da transição pacífica e do reformismo eleitoral nos marcos da luta anti-imperialista em curso na América Latina. Fez-se a crítica ao modo como o imperialismo era apresentado e ao tratamento dispensado às divergências no interior do movimento comunista, em particular em relação à Albânia e China. No entanto, o revisionismo era indicado em termos estratégicos e sua superação no interior do PCUS era vista como uma possibilidade. Ainda nessa perspectiva, o golpe de 1964 foi apresentado como a materialização do equivoco a que foi conduzido o reformismo do PCB.

Já na VI Conferência em 1966, numa situação de disputa acirrada entre a URSS e a China, o PC do B já indicava uma evolução nas divergências, as quais assumiam contornos políticos e éticos quando apontava os revisionistas como *‘traidores’*, com os quais se tornavam inviáveis quaisquer entendimentos. Eles deveriam ser *‘desmascarados, isolados e batidos’*, uma vez que o revisionismo *‘expressa a influência burguesa no movimento operário e a capitulação diante do imperialismo’*.

Aqui, já não mais se apresentava apenas como divergência estratégica ou teórica, mas como questão ética e moral, ao mesmo tempo em que se consolidava a percepção do retorno ao capitalismo praticado na URSS como uma ação deliberada, planejada arditamente por Krushev. Nesse sentido, as reformas propostas desde 1956 criavam condições para um retorno ao capitalismo, na medida em que destruíam algumas conquistas do período anterior sob pretexto de inovar o socialismo. Para o PC do B, as reformas internamente permitiram o desenvolvimento de formas de propriedade e gestão mais tipicamente capitalistas, ao passo que externamente a política soviética, segundo o PC do B, abandonava o internacionalismo e implementava um *‘oportunismo nacionalista’*.

Nos anos seguintes, em meio a um intenso debate teórico no interior das esquerdas, o PC do B avançava nas caracterizações do revisionismo reafirmando a tese da *‘traição’*, do *‘oportunismo’* e da oposição inconciliável entre o revisionismo e a revolução. O revisionismo era visto como instrumento da burguesia internacional, numa espécie de recolocação do debate com a social-democracia, pois situava as antigas organizações operárias como partidos reformistas de tipo social-democratas, que se encobriam com as bandeiras da Revolução de Outubro (PCdoB, 1967).

Após a chamada *‘Primavera de Praga’* em 1968, o PC do B recorreu constantemente à caracterização da URSS como *social-imperialista* e buscava demonstrar as contradições entre o revisionismo e o leninismo, tanto do ponto de vista teórico, opondo a violência revolucionária e o reformismo, internacionalismo e nacionalismo, como do ponto de vista político, aproximando-os da traição tal qual Lênin havia caracterizado os membros da II Internacional às vésperas da I Guerra, chamando o PCUS de organização fascista⁵⁸. Para o PC do B, “a única diferença de que os social-imperialistas desmascarados

⁵⁸ “Os revisionistas contemporâneos são os mais furiosos inimigos do leninismo, os mais raivosos adversários do socialismo proletário. Brezhnev, Kossiguin, Sustov e seus comparsas transformaram, criminosamente, o Partido de Lênin, numa organização fascista”. (PCdoB, 1970)

por Lênin eram agentes da velha burguesia, enquanto que os atuais social-imperialistas são expressão da nova burguesia surgida na URSS” (PCdoB, 1967).

Assim, juntamente com o entendimento das divergências teóricas e estratégicas que opunham reformismo e revolução, revisionismo e marxismo-leninismo, e das avaliações morais sobre a *‘traição’*, o *‘oportunismo’*, a *‘podridão contra-revolucionária’*, a *‘falsidade política’*, sobre os *‘inimigos do socialismo’*, dos *‘raivosos adversários do socialismo proletário’*, etc. o PC do B apontava a necessidade de se compreender os nexos entre a origem e o desenvolvimento do revisionismo e as classes sociais na URSS.

Podemos indicar que a compreensão teórica do PC do B sobre o revisionismo oscilou, pelo menos até o começo da década de 90, entre uma linha que podemos chamar de ideológica, que compreendia o fenômeno como resultado da luta de classes no campo das idéias, onde a incompreensão do marxismo-leninismo associada às pressões burguesas ou pequeno-burguesas sobre as estruturas partidárias e os órgãos do novo poder produziram valores e concepções estranhas ao proletariado e à revolução, enquanto a outra, que chamaremos de estrutural, buscava compreendê-lo como resultado da luta de classes num processo mais amplo, que incorpora variáveis econômicas e sociais, na análise das relações de produção e de poder vigentes. Ainda que, tanto numa abordagem como na outra, os eventos que permitiram seu desenvolvimento ocorrem após a ascensão de Krushev e seu Relatório Secreto durante o XX Congresso do PCUS.

Para o PC do B, depois de consolidado o revisionismo no interior dos partidos e dos antigos Estados socialistas, ou seja, superada a fase estratégica das divergências (coexistência pacífica versus revolução, Estado do todo o povo versus ditadura do proletariado), impunha-se compreender as origens dos desvios teóricos que permitiram seu desenvolvimento. Por vezes, como vimos, o PC do B localizou nos dirigentes, na incompreensão teórica ou em interesses inconfessáveis, ou nos órgãos do Estado as causas da deterioração. Por exemplo, Grabois ao comentar a ação do PTA no combate ao revisionismo, afirmava: “Na Albânia, o esforço para aperfeiçoar a superestrutura, para livrá-la dos interesses estranhos ao socialismo e para colocá-la à altura da base econômica socialista, é constante. Tem-se sempre em conta a experiência da União Soviética onde a degenerescência da superestrutura levou à restauração do capitalismo.”(GRABOIS, 1969)

Ainda que se conserve a perspectiva da traição dos dirigentes soviéticos e do conluio para transformar o Estado Socialista numa ditadura burguesa, a partir dessa *desgenerescência da superestrutura* que traduz uma possível abordagem sobre a burocratização, o PC do B tendeu ao longo dos anos 80 a analisar, cada vez mais, o desenvolvimento do revisionismo numa perspectiva mais estrutural, embora se concentrasse nas transformações operadas após a chegada ao poder dos revisionistas, oscilando entre elas.

No primeiro número da revista *Princípios*, de março de 1981, o dirigente albanês Foto Çami discutiu a relação entre as classes sob o socialismo, em particular, sobre os efeitos ideológicos possíveis e os seus desdobramentos sobre as classes.

De acordo com Çami, “no socialismo existem algumas condições e fatores objetivos que permitem o surgimento de uma nova classe burguesa. Além dos fatores ideológicos, da pressão burguesa tanto no exterior como no interior, há o denominado direito burguês, o princípio da remuneração segundo o trabalho, que mantém uma certa desigualdade entre os indivíduos; conservam-se ainda as diferenças entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual etc. Sobre tal base nascem também no socialismo novos elementos burgueses, mas não é em todo o caso que eles se transformam numa nova classe burguesa”(Çami, 1981: 30).

Não é, portanto, uma fatalidade o desenvolvimento de uma burguesia e de conflitos de classe de caráter antagônico, mas uma possibilidade, a qual pode ser combatida a partir da utilização da ditadura do proletariado. Em outras palavras, o instrumento fundamental passava a ser a incorporação das massas nas instituições da ditadura do proletariado sob orientação marxista-leninista, além do tratamento justo das contradições sob o socialismo – que podem derivar de conflitos de caráter não-antagônico, como resultado da incompreensão de fenômenos novos, ou antagônicos que derivavam da permanência do pensamento burguês, articulado ou não.

F. Çami avaliava que o sucesso da Albânia na luta contra o revisionismo residia na compreensão de que a luta ideológica é fundamental para garantir as vitórias políticas e econômicas e, para isso, é necessário uma política justa na distribuição da riqueza social, além da incorporação das massas na vigilância e nas instituições do Estado, contribuindo para o combate aos privilégios e à burocracia,

O autor afirmava que, “na totalidade das relações de produção, nosso partido demonstrou especial cuidado com as relações de distribuição. Sabe-se que as relações de distribuição emanam das relações de propriedade e são determinadas por estas. Mas nas condições do regime socialista, como um regime que não se desenvolve espontaneamente, mas que é construído de maneira consciente, uma política errônea na esfera da distribuição lesa gravemente as relações de propriedade e conduz inclusive à modificações de seu caráter. É isto que nos ensina a experiência dos países

reversionistas, onde, apesar de que se conserva na aparência a propriedade social sobre os principais meios de produção, que goza seus frutos é nova classe burguesa que, mediante diversos caminhos e formas, se apropria do trabalho e do suor dos operários e camponeses” (Çami, 1985: 14).

Ao participar dessa perspectiva, o PC do B buscava entender os mecanismos pelos quais essa nova classe dominante reproduzia as relações sociais capitalistas no interior da URSS, nos países sob sua influência e, em menor escala, na China, ainda que conservassem formalmente a propriedade estatal dos meios de produção.

Em artigo publicado na revista teórica do PC do B L. Fernandes (1981) buscou analisar o caráter capitalista das relações no interior da URSS, afirmando a existência de uma intensa luta de classes no interior do socialismo entre as forças socialistas e capitalistas, mas não explora isso do ponto de vista da configuração das classes sociais e da forma política dessa luta.

Indicava apenas que as mudanças econômicas e políticas vividas na URSS depois de 1956 representavam

“uma vitória da parcela dos altos funcionários do Estado e do Partido, administradores e diretores de empresas etc., inconformados com o caminho que a sociedade soviética vinha trilhando até então. A nível econômico, isto se traduzia numa política pragmática e imediatista que buscava expandir a economia ampliando as diferenças e os privilégios herdados do capitalismo”(FERNANDES, 1981: 4).

Seu foco principal era a análise acerca dessas transformações operadas na URSS após a ascensão de Krushev, particularmente depois das reformas de Kossiguin em 1965 que, na opinião do autor, haviam criado condições objetivas para a reprodução do capital, na medida em que restauravam a propriedade privada de vários meios de produção, afrouxavam o planejamento centralizado, além de reinstaurar instrumentos de poder típicos do capitalismo no interior das unidades produtivas.

Tais mudanças criavam condições para que essa nova burguesia soviética pudesse garantir mecanismos para sua reprodução enquanto classe, ao mesmo tempo em que se integrava à economia capitalista mundial através da criação de “joint-ventures”, de políticas de concessão de créditos e “ajudas”, de inversão desses lucros nos mercados financeiros, na constituição de empresas mistas no exterior, de sobrepor-se nas relações de troca desigual no comércio internacional, além da exploração da área do COMECON em benefício da economia soviética.

O autor avança no estudo concreto da economia soviética, reforçando a tese do retorno ao capitalismo e da inserção imperialista da URSS no cenário internacional. No entanto, não explora as contradições e o funcionamento da economia soviética, seja no âmbito da produção, seja na integração internacional, no período anterior à ascensão de Krushev, contrapondo a restauração capitalista ao socialismo. Isto dificulta a compreensão sobre como se formou e se reproduziu esta nova classe dirigente no período que antecede sua ascensão real ao poder do Estado, ou seja, faltava avaliar o período de Stalin.

Nesse aspecto, Fernandes destacava a defesa do período da chamada '*construção socialista*' sob Stalin. As críticas a Stalin, segundo o PC do B, serviriam para encobrir o ataque à ditadura do proletariado, a qual traduzia os interesses do proletariado e do campesinato e, ao mesmo tempo, combatia a burguesia, o latifúndio, a pequena-burguesia e os interesses imperialistas.

Assim, "o denominado combate ao culto à personalidade serve de veículo para a difusão no Comitê Central e nas fileiras partidárias de teorias antimarxistas e antileninistas, que negam o Partido, enxovalham seu passado de lutas, contrariam o princípio da hegemonia do proletariado, repudiam a revolução"(PCdoB, 1972: p.161).

O revisionismo, para o PC do B, atacava um dos princípios axiais do marxismo-leninismo que era a ditadura do proletariado que, de certo modo, era identificada com o período anterior à ascensão de Krushev. Em outras palavras, o revisionismo era expressão dos interesses das classes que, de alguma forma, se opunham, não se sentiam representadas no regime anterior ou eram submetidas pela ditadura do proletariado.

Em linhas gerais, as primeiras abordagens sobre o significado desse novo 'revisionismo' oscilaram, ancoradas em grande parte pela herança da crítica chinesa, entre a identificação da nova linha política como resultado da traição aos princípios teóricos e políticos do marxismo e materialização dos interesses de classe, identificados sobretudo com a manutenção da burguesia e da pequena-burguesia incrustados no interior dos aparelhos do Estado Soviético.

Com o aprofundamento das relações entre o PC do B e o PC Chinês nos anos 60 uma boa parte das reflexões teóricas sobre o revisionismo revestiu-se de componentes oriundos das obras de Mao que buscaram identificar os meios pelos quais a materialização dos interesses de classe haviam eclodido no espectro político soviético e tomado de assalto

o partido de Lênin. Em certa medida, começava, em meados da década de 60, o esforço teórico do PC do B em compreender o *revisionismo contemporâneo* numa perspectiva, embora ainda sem grande sistematização, de avaliar o processo como resultado das contradições da transição socialista.

As transformações na União Soviética

As transformações econômicas empreendidas na URSS desde a morte de Stalin começaram a ser avaliadas por seus críticos progressivamente, de modo que, segundo eles, somente alguns anos depois teria sido possível realizar um balanço mais circunstanciado do significado dessas mudanças.

Para o PC do B, ainda que a justificativa em torno da necessidade de aprimorar a produtividade, a alocação de recursos e incrementar a produção de bens de consumo fosse procedente, as reformas implementadas foram consideradas um retrocesso ao restabelecer formas de propriedade e gestão tipicamente capitalistas, muito embora o significado global só pudesse ser percebido após o XXII Congresso do PCUS.

L. Fernandes (1991) sustenta que as reformas econômicas foram marcadas internamente por um processo de descentralização da produção, com a substituição dos ministérios centrais por 105 conselhos econômicos regionais em 1957, e a eliminação das Estações de Máquinas e Tratores vendidas às fazendas coletivas. Em termos de política externa, Fernandes aponta uma transformação com a integração progressiva da economia soviética no mercado mundial. Tal processo, segundo o autor, derivou de uma nova perspectiva política onde a competição pacífica com o capitalismo poderia ser travada também na esfera econômica. A partir dali, a URSS estendia linhas de crédito aos países dependentes, objetivando o incremento de seu comércio, assim como passou a contrair empréstimos junto às principais potências capitalistas.

O desenvolvimento dessas políticas de integração à economia mundial e ampliação de créditos condicionados à compra de produtos soviéticos, particularmente no âmbito do COMECON, foram caracterizadas por seus críticos como uma forma de retorno ao capitalismo

Esta perspectiva, como veremos adiante, aproximou em princípio da década de 60 o PC do B do Partido do Trabalho da Albânia, PTA e do PC Chinês que além da crítica

econômica entendiam que o processo político em torno da crítica ao stalinismo havia se processado de modo unilateral, deslocando o movimento comunista do debate. Além disso, as reiteradas afirmações da liderança soviética sobre o novo caráter do Estado soviético e do partido comunista representantes de ‘todo o povo’, assim como as indicações de possibilidades concretas de coexistência pacífica entre os dois sistemas expressavam, segundo seus críticos, uma abordagem distante dos pressupostos do marxismo, consolidando uma nova concepção, o revisionismo contemporâneo.

Tais avaliações concorreram para a aproximação ocorrida nos anos 60 entre o PC do B e o PC Chinês que indicava uma convergência teórica em torno da compreensão do significado das mudanças ocorridas na URSS após o XX Congresso do PCUS, onde ambos apontavam as reformas econômicas impostas pela nova direção soviética como uma ruptura com o passado socialista, na medida em que restabeleciam formas de propriedade e gestão tipicamente capitalistas. A justificativa inicial centrava-se numa caracterização do grupo no poder como revisionistas, *traidores e restauradores do capitalismo* na antiga pátria socialista.

As críticas feitas a Stalin, a partir do Relatório Secreto de Krushev, que puseram em dúvida o período da construção socialista foram questionadas pelos chineses devido a sua unilateralidade, enquanto que para o PC do B tais críticas eram dirigidas contra o próprio socialismo e a ditadura do proletariado, possuindo, portanto, inequívoco caráter de classe.

O surgimento de novos fenômenos e configurações políticas e sociais no interior dessas sociedades, que passaram por processos revolucionários e que avançaram – ainda que em graus variados – em direção à socialização dos meios de produção, colocavam novos desafios à teoria marxista, particularmente em torno da natureza das contradições entre as classes e dos conflitos fundamentais daquelas sociedades. Ou seja, sem se avançar no sentido de compreender os meios pelos quais ocorreu a reprodução dos interesses da burguesia no interior de uma formação econômico-social de transição, seria improvável que ocorresse o rompimento com esse subjetivismo dominante neste tipo de abordagem.

Tais dificuldades indicam, em muitos casos, os limites do desenvolvimento teórico marxista no interior das organizações comunistas, incapazes de romper os pressupostos da III Internacional Comunista ou de exercer uma atividade marxista criadora capaz de aplicá-

lo sobre si próprio, obrigando-os a recorrer a explicações não coerentes com os pressupostos do materialismo histórico.

Nesse sentido, ainda que existam referências ao caráter das novas relações de produção, de propriedade e da posse de fato dos meios de produção, os argumentos em torno da *'traição'* dos dirigentes se sobrepunham e, de certo modo, se justificavam, a partir da constatação de diferenças de remuneração entre os diversos setores que compunham a sociedade soviética.

Apesar dos salários refletirem, de certo modo, posições de poder que remetem às formas da divisão social do trabalho sob o capitalismo, não há, nas análises do PC do B nenhum estudo mais circunstanciado sobre o papel das relações sociais de produção desenvolvidas no período pós-revolucionário que permitiram a manutenção e o desenvolvimento desse tipo de desigualdade social.

Partilhavam assim, dos mesmos pressupostos teóricos de Trotsky, embora sobre períodos distintos da história soviética, que recorria aos argumentos econômicos, particularmente ao estatuto legal da propriedade dos meios de produção, demonstrando a permanência de um Estado Operário na URSS, ainda que sob a direção de uma *'burocracia degenerada'*, *'traidora'* dos princípios revolucionários, estendendo a problemática aos contornos políticos da burocracia, ao desenvolvimento dos seus interesses e ao modo como tais relações se assentaram sobre o processo de centralização política, no qual se baseava o poder de Stalin.

As classes sociais

Orientados pelas formulações stalinianas onde a *'construção socialista'* havia superado a estrutura de classes própria do capitalismo, o PC do B recorreu ao espectro da luta de classes em escala internacional para, num primeiro momento, justificar o caráter classista do revisionismo contemporâneo. Assim, o capitalismo que retornava à URSS pelas mãos do revisionismo expressava os interesses de uma nova classe dominante, a qual buscava reverter as conquistas da transição socialista.

No entanto, restava explicar como se consolidara esta nova classe enquanto classe social e de que modo ela se reproduzira a ponto de empreender um projeto político e

econômico alternativo de reintrodução dos princípios e da organização capitalista sob um Estado auto-proclamado socialista dirigido por um partido comunista.

O começo das dificuldades está em compreender o sentido de classe social para o PC do B. De um modo geral, as interpretações do PC do B sobre o revisionismo contemporâneo atribuem a existência de um retorno ao capitalismo empreendido ora por uma burguesia presente nos aparelhos econômicos e políticos do Estado soviético, identificada por vezes na ação e na defesa dos interesses de uma burocracia, separada dos interesses do proletariado, ou como representação de um projeto difuso de caráter anti-socialista e anti-proletário de uma pequena-burguesia que permaneceu enquanto classe nas estruturas estatais do Estado Soviético e do Partido Comunista.

A burguesia teria se consolidado posteriormente com o aprofundamento das reformas empreendidas desde Krushev e que possibilitaram a realização das relações de produção típicas do capitalismo, o que de certo modo explicita uma compreensão vinculada à perspectiva formal relativa à propriedade ou não dos meios de produção nas mãos da burguesia, ainda que o processo de reversão ao capitalismo tenha se precipitado de forma inovadora, incorporando novos elementos e contradições nas esferas da produção e apropriação da riqueza. Em certa medida, as abordagens do PC do B sobre o tema suscitam um conjunto de observações reveladoras da concepção marxista dominante no interior dessa organização.

As definições sobre o conceito de classe social na literatura marxista nos levam necessariamente ao debate em torno do caráter das relações de produção e do modo como as classes se inserem e se reproduzem ao longo da produção e das formas de apropriação do trabalho, derivando dessa situação e reagindo sobre ela suas formas políticas e ideológicas. Fazia-se necessário, portanto, uma avaliação dos desenvolvimentos ocorridos no período pós-revolucionário na Rússia, das relações de produção e das complexas interações entre a nova forma estatal de ditadura do proletariado, as necessidades objetivas da produção de bens de consumo e a superação das relações capitalistas. No entanto, esta abordagem do problema não se apresentou de forma organizada na literatura produzida pelo PC do B, estando, em muitos casos, como veremos adiante, vinculada a problemática posta pelo maoísmo.

A compreensão que o PC do B explicita em relação às classes sociais e sua problemática no interior da URSS oscila entre uma abordagem de cunho economicista, que entende que as condições objetivas da existência de relações sociais de produção capitalistas haviam sido superadas com a socialização dos meios de produção, condicionando, portanto, o processo empreendido de retorno à práticas capitalistas e a constituição de uma nova burguesia à traição, à capitulação das lideranças diante das pressões imperialistas e à permanência de interesses alheios a revolução em dirigentes e militantes de forte formação burguesa e pequeno-burguesa. Ao passo que, eventualmente, se desenham explicações que buscam incorporar, com grau variado de complexidade, as possibilidades existentes de retorno ao capitalismo, a partir da manutenção de relações de produção capitalistas, num regime de transição. As articulações entre essas abordagens e o próprio desenvolvimento teórico do PC do B sobre o tema demonstram o grau de dificuldade encontrado dentro dessa tradição comunista em mesclar a preservação do patrimônio da ‘construção socialista’ e o exercício da crítica dialética.

Se, como vimos anteriormente, o PC do B situou as divergências com o PCUS no campo teórico e estratégico em princípio dos anos 60, as abordagens sobre os interesses de classe que moviam as alterações vividas na URSS desde o XX Congresso começaram a tomar corpo nas reflexões do PC do B na medida em que os chineses e albaneses explicitavam as críticas à URSS.

As formulações do PC do B sobre o espectro classista do revisionismo se estruturam obedecendo um roteiro que é ao mesmo tempo temático e cronológico:

a) as primeiras formulações situaram o revisionismo como um processo de divergência estratégica e teórica, onde seus protagonistas consolidavam uma visão sobre o processo político da transição e da luta anti-imperialista calcada numa perspectiva reformista baseada no entendimento e no respeito à legalidade dominante. Podemos observar que não existem referências mais aprofundadas além daquelas de cunho moral, ético e teórico situando os revisionistas num campo anti-revolucionário e traidor dos princípios do leninismo. Os documentos *Resposta à Krushev* de 1963, *As Resoluções da VI Conferência* de 1966 e *Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América*

*Latina*⁵⁹ de 1968 combatem o revisionismo nessa direção, sem avançar nas raízes sociais vinculadas a este movimento;

b) Sofrendo de severas limitações pela repressão durante a ditadura militar e a Guerrilha do Araguaia, o PC do B passou a caracterizar a classe dominante soviética como uma espécie de burguesia que, mesmo não possuindo a titularidade da propriedade, extraía mais-valia e a redistribuía por toda uma camada de colaboradores. Em certa medida, esta abordagem, que remete às influências chinesas das décadas de 60 e 70, sugere uma percepção mais complexa dos fenômenos, ainda que sejam restritos ao período posterior à Krushev. Destacam-se as *Resoluções da VII Conferência* de 1978, *As Resoluções do VI Congresso do PC do B* de 1983 e um conjunto de artigos publicados por membros do Comitê Central do PC do B nas páginas da Revista *Princípios* e de *A Classe Operária*;

c) Com o desenvolvimento da crise estrutural que abala os alicerces da URSS na década 80 e que tem na *Perestroika* a explicitação das contradições e conflitos inerentes àquela formação econômico-social, o PC do B avança nas tentativas de compreensão dos condicionantes sociais do revisionismo e, em certa medida, concentra seus esforços na compreensão do papel desempenhado pela pequena-burguesia durante o processo da ‘construção socialista’, seja confundida com a ação da burocracia estatal, seja como expressão dos interesses históricos de uma burguesia em formação;

d) Por fim, no processo de entendimento da expansão da crise do socialismo sobre a pequena Albânia, baluarte do marxismo-leninismo, e como resultado da ‘tragédia do socialismo’ o PC do B, a partir de seu VIII Congresso admite, embora com reservas, a permanência de relações sociais de produção capitalistas, ainda que morfologicamente distintas das tradicionais, na URSS no período anterior ao XX Congresso do PCUS e, portanto, à ascensão do revisionismo krushevista.

Assim, de acordo com esta linha de abordagem temática e cronológica podemos identificar, num primeiro momento, nos textos publicados em *A Classe Operária* e no *Boletim de Informações*⁶⁰ de *A Classe Operária* durante os anos 60 a caracterização das

⁵⁹ “E há também o pseudo-socialismo de Kautsky e Bernstein, o ‘marxismo’ de Krushev, Brezhnev e Kossiguin, de Tito e Togliatti que tantos e graves danos ocasionou ao movimento operário e tem acarretado, onde predomina, amargas derrotas. (...)O falso marxismo dos revisionistas semeia confusão, cria dificuldades à luta dos povos e serve objetivamente à reação e ao imperialismo” (PCdoB, 1968: p.116)

⁶⁰ Durante a ditadura o jornal fora substituído em alguns períodos pelo Boletim de Informações, particularmente no período de 1966 e 1967.

ações soviéticas como tipicamente capitalistas, embora não houvesse esforços no sentido de uma compreensão mais aprofundada do significado disso e de sua correlação com o período da chamada ‘construção socialista’.

Por exemplo, em março de 1967 afirma-se n’A *Classe Operária* que os revisionistas “colocam os interesses nacionais da União Soviética, isto é, os interesses da camada social privilegiada que domina o Partido e o governo, acima da luta dos povos oprimidos pela independência nacional” (PCdoB, 1967: p.7) ao comentar acordos econômicos entre a URSS e o governo brasileiro para investimentos no Pólo Petroquímico de Camaçari.

Após a invasão da Tchecoslováquia por tropas russas em 1968, quando os chineses passaram a caracterizar o regime soviético de social-imperialista, O PC do B argumenta que

“na União Soviética vigora, hoje, o sistema do lucro e uma pequena minoria vive à custa da exploração dos trabalhadores. As portas do país foram abertas à penetração do capital estrangeiro. A URSS converteu-se numa potência opressora, que procura submeter e explorar outros povos, inclusive os socialistas. Seus líderes chegaram a suprema infâmia de entrar em conluio com os imperialistas ianques para dividir o mundo em esferas de influência entre os Estados Unidos e a União Soviética. Selaram com as forças mais reacionárias uma santa aliança dirigida contra os povos, a revolução e o comunismo”.(PCdoB, 1968: p.7)

Como havíamos observado anteriormente, as referências concentram-se na identificação dos privilégios consolidados pela nova liderança, que ancorada na burocracia estatal sustentava um regime onde, apesar da propriedade social dos meios de produção, garantia uma desigualdade social crescente ancorada numa perspectiva chauvinista russa.

Já em fins dos anos 70, com a anistia e com o fim do regime militar no horizonte, o PC do B e as esquerdas brasileiras, de um modo geral, puderam debater com mais liberdade os temas referentes ao socialismo.

A realização da VII Conferência em 1978 havia sido dominada, na discussão do socialismo, pela ruptura entre o PC do B e o PC da China e a influência maoísta, o que limitou o aprofundamento do debate sobre o revisionismo e a estrutura de classes na sociedade soviética para além das convicções vigentes. Essa temática recebe um tratamento mais adequado, ao longo desse processo, nos anos 80.

Em março de 1981 o PC do B passa a publicar a revista *Princípios*, permitindo um espaço maior para a exposição das teses sobre as origens do revisionismo. Entretanto, é apenas em 1983, com a realização do VI Congresso, que o PC do B tem a primeira oportunidade de debater no conjunto do partido as teses sobre o revisionismo e os rumos do

movimento comunista internacional, depois das mudanças de rumo na URSS e, posteriormente, na China.

O documento aprovado neste congresso identificava a ascensão de Krushev e o XX Congresso do PCUS como definidores de uma guinada na política da URSS, onde os princípios do marxismo-leninismo foram abandonados e o Estado passou a ser guiado por uma nova classe dominante (revisionista). No entanto, o texto não explica como se processou a formação de tal classe nem seu papel na configuração do poder soviético. O novo sistema foi definido como “capitalismo de Estado que mantinha as antigas formas socialistas, mas funcionava tendo por base a exploração da mais-valia no interior da URSS e, externamente, nos países sob o domínio ou influência soviética”(PCdoB, 1983:70).

Este tipo de avaliação remete ao conjunto de críticas elaboradas pelos chineses e albaneses ao longo dos anos 60 e 70 que qualificavam o revisionismo como um retorno ao capitalismo onde se reproduziam as relações sociais de produção capitalistas sob a capa da propriedade socialista. Em certa medida, o PC do B reproduz, ainda que reduzindo seu argumento às diferenças de remuneração e de apropriação da mais-valia, a tese de que as relações sociais de produção seriam tipicamente capitalistas, mesmo que sem a titularidade típica da propriedade privada capitalista, produzindo uma estrutura de classes que, a partir do comando do Estado, reproduziriam uma estratificação social de tipo capitalista.

De um modo geral, esta abordagem do PC do B oscila entre uma identificação da reprodução das relações sociais de produção tipicamente capitalistas onde, apesar da propriedade social, houve a manutenção da divisão do trabalho tipicamente capitalista com a separação dos produtores dos meios de produção, assim como da separação entre o trabalho manual e intelectual, da concepção e execução e das relações de poder derivadas dessa divisão de um lado; enquanto de outro sugere que a direção política do processo, ou seja, o papel atribuído aos dirigentes políticos, contaminados pela perspectiva revisionista teria sido responsável pela reintrodução de uma perspectiva burguesa ao nível da produção.

No entanto, apesar dessas oscilações, oferecia indicações interessantes quanto ao caminho das análises sobre a URSS quando afirmava que:

“Na construção do socialismo, processo histórico que se realiza num prazo relativamente largo, é permanente a luta entre o caminho socialista proletário, apoiado em bases científicas, e o caminho capitalista, ou seja, a adoção no curso da edificação da nova sociedade, de diretrizes básicas que objetivamente negam o socialismo, reforçam a burocracia, redundam em fracassos, e conduzem à velha estrutura capitalista” (PCdoB, 1983:82).

O texto acima apontava para a existência da luta de classes sob o socialismo e identifica a permanência das idéias da burguesia, ora aparecendo sob ação da burocracia, que mesmo não sendo uma classe aparece como tal, ora da pequena-burguesia, a qual vai paulatinamente ganhando contornos classistas e ideológicos de cunho anti-revolucionário na literatura do PC do B. Ou seja, observa-se a indicação da permanência do espectro das lutas de classe tipicamente capitalista no quadro do socialismo, mas não avança na análise da reprodução das classes sob o socialismo, exceção feita ao papel desempenhado pela burocracia no controle do Estado, do Partido e de outras formas de poder, questão já examinada exaustivamente na literatura marxista desde Rosa Luxemburg e Trotsky.

A nova classe dominante russa também articulava, via Estado, seus interesses no âmbito internacional, reproduzindo, como vimos, a dominação chamada pelo PC do B de “social-imperialista”, onde se repetiam, grosso modo, as mesmas relações que entre as classes dominantes dos países imperialistas e as dos países sub-desenvolvidos. Ou seja, para o PC do B nos países sob área de influência soviética, as classes dominantes, fossem elas dirigentes dos PC’s locais ou não, reproduziam internamente processos de dominação, via Estado e partido, similares aos da URSS, em troca de apoio político e intercâmbio militar-econômico russo.

Tais trocas, realizadas principalmente no âmbito do COMECON, garantiam a transferência de capitais, via dívida externa e a crescente deterioração dos preços dos produtos primários que combinada com a supervalorização das máquinas e equipamentos soviéticos, além do lucrativo comércio internacional de armas patrocinado, segundo o autor, pelas duas potências hegemônicas.

Nessa mesma perspectiva, Amazonas identificava esta nova burguesia a partir da utilização dos meios de produção em seu benefício, uma vez que boa parte deles era ainda propriedade estatal, que encontravam-se

“nas mãos de usurpadores do poder que o utilizam em benefício próprio e de uma camada de burocratas, tecnocratas, militares, aproveitadores de todo o tipo. Esta camada apossa-se de boa parte dos valores criados pelos trabalhadores, o que lhe assegura um alto nível de vida”(...)”Na União Soviética da atualidade, esses beneficiários são os dirigentes do Estado e do Partido, os administradores das empresas e kolkoses, os oficiais de elevada graduação, os técnicos, os funcionários destacados do aparelho partidário etc.”(AMAZONAS, 1981:5).

Reforçava, tal qual o documento do VI Congresso, que

“as vantagens que aquela camada de beneficiários do regime desfruta provêm, como no capitalismo, do trabalho de outrem, da mais-valia tirada dos operários e dos camponeses. Além de salários altíssimos em relação à média da remuneração dos trabalhadores, esses elementos dispõem de verdadeiras mordomias: casas de campo, automóveis de luxo, clínicas especializadas, facilidades para viagens de recreio ao exterior, armazéns especiais de produtos de consumo de boa qualidade a preços reduzidos, acesso fácil aos melhores espetáculos de arte, ampla utilização dos meios de comunicação etc. São os burgueses da Rússia.” (AMAZONAS, 1981:5).

Em certa medida, essa linha de raciocínio, que era dominante nas análises do PC do B, remete-nos a duas questões conexas que problematizam a caracterização feita sobre a constituição dessa nova burguesia: a primeira relaciona-se com a identificação de uma dada classe social, descolada do seu local no processo produtivo, uma vez que há um conjunto de relações sociais de produção possíveis nesse universo desenhado pelo PC do B, em que pese a existência de benefícios e privilégios econômicos, sociais, políticos e culturais derivados mais das posições ocupadas na hierarquia estatal e partidária que das relações econômicas. A segunda articula-se com a definição sobre o regime vigente, uma vez que se se caracteriza o Estado Soviético como capitalista, mesmo que submetido ao Capitalismo Monopolista de Estado, poderíamos identificar no funcionamento de sua economia os mesmos elementos presentes na gestão da economia capitalista como um todo.

No primeiro caso, destaca-se a dificuldade em identificar os meios pelos quais esta nova burguesia se coloca enquanto classe social, uma vez que seu espectro é apresentado de maneira muito ampla, abarcando setores diversos, ainda que todos eles repartam a mais-valia ao longo do processo. Se, de um lado, podemos identificar, com a expansão de empreendimentos privados, a existência de uma proto-burguesia ligada ao Estado, ao partido e a outros setores da economia; de outro, a identidade política criada na gestão do Estado por toda uma camada de beneficiários é, a meu ver, insuficiente para caracterizá-la como classe social, devido a heterogeneidade de papéis e interesses do grupo descrito como essa nova burguesia. Dificuldade, aliás, partilhada pela tradição trotsquista a qual recorre à caracterização de um Estado Operário degenerado, transfigurado pela ação burocrática.

Já o segundo relaciona-se com o modo como as crises econômicas se manifestam, uma vez que o grau de incerteza num modelo atípico de capitalismo como este é bastante reduzido, impedindo que os efeitos conhecidos como a falência, a destruição do capital fixo, o desemprego etc. se manifestem de modo usual.

O papel da pequena burguesia

No VII Congresso do PC do B realizado em 1988, ao avaliar as transformações históricas operadas na URSS, afirmava-se, de uma forma mecânica e superficial, que o proletariado havia dominado a sociedade soviética até a ascensão de Krushev em 1956, sendo substituído por uma ‘*pequena burguesia burocrática*’ representante do interesse da burguesia. No entanto, não se avança na análise sobre o processo de formação e manutenção desta ‘classe’, nem sequer sobre o que e quem seria a tal burguesia⁶¹.

Em outras palavras, para o PC do B, o revisionismo havia selado um pacto entre a intelectualidade, a burguesia e a pequena burguesia burocrática no sentido de avançar nas transformações capitalistas da URSS e para isso, assim como Krushev⁶², recorria ao ataque a Stalin como forma de legitimação de suas reformas. Para o PC do B este era o sentido da *Perestroika*.

“Referir-se a Stalin, à sua obra, à sua contribuição científica é falar do socialismo que ele defendia e construía com sucesso. O ataque raivoso ao dirigente máximo da fase da construção socialista é, na realidade, a investida colérica contra a ditadura do proletariado. As mentiras e as calúnias difundidas pelos revisionistas a respeito daquela fase traduzem o ódio profundo da burguesia, e também da pequena-burguesia inconformada, ao regime dirigido pela classe operária. A democracia gorbacheviana nada mais é do que o respaldo à transição do socialismo ao capitalismo que se vem efetuando na URSS”(PCdoB, 1988: p. 393).

Eventualmente eram publicadas análises que buscavam compreender o caminho da configuração de classes no processo em curso, afirmando que a principal questão girava em torno da “irresistível disputa para estabelecer quem mais se apropria da massa de mais-valia extraída da mercadoria mão-de-obra (sic) dos trabalhadores soviéticos: se a burguesia burocrática, parasitária, entrelaçada ao Estado, ou se os ‘novos burgueses’ proprietários das empresas que implantaram”(SILVA, 1989).

Ainda sobre o papel dessa pequena-burguesia no processo de retorno ao capitalismo, que se radicaliza sob as Reformas de Gorbachev, o PC do B insistia, na edição

⁶¹ “O proletariado perdeu o seu papel de força dirigente da sociedade quando Krushev e seus seguidores se apoderaram da direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A burguesia passou a dirigir o Partido e o Estado através da pequena burguesia burocrática. Não por acaso, Gorbachev se desmancha em elogios à intelligentsia. ‘Esta na hora de parar de tyrannizar a intelligentsia, isto é prejudicial e inadmissível’, exclama. Ele atribui, na realidade, à classe operária no poder até meados dos anos 1950 essa pretensa tyrannização dos intelectuais que, diga-se de passagem, nunca suportaram a ditadura do proletariado. ‘A intelligentsia (...) sofreu enormes e irreparáveis perdas devido às violações da legalidade socialista e às repressões da década de 1930’, sentencia o escriba da Publishers” (PCdoB, 1988: p. 392).

⁶² Hobsbawm (1995) sustenta que Krushev tenha sido o primeiro camponês a dirigir um Estado

da revista *Princípios* dedicada à *Perestroika* de junho de 1989, que sua ação pode ser identificada desde os primeiros conflitos no interior do PCUS logo após a Revolução de Outubro, tais com as polêmicas desenvolvidas por Trotsky e a defesa dos *kulaks* e *nepman* feitas por Bukhárin.

O editor da revista teórica do PC do B afirmava que a preocupação em controlar a expressão do pensamento burguês e pequeno-burguês no interior do PCUS se materializara com o esforço de Lênin no X Congresso do PCUS. “Como meio de enfrentar esta luta e garantir a direção proletária sobre o Estado é que foram tomadas as resoluções do X Congresso do Partido Comunista, em 1921, proibindo a existência legal de partidos burgueses e as frações e grupos no interior do próprio partido bolchevique”(MARTINS, 1989: 24)

U. Martins buscava compreender o papel desempenhado pela pequena-burguesia no espectro das lutas de classes sob o socialismo argumentando que

a pequena-burguesia, embora em novas formas, não perde no socialismo sua essência de camada social intermediária entre a burguesia e o proletariado, da qual deriva sua posição ideológica pusilânime”. Afirmava ainda que, “é natural que essa pequena burguesia ocupe posições no interior do partido, do aparato estatal, gerências de fábricas, cooperativas, etc. E impregne o ambiente social com idéias que às vezes são francamente hostis ao socialismo (MARTINS, 1989: 25).

Uma das teses centrais que aparece nas publicações do PC do B era a de que a construção do socialismo havia sido concluída na segunda metade da década de 30, o que significava que, em termos de classes, tanto a burguesia como o latifúndio não existiam mais na sociedade soviética. No entanto, a permanência da pequena burguesia deveria ser suplantada na passagem ao comunismo, o que estimulava a articulação destes na preservação de seus espaços, direitos e interesses tidos como liberais, abrindo passagem para o desenvolvimento do revisionismo a partir das estruturas estatais e partidárias como um meio de expressão das demandas. “As idéias revisionistas da pequena-burguesia manifestavam-se, então, de forma tímida, mas possuíam uma expressiva base no interior da sociedade soviética, o que lhes garantiu o predomínio sobre o aparelho estatal logo após a ascensão de Krushev ao poder”(MARTINS, 1989: 26).

Para Martins, a adoção das reformas empreendidas por Krushev, “alargam a área de influência da produção mercantil sobre a economia soviética e levam a um progressivo enriquecimento da pequena-burguesia, assim como a alteração da posição desta camada nas

relações de produção – de modo a transformar o próprio caráter dessas relações”. (MARTINS, 1989: 26)

Para ele, “o domínio da pequena-burguesia sobre o Estado Soviético – que caracteriza todo o período de restauração do capitalismo na União Soviética – redundou, de outro lado, no progressivo enriquecimento desta camada social, bem como na ampliação de sua posição no processo de produção, em tal medida que de fato criou, com o tempo, uma espécie de ‘nova burguesia’, constituída de gerentes de fábricas e cooperativas, altos burocratas do Estado e do partido, oficiais e técnicos de elevada graduação” (MARTINS, 1989: 28).

Nessa análise social sobre o perfil da pequena-burguesia na União Soviética, o autor sustenta que nesse processo ela somente se tornou uma burguesia em sua forma clássica após as reformas de Gorbachev, compreendendo, portanto, uma categoria social provisória e intermediária que dominou a política soviética desde a ascensão de Krushev.

O próprio Gorbachev é identificado como expressão dos interesses dessa pequena-burguesia, cujo âmbito de sua ação é tão amplo quanto problemático a sua definição nesse quadro.

Ele pertence a essa ‘classe’ que, na atualidade, substituiu o proletariado no poder. Nos anos 1930, essa espécie de gente tentou, até mesmo em aliança com Hitler, destruir o poder dos trabalhadores. Foi derrotada. A classe operária venceu. O reverso ocorreu após a morte de Stalin. Os apóstatas revisionistas, num golpe de força bem arquitetado, assumiram a direção do Estado e do Partido. Triunfaram os inimigos do socialismo. O proletariado da URSS precisa adquirir a compreensão mais profunda da realidade soviética dos nossos dias a fim de ajustar contas com os traidores e retomar o comando da sociedade e do país que fez a gloriosa Revolução de 1917 (PCdoB, 1988: 392).

A vinculação do revisionismo e da *Perestroika* à pequena-burguesia percorre boa parte das reflexões do PC do B, embora todas padeçam de dificuldades em caracterizar os meios pelos quais essa classe se reproduziu e ocupou os espaços no interior da União Soviética e dos partidos sob sua influência.

De certa maneira começavam a ser alinhavadas algumas explicações causais sobre as origens do revisionismo, buscando, a partir da estrutura social soviética, o entendimento do fenômeno. A pequena-burguesia que se mantinha nas brechas do socialismo, fosse nas poucas atividades econômicas privadas permitidas, fosse nas estruturas administrativas e políticas do novo Estado, resistira ao aprofundamento da revolução e o revisionismo teria sido o terreno encontrado para expressar as divergências quanto à condução da construção socialista.

A oscilação presente entre o entendimento da estrutura de classes como fenômeno objetivo recorrente ao estágio das relações sociais de produção e a determinação ideológica

na definição das opções políticas que permitiram o desenvolvimento do revisionismo e de uma nova estrutura de classes na URSS persiste mesmo no processo do VIII Congresso em 1992, quando se procede, como veremos adiante, à uma avaliação crítica do período da construção socialista.

Mas, apesar disso, resistem análises que, como veremos no tópico sobre o VIII Congresso, buscaram acomodar as várias perspectivas no interior dessa organização. Por exemplo, quando se afirma que,

“o confronto ideológico entre a corrente leninista, revolucionária, e a pequena burguesia revisionista, tem raízes históricas. A pequena burguesia, que constitui vasta camada social, existe, não somente no capitalismo, aparece igualmente no socialismo. Objetivamente, opõe-se ao projeto do proletariado de construir uma sociedade de trabalhadores, de indivíduos iguais em direitos, sem classes, uma comunidade livre de privilégios e de parasitas, orienta-se no sentido de amainar a luta revolucionária do proletariado, cheia de imensas dificuldades e de grandes sacrifícios, dirigi-la pelo caminho das reformas de tipo burgueses.”(PCdoB, 1992: 434)

O enigma do Estado Soviético

Se no esclarecimento da configuração de classes da sociedade soviética o PC do B encontrou dificuldades teóricas e políticas de grande significação, nas análises sobre o tipo de Estado vigente na URSS, particularmente no período posterior a 1956, elas se apresentam com maior homogeneidade.

No VI Congresso em 1983, o PC do B caracteriza o Estado soviético como um regime de Capitalismo Monopolista de Estado que, apesar de conter formas de propriedade socialistas (particularmente a propriedade estatal dos meios de produção), mantinha a apropriação privada do sobre-trabalho distante, portanto, da contribuição requerida para o fundo social.

Nesse sentido, o Capitalismo de Estado era determinado pela manutenção das relações de produção capitalistas associadas a um aparelho produtivo estatal sob domínio de um novo tipo de burguesia que, ainda que não possuísse a propriedade jurídica dos meios de produção, exercia o controle efetivo sobre a produção, a força de trabalho e o sobre-trabalho no interior de uma cadeia produtiva com seus desdobramentos políticos.

As primeiras afirmações sobre o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado no interior do marxismo estão relacionadas aos teóricos da II Internacional, particularmente Kautsky e Hilferding, que atribuíam virtudes ao planejamento capitalista possível sobre a

situação de monopólio. As relações umbilicais entre o Estado burguês, pensado principalmente a partir da experiência alemã, e os monopólios capitalistas haviam permitido um grau de organização da produção e do mercado que suprimiam a anarquia na produção, limitando os riscos do mercado a partir da utilização dos instrumentos econômicos e políticos do Estado.

Para Kautsky e Hilferding, o Capitalismo Monopolista de Estado desenhava a antessala do socialismo, sendo reflexo da crise final do próprio sistema capitalista que se negava e criava condições para sua superação. Como consequência havia a necessidade da social-democracia conquistar este Estado e administrá-lo em direção à nacionalização completa e ao socialismo.

A própria definição da situação de monopólio traz consigo uma série de implicações, as quais reagem de forma variada sobre o processo mesmo de produção e reprodução do Capital. Segundo Altvater (1989), os capitais individuais, como parte integrante do Capital global, submetem-se à concorrência, ao mesmo tempo em que limitam suas taxas de lucro à taxa de lucro média, ainda que busquem no horizonte do capital individual a sua máxima valorização. Tal valorização máxima implica a expropriação máxima do sobre-trabalho possível dos trabalhadores, de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

No entanto, a situação de monopólio subverte tais princípios, na medida em que, a partir da articulação entre a organização monopolista da produção e o Estado, ou seja, da não-submissão à concorrência econômica mais a força estatal, supera as limitações econômicas, transformando-se em estruturas de poder, que permitem o estabelecimento do lucro monopolista não submetido às taxas médias de lucro do capital global.

Ainda que não se submeta aos princípios concorrenciais dentro de determinados ramos organizados monopolisticamente, os monopólios não superam os princípios da lei do valor na medida em que a busca da auto-valorização do capital persegue os mesmos princípios da extração de sobre-trabalho. O conceito de Capitalismo de Estado está relacionado com as formas de regulação possíveis entre o Estado e o Capital monopolista, capazes de submeter as classes sociais, seus conflitos, as relações políticas e sociais às demandas em escala ampliada desses capitais.

O desenvolvimento objetivo da teoria deu lugar a um conjunto de possibilidades de articulações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os vários ramos do capital submetidos à situação de monopólio e os vários regimes políticos possíveis dentro do capitalismo.

Para Lênin, o Capitalismo Monopolista de Estado era a forma por excelência do capitalismo na situação do imperialismo e, devido a seu grau de planejamento e socialização, ele poderia ser considerado a ante-sala do socialismo. No entanto, essa transição não se daria sem antes transformar o conteúdo mesmo desse Estado; nesse sentido Lênin faz uma dupla distinção: primeiro entre sua perspectiva e a da II Internacional ao romper com a visão economicista de inspiração evolucionista e introduzir uma dimensão política da luta de classes sob o imperialismo; e em segundo lugar, ao separar as características fundamentais do aparelho político a serviço da burguesia de suas instituições econômicas.

Para Lênin, o Capitalismo Monopolista de Estado se configura em uma etapa rumo ao socialismo se o Estado mudar seu caráter,

Vereis que num Estado verdadeiramente democrático-revolucionário o Capitalismo Monopolista de Estado significa, inevitavelmente, infalivelmente, um passo ou passos para o socialismo”(...) “Pois o socialismo não é outra coisa senão o passo em frente seguinte a partir do monopólio capitalista de Estado. Ou de outro modo: o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo e que, nessa medida, deixou de ser um monopólio capitalista.(LÊNIN, 1917b: p.195)

Lênin partilhava da noção de que a centralização excessiva do capital e sua simbiose com o Estado, a superação da anarquia da produção e dos riscos do mercado haviam criado condições fundamentais para o socialismo, sendo essa, portanto, a forma própria, porque última, da crise geral do capitalismo.

Bettelheim (1979) considera que Lênin trabalhava a perspectiva da utilização da forma Capitalismo Monopolista de Estado a partir da idéia de quem controla o processo e a organização da produção e não o modo como a mesma produz e reproduz as relações de produção. Nesse sentido, as técnicas desenvolvidas pelos monopólios capitalistas em termos de controle, vigilância e registro apresentavam-se como neutras, variando seu conteúdo de acordo com quem as utilizava.

Esta dualidade que acompanha o leninismo e que tem suas primeiras manifestações ainda em Marx opõe a perspectiva do desenvolvimento das forças produtivas como

elemento central no desenvolvimento das transformações necessárias para a superação do próprio capitalismo, enquanto que de outro lado, não necessariamente em oposição a tal tese, se encontra a perspectiva que trata da superação das relações de produção capitalistas como resultado da luta de classes e que, portanto, concebe o processo de produção contaminado em sua origem, distante da premissa da neutralidade das forças produtivas que deverão se desenvolver após a revolução. Trataremos esta tensão teórica mais adiante quando avaliarmos a herança maoísta no PC do B.

Bettelheim observa que no interior do leninismo o conceito de Capitalismo Monopolista de Estado transita entre a raiz economicista da II Internacional que, como vimos, o entende como etapa necessária para o socialismo, e a opção política de utilizar de forma controlada certos recursos em função das transformações na conjuntura dos primeiros anos da revolução.

O capitalismo de Estado apresenta-se, às vezes, como uma etapa que deve ser atravessada por razões aparentemente ‘técnicas’ (é passando por ela que o proletariado ‘aprende’ a dirigir a economia e, portanto, só pode avançar depois de ter atravessado a etapa de um capitalismo de Estado que ele domina cada vez mais); em outros momentos, o capitalismo de Estado apresenta-se como uma política a que o proletariado recorre durante uma etapa determinada da luta de classes. Essa concepção do capitalismo de Estado como uma política é a que tende a predominar a partir de 1921 (BETTELHEIM, 1979: p.427).

A caracterização feita pelo PC do B acerca do Capitalismo Monopolista de Estado na URSS diz respeito ao regime vigente nos anos 80, portanto, depois da ascensão do revisionismo, e não como continuidade das experiências de concessão de Lênin sob a NEP, as quais Trotsky considerava, em 1925, que as *‘concessões, arrendamentos e empresas de capital misto’* eram minoritárias na economia e, portanto, um exagero utilizá-las para caracterizar o regime econômico.

De acordo com Fernandes (1992), este regime identificava-se por uma articulação entre os capitais privados estrangeiros e os investimentos estatais, os quais configuravam, juntamente com o planejamento estatal, os princípios fundamentais do Capitalismo Monopolista de Estado, uma vez que a concorrência e os riscos do mercado estavam sob controle da burocracia estatal, a partir dos seus vários instrumentos de regulação, planejamento, alocação de recursos e distribuição da mais-valia.

Se, como vimos anteriormente, o Capitalismo de Estado se apresentava para Lênin como a ante-sala do socialismo, devido ao seu elevado grau de planejamento, organização e controle, podemos inferir que os mecanismos existentes possuíam alto grau de autonomia e

neutralidade, os quais atribuiriam um conteúdo diverso às relações de produção de acordo com a classe ou com o bloco de classes no poder. Por outro lado, as necessidades objetivas e subjetivas em alavancar o desenvolvimento das forças produtivas e a elevação da produção de bens agrícolas e industriais não permitiram a realização de mudanças significativas no caráter das relações de produção capitalistas dominantes, produzindo uma acumulação de capital, entendido a partir da permanência das relações entre trabalho-capital, ainda que gerido pelo Estado e sem a presença de uma burguesia.

Nesse sentido, colocava-se para o PC do B a questão de serviço: a quem estava tal Estado? uma vez que, para ele, o PCUS havia se transformado numa organização ‘revisionista’, que incorporava os interesses de uma nova classe dominante incrustada nos aparelhos estatais da União Soviética, o que alterava o conteúdo do Estado. Assim, caminhava em direção a uma visão instrumental acerca do Estado onde, em função do caráter consciente que o processo revolucionário imprime à transição socialista, o comando político determina os rumos dessa transição ou do retorno ao capitalismo.

O significado da política externa soviética para o PC do B

A política externa soviética que sempre, como vimos, serviu de bússola aos comunistas do Brasil passou, ao longo dos anos 60, a orientar o modo como o PC do B avaliava os novos rumos da antiga pátria socialista, que desde 1956 encontrava-se sob comando do ‘revisionismo contemporâneo’.

Nesse sentido, as ações que num primeiro momento concentravam-se numa perspectiva de convivência pacífica com o capitalismo, particularmente o estadunidense, expondo, portanto, uma divergência estratégica e política, não revelaram, segundo o próprio PC do B, de primeira mão o caráter de classe que ali se manifestava.

Para o PC do B, as ações do Estado Soviético após o XX Congresso do PCUS expressavam mais a reanimação do chauvinismo grão-russo adormecido que propriamente uma estratégia expansionista como expressão de um Capitalismo de Estado orientado desde a burocracia estatal.

Há três movimentos onde podemos identificar o modo como o PC do B analisou o significado das ações do Estado soviético como expressão de uma nova base social e de um outro tipo de Estado: nas ações militares com vistas à manutenção da bipolaridade com os

Estados Unidos, particularmente na submissão de interesses locais aos ditames da estratégia soviética; na configuração das áreas de controle econômico submetidas ao COMECON e na manutenção do modelo soviético nas regiões sob sua influência, em especial as do Leste europeu.

Na VI Conferência em 1966, o PC do B identifica que o revisionismo afastara a URSS do papel progressista que esta desempenhou no cenário político internacional desde 1917. Afirmava que a decorrência das teses da coexistência pacífica levou a um acordo com o imperialismo e a aceitação da divisão bipolar do planeta. No entanto, subsiste ainda alguma perspectiva com a reversão dessa tendência a partir de mudanças que poderiam ser operadas desde a sociedade soviética. Mas ainda não se desenvolvem análises sobre o tipo de Estado que os revisionistas haviam implantado, nem a relação entre o significado das ações externas e o perfil político desse novo arranjo estatal. Apenas sugerem indiretamente terem os revisionistas reacendido o expansionismo russo.

“O governo soviético segue uma política de cooperação com os Estados Unidos, tentando dividir o mundo em esferas de influência entre os dois países. Junta-se aos imperialistas ianques na campanha de calúnias contra a China. Assina o tratado de proscrição parcial das experiências nucleares, com o propósito de assegurar para a União Soviética e os Estados Unidos o monopólio das armas atômicas. (...)

Há, sem dúvida, contradições entre a União Soviética e os Estados Unidos. Mas, em virtude da posição chauvinista e revisionista dos líderes da URSS, tais contradições passaram a ter caráter secundário. Atualmente, é a cooperação que está em primeiro plano nas relações entre os governos de Moscou e de Washington”. (PCdoB, 1966: p. 90)

Além da crítica dirigida aos entendimentos entre soviéticos e norte-americanos, que tem seu sentido político vinculado à diluição da luta anti-imperialista, o PC do B critica também as ações soviéticas visando o entendimento entre as forças em guerra no Vietnã.

No interior do bloco soviético as insatisfações cresciam em meados dos anos 60 e vários setores, particularmente a intelectualidade, estudantes e várias organizações sindicais, começavam a exigir uma maior liberalização política e às vezes econômica que na onda da desestalinização pós-Kruschev era ainda bastante limitada. Na Tchecoslováquia, o próprio Partido Comunista que aglutinara setores descontentes com a lenta abertura, implantara, em janeiro de 1968 com a ascensão de Dubcek, um conjunto de reformas políticas e econômicas revisando características centrais do regime, atendendo boa parte das demandas políticas por maior liberdade e democracia.

A chamada *Primavera de Praga* desafiava o modelo soviético e abalava os princípios da estabilidade bipolar desde a Europa Oriental. Em 20 de agosto as tropas do Pacto de Varsóvia invadem Praga e reverterem, com apoio da oposição interna às reformas, os efeitos das mudanças implementadas.

O PC do B caracterizou, embora sem avaliar qualitativamente o significado das reformas em curso, nas páginas de *A Classe Operária*, a ação soviética de ‘neo-imperialista’, “os governantes da URSS, que traíram o socialismo e restauraram o capitalismo em seu país, passaram agora às ações de caráter tipicamente capitalista.(...) A URSS converteu-se numa potência opressora, que procura submeter e explorar outros povos, inclusive os socialistas” (PCdoB, 1968: p. 7).

A invasão da Tchecoslováquia precipitou a saída da Albânia do Pacto de Varsóvia, saudada pelo PC do B no mesmo número do jornal como uma “*atitude firme e conseqüente*” do PTA em relação ao que chama de “neoimperialismo” dos soviéticos.

Já em fins de 1968 o PC do B substitui o ‘neoimperialismo’ pela de “*social-imperialismo*”, que aparece na imprensa do PC do B, pela primeira vez, na reprodução de um discurso do 1º ministro chinês Chu En-Lai⁶³.

Novamente, em março de 1969, foi publicado outro texto da *Revista Pequim Informa*, de janeiro daquele ano, onde a referência ao *social-imperialismo*⁶⁴ para caracterizar a URSS reaparece e a partir dali tornou-se sempre presente, como, por exemplo, nas críticas em relação à posição soviética em relação à China e a crise no Camboja em junho de 1970 (PCdoB, 1970), ou nos comentários acerca dos investimentos soviéticos em projetos hidrelétricos e metalúrgicos no Brasil em agosto de 1971.

Ainda sobre as perspectivas imperialistas que orientavam o Estado Soviético, o PC do B sustenta que a integração econômica soviética no mundo capitalista determinava, em grande parte, o caráter das suas políticas.

Sob a influência do capital financeiro, algumas nações que haviam ingressado no caminho do socialismo voltaram a integrar-se na senda do capitalismo e sofreram mudanças em suas posições. A União Soviética é agora uma superpotência imperialista que converteu em satélites países da Europa Central e Ocidental (PCdoB, 1973: p. 223).

⁶³ *A Classe Operária* nº 25, novembro de 1968.

⁶⁴ O significado aparece em Fernandes (2000: p. 132) como ‘socialista em palavras e imperialista na essência’.

Nesse sentido, o social-imperialismo travestia um tipo de imperialismo integrado à lógica internacional do capital não apenas pela manutenção de uma área de influência econômica, política e militar sob seu controle, mas também pela necessidade de ampliar áreas de investimentos e de inversão de um capital cada vez mais associado e submetido à lógica da valorização sob o imperialismo.

O avanço nessas caracterizações deu-se com a realização do VI Congresso, o primeiro desde a reorganização e do enfrentamento com a repressão durante a ditadura militar. Nele apresenta-se o Estado Soviético da seguinte forma: “A União Soviética desmascarou-se como potência social-imperialista. Ocupou militarmente a Checoslováquia, envolveu-se em conflitos armados na África, invadiu o Afeganistão, converteu Cuba em seu satélite e, atualmente, ameaça o emprego da força militar na Polônia”(PCdoB, 1983: p. 1).

Após denunciar as pretensões hegemônicas da liderança soviética nas disputas bélicas com os Estados Unidos, particularmente em relação ao incremento dos arsenais nucleares e das tropas ao longo do planeta, o Congresso avança na conceituação do tipo de imperialismo em curso desde Moscou. Para o PC do B,

A União Soviética explora, como qualquer país capitalista, os trabalhadores e os povos de nações estrangeiras. Usufrui lucros elevados dos investimentos ali realizados, assim como do comércio desigual, feito não só com os países do Leste europeu sob seu domínio, mas com muitos outros em várias regiões do mundo. O sistema de exploração assume formas nitidamente capitalistas. Em Angola, por exemplo, os navios de pesca soviéticos industrializam nos próprios navios os peixes apanhados em águas angolanas e os vendem, em seguida, a esse país, como produto importado da União Soviética (PCdoB, 1983: p. 71).

Além das denúncias em relação aos métodos econômicos vigentes nas relações entre os aliados da União Soviética, a submissão política aos interesses soviéticos aparece da seguinte forma:

Em especial, os países do Leste europeu são vítimas da política social-imperialista. Ali, a URSS trata de posar de defensora da chamada comunidade de interesses socialistas, quando na realidade, através do COMECON e do Pacto de Varsóvia, explora e domina os povos dessa região. Os tanks (sic) soviéticos na Hungria, Checoslováquia, Alemanha Oriental e Polônia não se destinam a garantir o socialismo que já não existe, visam assegurar o domínio e a opressão russa e defender os governos a eles submetidos (PCdoB, 1983: p. 72).

Esta abordagem sobre a política externa do Estado soviético no interior do PC do B não sofreu grandes alterações, mantendo-se dominante até a crise que põe fim ao bloco soviético sendo, inclusive, indicada como um fator fundamental para o entendimento do

próprio dismantelamento dos regimes sustentados por Moscou, na medida em que a integração econômica com o mundo capitalista impunha pesados custos às economias vinculadas ao COMECON, muitas delas com grandes dívidas externas.

No entanto, antes de avançarmos na análise da evolução da crise decorrente deste modelo, cujo epílogo se dá com a Perestroika, faz-se necessário o entendimento do significado teórico e político das relações estabelecidas entre o PC do B e o PC da China durante os anos 60 e 70 que influenciaram a formação desta abordagem particular sobre o revisionismo e seus efeitos.

A crítica chinesa e o lugar do maoísmo

O processo de aproximação política entre o PC do B e o PC Chinês deu-se logo após o processo da chamada reorganização em 1962. Embora a explicitação das divergências com o PCUS tenha tomado corpo apenas em 1963, por ocasião da publicação da carta *Resposta a Krushev*, as páginas de A Classe Operária publicaram um conjunto de documentos e reportagens sobre a construção do socialismo na China, ao mesmo tempo em que as críticas chinesas à nova política soviética ganhavam publicidade não apenas na imprensa comunista.

Além das objeções feitas às principais críticas formuladas no XX Congresso do PCUS, a sintonia entre os dois partidos deu-se na caracterização feita em torno da transformação da elite dirigente soviética no embrião de uma burguesia que havia reorientado a antiga pátria do socialismo em direção a uma sociedade capitalista. O PC do B e o PC Chinês mantiveram um intercâmbio ao longo dos anos 60, permitindo o envio de delegações para a realização de cursos de formação política e militar em território chinês desde 1964, alguns desses militantes se dirigiram, posteriormente, para o interior do Pará⁶⁵ e morreram em combate durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1976).

A influência do pensamento de Mao Tsetung sobre a esquerda brasileira teve no PC do B um capítulo especial. Após ter identificado nas avaliações do PC Chinês teses semelhantes àsquelas que se desenvolveram desde as primeiras rusgas com o revisionismo, o PC do B tratou de se aproximar do núcleo central daquilo que se convencionou chamar de maoísmo.

⁶⁵ Cf. (GORENDER, 1998).

Em certa medida, a aproximação com o maoísmo permitiu ao PC do B estender sua influência e se legitimar como uma organização política sobre setores da esquerda que buscavam, com graus variados de frustração e contrariedade político-ideológica, alternativas ao socialismo soviético.

Como veremos, este processo desenvolveu-se em meio a contradições e imprecisões teóricas e limitações conjunturais que determinaram o espectro do debate interno, assim como as avaliações e os balanços posteriores. Se a resistência ao revisionismo e a defesa dos referenciais do ‘marxismo-leninismo’ tinham sido o mote da afinidade entre as organizações, as questões estratégicas postas pela experiência revolucionária chinesa, com um destacado papel para o campesinato e as perspectivas abertas pelo significado teórico da Revolução Cultural, assim como as avaliações acerca do caráter de classe do revisionismo soviético consolidaram, até meados dos anos 70, um campo político revolucionário alternativo para o PC do B.

Durante a década de 60 o PC do B trabalhou ativamente na consolidação do maoísmo no interior da esquerda brasileira, divulgando os documentos do PC Chinês e as obras de Mao, embora não tenha sido o único grupo político nacional a se aproximar da China no período.

As relações explícitas ou implícitas com o maoísmo apareceram nos principais documentos que construíram ou reafirmaram a identidade política e ideológica do PC do B. A abordagem temática dessa produção obedeceu um certo roteiro: num primeiro momento, a afirmação da revolução, do marxismo-leninismo e a conseqüente demarcação de espaço com o ‘revisionismo’; em seguida, a estruturação das principais teses do maoísmo no debate com outras organizações de esquerda, envolvendo o debate ideológico, organizativo e estratégico sobre as formas e as possibilidades da luta armada no país e, por fim, a explicitação das divergências teóricas as quais culminaram no afastamento entre o PC do B e o PC Chinês em fins dos anos 70.

Dentro dessa compartimentação temos no primeiro bloco as Resoluções da VI Conferência do PC do B de junho de 1966 sob o título *União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*; no segundo, o documento do CC de maio de 1967 intitulado: *Apoiar Decididamente A Grande Revolução Cultural Proletária*; também de maio de 1967, o texto *Desenvolver a luta ideológica e fortalecer a*

unidade do partido que tratava de questões relativas às formas de luta contra a ditadura e das divergências no interior do partido e no ano seguinte sobre a mesma temática há o texto *Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina*. Em relação à questão estratégica, um documento que possui implicações práticas de grande vulto na história do PC do B é o *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil* publicado em janeiro de 1969; por fim, o texto de 1970 chamado de *A Atualidade das idéias de Lênin* e o documento *Acerca da luta anti-imperialista* de julho de 1973, que articulam as primeiras divergências teóricas entre os dois partidos.

O maoísmo coincidia com o corpo de idéias dominantes no interior do PC Chinês, que derivava de um conjunto de interpretações, filosóficas, políticas, estratégicas elaboradas por Mão Tsetung e que foram caracterizadas pelo partido chinês como uma nova etapa do pensamento marxista.

O maoísmo despontou como um corpo teórico no interior do marxismo a partir da explicitação das divergências posteriores ao XX Congresso e às denúncias de Krushev em 1956.

Ainda que se pudesse verificar um conjunto de questionamentos práticos na política do PCCh em relação ao PCUS e mesmo à III Internacional, particularmente em relação aos encaminhamentos da luta nacional, das relações com o Kuomitang e da resistência nacional à ocupação japonesa, as discordâncias teóricas ganharam corpo a partir das formulações de Mao Tse-tung, principalmente após o Relatório Secreto de Krushev, que percorreram, num certo sentido, um caminho autocrítico do processo da transição socialista.

Muito embora já houvesse um conjunto de formulações teóricas anteriores a esse período, muitas das quais haviam, com sucesso, alçado o marxismo e o PCCh em elementos fundamentais da luta nacional chinesa, incorporando um conjunto de setores da sociedade, em especial o campesinato, no processo revolucionário, são as críticas endereçadas ao revisionismo que foram o divisor de águas.

Estas divergências teóricas, como vimos, ganharam estatuto de rompimento diplomático e de cisão no mundo comunista que contou, desde o começo da década de 60 até, pelo menos, a morte de Mao, com um outro pólo irradiador da ‘revolução’ em escala mundial.

No interior do maoísmo ou ‘pensamento mao-tse-tung’ podemos destacar alguns tópicos que, para efeito dos impactos sobre o PC do B, desenham uma relação direta com o processo de demarcação de terreno com o ‘revisionismo’ e com o PCUS.

Se as perspectivas abertas para a periferia do capitalismo, com a incorporação do campesinato na linha de frente da aliança com o proletariado e implementada com sucesso pelos chineses, animavam o PC do B, as críticas formuladas logo após o XX Congresso, relativas ao tratamento dispensado ao papel de Stalin na condução da experiência histórica soviética lançavam as bases para um questionamento teórico do significado das denúncias de Krushev, uma vez que Mao sustentava que, mesmo sem ignorar os ‘erros cometidos’ por Stalin, se deveria observar a existência de um problema político no interior da superestrutura do Estado soviético, o qual denotava a existência de um conjunto de contradições mal resolvidas na formação econômico-social soviética.

Em abril de 1957 o PCCh publica dois artigos que tratam da questão de Stalin e do culto à personalidade problematizando o modo como Krushev abordava a questão, embora admitisse a existência de profundas deturpações na condução da ditadura do proletariado sob Stalin.

Em linhas gerais, sustentava que a herança da Revolução de Outubro pertencia ao conjunto do proletariado mundial e que o debate e o tratamento dos erros e deturpações ocorridos no período histórico sob liderança de Stalin deveriam ser partilhados no interior do movimento comunista.

O caminho da Revolução de Outubro reflete as leis gerais da revolução e a construção de um estágio particular durante o desenvolvimento da sociedade humana. Este conduz não somente a um longo caminho para o proletariado da União Soviética, mas também a uma longa estrada que o proletariado de todos os países devem percorrer para alcançar a vitória. Devido a isto, o Comitê Central do Partido Comunista da China declarou em seu Relatório Político no Oitavo Congresso que: “Independentemente da revolução em nosso país ter muitas características particulares, os comunistas chineses reafirmam a causa pela qual eles trabalham como uma continuação da Grande Revolução de Outubro (TSE-TUNG, 1956).⁶⁶

O principal foco do debate centra-se na questão do ‘culto à personalidade’ que fora apontado por Krushev como a raiz dos erros e excessos cometidos por Stalin. O PCCh argumenta que esta questão encontra-se vinculada ao próprio processo da transição

⁶⁶ Adaptação ao trecho de PCCH. *On the Historical Experience of the Dictatorship of Proletariat*, abril de 1956, (Este artigo foi escrito pelo Departamento Editorial do *Renmin Ribao* (*People's Daily*) baseado na discussão ampliada do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China. Ele foi publicado no *Renmin Ribao* em 05 de abril de 1956.), disponível em <http://www.marx2mao.com/Other/#fnp1> acesso em 26 de junho de 2006.

socialista, onde mantêm-se velhas práticas e ideologias que subtraem o papel de direção das massas reforçando os graus de autonomização do poder central em relação às novas formas de poder e as novas relações surgidas com a revolução.

Nesse sentido, apesar de afirmar a coragem da crítica empreendida pelo XX Congresso aponta os limites dessa abordagem ao concentrar-se em Stalin e seus erros, deslocando-os muitas vezes do processo mais amplo da Revolução.

O Partido Comunista da União Soviética já tomou medidas para corrigir os erros de Stalin e eliminar suas conseqüências. Essas medidas estão começando a dar frutos. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética mostrou grande determinação e coragem suprimindo o culto à personalidade de Stalin, expondo a severidade dos seus erros, e ao mesmo tempo eliminando seus efeitos. Marxistas-leninistas em todo o mundo e aqueles que simpatizam com a causa comunista, apóiam os esforços do Partido Comunista da União Soviética em corrigir estes erros, e esperam que os esforços dos camaradas soviéticos alcancem sucesso total. É obvio que uma vez que os erros de Stalin foram de longa duração, a correção completa deles não pode ser alcançada prontamente, mas demanda esforços um tanto quanto demorados e minuciosa educação ideológica. Nós acreditamos que o grande Partido Comunista da União Soviética que já superou incontáveis dificuldades triunfará sobre estas e alcançará seu objetivo (TSE-TUNG, 1956).

No entanto, ao tratar da questão central acerca do culto à personalidade e os erros de Stalin, o PCCh sustentava que eles deveriam ser avaliados num processo mais amplo que envolvesse o próprio debate político da transição socialista, que havia sido subestimado e sucumbido ao subjetivismo dos últimos anos de Stalin.

“A força do hábito de milhões e dezenas de milhões é o poder mais forte (Lênin)”. O culto à personalidade individual é apenas a força do hábito de milhões e dezenas de milhões. Desde que esta força de hábito ainda exista na sociedade, pode influenciar muitos funcionários do governo, e até mesmo um líder como Stalin, que também foi afetado. O culto à personalidade é reflexo de um fenômeno social na mente humana, e quando os líderes do Partido e do Estado, como Stalin, sucumbem à influência desta ideologia reacionária, geram repercussões à sociedade, desencadeando prejuízos a causa, e dificultando as iniciativas a criatividade das massas. (TSE-TUNG, 1956)

O documento em questão aponta que o PCCh já havia formulado e tratado teoricamente a questão ao implementar a chamada ‘linha de massas’, cujo objetivo central era a aproximação das estruturas do partido e do Estado das iniciativas dos trabalhadores e da população, ao mesmo tempo em que permitia a educação e o controle sobre as lideranças.

Para o PCCh, Com o objetivo de realizar estes propósitos, todo líder deve ser mais do que prudente e modesto, mantendo-se próximos às massas, consultando-a em todos os assuntos, investigando e estudando cada situação de forma repetida, comprometendo-se constantemente com a crítica e autocritica que for encontrada em cada situação. A causa do fracasso de Stalin é conseqüência deste ponto, que, como líder principal do Partido e do Estado, cometeu erros graves nos últimos anos de seu trabalho, tornando-se convencido e imprudente. A subjetividade e unilateralidade desenvolvidas no modo de pensar de Stalin levou-o a tomar decisões errôneas em questões importantes que levaram a sérias conseqüências (TSE-TUNG, 1956).

Nessa direção, Mao procurou teorizar acerca das contradições existentes no interior do socialismo como forma de compreender os problemas, erros e exageros cometidos por Stalin, particularmente em torno da repressão continuada, justificada como exigência da luta de classes. Nesse sentido, publicou em abril de 1956 o texto *Sobre Dez Grandes Relações* onde apontava um conjunto de contradições e tarefas que se punha ao processo da transição socialista, as quais necessitavam de tratamento diverso daquele implementado na URSS; e *Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo*, de fevereiro de 1957, onde explora os vários graus de contradições existentes entre as classes sociais e camadas na sociedade chinesa, as quais demandam tratamentos diferenciados por se tratarem de conflitos cuja resolução poderia prescindir de medidas mais enérgicas.

Além dessa problemática política e histórica levantada em torno de Stalin e do culto à personalidade, o maoísmo formulou críticas teóricas, de modo mais incisivo, em duas direções: de um lado os apontamentos quanto ao caráter de classe da transição, suas relações com o processo produtivo e com o imperativo do desenvolvimento das forças produtivas; e de outro, o papel da burocracia e da ação ideológica das classes na reprodução das relações de poder no interior da sociedade chinesa.

Sobre as articulações entre as novas relações sociais de produção e o caráter das forças produtivas, o maoísmo recolocou o debate sobre a necessidade da transformação qualitativa, da revolucionarização das relações sociais de produção, ausente nas reflexões de Stalin⁶⁷, onde o desenvolvimento das forças produtivas assumia a primazia no processo da transição socialista.

Martorano (2001) sustenta que ao analisar o processo da transição socialista Mao Tsetung inovou a abordagem dominante no mundo comunista, concentrando-se em três problemas fundamentais: a necessidade de transformar o caráter das relações de produção que, mesmo sob direção comunista, conservariam as divisões que segmentam o trabalho sob o capitalismo; o papel da superestrutura política na condução da própria transição subtraindo qualquer espontaneidade no processo e a percepção da existência de novas contradições ao longo do processo de transição socialista, cujo sentido divergia daquelas dominantes sob o capitalismo.

⁶⁷ O próprio Mao Tse-tung sugere que Stalin não fazer nenhuma referência à superestrutura ao longo de seu livro sobre *Os Problemas Econômicos do Socialismo na URSS* in <http://www.marxists.org/eapanol/mao/1959/anota.htm> acesso em junho de 2006.

Ao colocar no centro das reflexões sobre a transição socialista a necessidade não apenas de mudar a propriedade dos meios de produção, condição necessária mas não suficiente, mas de transformar o conteúdo das relações de produção como meio de aproximar o trabalhador de seu trabalho, superando as divisões entre concepção e execução, entre trabalho manual e intelectual e, ao mesmo tempo, como forma de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas no socialismo, o maoísmo abria a perspectiva de se pensar o significado do revisionismo como expressão da manutenção das relações de produção burguesas na URSS, apesar do estatuto da propriedade reafirmar seu caráter social e, formalmente, não existir mais burguesia.

Nesse sentido, como nota Martorano, a abordagem da transição socialista a partir do estatuto legal da propriedade não era suficiente para o entendimento do significado das relações sociais ali desenvolvidas.

Assim, “como revelou a experiência soviética, a simples estatização não elimina as relações de exploração se não for acompanhada da luta pela efetiva apropriação pelos trabalhadores das condições de produção, pela eliminação da sua separação com os meios de produção. Separação que se dá em dois níveis, o jurídico, já que não possuem nenhuma titularidade sobre eles, mas principalmente o nível propriamente produtivo, impossibilitados que estão de participarem da criação e da direção sobre o uso dos meios de produção” (MARTORANO, 2001: p.31).

Se se coloca a necessidade de apropriação dos meios de produção, sua estatização não elimina um conjunto de contradições inerentes do próprio processo de produção onde a manutenção da divisão entre o trabalho manual e intelectual, entre a concepção e execução das tarefas, reforçava ou a manutenção de relações de tipo burguesas, cujo conteúdo reproduzia os efeitos das relações sociais de produção capitalistas, ou a implementação de novas relações de produção.

A reprodução das relações sociais capitalistas sob um regime de transição remete necessariamente ao debate acerca do primado das forças produtivas no processo revolucionário de superação do modo de produção capitalista, onde a necessidade de romper com as limitações materiais encontra no desenvolvimento da técnica e da capacidade produtiva, sob controle estatal, os meios necessários para viabilizar a transição para novas relações de produção. Daí, os esforços realizados no sentido de conquistar a melhoria da técnica e dos meios necessários à elevação maior da produção, particularmente no setor de bens de produção, se justificam como a base material da transformação revolucionária.

Em oposição a esta perspectiva de cunho economicista e neutra do caráter das forças produtivas, Mao defendia a necessidade de se concentrar nos efeitos da luta de classes como instrumento capaz de produzir a superação das relações burguesas no processo mesmo de busca do desenvolvimento técnico. Assim, questiona a neutralidade da técnica e sustenta que a superação do capitalismo dar-se-ia com a revolucionarização das relações de produção dominantes, num processo contínuo capaz de reaproximar o trabalhador dos meios de produção como condição fundamental para torná-lo artífice das transformações técnicas necessárias à revolução⁶⁸.

A implementação desse processo de rompimento com as práticas tradicionais de classe por novas relações sociais exigia, na visão do PCCh, a incorporação das massas na condução do processo, ao mesmo tempo que lhe imprimia um caráter essencialmente político, daí a idéia dominante da ‘política no comando’.

Historicamente, a medida concreta que foi adotada na China, como uma das formas para desenvolver essa luta, foi a da participação dos quadros dirigentes no trabalho manual e dos operários na gestão das empresas, com o objetivo, de um lado, de fazer com que os quadros conhecessem de perto os problemas concretos da produção ajudando a solucioná-los, além de se inteirar das dificuldades dos trabalhadores na realização de suas tarefas, visando ainda eliminar o preconceito com relação a elas e contribuir com sua formação política; e de outro, para permitir que os operários fossem ampliando seus conhecimentos e suas práticas na direção do processo de trabalho e de produção abandonando a mera condição de apêndices das máquinas (MARTORANO, 2001: p. 52).

Com isso transfere-se a condução do curso das transformações da economia para o campo político da luta de classes, cujo epicentro é o novo Estado de ditadura do proletariado. Assim, além de indicar uma possível interpretação alternativa para os eventos ocorridos na URSS, tal abordagem inseria uma nova perspectiva na condução do próprio processo revolucionário na China onde, a partir do Estado, deflagraram-se movimentos no sentido de recuperar ou construir o protagonismo político dos trabalhadores em oposição às práticas burguesas dominantes. A *Grande Revolução Cultural Proletária* iniciada em 1966 na China marca, sob essa perspectiva teórica, a iniciativa de superar um problema estrutural da transição socialista.

⁶⁸ “A simples utilização desses antigos meios de produção pelos trabalhadores não é suficiente para a reorganização completa do processo de trabalho, já que reproduz as mesmas funções sob as quais foram concebidos e sob as quais se mantém tanto a separação do produtor direto como a sua subordinação em face deles. Por isso as novas relações não podem reproduzir em larga escala até que essa contradição seja eliminada, caso isso não aconteça, a tendência é a volta da dominância das antigas relações” (MARTORANO, 2001: 30).

Se essa perspectiva teórica encontrava amparo nas reflexões marxistas e lhe permitiam um desenvolvimento criador de acordo com o materialismo histórico, sua efetivação encontrou um conjunto de percalços e limitações, cuja avaliação foge ao âmbito de nosso trabalho. No entanto, esta iniciativa permitiu ao maoísmo ir além das formulações teóricas na crítica à experiência soviética e buscar superar na prática algumas limitações.

Nesse sentido, a articulação entre as novas relações sociais de produção e o combate ao dogmatismo e ao burocratismo materializou-se naquilo que Mao considerava como um movimento em direção ao comunismo, a chamada linha de massas, a qual Martorano identifica como,

este movimento comunista, no interior do socialismo, tem como agente o povo, verdadeiro criador da história, e não os planificadores ou dirigentes.(...) Mao reitera então, sucessivas vezes, sua crítica à palavra-de-ordem, defendida por Stalin, de que “os quadros decidem tudo”, como expressão da negação do papel das massas na construção do socialismo. Apresentando, pela crítica, os elementos iniciais do que viria a ser conhecido depois como “a linha de massas” (MARTORANO, 2001: p. 51);

e na iniciativa da Grande Revolução Cultural Proletária, onde o centro político deveria ser o combate às práticas burocráticas e liberais incrustadas no seio do novo Estado, como veremos adiante.

O maoísmo emergiu, enquanto um corpo articulado de idéias, após a consolidação das divergências com o PCUS em princípio dos anos 60. O desenvolvimento de seu percurso teórico transitou da elaboração acerca das características da frente anti-imperialista no quadro das lutas nacionais chinesas, destacando-se como aplicação criadora do marxismo-leninismo à realidade chinesa, para um novo modelo revolucionário e militar capaz de incorporar o campesinato como agente fundamental, ao mesmo tempo em que formulava uma nova abordagem para a questão da luta anti-imperialista nos países pobres. Se transforma, em seguida, numa proposta original de construção socialista para, depois, consolidar-se num conjunto teórico mais elaborado, com aspirações universais, elevado à categoria do “marxismo-leninismo do nosso tempo”(REIS, 1991).

Embora suas iniciativas também tivessem sofrido questionamentos não apenas teóricos, como a avaliação prática das políticas do Grande Salto Adiante, em fins dos anos 50, e o processo da Revolução Cultural nos anos 60, o maoísmo deixava um espaço importante de articulação no campo de marxismo-leninismo, no qual o Partido Comunista do Brasil transitou por quase duas décadas.

Como a crítica ao revisionismo aproximou o PC do B do PC Chinês, o debate sobre as origens do fenômeno que se abateu sobre a União Soviética, assim como as medidas concretas para que ele não se repetisse aproximaram mais ainda os dois partidos na segunda metade da década de 60. O episódio marcante dessa fase foi o apoio dado pelo PC do B à chamada *Grande Revolução Cultural Proletária* empreendida por Mao Tse-tung a partir de 1966.

Durante o processo da Revolução Cultural Proletária Chinesa, o PC do B redigiu um documento de apoio e conclamou o conjunto da militância partidária ao estudo das obras de Mao, particularmente daquelas que amparavam o processo em curso. No entendimento do PC do B, a China havia tomado as medidas necessárias para impedir o desenvolvimento do revisionismo, das idéias e das práticas burguesas no interior do PC Chinês⁶⁹, incorporando as massas no processo revolucionário de denúncia do burocratismo, do revisionismo, do acomodamento, do liberalismo etc.

No documento *Apoiar Decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária* de maio de 1967, o PC do B (PCdoB, 1967b) afirmava que a Revolução Cultural era uma nova fase do processo da revolução proletária, levando a Revolução aonde até agora nenhuma havia chegado.

Ao explicar a articulação entre a *Revolução Cultural* e o combate ao revisionismo o PC do B afirmava que ela se inseria num processo mais amplo de luta de classes, em que as idéias da burguesia ainda se encontravam presentes e que precisavam ser combatidas. O documento sustentava que não bastava aos revolucionários a tomada do poder, a socialização dos meios de produção ou mesmo o desenvolvimento das forças produtivas, era necessário mudar também a maneira de agir e de pensar. Afirmava que a *Revolução Cultural* estava construindo um novo homem, com uma nova moral.

Assim, ao incorporar as massas nesse processo de crítica e autocrítica, a Revolução Cultural demonstrava, para o PC do B, seu caráter democrático da ditadura do proletariado, tal qual indicado por Marx nas análises sobre a Comuna de Paris. As bases teóricas desse processo deveriam ser buscadas no pensamento de Mao Tse-tung, '*o marxismo-leninismo*

⁶⁹ Observe-se aqui que indiretamente o PC do B incorpora parte das idéias de Mao acerca da existência de alas no interior do Partido Comunista, uma vez que a Revolução Cultural é dirigida contra a presença de interesses e idéias burguesas presentes na organização dos comunistas.

de nossos dias’, particularmente em três textos: *‘Em memória de Norman Bethune*’, *‘o velho solo que removeu as montanhas*’ e *‘servir o povo*’

Nesse sentido, o apoio prestado à chamada *‘Revolução Cultural*’ chinesa pelo PC do B, particularmente no documento citado de 1967, justificava-se teoricamente na medida em que o revisionismo era caracterizado como resultado da luta de classes sob o socialismo, considerando as possibilidades e peculiaridades de cada experiência.

O PC Chinês, que primeiro havia explicitado as contradições com o revisionismo contemporâneo, avançava sua *Revolução Cultural* no sentido de combater internamente a ameaça revisionista. Para o PC do B, a China vivia intenso processo de luta de classes, onde a burguesia e sua ideologia sobreviviam, inclusive no interior do PCCh, garantindo a base, mesmo que não totalmente consciente, para o revisionismo.

A *Revolução Cultural*, portanto, era apontada como o mecanismo pelo qual a corrente proletária expurgaria o pensamento burguês e revisionista das instituições do Estado e do partido. Aqui residia uma compreensão mais elaborada sobre as origens do revisionismo, uma vez que se afirmava que a transição socialista incorporava, além da existência de relações capitalistas, práticas ancestrais de exercício de poder e elementos subjetivos de grande impacto sobre a sociedade. Nesse sentido, não bastava a tomada do poder, a socialização dos meios de produção, o incremento das forças produtivas etc., devia-se mudar a maneira de pensar e de agir.

Os meios para combater a permanência das idéias e práticas estranhas ao proletariado e contrárias ao socialismo seriam alicerçados na incorporação das massas no processo de luta contra o revisionismo, estimulando-as ao reexame das ações dos membros do partido, reeducando-os a partir de uma nova moral e de uma nova ética, construindo um novo homem e, ao mesmo tempo, oferecendo autonomia às massas e democratizando a ditadura do proletariado.

Aqui duas questões se destacam a atenção: no primeiro plano, a luta de classes na esfera ideológica está presente em todos os níveis, inclusive no partido. Nesse sentido, ainda que não houvesse um aprofundamento sobre a questão, fez-se a indicação do caráter subjetivo do revisionismo, na medida em que é percebido como uma opção, um comportamento, resquícios das práticas burguesas por parte das lideranças partidárias. Uma segunda dimensão dessas afirmações, sem ser também uma reflexão mais elaborada, remete

ao caráter pouco democrático da ditadura do proletariado. Se na China era necessário integrar e dar autonomia às massas, isso podia ser um indicativo de que tal prática não se dava, repetindo, em grandes linhas, os processos verificados na URSS e nas democracias populares, questão que discutiremos adiante.

Indiretamente, a questão da crítica ao chamado *‘culto à personalidade’* se punha novamente e o PC do B buscava, ainda que com dificuldade, separar a ditadura do proletariado da liderança de Mao no PC Chinês, assim como fez em relação a Stalin.

Sobre esta questão em relação a Mao no processo da *Revolução Cultural*, o PC do B fez uma distinção entre o papel da liderança política e o *‘culto à personalidade’* que, segundo o documento era resultado de uma manipulação dos revisionistas para descaracterizar o marxismo-leninismo. No entanto, o modo como o PC do B tratava o pensamento de Mao Tse-tung⁷⁰ sugere uma dificuldade inerente em desvinculá-lo dos padrões de *‘culto à personalidade’*, concebidos em relação a Stalin e outras lideranças comunistas.

No entanto, na imprensa do PC do B, pelo menos até final de 1972, as referências à Mao reforçam o argumento dos críticos do *‘culto à personalidade’*, pois ele era retratado, por exemplo, como

o mais eminente marxista-leninista de nosso tempo, o camarada Mao Tse-tung (PCdoB, 1967b: p.9); [...] “o pensamento de Mao Tse-tung tornou-se a bandeira dos marxistas-leninistas, de todos os países na luta contra o imperialismo, a reação e o revisionismo”[...]; “o pensamento de Mao Tse-tung tornou-se uma arma teórica internacional e a validade de suas teses adquiriu amplitude universal. Pode ser aplicado em toda a parte. Veio revigorar o espírito revolucionário do marxismo-leninismo que os revisionistas procuraram embotar e desvirtuar”[...]“dirigida por um partido experimentado em mil batalhas de classes, como o PC da China, e tendo à frente um timoneiro tão clarividente como o camarada Mao Tse-tung, a Revolução Socialista Chinesa conquistará maiores triunfos”(PCdoB, 1967b: p.16);[...] “O pensamento marxista-leninista de Mao Tse-tung ilumina o caminho da luta dos povos de todos os continentes” ‘Viva o presidente Mao Tse-tung, o maior marxista-leninista de nossa época!’ (PCdoB, 1969b: p. 12)

Tais afirmações elogiosas não são suficientes para analisarmos o impacto do maoísmo sobre o PC do B, nem tampouco indicam o grau de penetração real do chamado

⁷⁰ “o fato da China e os povos explorados e oprimidos contarem com um líder de seu talento e envergadura constitui fator altamente favorável à revolução mundial. É um bem para a humanidade a existência de um chefe que alia ao seu enorme prestígio raras e valiosas qualidades de dirigente. Mao Tse-tung exprime corretamente as necessidades do desenvolvimento da sociedade e expressa com precisão os anseios e aspirações das grandes massas e indica roteiro seguro para a luta emancipadora dos povos. Sua liderança não foi imposta. Firmou-se num longo período de lutas em que seu pensamento foi amplamente comprovado pela vida. Levantar bem alto o nome de Mao Tse-tung e difundir suas idéias é fazer avançar a revolução”. (PCdoB, 1967d: p.11)

‘*desenvolvimento criativo do marxismo-leninismo*’ realizado por Mao Tse-tung. No entanto, podemos observá-lo mais pormenorizadamente tanto nas avaliações acerca do caráter do Estado Soviético controlado pelos revisionistas, como nas formulações estratégicas do PC do B no período, onde se destaca o texto: ‘*Guerra Popular: o caminho da luta armada no Brasil*’.

Implicações estratégicas

Desde 1962 o PC do B vinha demarcando terreno com o PCB e após 1963 passou a fazer o mesmo com o PCUS, acusando-os de traírem a revolução, as conquistas do socialismo, o marxismo, devendo, portanto, ser duramente combatidos. No entanto, apesar das críticas, foi somente após a invasão da Tchecoslováquia por tropas soviéticas, em 1968, que o PC do B passou a classificar de modo mais explícito a sociedade soviética como tipicamente capitalista, desenvolvendo uma política externa sobre sua área de influência de acordo com os interesses da sua classe dominante.

Em fevereiro de 1969 o CC do PC do B recomendou, numa resolução que anunciava o lançamento próximo do texto sobre a ‘*Guerra Popular*’, a difusão do *Comunicado da VIII Sessão Plenária do PC Chinês* e o estudo do pensamento de Mao Tse-tung.

Em março *A Classe Operária* publicou artigo da *Revista Pequim Informa* de janeiro de 1969 chamado ‘*A Revolução Mundial entrou numa nova era*’, onde aparecia pela primeira vez o termo ‘*social-imperialismo*’ na caracterização da política externa do governo soviético, numa antecipação do que seria a *Teoria dos Três Mundos* que abordaremos adiante.

Nessa mesma edição do jornal há um artigo de fundo sobre as condições favoráveis à luta no campo no interior do Brasil que, de certo modo, reforçam as teses do ‘*Guerra Popular: Caminho da luta armada no Brasil*’, ligando as questões teóricas e estratégicas de maneira mais direta.

Como assinalamos, o PC do Brasil havia demarcado seu campo ideológico em oposição ao chamado ‘*revisionismo contemporâneo*’, o qual havia transformado o antigo Partido comunista numa organização reformista, do tipo social-democrata.

A ‘reorganização’ empreendida pelos críticos do revisionismo e da maioria do Comitê Central do PCB, pressionava a nova organização num duplo sentido: de um lado, a manutenção do referencial teórico e político do marxismo-leninismo e, de outro a indicação de uma saída revolucionária para o Brasil.

Como já havia demonstrado no *Manifesto-Programa* e em outros documentos, um dos pontos que mais distanciava o PC do B do PCB situava-se em torno das estratégias de luta, mais particularmente entre a luta revolucionária e as possibilidades da transição pacífica.

O Golpe de 1964, que havia fechado os canais institucionais de participação política, punha em dúvida a estratégia do PCB e alimentava a tese da confrontação armada. Nesse sentido, a avaliação que o PC do B fez do regime militar já delineava que o conflito armado contra a ditadura era uma questão de tempo e se punha a necessidade de definição dos métodos de luta e dos objetivos a perseguir.

O texto do *Manifesto-Programa* já dava indícios desta disposição ao caracterizar o regime vigente, sob o comando de Goulart, tido pelo PCB como um governo reformista e aliado na luta nacional, como um regime incapaz de implementar as mudanças necessárias ao país: “essas reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma forma ou de outra, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação dessa natureza, que iria contrariar seus próprios interesses”. (PCdoB, 1962; p. 37)

A saída apontada para a situação de crise que se encontrava o país passava pela necessidade de criar um novo regime, que fosse antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista e representasse o proletariado, os camponeses, a intelectualidade, a pequena-burguesia urbana, pequenos e médios empresários e outros elementos progressistas. Segundo o PC do B, um governo desse tipo não poderia ser fruto de mudanças ministeriais nem tampouco de alternativas golpistas, mas resultado de um governo popular revolucionário, capaz de realizar a etapa nacional e democrática da revolução sob hegemonia do proletariado.

Com o aprofundamento da crise sob Goulart e seu trágico desfecho em 01 de abril de 1964, a direção do PC do Brasil passou a analisar as novas condições que se impunham e começou a trabalhar na direção de um novo tipo de enfrentamento.

O chamado ‘campo de interlocução’ do PC do B impunha uma agenda onde a perspectiva da luta armada passava a ser um fator diferencial em relação às organizações reformistas, duramente questionadas após o golpe, e aquelas consideradas revolucionárias que, a partir de várias orientações políticas e militares, se organizavam para enfrentamentos armados.

Nesse sentido, o documento *Desenvolver a luta ideológica e fortalecer a unidade do partido* (PCdoB, 1967d) é fundamental para compreensão da concepção política e estratégica do PC do Brasil no momento em que o partido critica as concepções foquistas em voga nas organizações da esquerda brasileira.

Löwy (1999) sustenta que, “se do ponto de vista da estratégia política (revolução nacional-democrática), o Partido Comunista do Brasil não está muito distanciado de seu rival pró-soviético, com relação a este problema (a guerra do povo) diferencia-se radicalmente dele” (LÖWY, 1999: p.40).

Podemos compreender que, apesar de manter a interpretação do processo da revolução a partir do modelo etapista da III Internacional, haviam pontos distintos em relação à concepção do PCB, principalmente na caracterização das classes e da condução do processo revolucionário, não se diferenciando apenas na questão militar.

Ao se afirmar como organização revolucionária o PC do B buscou demonstrar sua concepção do processo revolucionário brasileiro, combatendo todas as organizações ou grupos que divergiam de sua interpretação do marxismo-leninismo tanto na perspectiva política e estratégica, como organizativa. Nesse sentido, o documento *Desenvolver a luta ideológica e fortalecer a unidade do partido* explicita também as divergências internas com o grupo autodenominado Ala Vermelha (GORENDER, 1998: p117) que, segundo o PC do B agia como tendência no interior do partido⁷¹, algo inadmissível na interpretação dominante do modelo leninista de organização, resultando na expulsão de seus principais membros após a VI Conferência do PC do B.

Gorender aponta que a divergência fundamental entre os dois grupos era acerca do cronograma da revolução, uma vez que a Ala Vermelha defendia o início imediato das

⁷¹ Observe-se que este grupo manteve a denominação Partido Comunista do Brasil Ala Vermelha, numa clara alusão à tese maoísta acerca da existência, na prática, de alas no interior das organizações comunistas.

atividades armadas contra a ditadura, em confronto com a direção nacional do PC do B que a planejava numa perspectiva de mais longo prazo.

A demarcação de terreno continua no mesmo documento quando qualifica o trotskismo enquanto corrente política ‘oportunista e anti-revolucionária, de inspiração fortemente antileninista e aliado informal do nazismo’. Segundo o texto: “Em seu ódio aos dirigentes soviéticos, e desesperados com os êxitos da política staliniana, os trotskistas chegaram, alguns anos antes da eclosão da Segunda Guerra, a suprema infâmia de trabalhar para os serviços de informação do nazismo” (PCdoB, 1974: 13). Nesta reflexão, afirmava que o Relatório de Krushev, durante o XX Congresso fez ressurgir o trotskismo, adormecido diante do sucesso do socialismo na URSS, que no Brasil, segundo o PC do B, se organizava na POLOP (Política Operária).

Tais reflexões indicam a existência de forte pressão desses grupos e organizações sobre os militantes do PC do B que reivindicavam, em certa medida, uma tomada de decisão rápida em relação à luta armada.

O PC do B argumentava que os grupos que propugnavam as ações imediatas e definiam o caráter da revolução como eminentemente socialista, caso explícito dos trotskistas, não compreendiam o desenvolvimento histórico do país nem das lutas revolucionárias do século XX. A concepção estratégica da revolução para o PC do B reproduzia, com algumas nuances, o esquema geral das duas etapas da revolução, onde na primeira as tarefas de cunho democrático e nacional assumiam a primazia e abriam espaço para a segunda fase, esta sim de caráter socialista.

As forças que participam da revolução nacional e democrática são mais amplas do que as que participam da revolução socialista. Naquela, além do proletariado, dos camponeses pobres e médios, da pequena-burguesia urbana, se incluem também os camponeses ricos e a burguesia nacional, uma vez que o gume do ataque da revolução não se dirige contra o capitalismo e sim contra o imperialismo e as sobrevivências feudais (PCdoB, 1974: 16).

Note-se que a manutenção das duas etapas da revolução, que acompanha a história dos comunistas do Brasil via III Internacional, sofria ponderações quanto a alguns países capitalistas desenvolvidos como Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental, que já haviam realizado as tarefas fundamentais da 1ª fase da revolução. Como veremos adiante, o processo de desenvolvimento e modernização autoritária vivido no Brasil, somado ao espectro classista decorrente desse mesmo desenvolvimento, permitiu ao PC do

B aproximar as fases da revolução, defendendo o caráter socialista da revolução no Brasil a partir de meados dos anos 90.

O principal documento do PC do B que articulou os princípios de sua compreensão do marxismo com a estratégia da luta revolucionária foi *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Tornado público em janeiro de 1969 o seu conteúdo já vinha sendo progressivamente publicado nas páginas de “*A Classe Operária*”, particularmente com as constantes referências aos feitos da Revolução Chinesa, seu forte elemento camponês, sua estratégia de cerco das cidades a partir do campo e seu caráter nacional.

Assim, o texto *Guerra Popular* insere-se como um dos principais documentos da esquerda brasileira no período, não apenas pelo seu conteúdo organizativo, mas pelo esforço em adaptar a experiência da revolução chinesa à realidade brasileira e pensá-la de modo original em contrapartida ao “foquismo” que dominava a maioria das organizações da esquerda brasileira.

Gorender(1998) e Galdino(1994) acreditam que apesar das afirmações contrárias, a experiência do Araguaia se encaixa mais propriamente num modelo ‘foquista’ que propriamente de Guerra Popular Prolongada. O documento em si assumia que a ditadura não deixava outra opção senão o enfrentamento armado e que este teria algumas particularidades. “Agora, baseado no marxismo-leninismo, nas geniais contribuições de Mao Tse-tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta armada e delinear, num plano mais geral, o curso mais provável desta luta”(PCdoB, 1974: p.117).

Ao analisar as condições para a Guerrilha, o PC do B indicava as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil onde o atraso verificado no campo, a dispersão da população e a permanência de relações violentas de caráter semi-feudal criavam condições favoráveis para o desenvolvimento da luta armada, em que pese as dificuldades inerentes de tal situação. Ou seja, os vazios no interior do país, as contradições do modelo de desenvolvimento no campo – que acirravam os conflitos e contribuía para o despertar das condições subjetivas em favor da revolução -, a existência de uma vanguarda organizada e um terreno propício para ações guerrilheiras favoreceriam o desenvolvimento da luta contra a ditadura.

As ações repressivas cada vez mais intensas, concentradas nos grandes centros urbanos, a existência de um exército forte com rápida capacidade de deslocamento, a inexistência de forças armadas populares urbanas e o intenso apoio norte-americano, além de inviabilizar ações urbanas de envergadura, indicavam as possibilidades de um conflito prolongado.

Ao analisar tais fatores o PC do B apontava que a revolução teria forte caráter nacional e democrático em função da questão agrária que colocava os camponeses em lugar de destaque. Além disso, pelo grau de contradições identificados no modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a luta nacional e democrática de caráter anti-imperialista não poderia ser conduzida por uma burguesia desarticulada e em boa parte comprometida com o imperialismo ou pela pequena-burguesia, devendo ter um caráter essencialmente popular.

A base social da revolução seria formada de “operários e uma grande camada da pequena-burguesia, os quais, juntamente com os camponeses e assalariados agrícolas, constituem as forças motrizes da revolução”(PCdoB, 1974: p.124).

Pelas dificuldades impostas pela ditadura os confrontos nas cidades tornavam difíceis a vitória das forças revolucionárias, enquanto que o campo, tanto do ponto de vista físico como social, concentrava condições para o desenvolvimento de uma guerra popular onde, apoiado em forças próprias num primeiro momento a guerrilha se desenvolveria com o objetivo de garantir a criação de um poderoso exército popular.

Amparado nas experiências de Canudos e da China, o texto justificava a tese central do cerco das cidades pelo campo numa adequação do modelo maoísta à realidade brasileira. “Devido a que o povo brasileiro não possui forças armadas e o inimigo tudo faz para impedir que elas se formem, a guerra de guerrilhas é o instrumento adequado para iniciar a luta armada e o ponto de partida para construir o exército regular”(PCdoB, 1974: p.128).

As etapas da luta permitiriam o acúmulo de forças com objetivo de cercar o inimigo, aplicando a tese do ‘cerco das cidades pelo campo’, “Com o fortalecimento e expansão das bases de apoio, as forças armadas do povo irão estendendo o cerco ao inimigo até seu aniquilamento total”(PCdoB, 1974: p.129).

Por fim, o argumento de autoridade de Mao Tse-tung selava a estratégia da seguinte forma: “A revolução e as guerras revolucionárias – diz Mao Tse-tung – vão do nascimento

ao desenvolvimento, do pequeno ao grande, da ausência de poder à tomada do poder, da ausência do exército vermelho à criação do Exército vermelho, da ausência de bases revolucionárias à criação das bases revolucionárias”(PCdoB, 1974: p.133).

Uma vez dotada de forças próprias e capazes de enfrentar o inimigo,

pouco a pouco, com os êxitos e experiências obtidos, a luta armada irá se estendendo a diferentes áreas. Chegará a ocasião em que, devido ao fortalecimento das forças revolucionárias e à dispersão e ao debilitamento do inimigo, a guerra popular se travará não só nas regiões mais distantes, mas também em áreas próximas dos grandes centros. Sem recursos materiais e humanos para ocupar a vastidão do território brasileiro, as forças da reação não poderão estar em toda a parte. Ver-se-ão acossadas e golpeadas por todos os lados. Então a luta armada do povo adquirirá novo nível e se travarão combates de maior envergadura (PCdoB, 1974: p.145).

Para justificar a *Guerra Popular*, o PC do B fez uma apreciação crítica de algumas das experiências armadas do povo brasileiro. Nela afirma não haver mais condições para ações do tipo daquela empreendida por Prestes nos anos da Coluna, nem para movimentos a partir das forças armadas como foram os das décadas de 20 e 30. Por outro lado, avaliava negativamente as proposições foquistas que se desenvolviam sem a incorporação das massas, desprezando, inclusive, o papel ideológico do partido no processo de luta.

O PC do B, ao definir as etapas da luta, desde a criação de bases de apoio no campo – cuja experiência do Araguaia demonstrava afirmativamente – até o cerco ao inimigo, desenvolveu toda uma estratégia militar para o enfrentamento, articulando a ela as orientações políticas e ideológicas, reafirmando a tese sobre a saída revolucionária para o Brasil, opondo-se aos ‘revisionistas’ do PCB e às ações ‘foquistas’ de outras organizações de esquerda.

Localizava em Mao Tse-tung uma de suas principais fontes, uma vez que” *o estudo das obras de Mao Tse-tung sobre a guerra revolucionária serviu de guia na elaboração desse caminho*” (PCdoB, 1974: p.156) e indicava sua elaboração a partir das resoluções da VI Conferência, em que pese sua preparação estar sob controle de uma comissão militar secreta do Comitê Central do PC do B, e nela já havia se delineado a necessidade de transferência do centro de gravidade do trabalho para o campo.

N’A *Classe Operária* nº 29, de abril de 1969, o PC do B reiterava essa relação com o maoísmo da seguinte maneira: “As conclusões da direção do partido sobre a guerra popular resultaram do estudo da realidade nacional, naqueles aspectos que influem na definição da luta armada; da apreciação crítica da experiência revolucionária internacional,

sobretudo do povo chinês, sintetizada genialmente por Mao Tse-tung”(PCdoB, 1969a: p. 7).

Por fim, o texto exortava todo o partido a se alinhar em torno de tal tarefa e definia que qualquer derrota do inimigo em qualquer parte do globo muito contribui para a luta pela emancipação nacional no Brasil, destaca ainda, o papel desempenhado pela China e pela Albânia como grandes aliados do povo brasileiro⁷².

Como afirmamos anteriormente, o texto é um dos documentos mais importantes da história da esquerda brasileira por teorizar sobre a luta armada, num momento de brutal endurecimento do regime militar – foi publicado em janeiro de 1969 -, e articular a luta contra a ditadura à etapa nacional e democrática da revolução, combinando, ao mesmo tempo, características do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro às experiências da revolução chinesa.

Como veremos em seguida, durante o processo de ruptura com o PCCh no final dos anos 70, o PC do B adotou uma posição crítica em relação a este documento, identificando uma exagerada influência do maoísmo do período, ainda que afirmasse não ser a *Guerrilha do Araguaia*⁷³ uma ação de inspiração maoísta⁷⁴, do cerco das cidades pelo campo.

Numa avaliação preliminar, uma vez que não é objeto dessa pesquisa, o texto ‘Guerra Popular’ superestimou o componente subjetivo da revolução, ao mesmo tempo em que subestimou a capacidade da reação em combater as ações da esquerda. Nas análises acerca da base social de sustentação da ditadura, valorizou as divergências entre as classes dominantes antevendo uma capacidade de conflito do setor nacional da burguesia, tanto urbana como rural, o que remetia aos esquemas explicativos consolidados no antigo PCB da aliança estratégica com a burguesia nacional. Nesse sentido, o documento apostou na incapacidade dos governos da ditadura em consolidar seu modelo de desenvolvimento e a hegemonia dos setores aliados ao capital estrangeiro.

⁷² “A firme posição da China Popular, alvo principal do criminoso conluio soviético-norte-americano, é a mais valiosa contribuição a todos os que combatem o imperialismo ianque. Constitui também importante ajuda aos revolucionários a atitude conseqüente da República Popular da Albânia diante dos imperialistas e dos revisionistas. Ao realizar a guerra popular, o povo brasileiro contará com inúmeros e poderosos aliados no campo internacional”. (PCdoB, 1974: p. 159)

⁷³ Sobre a Guerrilha do Araguaia consultar: AMAZONAS, João. “João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia” in *Princípios*, nº44, fev/abril de 1997; Buonicore (2002), Campos Filho (1997), Galdino (1994), Pomar (1980)

⁷⁴ Cf (PC do Brasil, 1983b)

O afastamento do maoísmo

Segundo João Amazonas (1981), as relações entre os dois partidos nem sempre haviam sido de total concordância em relação a determinados temas; no entanto, os conflitos não ganharam publicidade e ficaram restritos ao núcleo dirigente do PC do B, seja por questões de ordem conjuntural, onde a falta de liberdades vigente no país impedia um debate mais aberto sobre determinados temas seja por questões de ordem estratégica e política. Tais divergências referiam-se, segundo Amazonas, a alguns temas defendidos pelos chineses, e particularmente por Mao, no tocante à concepção de partido, ao lugar destinado às contribuições de Mao ao marxismo e, principalmente, à estratégia de luta contra o imperialismo.

Apenas em 1973 as discordâncias entre os dois partidos vêm a público, ainda que de uma forma indireta e teórica, com o texto *Acerca da luta anti-imperialista*, publicado em julho de 1973, depois de mais de 6 meses sem grandes notícias e informes sobre a China em *A Classe Operária*, a qual se dedicava em boa parte sobre o Araguaia.

Podemos interpretar este texto sob duas direções: uma primeira relacionada à *Guerrilha do Araguaia* que se desenvolvia sob a iniciativa do PC do B (que se constituía no principal movimento de resistência armada à ditadura militar) e a segunda que se inseria no debate sobre o combate ao imperialismo em nível internacional.

Este texto é uma resposta à chamada *Teoria dos Três Mundos* já manifestada pela liderança chinesa que toma corpo após o X Congresso do PC Chinês, que passava a caracterizar o social-imperialismo soviético como inimigo principal a ser derrotado, o que implicava uma aproximação tática com os EUA na intenção de isolar e derrotar o principal inimigo, a URSS.

Apesar do X Congresso do PC Chinês ter ocorrido em agosto de 1973, o PC do B aponta os limites dessa teoria que já vinha tomando corpo no interior do partido chinês, com desdobramentos na política externa chinesa e sobre os partidos que mantinham um certo alinhamento com o PCCh.

Antes de analisarmos o documento, merece destaque o modo como o PC do B colocou a questão. Ao divergir teoricamente das afirmações da *Teoria dos Três Mundos*⁷⁵, o PC do B tomou o cuidado de não citar ao longo do texto nem a China, nem o PC Chinês, assim como nenhuma liderança chinesa. Ao mesmo tempo, o documento não tratava os autores da '*Teoria dos Três Mundos*' diretamente como revisionistas, embora os qualificasse como oportunistas e não os comparava, naquele momento, com os revisionistas soviéticos.

Este cuidado permaneceu nos números posteriores de *A Classe Operária* onde a referência à '*Teoria dos Três Mundos*' não indicava diretamente o PC Chinês, nem Mao Tse-tung, nem tampouco Deng Xiaoping, responsável pela divulgação da mesma no plenário de ONU em 10 de abril de 1974. Talvez isso se devesse ao fato dos partidos manterem um relacionamento político importante naquele período e o PC do B nutrir expectativas em mudanças e, ao mesmo tempo, preservar tanto o partido como o Estado chinês no caso de alguma mudança de rumo ou retratação pública.

No texto, o argumento central concentrava-se em apontar o compromisso das classes dominantes dos países subdesenvolvidos com o imperialismo, limitando a constituição de frentes únicas anti-imperialistas, uma vez que havia o comprometimento entre o latifúndio e setores majoritários das burguesias nacionais com o capital estrangeiro.

Assim, a luta anti-imperialista passava a depender, na opinião do PC do B, da constituição de frentes únicas democráticas e anti-imperialistas sob direção do proletariado, o que implicava a direção política do Partido Comunista, em oposição à concepção chinesa da questão que impunha uma polêmica política de alianças com os norte-americanos e com setores retrógrados das classes dominantes dos países dependentes. Observa-se aqui que a oposição não se dá entre reforma e revolução, mas sobre a formação da frente anti-imperialista, do lugar do proletariado e da compreensão do significado do imperialismo.

Na avaliação que fez do papel do imperialismo, o documento ressaltava a impossibilidade da existência de uma terceira posição, entre o capitalismo e o socialismo, afirmando ser "falsa, tanto teórica como politicamente, a perspectiva de uma terceira posição apresentada por certas correntes ao movimento antiimperialista. Corresponde, em

⁷⁵ Segundo Hobsbawm (1995: p. 349), o termo parece ter sido cunhado em 1952, buscando agrupar o conjunto de países restantes que não pertenciam nem ao 'Primeiro mundo' dos países capitalistas desenvolvidos, nem ao 'Segundo Mundo' dos países desenvolvidos comunistas.

certa medida, aos anseios da burguesia dos países atrasados, mas é inviável, reacionária. Sua concretização significaria uma volta a época do capitalismo pré-monopolista” (PCdoB, 1973: p.231).

Por fim, o documento reafirmava a necessidade de vincular a luta anti-imperialista à luta pelo socialismo e fazia referências ao esforço das correntes marxista-leninistas que romperam com o revisionismo soviético, destacando o papel da Albânia mas sem fazer nenhuma menção à China e ao PC Chinês.

A ausência de referências explícitas à China indicava a existência de um grau de tensão entre os dois partidos e as críticas veladas adquiriam, em função da situação política onde elas se processaram - onde parte do Comitê Central do PC do B encontrava-se no exílio ou envolvida com os episódios do Araguaia – uma dimensão muito mais ampla. Por exemplo, quando o PC do B afirmava que os *‘Teóricos os Três Mundos’* tentaram ajudar a criar mais de uma organização marxista-leninista no Brasil, numa referência tanto à Ação Popular quanto à Ala Vermelha.

A publicação desse documento não significou nenhum tipo de ruptura unilateral e o PC do B manteve no período subsequente intensa relação com o PC Chinês, dando destaque ao papel desempenhado pela China no cenário internacional, assim como continuou divulgando as contribuições teóricas de Mao Tse-tung.

Afirmava o jornal *A Classe Operária* nº 93, de janeiro de 1975, que: “A China é cada vez mais admirada e respeitada por sua política interna e pelas posições internacionais que adota em defesa dos povos oprimidos e no combate sem tréguas ao imperialismo, ao social-imperialismo e ao hegemonismo dos Estados Unidos e União Soviética”(PCdoB, 1975: p.12), mesmo depois do apoio temporário da China ao governo de Pinochet no Chile ou aos combatentes, financiados pelo governo norte-americano, do FLNA (Frente de Libertação Nacional de Angola)⁷⁶.

No entanto, na medida em que a política externa chinesa traduzia essa concepção, o grau de divergência entre os partidos foi se avolumando e o PC do B, ainda sem romper

⁷⁶ Levy sugere que o documento do PCCh que dá embasamento à *Teoria dos Três Mundos* foi publicado em novembro de 1977 sob o título “A teoria do Presidente Mao sobre a divisão em três mundos, importante contribuição ao marxismo-leninismo”, o qual justifica a posição da política internacional chinesa a partir dessa perspectiva: “A julgar pelo comportamento objetivo e a tendência das nações oprimidas da Ásia, África e América Latina, ao longo de 30 anos de política internacional, estas nações são fundamental e essencialmente revolucionárias, progressistas; é incontestável que elas constituem a força principal na luta mundial contra o imperialismo e o hegemonismo”. (LEVY, 1980)

com o PC Chinês, atacava os formuladores da *Teoria Dos Três Mundos* como uma nova tendência oportunista, embora admitisse a possibilidade de revisão dessas teses.

Para o PC do B, é hora de definições, momento em que se revelam a estrutura ideológica e a configuração política de cada partido, de cada dirigente, de cada militante de vanguarda. Quem não toma posição, na realidade toma posição – inconseqüente, vacilante, carente de espírito de decisão. A teoria dos Três Mundos não é uma opinião qualquer em face da qual pode-se manter neutralidade. Ela define rumos, é toda uma concepção que pretende ser a estratégia e a tática do proletariado revolucionário, demandando a organização de forças para levá-la à prática. Tem de ser combatida sem contemplações. Somente o combate poderá ajudar os equivocados a corrigir os seus erros (PCdoB, 1977).

Ou seja, embora não fosse uma oposição entre a violência revolucionária e o reformismo liberal, as contradições se constituíam entre os caminhos da luta anti-imperialista e eram tratados como equívoco teórico, portanto, passível de correção.

O apoio à China manteve-se em vários artigos durante os anos de 1975 e 1976, sempre destacando o papel desempenhado na luta contra o revisionismo, as conquistas econômicas da revolução e o significado da Revolução Cultural. Produziu-se, inclusive, uma edição especial de *A Classe Operária*, em setembro de 1976, por ocasião da morte de Mao Tse-tung, destacando suas contribuições para o marxismo e a revolução.

No entanto, segundo João Amazonas, a direção do PC do B havia manifestado em várias oportunidades divergências, principalmente, em relação à política externa chinesa, fossem em contatos bilaterais ou em documentos internos. Para ele, desde o IX Congresso do PC Chinês, o PC do B vinha redigindo artigos que contrariavam, em essência, alguns posicionamentos dos chineses, particularmente aqueles relacionados à caracterização do imperialismo, que subsidiava a *Teoria Dos Três Mundos*.

Estas divergências tornaram-se mais intensas quando o PC Chinês acusou os albaneses de interferirem na *Declaração Conjunta dos Partidos Marxistas-Leninistas da América Latina*, redigida em Tirana por ocasião do VII Congresso do Partido do Trabalho da Albânia realizado em novembro de 1976, e solicitou aos representantes do PC do B presentes em Pequim retirassem sua assinatura do documento. O ponto central, ainda segundo Amazonas, era a negação da tese chinesa dos três mundos ao afirmar que “a luta de libertação dirige-se contra as duas superpotências imperialistas. Se é certo que o inimigo principal varia de acordo com as distintas zonas do mundo, seria grande erro nestas circunstâncias, descuidar a ameaça que representa outra superpotência, aliar-se a uma delas para combater a outra”(apud AMAZONAS, 1981: p. 99).

Nos meses seguintes houve um esgarçamento das relações entre os dois partidos e foram produzidos um conjunto de textos que, mesmo sem citar nominalmente os chineses, atacavam a *Teoria dos Três Mundos* (PCdoB, 1977a, 1977b), enquanto que as informações sobre as transmissões em português da Rádio Pequim desapareceram das páginas de *A Classe Operária*.

O PC do B caracterizou a *Teoria dos Três Mundos* como uma nova tendência oportunista em ação no plano mundial e utilizava pela primeira vez o adjetivo ‘revisionista’ (setembro de 1977) para referir-se aos seus autores. Em março e abril de 1978 publicou-se *A teoria dos três mundos – versão oportunista da luta de classes do proletariado*, artigo de João Amazonas assinado sob o nome de G. Fortes, além do texto também de Amazonas, “*As obras e os ensinamentos de Stalin continuam vivos na consciência do povo*” que reforçavam as opiniões do PC do B.

A partir dali, o PC do B passou a tratar a ação da liderança chinesa, orientada pela *Teoria dos Três Mundos*, como um novo tipo de revisionismo embora ainda carecesse, naquele momento, de explicações sobre seu desenvolvimento e origem a partir de uma análise sobre as lutas de classes na sociedade chinesa e seus reflexos sobre o PC Chinês⁷⁷.

Depois de incluir a China no rol do revisionismo, embora caracterizando-a de modo distinto da URSS, o PC do B fez as comparações inevitáveis. Em julho de 1978, o PC do B solidarizou-se com a Albânia que, em função das divergências com os chineses, tivera suas linhas de crédito e de auxílio técnico rompidas, enviando uma carta publicada sob o título de “*Os mesmos métodos de Kruschov e Cia*”, onde se lê:

Os comunistas brasileiros, inimigos irreconciliáveis do revisionismo, sentem-se felizes de se encontrar ao lado da gloriosa Albânia, defensora intrépida do proletariado e de sua doutrina científica, ao lado do camarada Enver Hoxha, provado marxista-leninista, autêntico dirigente da classe operária em luta contra o capitalismo agonizante, expressam sua solidariedade internacionalista ao valente povo albanês e ao seu partido de vanguarda nesta hora em que os falsos amigos, aliados da reação, arremetem criminosamente visando prejudicar e sabotar a construção do socialismo na Albânia (PCdoB, 1978: p. 7)

Em agosto de 1978, o PC do B explicitou suas divergências com o PC Chinês para o conjunto dos militantes, apontando a origem das divergências e avaliava, numa espécie de

⁷⁷ “Gostem ou não seus autores, a teoria dos Três Mundos é um novo tipo de revisionismo. (...) Em essência, não se diferencia das outras espécies de revisionismo. Persegue os mesmos fins: a manutenção do capitalismo em suas distintas formas, a criação de uma suposta nova ordem econômica internacional (capitalista), a busca de fórmulas de convivência social adequadas à sobrevivência do imperialismo, agonizante e em decomposição”. (PCdoB, 1977b).

autocrítica, o apoio acrítico dado à Revolução Cultural Chinesa e à difusão do pensamento de Mao Tse-tung.

São vários os artigos e documentos do PC do B sobre a questão chinesa em fins dos anos 70, buscando de alguma forma justificar o período anterior e minimizar o peso do maoísmo sobre suas formulações, ao mesmo tempo em que demarcava terreno novamente com o revisionismo.

No texto *Breve histórico das divergências com o PC da China* (PCdoB, 1978) há uma indicação das dificuldades em se combater o maoísmo e mesmo em identificá-lo como algo nocivo ao movimento socialista. Nele, apresentou-se o pensamento de Mao Tse-tung como eclético, incorporando uma série de formulações anti-marxistas e de caráter nacionalista e burguês. Mas, apesar disso, diz o texto, não havia sido possível identificar claramente estas características naquele momento.

Dissemos que ele era um grande marxista-leninista e que o PCCh era um partido revolucionário, marxista-leninista. Elogiamos também a Revolução Cultural, que, se de um lado, combatia o imperialismo norte-americano, o revisionismo, os inimigos do socialismo, de outro, destruiu indiscriminadamente organizações do Partido, alentava falsas opiniões, induzia a desvios sectários que, mais tarde, serviram de argumentos demagógicos aos revisionistas, para enganar as massas, quando da sua volta à cena política. Ainda depois da morte de Mao Tse-tung, A Classe Operária tirou uma edição especial com artigos exageradamente laudatórios(AMAZONAS, 1981: p. 106).

Continuando na identificação dos possíveis erros do período, o PC do B afirmava que:

Nesse particular, sem dúvida, nossa conduta foi contraditória. A fonte dessa contradição reside numa série de fatores objetivos e subjetivos. Víamos certos erros de Mao e do PCCh. Mas encarávamos tais erros como parciais, isolados, sem conexão interior. Parecia-nos simples desvios da linha geral, corrigíveis a curto e a médio prazo. Os próprios vaivéns da orientação chinesa contribuíam para esse nosso raciocínio, como contribuíam também suas repetidas afirmações de que a China jamais mudaria de cor, de que lutava contra os seguidores do caminho capitalista, de que o Partido era força dirigente etc. Só no curso de 1977 pudemos alcançar uma compreensão melhor e mais profunda do caráter global dos erros de princípios e de sua significação como orientação revisionista, que tomou corpo na teoria dos três mundos (AMAZONAS, 1981: p.107).

Ainda que o PC do B reconhecesse que Mao Tse-tung e o PC Chinês tivessem desempenhado importante papel na luta contra o revisionismo, o que lhes granjeava significativos apoios em todo o mundo, as críticas formuladas caracterizam-nos como oportunistas que utilizavam a fraseologia revolucionária para legitimar e impor seu projeto nacionalista burguês.

Em documentos e declarações posteriores, o PC do B indicou o caráter nacionalista e chauvinista da orientação chinesa como principais características do revisionismo chinês e resumiu que a experiência da Revolução de 1949 não ultrapassou sua fase democrático-burguesa, enquanto que a própria Revolução Cultural se inseria num quadro de luta entre setores da burguesia e da pequena-burguesia chinesa que, do interior do PC Chinês e do Estado, disputavam a hegemonia política no processo.

Ainda que essa autocrítica tenha tido caráter unilateral e limitado, no que diz respeito aos efeitos que o maoísmo exerceu ao longo de mais de uma década sobre o PC do B⁷⁸, tanto do ponto de vista teórico como estratégico, serviu novamente para demarcar terreno com o campo revisionista no imaginário do PC do B.

Este processo se completa com a VII Conferência Nacional do PC do B em 1979, onde impossibilitado de realizar um debate mais amplo com o conjunto da militância em função da intensa repressão promovida pelos governos da ditadura, que vitimaram, além dos mortos no Araguaia, um grande número de membros das direções regionais e nacional do PC do B:

somente no período entre 1972 e 1976, oito membros do Comitê Central foram assassinados: Lincoln Cordeiro Oest, Luís Guilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Maurício Grabois, João Batista Franco, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Inúmeros outros dirigentes nacionais foram presos e, depois do Massacre da Lapa (São Paulo, 1976), o núcleo principal da direção partidária, onde João Amazonas tinha posição de destaque, teve de se exilar (RUY, 2002); o PC do B realizou no exterior sua VII Conferência Nacional.

A retomada das mobilizações sociais e a ruptura política com a China

A segunda metade da década de 70 já demonstrava sinais de ruptura no interior do bloco no poder. A manutenção de um calendário eleitoral, com as limitações inerentes sob a ditadura, impôs uma dinâmica própria ao sistema político bipartidário em vigência desde 1965. A derrota sofrida pelo governo nas eleições de 1974 impulsionou a oposição legal, a qual, concentrada no MDB, nutria expectativas quanto aos desgastes impostos ao governo a partir enfrentamento do regime na arena institucional.

De outro lado, o aparelho militar mostrava suas fraturas na medida em que expunha divergências na condução do processo repressivo. As ações da extrema direita militar, com

⁷⁸ Note-se que o PC do B não realizou nenhuma avaliação mais crítica sobre o significado teórico da *Revolução Cultural* na luta contra as causas do revisionismo.

seus suportes civis, tensionava o bloco governista que, num movimento pendular, buscava administrar os conflitos que perduraram até a década de 80.

Ainda que o governo Geisel (1974-1979) mantivesse a repressão às organizações de esquerda, em especial sobre o PCB e o PC do B, as mortes de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho provocaram um desgaste que demonstrava as dificuldades no gerenciamento das posições no interior do bloco dominante.

As medidas tomadas durante o governo Geisel, com o objetivo de garantir o controle e as iniciativas políticas na arena institucional, consolidadas na chamada Lei Falcão e no Pacote de Abril⁷⁹, indicavam a necessidade de reavaliação do significado do ciclo militar iniciado em 1964 por parte das organizações de esquerda, particularmente depois da desarticulação de muitas organizações e das perdas impostas por anos de dura repressão.

O PC do B da VII Conferência é um partido pequeno e de relativo enraizamento na classe operária, em especial no seu pólo mais dinâmico no ABC paulista. Embora tendo obtido sucesso na eleição do operário Aurélio Peres para a Câmara dos Deputados em 1978 pela legenda do PMDB, a penetração do PC do B no meio sindical manteve-se limitada se comparado à inserção do partido no movimento estudantil e nos movimentos populares urbanos.

Desde a reorganização em 1962, o PC do B manteve boa presença no movimento estudantil, tanto secundarista como universitário, em boa parte pelas ligações com a Ação Popular desde antes do processo de incorporação. Enquanto que no campo, as ligações no Nordeste com as experiências das Ligas Camponesas permitiram alguma influência comunista.

O movimento estudantil, que desde 1977 retomava as mobilizações contra a ditadura militar, era uma importante área de influência do PC do B. O ressurgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979 consolidou a posição hegemônica do PC

⁷⁹ A Lei Falcão, referência ao ministro da Justiça Armando Falcão, de 1976, limitava o uso dos meios de comunicação nas Campanhas Eleitorais, limitando a arena dos debates políticos e Conjunto de medidas anunciadas em abril de 1977, que alteravam as regras para a disputa eleitoral do ano seguinte como, por exemplo, a criação dos chamados ‘Senadores biônicos’, os quais seriam indicados pelas Assembléias Legislativas estaduais onde o governo tinha maioria em 21 dos 22 Estados; a manutenção das eleições indiretas para os governos estaduais em 1978 etc.

do B na direção do movimento estudantil universitário brasileiro, tendo eleito seus presidentes até 1987 de maneira contínua.

A VII Conferência do PC do B, realizada em Tirana em fins de 1978 e começo de 1979 (BUONICORE, 2007), é a primeira oportunidade do Comitê Central debater de maneira mais ampla a experiência do Araguaia, os efeitos da Chacina da Lapa em 1976 e as relações com o PC Chinês e o maoísmo, em que pese a ausência de membros importantes do CC que se encontravam presos. Não é nosso objeto a discussão sobre como se processaram os debates, nem tampouco explorar os eventuais conflitos no interior da direção sobre este tema. Podemos afirmar a existência de divergências quanto à avaliação da experiência nas selvas do Pará, mas essas não chegaram a ser debatidas em profundidade em função da interrupção da reunião do CC em dezembro de 1976. Na VII Conferência o documento base para este debate foi *'Gloriosa Jornada de Luta'* de agosto de 1976 que expressava uma das abordagens sobre a questão⁸⁰.

O PC do B publicou *As Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil* onde apresentava as conclusões do encontro, mas não oferecia qualquer indício acerca dos debates ali realizados. Apenas indicava um conjunto de tarefas do Partido divididos em 5 tópicos: 1. Sobre os problemas internacionais; 2. Sobre Problemas do Movimento Comunista Internacional; 3. Sobre a Orientação Tática do Partido; 4. Sobre a Resistência Armada do Araguaia e o Caminho da Luta Armada e 5. Sobre as Comemorações do 100º aniversário de Nascimento de J. Stalin.

Quanto à situação nacional há uma análise sobre a fragmentação política no interior do regime militar, onde, na opinião do PC do B, parte das classes dominantes começava a defender mudanças no regime e a democratização da vida política, o que potencializava o movimento de oposição com capacidade de incorporar uma série de demandas reprimidas.

O PC do B via a gestação de uma *'situação revolucionária no país'*, embora sua tática orientasse para a constituição de uma ampla frente política. Observa-se uma preocupação em fortalecer a frente oposicionista no campo institucional, ao mesmo tempo

⁸⁰ O documento aprovado, baseado no relato de Arroyo sobre a experiência do Araguaia, não era consensual no interior do Comitê Central. No entanto, o encerramento da reunião da Lapa com o assassinato de Pomar, Arroyo e Drummond impediu o desenvolvimento do debate sobre o tema. Posteriormente publica-se no jornal *O Movimento* uma carta de Pedro Pomar onde tais divergências vem à tona. O desenvolvimento dessas divergências, não apenas em relação ao Araguaia, desembocou numa cisão em princípio de 1980 que produziu o PRC, Partido Revolucionário Comunista.

em que se apontava para a necessidade de mobilização das classes populares, descontentes com o agravamento da crise econômica.

Como resultado dessa avaliação a VII Conferência lançou um *Manifesto à Nação* onde explicitava a tática do partido para o período. Nele, indicava-se a entrada numa nova fase de luta contra a ditadura, embora desconfiasse do caráter limitado das reformas políticas, com o abrandamento do AI-5 e da Lei de Anistia, visualizando-as como mais um mecanismo de domesticação da oposição.

Propunha a criação de uma ampla frente de oposição à ditadura que substituísse o regime por outro capaz de garantir a liberdade e, ao mesmo tempo, enfrentasse os principais desafios da vida nacional: o imperialismo, o monopólio e o latifúndio. A realização de tais tarefas só poderia se concretizar com uma '*revolução nacional e democrática*', cuja base social deveria ser o proletariado e o campesinato aliados às correntes democráticas e progressistas.

Sobre a questão internacional, também era a primeira oportunidade para a direção do partido discutir mais profundamente a questão do revisionismo. Nas resoluções, embora não houvesse uma autocrítica mais pormenorizada, o documento era taxativo em relação ao tratamento dispensado aos chineses, onde em um dos tópicos se destaca a necessidade de:

Denunciar o chamado pensamento Mao Tse-tung como anti-marxista-leninista. As obras e a atuação de Mao Tse-tung opõem-se a doutrina revolucionária da classe operária e aos objetivos que persegue o socialismo científico. O combate ao maoísmo é inseparável da luta pela assimilação dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo e deve contribuir para expurgar de nossa consciência e da nossa atividade qualquer influência negativa dessa tendência revisionista;(...)(PCdoB, 1979: p.14)

Embora esse rompimento oficial promovido pelo PC do B merecesse uma análise mais detalhada sobre os efeitos da influência do pensamento Mao Tse-tung nas formulações teóricas e políticas do período, podemos afirmar que, do ponto de vista orgânico, ele põe fim, ao menos provisoriamente, ao principal campo de desenvolvimento do maoísmo no Brasil.

Balanço do maoísmo

Para realizarmos um breve balanço da relação construída entre o PC do Brasil e o PC da China, podemos estabelecer três níveis de interferência do maoísmo sobre o PC do B nesse período: o teórico, o estratégico e o político-organizativo.

A influência teórica esteve relacionada com o combate ao revisionismo soviético e à constituição de um campo partidário identificado com o marxismo-leninismo que rejeitava em bloco as teses principais do XX Congresso do PCUS. A identidade construída a partir dessa crítica impulsionou o PC do B ao apoio à Revolução Cultural Proletária Chinesa, que se justificava inteiramente do ponto de vista teórico de combate ao pensamento burguês e pequeno-burguês presentes nas organizações do partido, identificada como as raízes do fenômeno do revisionismo contemporâneo. Observe-se que a partir de fevereiro de 1970, o PC do B iniciou uma campanha chamada *‘No caminho da Revolucionarização’*, defendendo uma mudança de postura na ação cotidiana, a partir de um intenso processo de crítica e autocritica da ação militante. Essa mini revolução cultural no interior do PC do B prosseguiu durante o ano de 1970 exigindo o rompimento com a passividade, ao mesmo tempo em que defendia mais audácia na luta contra a ditadura⁸¹.

A aproximação ocorrida nos anos 60, como dissemos acima, indicava uma convergência teórica em torno da compreensão do significado das mudanças ocorridas na URSS após o XX Congresso do PCUS, onde ambos apontavam as reformas econômicas impostas pela nova direção soviética como uma ruptura com o passado socialista, na medida em que restabeleciam formas de propriedade e gestão tipicamente capitalistas. A justificativa inicial centrava-se numa caracterização do grupo no poder como revisionistas, *traidores e restauradores do capitalismo* na antiga pátria socialista.

As críticas formuladas desde o XX Congresso do PCUS ao papel desempenhado por Stalin no período de construção socialista, de 1917 a 1956, não eram aceitas pelos chineses que, como vimos, indicavam o caráter unilateral das denúncias, nem pelo PC do B que via no ataque um combate ao próprio socialismo, pois se utilizava Stalin como “bode expiatório”.

⁸¹ Não dispomos de dados concretos para avaliar os efeitos dessa campanha sobre o coletivo partidário, compreensível se considerarmos o quadro político em que ela se desenvolveu, o tamanho do partido e o grau de subjetivismo em que ela implicava.

A ação do revisionismo e o processo de restauração capitalista na URSS apontavam que durante o período da chamada construção socialista persistia a luta de classes. Muito embora as formas da propriedade socialista eliminassem formalmente a burguesia e os latifundiários, os interesses de classes reapareciam e se recriavam no interior da sociedade soviética. O revisionismo, para o PC do B e para o PCCh, expressava esta tendência burguesa adormecida nos aparelhos do Estado Soviético e do Partido Comunista. No entanto, restava explicar como ela se desenvolvera no interior da URSS, qual o comportamento das classes, as principais contradições e por quais mecanismos elas haviam se reproduzido até ali.

Desenvolveu-se, no entanto, uma abordagem onde o apelo ético e moral se destacam uma vez que expressões como ‘*traidores*’, ‘*sabotadores*’, ‘*burgueses*’, ‘*oportunistas*’, ‘*ardilosos*’, ‘*renegados*’, ‘*capitalistas*’, ‘*privilegiados*’ etc. eram utilizadas para explicar as mudanças de rumo empreendidas pelos soviéticos. Desse modo, as opções políticas são atribuídas aos dirigentes que, de algum modo, escolheram caminhos que desvirtuaram a revolução de sua trilha original e pura.

Em certa medida, a idéia de um complô que se estabeleceu na URSS após a morte de Stalin, arquitetado pelos ‘inimigos do socialismo’, vingou na literatura produzida pelo PC do B, assim como pelo PCCh e o PTA. Foi mantida uma abordagem de cunho subjetivo, uma vez que o revisionismo era apresentado como resultado de opções e escolhas postas aos dirigentes, os quais optavam pelo caminho revolucionário ou da traição. Em certa medida, as iniciativas da *Revolução Cultural* e o maoísmo reforçaram tais apreciações.

Devemos, pois, concordar com L. Fernandes quando afirma que “a identificação da natureza capitalista da URSS por seus críticos comunistas parece, assim, ter sido muito mais fruto do **subjetivismo** (i.e., da transposição forçada de uma crítica política e ideológica aos seus dirigentes para a caracterização da sua formação econômico-social) do que de uma análise séria, objetiva e abrangente do desenvolvimento das relações sociais no seu interior” (FERNANDES, 2000: p.133).

O surgimento de novos fenômenos e configurações políticas e sociais no interior dessas sociedades, que passaram por processos revolucionários e que avançaram – ainda que em graus variados – em direção à socialização dos meios de produção, colocavam

novos desafios à teoria marxista, particularmente em torno da natureza das contradições entre as classes e dos conflitos fundamentais daquelas sociedades.

Em muitos casos, tais dificuldades indicam os limites do desenvolvimento teórico marxista no interior das organizações comunistas, incapazes de romper os pressupostos da III Internacional Comunista ou de exercer uma atividade marxista criadora capaz de aplicá-lo sobre ele próprio, obrigando-os a recorrer a explicações não coerentes com materialismo histórico.

Nesse sentido, ainda que existissem referências ao caráter das novas relações de produção, de propriedade e de posse de fato dos meios de produção, os argumentos em torno da ‘traição’ dos dirigentes se justificativa, a partir das diferenças de remuneração entre os diversos setores que compunham a sociedade soviética. Partilhavam, assim, dos mesmos pressupostos teóricos de Trotsky, que recorrendo aos argumentos econômicos, particularmente o estatuto legal da propriedade dos meios de produção, demonstrava a permanência do socialismo na URSS, ainda que com uma direção degenerada, ‘traidora’ dos princípios revolucionários.

Quando se produz o afastamento entre o PC do B e o PCCh a questão é retomada com maior intensidade, uma vez que o maoísmo passa a ser considerado uma nova versão do revisionismo contemporâneo; restavam compreender algumas coisas, como por exemplo, o que era a sociedade chinesa? Quais as características daquela formação econômico-social? Se ali se caminhava em direção ao socialismo, como afirmavam os documentos do PC do B, por que se produziu uma variante do revisionismo contemporâneo? Como os interesses de classes se desenvolveram na China desde 1949, de modo a produzir um fenômeno similar ao da URSS? Como eram, de fato, as relações de produção na sociedade chinesa? Como o PCCh transitou de baluarte marxismo-leninismo para o a ‘Teoria dos Três Mundos? Enfim, como o PC do B não havia percebido as limitações teóricas do pensamento de Mao Tse-tung? Seria o revisionismo inevitável?

Novamente reaparecem os argumentos subjetivos atribuindo às lideranças chinesas o desvio de rumo, ressaltando a incapacidade teórica - como a incompreensão do marxismo, o ecletismo presente nas obras de Mao Tse-tung - e o oportunismo político – ligados à interesses social-chauvinista dos chineses e econômicos da burguesia chinesa encastelada no PCCh e no Estado.

Isto pode ser observado em vários documentos onde o PC do B indicou o caráter nacionalista e chauvinista da orientação chinesa como as principais características do revisionismo chinês e resumiu que a experiência da Revolução de 1949 não ultrapassou sua fase democrático-burguesa, enquanto que a própria *Revolução Cultural* se inseria num quadro de luta entre setores da burguesia e da pequena-burguesia chinesa que, do interior do PC Chinês e do Estado, disputavam a hegemonia política no processo.

Por exemplo, na VII Conferência do PC do B em 1978 a ruptura com o maoísmo ainda está muito presente e as análises sobre o revisionismo chinês não romperam com um certo esquematismo que as explicava como resultado da influência burguesa, das aspirações expansionistas e hegemônicas chinesas na Ásia, além da existência de forte influência camponesa que limitava os horizontes de uma Revolução cujos líderes insistiam em mesclar o marxismo com filosofias de cunho não-materialista.

Assim como havia ocorrido na URSS, a China tinha sido tomada de assalto pelo revisionismo que, insidiosamente, se instalou nas estruturas partidárias e do novo Estado, permitindo as mudanças de rumo no processo revolucionário. No entanto, assim como na URSS, faltava uma análise sobre o desenvolvimento do revisionismo no interior de uma formação econômico-social que se concebe como transitória entre o capitalismo e o socialismo.

Em certa medida, não houve uma argumentação que considerasse os mecanismos pelos quais essa influência burguesa havia se materializado na China após a Revolução de 1949, nem tampouco como ela pôde enfrentar o debate ideológico com os soviéticos sustentando a defesa do marxismo-leninismo e da revolução proletária, possuindo, de acordo com o PC do B, horizontes limitados e determinados do ponto de vista teórico.

Desse modo, ainda que houvesse uma identificação teórica dos problemas, desde a formulação da '*Teoria dos Três Mundos*' e das estratégias decorrentes para o enfrentamento com o imperialismo, o PC do B rompia com o PCCh sem produzir algum estudo⁸² mais sistematizado sobre o desenvolvimento das relações sociais na sociedade chinesa que oferecesse explicações causais e estruturais sobre o revisionismo como fenômeno histórico.

⁸² Em 1981 A Editora Anita Garibaldi publica uma coletânea de artigos de João Amazonas e do PC do B sob o título *O Revisionismo Chinês de Mao Tse-tung*, onde expõe as principais divergências entre os dois partidos, mas pouco avança no estudo sobre a sociedade chinesa e o revisionismo.

Já as formulações estratégicas assentavam as divergências em relação ao PCUS quanto à concepção de Estado. Para o PC do B, as possibilidades de transição pacífica ao socialismo e da coexistência pacífica entre regimes diferentes, além de representar uma estratégia reformista, questionava os pilares da concepção marxista quanto ao Estado e seu comprometimento estrutural com a divisão da sociedade em classes.

A influência estratégica foi visível também, na medida em que o principal documento do partido que justificava a resistência armada do Araguaia foi de franca inspiração chinesa. *A Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil* talvez tenha sido uma das experiências mais marcantes da esquerda brasileira nos anos 60, ao mesmo tempo em que legitimava a aproximação do PC do B com o maoísmo. Desde antes da VI Conferência em 1966, onde já se antecipava o campo como cenário de luta contra a ditadura, o PC do B enviou militantes para a China para formação política e militar, muitos dos quais ao retornarem se instalam no sul do Pará⁸³.

Ao assumir as condições de luta mais favoráveis no campo com a perspectiva de desenvolver um embrião de Exército Popular Revolucionário, o PC do B incorporou as experiências chinesas e vietnamitas, assumiu a luta armada como fator diferencial em relação aos revisionistas e conclamou parte da militância a se instalar no campo, junto às populações mais carentes, para ganhar a confiança e desenvolver um trabalho de conscientização antes de eclodir a *Guerra Popular Prolongada*.

Do ponto de vista organizativo, a aproximação com o PCCh permitiu um diálogo com outros grupos que de alguma maneira mantinham alguma identidade com a China nos anos 60. Este processo, como descrevemos anteriormente, possibilitou, depois de um longo debate, a incorporação da Ação Popular ao PC do B, o que garantiu uma maior penetração no movimento estudantil, em que pese já haver uma aliança entre os dois grupos antes mesmo da incorporação, e também nos trabalhos das Comunidades de Base da Igreja, haja visto a origem católica da Ação Popular.

De outro lado, a identificação com a China possibilitou o desenvolvimento da Ala Vermelha, cuja crítica ao documento aprovado na VI Conferência consolidou um novo grupo, que manteve o nome do partido acrescido de Ala Vermelha, o qual denotava a

⁸³ “Bem às vésperas do golpe, a 29 de março de 1964, viajou para a China uma turma de 10 militantes do PC do B, a primeira a realizar ali um curso político-militar. Até 1966, mais duas turmas farão este curso” (GORENDER, 1998: p. 117).

compreensão da possibilidade da existência de alas no interior do partido, uma das teses sustentadas por Mao Tse-tung, que justificará a cisão posterior. A Ala Vermelha, assim como o grupo da AP que não se incorporou ao PC do B, receberam apoio do PCCh, causando certo descontentamento nos dirigentes do PC do B. Note-se que o debate se deu em torno da perspectiva chinesa de constituição de um partido de tipo inteiramente novo, que corresponderia à nova etapa de luta anti-imperialista defendida pelos chineses a qual se consubstanciava na teoria dos três mundos.

Podemos afirmar que a crítica socialista aos rumos tomados pela URSS e a aproximação com a China permitiu a incorporação ao PC do Brasil de uma série de grupos e organizações ao longo dos anos 60 e 70. Muitas delas, como foi o caso da AP, com fortes vínculos com as interpretações chinesas.

A Ação Popular, que ao longo de sua história cindiu-se em AP e APML (marxista-leninista), teve grande papel nas lutas de fins dos anos 60 e início dos 70, com forte inserção no movimento estudantil. Sua divisão aproximou o grupo marxista-leninista do PC do Brasil, iniciando um conjunto de discussões e debates que culminaram com a incorporação das estruturas da AP ao PC do B.

Numa breve análise podemos indicar que a AP transitou do pensamento humanista-cristão para o marxismo via maoísmo, particularmente com grande influência do pensamento de Louis Althusser. Tal passagem não se deu sem contradições, conflitos e divisões. A influência da teoria foquista (SALES, 2005), a Revolução Cultural Chinesa, as alternativas políticas à ditadura militar criavam um pano de fundo para o debate no interior da AP (LIMA, 1984).

Segundo Gorender, ainda que a AP tivesse preparado quadros para a guerra popular prolongada de forte inspiração chinesa, a AP não realizou nenhuma ação armada. Os contatos com o PC Chinês que progrediam em fins dos 60 permitiram o reconhecimento político dela como organização antiimperialista.

No interior da organização desenvolveu-se intenso debate orientado a partir de um texto chamado “Esquema dos Seis Pontos”, onde se resumia a posição da maioria maoísta que formava a AP. Ali se esboçavam alguns elementos que reforçavam as teses maoístas acerca da nova etapa do pensamento marxista, marcada pela luta contra o revisionismo contemporâneo. O desenvolvimento deste debate já indicava os rumos da organização que

começava a se dividir em torno de temas como o ‘caráter do partido marxista-leninista’ no Brasil, a etapa da revolução no Brasil, o papel e a responsabilidade de Stalin etc.

Cindido em dois grupos, que debatem tais questões desde 1967, em maio de 1973 a maioria da direção da AP conclui o processo de incorporação dessa organização ao PC do Brasil⁸⁴. No processo de discussão algumas questões postas pelos chineses ganhavam destaque e polemizavam, particularmente aquelas referentes ao significado atribuído ao *pensamento maotse-tung*, sobre a concepção de partido e o surgimento da *Teoria dos Três Mundos*, base sobre a qual se desenvolveu polemicamente a política externa chinesa.

Novas rupturas: o revisionismo chinês

Em 1983 no VI Congresso do PC do B, o primeiro após a reorganização de 1962, o maoísmo ocupa espaço maior. De um modo geral, as reflexões expostas por João Amazonas e pela VII Conferência são reafirmadas. Mao e o PCCh haviam consolidado uma interpretação eclética do marxismo, incorporando conceitos e interpretações de duvidoso cunho materialista supervalorizando o subjetivismo. Segundo o PC do B, este conjunto teórico consagrava uma compreensão de matriz ‘camponesa, nacionalista e burguesa’, que limitava a revolução chinesa à sua fase democrática e burguesa.

O PC do B afirmava que sempre existiram pontos de vista divergentes entre os dois partidos sobre vários temas. No entanto, este debate havia ficado restrito ao nível da direção, o que teria contribuído para a difusão de idéias estranhas no interior do partido.

Não foi de golpe que nosso Partido compreendeu os erros essenciais da política do PC Chinês e do pensamento Mao Tse-tung. As dúvidas sobre uma série de questões vinham-se avolumando e alguns erros chamavam a nossa atenção. A partir de 1969, com a viagem do camarada Maurício Grabois à China, patenteavam-se para nós sérias distorções de princípios na revolução cultural e na conduta do PC Chinês. Começamos a estudar com certo espírito crítico as obras de Mao. Depois de 1970, parecia-nos que havia um claro desvio de direita na linha chinesa. Só mais tarde, após o lançamento da teoria dos três mundos nos demos conta do verdadeiro caráter dessa linha(PCdoB, 1983a: p. 86).

Nessas resoluções há uma autocrítica em relação ao papel desempenhado pelo PC do B na divulgação das idéias de Mao, assumindo dificuldades em perceber o ‘verdadeiro caráter do maoísmo’⁸⁵.

⁸⁴ Sobre as divergências nesse processo consultar PEREIRA, Duarte Pacheco. *Estevão e o PC do B*, mimeo.

⁸⁵ “Em nossos materiais e resoluções afirmamos muitas vezes que o PC da China e Mao Tse-tung defendiam posições marxistas-leninista, que a China representava o principal baluarte do socialismo e da revolução no mundo. Divulgamos, na medida de nossas possibilidades, trabalhos do PC Chinês e obras de seu dirigente

Mais adiante o documento prossegue localizando o maoísmo como fenômeno periférico no partido.

A linha e a orientação geral revolucionária do Partido não foram comprometidas com a influência maoísta. Mas deve-se admitir sua presença em algumas orientações particulares e localizadas e reconhecer que as idéias de Mao Tse-tung afetaram militantes de formação pequeno-burguesa e intelectual. Essas idéias manifestaram-se, em particular, na concepção de partido encarada de um ângulo liberal, não proletário, não leninista. É preciso prosseguir no combate ao maoísmo e ao pensamento Mao Tse-tung, limpando nossas fileiras de quaisquer resquícios dessa concepção oportunista (PCdoB, 1983a: p.88).

Mas, apesar da autocrítica superficial, o PC do B recusava qualquer vinculação entre a influência maoísta e a experiência da Guerrilha do Araguaia, pois o fato dela ter sido desencadeada no campo não seria fator suficiente para incorporar a concepção dominante no PC Chinês do *‘cerco das cidades pelo campo’*. Para o PC do B, tal compreensão substituíra o papel da direção do proletariado no processo, que apesar do sucesso da experiência chinesa e do Leste Asiático, não poderia ser transportada para o Brasil.

O Araguaia nunca pretendeu ser a expressão brasileira dessa linha. O abandono das cidades para realizar o trabalho no campo nunca foi realizado pelo Partido. Se um ano e meio após o início da Guerrilha, as forças da repressão conseguiram golpear os comunistas em diversas grandes cidades brasileiras, foi porque o Partido aí estava, realizando trabalho revolucionário junto à classe operaria, às massas populares urbanas e às camadas democráticas (PCdoB, 1983c: p.327).

No entanto, o PC do B reconhecia que houve um grau de aproximação entre as experiências, mas afirmava que a concepção do texto *Guerra Popular* procurou levar em consideração as condições objetivas em que se desenvolvia a luta e não um modelo pré-determinado.

Em resumo, os ensinamentos de Mao Tse-tung sobre a guerra revolucionária influenciaram a elaboração do Partido a respeito. Houve aceitação de teses impróprias ao caso brasileiro. Mas a essência da teoria maoísta, o *‘cerco das cidades a partir do campo’* ou de que o *‘campo dirige as cidades’*, nunca foi aceita e aplicada pelo PC do Brasil, em que pese o Partido não ter podido fazer uma correta articulação entre o campo e a cidade, mesmo porque a luta armada ainda se encontrava em fase inicial (PCdoB, 1983c: p. 328).

Assim, o PC do B encerrava um ciclo de sua história, afastando-se do PC Chinês e do pensamento de Mao Tse-tung, sem produzir, de um lado, resoluções ou estudos que pudessem fazer uma avaliação concreta do significado dessas influências sobre as

máximo. Saudamos a chamada revolução cultural como um grande acontecimento na vida da China e dos povos do mundo inteiro, como novos caminhos para a vitória do socialismo. Contribuímos desse modo para disseminar as idéias maoístas entre os comunistas e também entre os setores de massa que, mais tarde, reconhecemos terem sido falsas”(PCdoB, 1983a: p. 84).

elaboraões teóricas, políticas e organizativas do partido desde a reorganização, e de outro, algum estudo sistematizado acerca do desenvolvimento do processo revolucionário chinês, seus desafios e seus espectro classista como forma de contrapô-lo ou compará-lo à experiência soviética também refém do revisionismo.

Em certa medida, foram reproduzidos os mesmos argumentos utilizados na caracterização do desvio de rumo empreendido na URSS, onde os dirigentes chineses, baseados no pensamento de Mao Tse-tung, demonstraram que seu objetivo não era a construção de uma sociedade socialista, mas a conquista de um novo padrão de desenvolvimento. Como afirma o documento: “Não era o socialismo, nem o internacionalismo proletário, nem a doutrina da classe operária, que guiavam o PC Chinês e serviam de fundamento às idéias de Mao. Perseguiam unicamente a edificação de uma sociedade burguesa na China. Visavam a libertação do jugo imperialista e dos senhores feudais.”(PCdoB, 1983a: p.87).

Na mesma linha de análise, mas atualizando o argumento, no nº 10 da Revista *Princípios* de abril de 1985, Fernandes (1985) afirmava nunca ter existido socialismo na China e que as tarefas nacionais e democráticas da revolução haviam sido realizadas até 1957, sendo que a partir dali o que se verificou na sociedade chinesa foi a disputa entre setores da pequena-burguesia, cujo projeto de alavancar a economia havia sido traduzido pelo *Grande Salto* e pela *Revolução Cultural* sob influência de Mao, e da burguesia em torno de Deng Xiao-Ping e Liu Shao que ascenderam ao poder após a morte de Mao e puseram em prática o Programa das Quatro Modernizações (da agricultura, da indústria, das Forças Armadas e das atividades de ciência e tecnologia).

Ainda segundo Fernandes, o processo de descentralização econômica, de autonomia política e econômica das Comunas Populares remetia às experiências análogas dos soviéticos nos anos 60, ao consolidarem um novo tipo de capitalismo. A aceitação em larga escala de investimentos estrangeiros na China, os incentivos aos negócios privados e a integração da China nos mercados financeiros internacionais – FMI em 1980 e Banco Mundial em 1981 – explicitava, para o autor, o caráter capitalista do regime chinês.

No entanto, tais sintomas aparecem mais como consequência que causa dos problemas. De um modo geral, os esforços para a compreensão da problemática do revisionismo chinês, como vimos anteriormente, concentravam-se no entendimento do

chamado ‘maoísmo’, reforçando o mesmo acento ideológico utilizado para a compreensão da questão soviética.

Restava, portanto, explicar – tanto quanto na URSS - como esse novo tipo de revisionismo, de acordo com o PC do B, com objetivos políticos e base teórica nacionalista e burguesa se produziu e reproduziu dentro de uma estrutura alicerçada nos princípios do ‘marxismo-leninismo’, da revolução e com um franco discurso anti-capitalista, numa sociedade que avançava na socialização dos meios de produção. Em outras palavras, a revolução burguesa, mesmo sem burguesia, poderia utilizar-se da simbologia socialista para impor sobre toda a sociedade um programa de cunho universal baseado no desenvolvimento econômico e na realização das tarefas nacionais e democráticas?

Parte II – O olho do furacão

Capítulo 4. O dobre de finados da União Soviética

O presente capítulo pretende apresentar um balanço do modo como o PC do B acompanhou o desenrolar da crise política que culminou com o fim da URSS, da experiência socialista na Albânia e nos países do Leste Europeu e de como seus pressupostos teóricos, em torno da defesa do marxismo-leninismo e da crítica ao revisionismo contemporâneo, puderam ser testados diante daqueles eventos históricos.

Ainda que tenha sido somente em 1991, com a realização antecipada de seu VIII Congresso, que o PC do B oficialmente realizou um balanço crítico de suas interpretações, as análises sobre a crise revelam um conjunto de contradições teóricas e tensões políticas no interior da organização, ao mesmo tempo em que indicam os possíveis caminhos a trilhar, considerando o modo como sua identidade política e ideológica foi constituída.

Entre 1987, com o advento da Perestroika, e 1991, com o fim da URSS, o PC do B oscilou entre a convicção teórica em torno do acerto de seus prognósticos e a incapacidade de desvincular sua história, simbologia e base ideológica do desgaste político e teórico que se abateu sobre o pensamento de esquerda.

Diante desse novo quadro crítico, potencializado pela crise albanesa e pelo tensionamento interno, antes mesmo da antecipação do VIII Congresso, o PC do B promoveu um deslocamento em termos de relações internacionais ao se reaproximar da China, de Cuba, da Coreia do Norte e do Vietnã, assim como de alguns partidos, identificados anteriormente com o revisionismo, mas que haviam produzido algum tipo de avaliação crítica da Perestroika.

Assim, o processo que irrompe em 1987 revela a permanência de um conjunto de contradições relacionadas à história e ao papel do partido, ao caráter da revolução, ao dogmatismo, à prevalência da tese do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações de produção etc., que foram comuns ao conjunto do movimento socialista e partes integrantes da problemática posta por Marx em sua crítica à economia política, revestindo as polêmicas no interior do PC do B não como disputas políticas desprovidas de conteúdo social, mas como partes integrantes do movimento dos trabalhadores.

O processo vivido na URSS e em todo o Leste europeu deve ser compreendido a partir de um conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos que não se resumem à análise interna das contradições dos regimes vigentes em tais sociedades. Assim, impõe-se pensar tais processos como um resultado possível no desenvolvimento das contradições sociais e lutas políticas que permearam sua história, na qual as ameaças e intervenções estrangeiras, a II Guerra Mundial, a Guerra fria e ideológica, os embargos econômicos e políticos etc., são também partes integrantes.

Como efeito desse processo histórico de descaracterização do socialismo, a partir da experiência histórica da União Soviética e de todo o Leste Europeu, particularmente com a burocratização crescente das instituições estatais, ausência de liberdades e de possibilidades efetivas de intervenção política por parte dos trabalhadores ocorreu a exportação da crise econômica, política e social também para o plano teórico.

Embora a correlação entre a teoria marxista e as experiências socialistas no Leste Europeu não fosse consensual, particularmente entre os críticos marxistas, os eventos que radicalizaram a crise na URSS expandiram-na em direção ao marxismo, o qual passava a ser reiteradamente identificado como que em estado terminal. Ainda que não fosse nenhuma novidade na história do marxismo⁸⁶, o anúncio de sua morte mobilizava intelectuais, meios de comunicação, políticos das mais variadas matizes no sentido de identificar seu fim.

O entendimento da crise da URSS como “crise do marxismo” colocou para os marxistas o desafio de aplicar os princípios teóricos e metodológicos do materialismo histórico para a explicação daquela experiência. Impunha-se, portanto, a necessidade de interpretar e isolar dos eventos históricos o significado e o conteúdo de classe que subjazem, como resultado das transformações econômicas operadas naquelas formações econômico-sociais, e também avaliar como as relações sociais de produção gestaram e reproduziram relações de força e poder, sobre as quais se erigiram o Estado soviético e seus aliados políticos no COMECON e no Pacto de Varsóvia.

Nesse sentido, se a teoria marxista permite a análise de tais ocorrências sustentando seus pressupostos fundamentais, possibilitando, inclusive, o entendimento do significado da transformação de uma determinada leitura do marxismo em ideologia oficial do Estado,

⁸⁶ “O marxismo está definitivamente morto para a humanidade” (CROCE *apud* LÖWY, 1991: p.111).

certamente não podemos por isso considerá-lo morto⁸⁷, ainda que seja recorrente a necessidade de produzir seu obituário.

O agravamento da paralisia do sistema soviético indicava a necessidade de se avaliar mais profundamente a experiência pós-revolucionária, a problemática do revisionismo e a caracterização do regime. Para o PC do B, a manutenção da simbologia socialista e a herança histórica reivindicada pelos soviéticos contribuíam para o desgaste do marxismo e do socialismo enquanto alternativas políticas e ideológicas ao capitalismo dominante.

O PC do B reafirmou, em seu VI Congresso, sua análise acerca da situação internacional na qual o agravamento da crise econômica e social explicitava uma crise geral do capitalismo embora as duas superpotências, apesar da disputa hegemônica mantinham um entrelaçamento de interesses políticos e militares. Estados Unidos e União Soviética compartilhavam práticas políticas e econômicas similares sobre suas áreas de influência, exportando os conflitos militares para regiões extremas, ao mesmo tempo em que controlavam o fluxo de armamentos em escala global.

Ao avaliar o desempenho econômico dos países do Leste Europeu, a área do COMECON, o PC do B afirmava, baseado em dados essencialmente econômicos, que o *'social-imperialismo'* soviético mantinha relações tipicamente imperialistas com vários países, obrigando-se a recorrer à guerra, direta ou indiretamente, para a manutenção das relações de troca desiguais, capazes de transferir riquezas em direção à URSS. Assim, a disputa inter-imperialista e a manutenção do complexo industrial-militar dos dois blocos respondiam a uma lógica que ia para além da competição sistêmica, acomodando um conjunto de interesses aparentemente contraditórios que se complementavam.

Nesta abordagem, a China se inseria no cenário internacional não propriamente como alternativa socialista ao revisionismo soviético, mas como concorrente em disputa pela hegemonia política regional e por parte dos mercados internacionais. Assim, as

⁸⁷ “Tiene razón Imre Lakatos cuando dice que el marxismo es un programa de investigación (¡si bien es bastante más que eso!) cuyo núcleo duro es irrefutable y cuyas teorías laterales -el cinturón protector- pueden ser alteradas sin que dicho núcleo duro se vea afectado. Me parece importante recordar este razonamiento en momentos como éste, cuando arrecian las descalificaciones hacia el marxismo como teoría de la sociedad.” BORON, A. -“*Por el (necesario) regreso al marxismo*” (BORON, 2005)

reformas econômicas, baseadas na liberalização controlada da economia, visando à modernização, a incorporação de novas tecnologias e a flexibilização da produção, empreendidas pelos chineses a partir de 1978, com o objetivo precípuo de atrair investimentos estrangeiros e se aproximar do imperialismo norte-americano, revelavam para o PC do B, apenas a entrada da China na disputa pelos mercados consumidores e exportadores de matérias-primas.

Desse modo, para o PC do B, após o rompimento com os soviéticos nos anos 60 e a conversão dos chineses em parceiros das potências imperialistas nos 70, o campo teórico e político do marxismo-leninismo havia se reduzido; assim, a Albânia se constituía na única referência de um partido político desse campo no poder. No entanto, restava qualificar melhor o processo em curso na antiga “pátria do socialismo”.

O olhar dos comunistas do PC do B

A abordagem teórica dominante no PC do B concentrou-se em indicar que o significado da crise, da estagnação econômica e das reformas implementadas eram reflexo da ação do revisionismo implementado desde meados dos anos 50. Ao mesmo tempo, apontava que a compreensão da permanência da luta de classes sob o socialismo deveria ser o elemento central para o entendimento do revisionismo como fenômeno social e político, embora seu enfoque oscilasse: ora como representação ideológica, refletindo os valores e padrões da pequena-burguesia e da antiga burguesia alijada do poder ora como reflexo da permanência dos interesses materiais da burguesia numa sociedade em transição.

Tal compreensão foi articulada de modo bastante genérico e obedeceu, guardadas as devidas proporções, a um tratamento similar ao dispensado aos críticos e ou opositores da direção do PCUS antes de 1956, onde as ações que, de algum modo, contestavam a condução das políticas implementadas, direta ou indiretamente, por Lênin ou por Stalin eram rotuladas como expressão dos interesses materiais ou ideológicos da burguesia, tanto na esfera nacional como internacional.

Se analisarmos do ponto de vista cronológico as formulações do PC do B sobre as origens e manifestações do revisionismo contemporâneo, podemos observar que a vinculação do período anterior ao XX Congresso do PCUS em 1956 ao socialismo e à ditadura do proletariado, possibilitou a recusa em bloco tanto da formulação estratégica, da

‘*transição e coexistência pacíficas*’, como das críticas direcionadas ao período de Stalin, identificando-as como reações dos setores, ainda que desarticulados política e ideologicamente, que se opuseram ao socialismo revolucionário.

Nesse sentido, numa primeira etapa da história do PC do B após a reorganização, a partir de 1962, a da construção de sua identidade revolucionária, passava pela negação da perspectiva reformista e da possibilidade da transição pacífica ao socialismo como também pela reafirmação de tudo que havia sido construído até 1956, associando Stalin como continuador da obra de Lênin e representante da linha proletária no interior do PCUS.

De meados dos anos 60 até 1978, a identidade marxista-leninista do PC do B passou pela ruptura com a URSS e a aproximação da China a qual fornecia elementos novos para pensar o fenômeno do revisionismo e o retorno ao capitalismo na URSS, propondo, inclusive, a aplicação de políticas orientadas para evitar os “males” a ele associados, como foi o caso da *Grande Revolução Cultural Proletária*.

De outro lado, como vimos, para o PC do B as perspectivas abertas pela experiência da revolução chinesa permitiram o questionamento prático das estratégias reformistas e foquistas no Brasil, particularmente com a experiência da Guerrilha do Araguaia, ao mesmo tempo, em que se abriu a perspectiva de uma reorganização do movimento comunista fora da esfera de influência soviética.

No entanto, com o afastamento em relação ao PC Chinês, motivado, sobretudo, pela implementação pela direção do PC Chinês da “*Teoria dos Três Mundos*”, o PC do B identificou o surgimento de um novo tipo de revisionismo, cujo mote central passava a ser a perspectiva expansionista e hegemônica da China, que na avaliação do partido havia estancado a revolução em sua etapa nacional e democrática. Para o PC do B, a forte influência camponesa, a permanência do nacionalismo e o ecletismo intelectual que acompanharam todo o processo revolucionário chinês determinaram e limitaram seu desenvolvimento numa direção nacional e democrática.

De fins da década de 70 até princípio dos anos 90, o PC do B tratou de abordar a questão do revisionismo apontando para a pequena Albânia como exemplo de luta contra a “traição” que havia cometido o PCUS e os regimes sob sua influência e também o PC Chinês. Ainda que não pudesse ser alçada à categoria de modelo de revolução, as referências à Albânia, na literatura e nos documentos oficiais do PC do B, não deixam

dúvidas quanto ao espaço privilegiado destinado ao Partido do Trabalho da Albânia e a Enver Hoxha na luta contra o revisionismo e da Albânia na edificação do socialismo.

O desenvolvimento da crise econômica, política e social no bloco soviético, que se instaurou progressivamente desde o final dos anos 70, motivou uma nova fase na abordagem dos comunistas do PC do B. De um lado, o partido, que havia anunciado o caráter cada vez mais mercantil das relações no interior da União Soviética, caracterizando-a como um regime de Capitalismo Monopolista de Estado - guiado por uma burocracia que interpretava os interesses de uma nova burguesia - se vangloriou por ter previsto este possível desenvolvimento sob o comando revisionista; de outro fazia-se necessário entender as peculiaridades e os mecanismos específicos dessa crise pois ainda residiam importantes diferenças em relação àquelas que afligiam o capitalismo ocidental.

Desse modo, a produção teórica, política e ideológica do PC do B nessa fase, particularmente desde a VII Conferência em 1978 até o começo da implementação das reformas por Gorbachev, pode ser vista da seguinte maneira: num primeiro momento, a crise se apresentou como a confirmação prática das teses anteriormente levantadas, do caráter capitalista do revisionismo soviético e do desenvolvimento de contradições tipicamente burguesas, ainda que de forma peculiar, as quais produziram crises econômicas, derivadas da crescente inserção da economia soviética no mundo capitalista.

Para o PC do B, as lideranças soviéticas se apropriavam da simbologia socialista com vistas a manter o controle sobre a população pois,

eles sabem que o leninismo e o comunismo penetraram na consciência das massas. Precisam manter no rosto a máscara de leninistas para enganar os trabalhadores. Do contrário, seriam enxotados como porcos imundos dos postos que ocupam. Mas essa máscara não poderá se manter por muito tempo, deteriora-se cada vez mais. Chegará o dia em que os farsantes sairão à força da cena política. Serão amontoados como resíduos desprezíveis nas lixeiras da história (AMAZONAS, 1987: p.9).

O aprofundamento da crise econômica nos anos 80 e rearticulação de forças políticas no interior do Partido Comunista da União Soviética possibilitou, após as curtas passagens de Andropov (1983-84) e de Chernenko (1984-85), a ascensão, em 1985, de Mikhail Gorbachev à Secretaria Geral; representando uma corrente renovadora, este anunciou um amplo programa de modernização tecnológica e de reformas econômicas e políticas para superar o atraso e incrementar a produção, dando continuidade a um processo que já vinha sendo buscado desde meados da década de 50.

No entanto, nesta segunda fase das análises do PC do B, que se inicia com a ascensão de Gorbachev (1985-91) e o anúncio de seu amplo programa de reformas no XXVII Congresso do PCUS, a *Glasnost* e a *Perestroika* se afirmavam como a confirmação cabal de suas teses, uma vez que as reformas objetivavam a flexibilização e o afrouxamento dos mecanismos de planejamento central, o aprofundamento das relações capitalistas e o abandono dos ideais da Revolução de Outubro. Assim, se apresentava um novo componente na trajetória do revisionismo, o qual abria mão de seus ícones e símbolos socialistas e buscava numa aproximação explícita com o capitalismo ocidental meios de se modernizar e recuperar um dinamismo econômico, político e social.

A evolução desse processo, descrito anteriormente, e que precipitou a desagregação da URSS e a posterior capitulação da Albânia, impôs a necessidade de uma nova etapa na abordagem dos comunistas do PC do B sobre o revisionismo. Nesse segundo momento, sem abrir mão do esquema explicativo anterior, desenvolveram-se novas abordagens quanto à configuração da crise econômica – da inoperância de determinados setores produtivos, do desperdício de recurso, do desenvolvimento do mercado negro etc. - e suas implicações políticas, como as disputas internas que refletiam interesses conflitantes, ainda que não explicitamente organizados, no interior do Estado Soviético, as quais se pautavam pelo controle dos fluxos de capital e de poder. Além disso, nos órgãos da imprensa partidária cresciam o número de artigos, documentos, reportagens e reproduções de outros textos que abordavam as causas e descontentamentos provenientes da ampliação das relações de produção capitalistas em todo o Leste europeu, assim como o descontentamento com o regime vigente, ainda que assumisse tragicamente, para o PC do B, a forma de recusa da experiência socialista.

Assim, ainda que houvesse uma radicalização do processo a partir das iniciativas de Gorbachev, o PC do B sustentava seu argumento e se mantinha na recuperação do papel de Stalin como divisor de águas na construção do socialismo, aumentando o vácuo teórico sobre a questão da raiz de classe do revisionismo e dos seus mecanismos de reprodução. De uma maneira geral, ao analisar a problemática da ascensão revisionista há uma supervalorização das opções políticas, muitas delas colocadas na perspectiva individual, em relação aos desafios impostos pelas relações de produção. Era como se a superestrutura

ganhasse no processo da transição socialista uma completa autonomia em relação à infraestrutura.

A *Perestroika* e a confirmação da tese

Como argumentamos, desde meados dos anos 80, iniciou-se uma nova etapa nas formulações do PC do B sobre o revisionismo contemporâneo e o socialismo motivada, sobretudo, por dois eventos distintos: de um lado, a ascensão de Gorbachev na URSS e a implementação de seu programa de reformas econômicas e políticas; de outro, a legalização do Partido Comunista do Brasil, possível com o fim da ditadura militar, que o colocava no cenário político nacional numa perspectiva de inserção institucional no quadro do sistema partidário vigente, com capacidade de intervenção, ainda que modesta, na definição da agenda política da transição democrática.

Em certa medida, essa fase foi marcada por avaliações sobre o significado das reformas empreendidas na URSS e pelo modo como elas confirmavam a tese central do PC do B acerca do revisionismo e do abandono da orientação socialista nos países do Leste Europeu, exceção feita à Albânia.

Com o partido na legalidade após o fim do ciclo militar iniciado em 1964, a partir de junho de 1985, o jornal *A Classe Operária* entra em nova fase. Nela manteve-se destaque especial para a Albânia e para a obra de Enver Hoxha, recentemente falecido (abril de 1985). Seu sucessor na secretaria-geral do PTA, Ramiz Alia seguia firme, ao menos nos textos publicados pelo PC do B, no combate ao revisionismo e na defesa do socialismo.

O fim do ciclo militar no Brasil e o processo da chamada *transição democrática*, que incluía desde a recuperação das entidades sindicais sob intervenção até o intenso debate sobre a reestruturação do Estado nacional, passando pelas composições políticas possíveis sob aquela conjuntura, impuseram uma agenda nacional às esquerdas. O enfrentamento da crise econômica, os debates sobre o grau de dependência da economia nacional, as limitações políticas impostas pela própria constituição do primeiro governo civil, ainda eleito indiretamente, a superação dos entraves institucionais herdados do regime militar e o processo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte iniciados em 1986 limitaram, num primeiro momento, as reflexões mais aprofundadas do PC do B sobre o processo

iniciado pela nova liderança de Mikhail Gorbatchev, particularmente por entender que o significado das mudanças não alteraria substancialmente o processo implementado pelas lideranças revisionistas.

A ascensão de Gorbatchev à secretaria-geral do PCUS inseriu-se num processo de crise do regime soviético que já vinha se acumulando há anos. A elevação dos padrões de vida durante a década de 1960, no período de Brejnev, havia cessado e o impulsionamento da corrida armamentista impunha custos muito altos a uma economia sem dinamismo, baseada na produção extensiva, enquanto o Ocidente avançava na chamada revolução técnico-científica.

Conforme vimos anteriormente, o desenvolvimento no campo científico e tecnológico ficava restrito às áreas vinculadas ao complexo militar – indústria armamentista, segurança, inteligência etc. - às universidades e alguns setores do complexo cultural. No entanto, as estruturas estatais obstaculizavam a utilização desses recursos científicos em outros campos, particularmente no setor produtivo, reduzindo as expectativas, tanto em termos de quantidade, como de qualidade ou de melhorias na oferta de bens de consumo a uma população que se sofisticava do ponto de vista cultural, mas se pauperizava no material.

As políticas de racionamento, que se expandiam ao longo dos anos 80, potencializavam a insatisfação com um sistema econômico de baixa produtividade, rígido e, portanto, insensível às pressões populares, que era parte integrante de um Estado cujo desenho político-institucional também não possibilitava uma interferência mais eficaz sobre os órgãos do poder soviético. Tal insatisfação ganhava contornos mais dramáticos na medida em que se multiplicavam denúncias de corrupção, nepotismo e favorecimentos nas áreas centrais do Estado soviético fundido, na prática, às instâncias do PCUS, nos ministérios e nas empresas estatais.

As políticas de incentivos econômicos implementadas, sob orientação de Gorbatchev, embora não tenham produzido nenhuma retomada significativa da atividade econômica, acabaram por intensificar os conflitos no interior da União Soviética, retomando antigas disputas nacionais que refletiam, de certo modo, um instável arranjo político, o qual se enfraquecia, na medida em que as instâncias locais, tanto do partido

como do Estado, procuravam controlar os fluxos de recursos políticos e econômicos liberados pelas reformas (CASTELLS, 1999) (CALLINICOS, 1992).

O caminho trilhado pela Perestroika em torno do estímulo à descentralização, à transparência administrativa e à incorporação de práticas e princípios liberais, tais como os incentivos dados à iniciativa privada, às cooperativas e aos pequenos negócios, associados às iniciativas de entendimento político com os Estados Unidos na busca de uma nova descompressão na corrida armamentista, impulsionaram um conjunto de iniciativas em torno de reformas políticas na União Soviética, muitas das quais expressando sentimentos nacionais incompatíveis com a própria permanência daquela forma de Estado.

Do ponto de vista político, a ascensão de Gorbachev respondeu a um processo de renovação dos quadros dirigentes do PCUS e do Estado Soviético iniciado após a morte de Brejnev, impondo uma dinâmica diferenciada ao sistema político. Se, de um lado, havia a necessidade objetiva em buscar meios de superar a crise tecnológica, econômica e social em curso, de outro lado, os métodos anunciados pela nova liderança indicavam que as mudanças não seriam restritas às novas medidas administrativas inócuas, como as que vinham se processando desde a década de 50.

A incapacidade de resposta do sistema econômico centralizado já havia, em outros momentos, produzido tentativas de inovação com vistas a superar a baixa produtividade e ineficiência dominante. No entanto, o modelo político e econômico não fora capaz de produzir quaisquer transformações que alterassem sua dinâmica. Assim, a manutenção das instituições do Plano, as quais correspondiam à própria divisão de poder no interior do Estado Soviético, associados à crescente corrupção, muitas vezes como reflexo da própria inoperância sistêmica, impediam quaisquer inovações que se limitassem apenas à esfera econômica, expandindo o problema para a delicada esfera da política partidária soviética e do equilíbrio regional.

Hobsbawm (1995) assim se referiu à essa divisão de poderes:

grande parte da União Soviética era um sistema de domínios feudais autônomos. Seus chefes locais – os secretários do partido das repúblicas da União com seus comandantes territoriais subordinados, e os administradores das grandes e pequenas unidades de produção, que mantinham a economia em operação – eram unidos por pouco mais que a dependência do aparato central do partido em Moscou, que nomeava, transferia, depunha e cooptava, e pela necessidade de ‘cumprir o plano’ elaborado em Moscou (HOBSBAWM, 1995: p. 468)

Gorbatchev iniciou seu programa de reformas em torno de alguns princípios norteadores que ‘modernizariam’ os meios e a forma do Estado planejar, gerenciar e controlar a alocação de recursos e a administração da demanda. Recorria a alguns princípios reformistas, tidos pelo PC do B como essencialmente liberais, de descentralização, de aprofundamento dos mecanismos de mercado na definição dos preços, na eliminação de políticas protecionistas presentes tanto na produção como comercialização de produtos, da possibilidade das empresas terem uma maior autonomia administrativa e, eventualmente falirem, de incentivos a investimentos privados e, com algum grau controlado de abertura econômica.

Esses princípios, em certa medida, eram inspirados nas reformas chinesas implementadas por Deng Xiaoping a partir de 1978 e que garantiram uma recuperação econômica sem grandes sobressaltos políticos.

No entanto, o projeto reformista da Perestroika fracassou e não produziu os efeitos modernizadores desejados nem tampouco permitiu uma descompressão controlada do sistema econômico. A face política da reforma de Gorbatchev, a Glasnost, premida por pressões internacionais potencializadas na desgastante intervenção no Afeganistão e pela necessidade de se limitar os gastos militares da competição com os Estados Unidos, tornou-se mais eficaz em termos de mudanças do que sua correspondente econômica.

As transformações políticas no interior da URSS aconteceram como um subproduto do programa posto em prática na área do COMECON, na medida em que o afrouxamento da vigilância soviética sobre os países do Leste e o incentivo à incorporação das oposições no sistema político, numa perspectiva cada vez mais distante dos experimentos de 1956 e 1968, permitiram um processo de mudança qualitativa dos sistemas políticos no Leste Europeu e findaram as chamadas democracias populares, cujas dinâmicas obedeciam às tensões internamente acumuladas desde 1947.

Assim, entre agosto e dezembro de 1989, um conjunto de transformações se processou nos regimes sob influência soviética no Leste europeu, num ritmo acelerado de conflitos políticos para os padrões dominantes, com graus variados de contradições em cada país, sem muita violência e com um protagonismo compartilhado entre oposição e governo, de modo que a terminologia liberal em torno das revoluções populares que varreram o Leste Europeu não foi apropriada tanto em termos políticos como em torno da

configuração social desses movimentos, ainda que as mudanças tivessem sido bastante substantivas.

Na URSS havia mais consenso ou entendimento sobre o significado da Glasnost do que da Perestroika e, apesar dos poucos resultados econômicos, o programa de introdução de práticas políticas baseadas num certo reordenamento estatal, cuja aproximação com os modelos de Estado de direito do Ocidente era evidente, obrigava Gorbachev a proceder um deslocamento de poder em direção às instituições do Estado, as quais foram reformadas, subtraindo-o das instâncias partidárias dominantes.

Em 1989, apesar das iniciativas das Frentes nacionalistas nos países bálticos, o nacionalismo das outras regiões soviéticas não se transformou de imediato em bandeira pela secessão, mas seu fortalecimento no período seguinte, inclusive na Rússia, pode ser visto mais como consequência de um certo vácuo institucional do que, propriamente, de fator mobilizador das energias transformadoras.

Diferentemente da China, onde as manifestações populares e os conflitos com os estudantes não alteraram substancialmente o ritmo nem o controle do Partido sobre o sistema político e as instituições estatais, na URSS as medidas visando a mudança qualitativa do Estado e do Plano permitiram um descolamento entre os ritmos das mudanças na economia e na política e um descontrole crescente, por parte do PCUS, sobre as forças políticas em cena.

Novamente Hobsbawm (1995) nos oferece uma avaliação sobre tais eventos quando afirma que:

a estrutura do sistema soviético e seu *modus operandi* eram essencialmente militares. Democratizar exércitos não melhora a sua eficiência. Por outro lado, se não se quer um sistema militar, deve se cuidar para que haja uma alternativa civil antes de destruí-lo, pois senão a reforma produz não reconstrução, mas colapso. A URSS sob Gorbachev caiu nesse fosso em expansão entre glasnost e perestroika (HOBBSAWM, 1995: p. 468)

Não é nosso objetivo fazer uma análise pormenorizada da *Perestroika* nem da crise que se abateu sobre a sociedade soviética no período seguinte, responsável pelo desmantelamento da URSS em 1991. No entanto, para efeito de nossa pesquisa, podemos afirmar que os eventos que transformaram a paisagem política, econômica e cultural européia e mundial, no final da década de 80 permitiram ao PC do B testar na prática suas teses anteriormente formuladas.

As primeiras avaliações

As primeiras referências mais sistematizadas sobre a *Perestroika* surgiram na revista *Princípios* num artigo de Fernandes(1987), onde procura-se demonstrar uma certa continuidade entre as iniciativas de Gorbachev e aquelas empreendidas por Alexei Kossiguin, em meados dos anos 60, durante o governo de Brejnev. Para Fernandes, havia uma contradição entre os agrupamentos que se beneficiavam com a descentralização da economia, assumindo o comando sobre setores estratégicos, e aqueles que, a partir das estruturas ministeriais, exerciam o comando de fato sobre toda a economia, possibilitando a transferência de recursos a partir de critérios políticos. Tais contradições no seio das ‘*classes dominantes*’ determinavam os principais movimentos políticos no interior do PCUS, haja visto não existir nenhum compromisso desses setores com o socialismo.

O texto de Fernandes foi o primeiro a analisar aspectos do programa da *Perestroika*, a partir do PC do B, apontando o reforço de mecanismos tipicamente capitalistas como forma de superação da crise econômica, como a re-introdução de pequenos negócios privados, a autonomia das empresas objetivando o lucro, a possibilidade de falências e a ampliação dos negócios com participação do capital estrangeiro. No entanto, ainda não havia a experiência concreta, a partir das reformas, para avaliar seus efeitos sobre toda a sociedade soviética. Consistia apenas na crítica ideológica ao projeto de Gorbachev que o PC do B expunha, não mais como simples ‘traição’ aos ideais do socialismo, mas como a revisão definitiva da idéia de socialismo.

A imprensa partidária do PC do B em 1987 e 1988 está repleta de referências à *Perestroika*, sempre no sentido de apontar que o processo iniciado por Gorbachev em 1986 comprovava, na prática, as teses centrais sobre o revisionismo contemporâneo, de ser a negação do marxismo-leninismo, da ditadura do proletariado e do passado de construção socialista.

Para o PC do B, a crise econômica e social em curso refletia o grau de penetração do capitalismo na URSS desde as reformas introduzidas por Krushev a partir de 1956. Os argumentos utilizados, apesar de indicarem a necessidade de modificações qualitativas na economia soviética desde meados dos anos 50, fundam-se na análise dos dados econômicos do período sob Stalin, que demonstravam a superioridade do socialismo, o qual teria possibilitado o desenvolvimento de uma industrialização pesada, com o fortalecimento do

setor de bens de capital, e o acesso a um conjunto de políticas sociais nas áreas de saúde, educação, cultura, habitação, transportes etc.

A confrontação com as teses da *Perestroika* pelo PC do B se deu com a divulgação de artigos sobre o período da URSS de Stalin (AMAZONAS, 1987) (LUSTOSA, 1988, 1989), de dados e informações sobre a construção do socialismo na Albânia⁸⁸ e referências críticas às medidas adotadas na URSS de incremento das atividades econômicas, particularmente daquelas consideradas tipicamente burguesas como as de incentivo aos pequenos negócios, à introdução da lei de falências, autofinanciamentos etc.

Apesar das constantes referências à reforma do sistema político e as críticas à burocracia, ao autoritarismo e à falta de democracia das instituições soviéticas feitas por Gorbachev, o PC do B nesta fase as identificam como forma de desqualificar o processo da construção socialista, uma vez que tais características eram associadas em bloco ao chamado '*stalinismo*', e as críticas a Stalin eram imediatamente traduzidas como oposição ao socialismo, à ditadura do proletariado, ao marxismo-leninismo e, portanto, tinham um nítido caráter de classe.

Rogério Lustosa, então membro do Secretariado do Comitê Central do PC do B, comenta as críticas contidas no livro de Gorbachev ao período de Stalin acerca dos métodos e formas de condução do partido e do Estado soviéticos da seguinte maneira:

Que métodos e formas? O povo entendia e aceitava. Os projetos eram impregnados de ideologia revolucionária. Milhões de trabalhadores acorreram ao chamamento do Partido. Era uma tarefa indispensável da qual dependia o futuro do país e mesmo os destinos do mundo, sob ameaça dos tanques nazistas. Mas, mas este rumo contrariava os **kulaks** e as velhas oligarquias derrotadas, enfurecia a burguesia internacional e seus agentes infiltrados dentro da URSS. O ato histórico e grandioso se realizava apesar da sabotagem de Bukhárin e Trotsky (LUSTOSA, 1988: p.24).

Deste modo, as críticas formuladas pelo PC do B caminhavam no sentido de apontar as limitações econômicas, políticas e sociais vividas pela URSS de Gorbachev como resultado necessário do caminho traçado desde 1956 e que se radicalizava com a *Perestroika*, ou seja, o retorno ao capitalismo, camuflado num primeiro momento e assumido posteriormente.

Tais teses foram referendadas no VII Congresso do PC do B. De 11 a 14 de maio de 1988 foi realizado o VII Congresso, em meio aos trabalhos da Assembléia Nacional

⁸⁸ Segundo Carvalho (1987), membro do CC do PC do B e responsável pelas relações internacionais do Partido, a Albânia havia consolidado a **construção da base econômica do socialismo** e que entrava numa etapa superior: a da **completa construção da sociedade socialista**.

Constituinte, portanto, centrado fundamentalmente em temas nacionais, sobre o modelo de desenvolvimento, a dependência externa e o dismantelamento das bases do Estado nacional, ao mesmo tempo em que se exauriam a legitimidade e eficácia das alianças com certos setores da burguesia nacional, particularmente em torno do PMDB.

As avaliações sobre o revisionismo e a *Perestroika* são pouco desenvolvidas, apontando para um grande esforço teórico por parte do imperialismo e da burguesia internacional de combate ao socialismo, o qual não poderia ser negligenciado. Podemos identificar, apesar da continuidade das teses anteriores sobre o revisionismo, uma abordagem diversa, uma vez que se acusa Gorbachev que, diferentemente de seus antecessores, distanciava-se explicitamente da simbologia socialista. É apresentado como uma nova versão do revisionismo.

De um modo geral, as contraposições feitas entre o socialismo e o revisionismo ainda se reduziam a aspectos econômicos e, em certa medida, economicistas, como, por exemplo, na caracterização do regime albanês, apontado como um lugar onde o socialismo ‘*vive e floresce*’, apesar de toda a campanha reacionária do imperialismo e do revisionismo. Seu sucesso devia-se, principalmente, pela aplicação da lei econômica fundamental do socialismo: “assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, em constante ascenso, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterrupto da produção socialista sobre a base técnica mais elevada.” (PCdoB, 1988: p. 359)

Embora escrito com um estilo literário que privilegiou mais a polêmica de natureza ética do que a avaliação teórica, o documento final do Congresso apontava que a abordagem feita por Gorbachev dos problemas soviéticos e mundiais era uma reformulação das teses do XX Congresso do PCUS sobre as mesmas bases, ao afirmar, por exemplo, que diante do imperativo nuclear tornava-se necessário a revisão as teses sobre a luta de classes que, se levadas às últimas consequências, poderiam inviabilizar a vida na Terra⁸⁹.

De acordo com o PC do B, Gorbachev rejeitava explicitamente em suas teses princípios fundamentais do marxismo, tais como a luta de classes, o caráter do Estado, o papel, conteúdo de classes do Estado, o significado da democracia etc. Na *Perestroika* ele

⁸⁹ Opinião já manifestada por Santiago Carrillo em sua defesa do eurocomunismo.

afirmava que, “pela primeira vez na história tornou-se exigência vital a idéia de se elaborarem normas de política internacional baseadas na ética e na moral, comuns a toda a humanidade”, aludindo aos princípios, de acordo com o PC do B, da transição e da coexistência pacífica, abandonando explicitamente a noção de revolução, da luta de classes e do imperialismo.

Como vimos, o PC do B sustenta que as origens sociais dessa concepção política materializada no programa da Glasnost/Perestroika se encontrava na pequena-burguesia, a qual operou as principais transformações políticas e ideológicas associadas ao revisionismo contemporâneo desde 1956 e que, com Gorbatchev, assumia sua identidade política mais abertamente capitalista e liberal.

Para o PC do B, a conjuntura havia permitido a consolidação de uma aliança ideologicamente estável e politicamente frágil entre a intelectualidade, a burguesia e a chamada ‘pequena burguesia burocrática’ que se utilizavam das críticas ao período de Stalin e da manutenção da centralização do governo de Brejnev para exigir a aceleração das reformas e sua legitimação junto à opinião pública. Para o PC do B, “as mentiras e as calúnias difundidas pelos revisionistas a respeito daquela fase traduzem o ódio profundo da burguesia, e também da pequena-burguesia inconformada, ao regime dirigido pela classe operária” (PCdoB, 1988: p. 393).

Segundo Martins (1989), esta polarização com a pequena-burguesia esteve presente na URSS e foi motivadora fundamental das mudanças estatutárias promovidas por Lênin no Xº Congresso do Partido bolchevique em 1921 que teria identificado a expressão da permanência dos *Kulaks* e do desenvolvimento dos *nepman*.

Como vimos, o PC do B aponta que, por sua característica como classe intermediária, a pequena-burguesia tornou-se parte integrante da sociedade pós-revolucionária, ocupando postos-chaves dentro do Estado Soviético e no aparelho produtivo (empresas, gerências, administração de cooperativas etc.), introduzindo, num primeiro momento de forma aleatória e, depois de 1956, de maneira organizada, políticas hostis ao socialismo.

Se a adoção de políticas contrárias à orientação socialista implementada até meados da década de 50 foram expressão dos interesses materiais e ideológicos dessa pequena-burguesia, o estancamento do modelo econômico e, por sua vez, das possibilidades de

ascensão social empurrou tais setores numa direção mais abertamente reformista e liberal que se consubstanciou na Perestroika.

Ainda que o PC do B reconhecesse o caráter objetivo do atual descontentamento das massas com o ideário socialista, admitia que a associação entre os problemas vividos na URSS e, em certa medida, em todo o Leste europeu com o stalinismo era resultado da ação consciente dos revisionistas, os quais passaram – após a ascensão de Gorbachev – a ligar os males não ao ‘stalinismo’ mas ao socialismo, apontando que a superação somente se daria com a superação dos obstáculos econômicos, vinculados ao Planejamento e Controle estatal, políticos, relativos à estrutura partidária dominante, e a introdução de mecanismos mais modernos e eficazes, que se traduziam por capitalismo liberal e democracia ocidental.

A análise de que o processo em curso validava a perspectiva defendida pelo PC do B desde meados dos anos 60 do retorno ao capitalismo, pode ser apreciada nessa avaliação:

A Perestroika apresenta outras coisas singulares. ‘Nos últimos quinze anos – afirma Gorbachev – a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 1980, chegara a um nível próximo da estagnação econômica’. Em 1985, diz ainda ‘o país estava à beira de uma crise’. Essa constatação exige um esclarecimento. É possível ocorrer tais fatos numa economia socialista? Evidentemente, não. Podem surgir dificuldades momentâneas, não, porém, nesse nível. Os casos assinalados pertencem às categorias capitalistas. Tentando confundir os trabalhadores, declara que as raízes desses acontecimentos estão nos anos 1930. É um contra-senso. Qualquer leigo em economia sabe que as crises não acontecem de cinquenta em cinquenta anos mas de dez em dez, de oito em oito, ou mesmo de cinco em cinco anos(PCdoB, 1988: p. 392).

Embora os argumentos apresentados não permitam o entendimento de todas as características e particularidades que envolvem as crises cíclicas da economia capitalista, o PC do B insiste na oposição entre capitalismo, mesmo que submetido à situação de monopólio, e o regime de transição socialista. A afirmação de suas lógicas e dinâmicas distintas mostrava-se suficiente, na visão do PC do B, para indicar a interrupção da transição socialista e o retorno ao capitalismo, a partir da manifestação desses fenômenos típicos da economia burguesa, ainda que preservando certas particularidades.

Tal oposição pode ser verificada também na esfera política desse debate, quando submete à análise a ascensão dos reformistas em 1956. Comentando o livro de Gorbachev, quando trata das causas da estagnação, o documento do PC do B afirma que ele recorre a explicações insustentáveis ao atribuir ao período de Stalin as principais causas dos problemas vividos. Diz o documento que Gorbachev

Dá também outra explicação subjetiva, idealista, superficial à situação calamitosa da URSS. Vejam só: ‘A atmosfera de complacência e a interrupção do processo normal de mudanças de lideranças

fizeram surgir a estagnação e o atraso no país'. Refere-se à subida de Krushev e, depois de sua queda à de Brezhnev. Não há uma gota de verdade nessa exdrúxula afirmação. Stalin substituiu o insubstituível chefe da revolução, Lênin, e não sucedeu nada do que é alegado. A URSS continuou avançando. A causa real da estagnação e do atraso atual está no abandono do socialismo, na volta ao capitalismo. Os fenômenos referidos têm a ver com o sistema burguês. Vem da época de Krushev, justamente no XX Congresso do PCUS que trocou o regime econômico-social da União Soviética (PCdoB, 1988: p. 392).

De um modo geral, as teses centrais em torno do retorno ao capitalismo na URSS desde a ascensão de Krushev, a identidade do período anterior com o socialismo e, portanto, a inadmissibilidade dos ataques a Stalin, a associação do revisionismo com o reformismo social democrata e com uma leitura de Marx que subtraia a luta de classes de sua teoria, recolocando a questão do começo do século entre reforma e revolução, mantiveram sua prevalência no corpo teórico do PC do B.

No entanto, a projeção conferida a Gorbachev, as reformas estruturais propostas, a persistência da crise econômica, cuja estrutura não reagia de acordo com as suas expectativas, as disputas políticas dentro do aparelho estatal e nos vários níveis regionais e nacionais e a participação e insatisfação das massas exigindo mudanças em todo o Leste Europeu, exigiam a reavaliação dessas teses mantidas até aquele momento.

Estas primeiras apreciações sobre o significado da *Perestroika* materializadas em documentos oficiais, Resoluções do VII Congresso e, em certa medida, as expressas na imprensa do PC do B, particularmente em *A Classe Operária* e na revista *Princípios*, pouco acrescentaram às formulações teóricas anteriores, em que pese o processo desencadeado por Gorbachev assumir uma crítica mais aberta à experiência socialista e que as reformas propostas questionassem a própria idéia de socialismo.

No entanto, a partir de 1988, a reorganização das instituições do Estado Soviético, que alteravam as relações de poder entre as Repúblicas e regiões, e as mudanças na economia explicitaram uma nova dinâmica de conflitos, muitos dos quais adormecidos sob o planejamento econômico central e o comando político rígido do período anterior ou encobertos pela tendência despressurizadora do mercado negro.

As reformas econômicas e políticas introduzidas desde Moscou, ainda que seu desenvolvimento tivesse obedecido a uma série de peculiaridades locais – históricas, geográficas, religiosas, étnicas etc. –, deflagraram um período de revoltas, com grau variado de participação popular, que transformou o desenho geopolítico da Europa,

redefiniu conceitos e impôs uma série de barreiras e derrotas às forças de esquerda em escala global.

Durante os anos de 1988 e 89, o PC do B continuou explorando a *Perestroika* e Gorbachev na mesma direção. Houve, inclusive, análises sobre os processos de reformas econômicas em curso também na China, como a criação das ZPE's (zonas de processamento de exportação) que as colocavam no mesmo espírito do corpo daquelas vividas na URSS. Os artigos produzidos no período destacavam que, tanto num caso como no outro, verificavam-se intensos movimentos pelo controle sobre os processos, evidenciando que as classes envolvidas entendiam o retorno ao capitalismo de maneira distinta, objetivando cada qual o controle do aparelho estatal e dos principais núcleos econômicos.

O jornal *A Classe Operária* sustentava a tese de que tais eventos refletiam o retorno ao capitalismo, o qual estimulava as 'classes dominantes' de cada nacionalidade a tomar em mãos a transição ao capitalismo, destacando que tal processo permitiria o reflorescimento de várias formas de nacionalismos, muitos dos quais sepultados pelo Estado soviético e do chauvinismo russo identificado cada vez mais com o PCUS e com as ordens vindas de Moscou.

Os desdobramentos dessas iniciativas reformistas evoluíram de maneira diversa, incorporando em cada país e região agentes distintos, com graus de mobilização, de reivindicação e de intensidade particulares, os quais se impuseram no processo de acordo com a correlação de forças e com a capacidade de transformação das exigências em consignas aglutinadoras e programas e projetos visíveis.

Como tratamos anteriormente, embora os processos de reforma no bloco soviético e na China tivessem raízes muito próximas, tanto na forma como no conteúdo, eles se desenvolveram de modo até certo ponto independentes. A eclosão de confrontos políticos na China em junho de 1989, galvanizados pelo movimento estudantil em Pequim, mostrou que o resultado das mobilizações contra os regimes dirigidos pelos partidos comunistas na Europa e na Ásia e seus programas de reforma econômica estavam longe de estabilizar um padrão único de administração dos conflitos internos, os quais expressavam interesses de classes ainda não explicitados e assumidos.

Sobre a repressão que se desencadeou sobre as mobilizações dos estudantes chineses nos dias 03 e 04 de junho de 1989, que haviam ocupado a Praça da Paz Celestial em Pequim nos dias anteriores, e que dava mostras de que o controle político do PC Chinês sobre os conflitos internos estava distante da realidade do bloco soviético, o Secretário-Geral do PC do B afirmava que tais eventos apenas confirmavam as teses centrais defendidas em relação ao revisionismo.

Para Rabelo, “O nosso partido travou um combate sistemático à teoria e às posições revisionistas do Partido Comunista Chinês. Não é de hoje que afirmamos e demonstramos que o PCCh enveredou pelo caminho capitalista-imperialista”. O PC do B caracterizou a crise em curso na China como a disputa entre dois setores que dominavam o Estado: um liberal democrático e outro, liderado por Deng Xiao-Ping, que defendia a necessidade de um poder mais centralizado para empreender as reformas.

Entre esses dois setores dominantes na China não existe mais nenhum resquício de idéias revolucionárias. Suas pretensões se resumem no rápido desenvolvimento do capitalismo a fim de colocar a China no nível das superpotências. O atual governo de plantão, com Li Peng à frente e Deng nos bastidores, expressa simpatias com o modelo sul-coreano, o qual não passa de uma ditadura sanguinária, aberta ao capital estrangeiro, eficiente em proteger os lucros capitalistas. A repressão sangrenta foi deflagrada para manter o ritmo do desenvolvimento capitalista, nas condições de feroz ditadura. À classe operária e ao povo chinês só resta o caminho da luta revolucionária no rumo do socialismo”(RABELO, 1989: p. 21).

Nesse sentido, as avaliações do PC do B, apesar de tratar das especificidades locais, reafirmavam o caráter burguês das transformações em curso no mundo ‘revisionista’ que expunha um grau de contradição e conflito alheios à perspectiva socialista.

Assim, contrapondo-se aos acontecimentos da China e a agudização das condições sociais na URSS, como o aumento do número de greves, protestos e desemprego, o PC do B publicava constantemente artigos, reportagens, textos e discursos que enalteciam as conquistas do socialismo na Albânia, opondo o socialismo ao retorno ao capitalismo evidenciado nesses países.

Eventualmente eram publicadas análises que palmilhavam o caminho da configuração de classes do processo afirmando que o dilema em questão era “a irresistível disputa para estabelecer quem mais se apropria da massa de mais-valia extraída da mercadoria mão-de-obra (sic) dos trabalhadores soviéticos: se a burguesia burocrática, parasitária, entrelaçada ao Estado, ou se os ‘novos burgueses’ proprietários das empresas que implantaram” (SILVA, 1989: 22).

No entanto, os acontecimentos que precipitaram a débâcle do Leste Europeu ao longo de 1989 pressionavam o PC do B no sentido de ampliar suas explicações sobre o revisionismo e o processo em curso para além do horizonte proposto. Em outras palavras, a crise passava a englobar fortemente a idéia de socialismo, de comunismo e penetrava agudamente no campo teórico anunciando uma crise estrutural.

Se, uma série de organizações políticas de esquerda e intelectuais promovia um movimento, senão de recusa ao menos de revisão de suas identidades político-ideológicas, como efeito imediato das manifestações sociais nos países outrora socialistas, o PC do B reforçava sua convicção em torno da capacidade explicativa de sua tese (MARTINS, 1990)⁹⁰, embora reconhecesse a tragédia teórica, política e organizativa que se abatia sobre os movimentos revolucionários e o pensamento de esquerda naquele momento.

Embora o desenrolar desses processos tenham sido longos e comportassem um conjunto de particularidades históricas, conjunturais, políticas, econômicas e ideológicas, o PC do B tratou-os como derivados do mesmo problema: o abandono do socialismo e a posterior disputa entre as ‘novas burguesias’ nacionais pelo controle político da transição, as quais temperaram o processo com elevadas doses de descontentamento popular e nacionalismo, alimentados contra o autoritarismo e a precariedade relativa do sistema econômico.

Assim, apesar de reconhecer os efeitos subjetivos da Perestroika sobre o movimento comunista, o PC do B manteve sua orientação teórica sem grandes mudanças ao longo do processo que pôs fim à URSS e sua área de influência européia. Os vínculos explicitados entre o ‘*retorno ao capitalismo*’, implementado pelos ‘revisionistas’ desde 1956, e os rumos que a crise tomava eram, para o PC do B, evidentes e reafirmavam o principal argumento de autoridade das teses.

Em alguns artigos publicados na imprensa do PC do B se imprimiu um rumo mais complexo nas análises sobre os conflitos de classe no interior dos países revisionistas e sua relação com a burguesia internacional, por exemplo, ao afirmar que: “Agora não é difícil constatar que a obra levada a termo pelos revisionistas culminou com a criação na quase

⁹⁰ Por exemplo, “Para aqueles que acompanham com olhos críticos o desenrolar da política econômica soviética desde a ascensão dos revisionistas no poder, em 1956, os atuais desdobramentos da Perestroika não são nada surpreendentes. Constituem componentes lógicos do caminhos de restauração do capitalismo na URSS trilhado desde Krushev” (MARTINS, 1990: p.22)

totalidade daqueles países de uma espécie de capitalismo dependente, cuja particularidade consistia até há pouco em ser um capitalismo predominantemente estatal, voltado para a extração de uma massa apreciável de mais-valia, em favor da acumulação do capital financeiro internacional”(MARTINS, 1990b).

U. Martins(1989) sustenta que a ação de Gorbatchev permitiu o reflorescimento explícito da burguesia em sua forma clássica, substituindo a pequena-burguesia como principal protagonista do retorno ao capitalismo na URSS. Se, num primeiro momento, as políticas do `revisionismo` expressavam uma convicção anti-socialista a partir das estruturas internas do partido e do Estado soviéticos; agora elas se submetiam às novas orientações provenientes da consolidação de uma economia cada vez mais liberal e integrada ao mercado capitalista e ao sistema financeiro internacional (FERNANDES, 1992).

L. Fernandes(1990), por exemplo, passa a caracterizar o regime soviético como `híbrido`, com características capitalistas e socialistas, embora não explore muito tal caracterização. No entanto, tal abordagem implica o abandono da terminologia do *social-imperialismo* dominante no corpo teórico do PC do B deste o final da década de 60.

Ainda que observemos contradições, os pilares da tese do PC do B continuavam alicerçados sobre o ‘marxismo-leninismo’, sobre o passado da construção socialista sob Stalin⁹¹, sobre a crítica ao revisionismo, considerado sinônimo de retorno ao capitalismo e sobre a Albânia. No entanto, já não pareciam tão sólidos no começo de 1990.

O farol que se apaga: a queda da Albânia e a contaminação do marxismo-leninismo

As transformações operadas no Leste Europeu foram derrubando, uma a uma, todas as experiências das Democracias Populares em pouco menos de um ano. A Iugoslávia enredava-se numa guerra no interior de sua federação suscitando antigas divergências étnicas e religiosas que em nada preservavam a perspectiva socialista. As expectativas em relação à Albânia aumentavam e o PC do B tomava posição e participava do debate.

⁹¹ Por exemplo, Aldo Rebelo, deputado federal por São Paulo, afirma, ao abordar a posição de Moscou em relação às rebeliões no Azerbaijão, que “À época de Stalin, o Estado soviético jamais usou o Exército Vermelho para suprimir pela força rebeliões nacionais ou dissidências no campo socialista.(...)Kruschev, que atacou Stalin, mandou erguer o muro de Berlim e enviou tropas à Hungria. Brejnev, sucessor de Kruschev, comandou a invasão da Tchecoslováquia e a ocupação do Afeganistão”(REBELO, 1990)

Ao longo de 1990 o PC do B procurou ampliar os debates sobre o socialismo e o revisionismo com artigos, publicações e seminários, ao mesmo tempo em que mantinha intensa cobertura sobre a Albânia com reprodução de discursos e resoluções do PTA e de seus principais dirigentes. Ramiz Alia, secretaria-geral do PTA, afirmava haver a necessidade de se introduzir mudanças no país, particularmente na economia, no sentido de incrementar a produção e a distribuição dos bens de consumo, e nos mecanismos de participação popular, o que denotava a existência de pressões em direção à democratização do país.

A imprensa do PC do B divulgava notícias sobre a Albânia, destacando que o processo em curso diferia daquele que assolou o Leste da Europa, uma vez que as mudanças ocorriam no sentido de aprofundar o socialismo e não recorrer ao mercado e às práticas revisionistas. O PC do B chegou a chefiar uma delegação de deputados federais em visita ao país em março de 1991, o que resultou num conjunto de entrevistas e matérias, em geral, elogiosas ao socialismo albanês.

Na medida em que as pressões internas aumentavam na Albânia, o PC do B mantinha o apoio ao rumo do PTA, colocando-se em oposição às notícias veiculadas pela imprensa nacional e internacional acerca das manifestações populares que davam conta da invasão de embaixadas estrangeiras em Tirana e dando publicidade às reformas empreendidas. As matérias produzidas por membros do PC do B durante o ano de 1990 reiteravam o caminho socialista com títulos como Por que não a Albânia?(EBLING, 1990a.), A democratização na Albânia (ALIA, 1990a.), Tudo em Paz em Tirana (EBLING, 1990b), O povo tomou Partido (MARTINS, 1990a), A Albânia não vai cair (JOFFILY, 1990a), Perestroika ao contrário (JOFFILY, 1990 c) e o livro Bastião Albanês (JOFFILY, 1990b) do jornalista e dirigente comunista Bernardo Joffily. O próprio Comitê Central do PC do B lançou algumas notas de apoio ao PTA durante o aguçamento da crise: PC do B repudia campanha de calúnias contra a Albânia de março de 1990, O povo defenderá o socialismo de julho e Combater os vândalos com vigor de março de 1991.

Os albaneses reconheciam que a nova situação criava dificuldades muito maiores que apenas as de denúncia do revisionismo e que era necessário traçar novas perspectivas. Apesar de afirmar que

os comunistas albaneses compreenderam isto e lutaram com todas as suas forças e meios a fim de que as pessoas compreendessem o perigo do comprometimento do socialismo, de sua ideologia e de

sua política revolucionária. Mas a tragédia ocorreu. Quanto a nós, comunistas e internacionalistas, membros da armada mundial dos revolucionários, contribuimos enormemente para que ela não acontecesse. Mas não devemos estar tranquilos, assim como não devemos estar alegres com o fato de que tudo que previmos ter ocorrido, de que exprimimos nossa idéia. Devemos viver esta tragédia com dor, mas corajosamente (ALIA, 1990b),

o PTA apontava para um conjunto de problemas que alimentavam a oposição interna e que precisavam ser contornados.

Uma das questões centrais nos textos e discursos de Ramiz Alia era a relação entre burocratismo e democracia. Para ele, o burocratismo havia sido combatido com medidas administrativas que não reforçavam a democracia socialista, mas sim, em sua opinião, a crítica liberal, que ganhava força com os eventos do Leste Europeu.

No entanto, as manifestações populares e a organização de uma oposição com bandeiras democráticas isolavam cada vez mais o governo de Alia, que anunciava um conjunto de mudanças visando garantir o controle sobre o processo, que cada vez mais fugia dos órgãos do PTA para as ruas. Durante 1990 foram adotadas um conjunto de medidas políticas e econômicas⁹² que, embora não descortinassem um retorno às práticas capitalistas, apontavam para mudanças no mesmo sentido daquelas implementadas em outros países do Leste, ainda que preservassem o discurso em torno do socialismo e da revolução.

Em certa medida, a situação concreta vivida pela Albânia, após as transformações operadas no bloco soviético, aproximava-a surpreendentemente daquela vivida pelos revisionistas, com uma oposição liberal reclamando por transformações liberais e democráticas no sistema político e econômico, o qual reproduzia em escala reduzida os mesmos efeitos vividos nos países revisionistas (baixa qualidade, oferta reduzida, controle e planejamento inoperantes, corrupção, apatia, burocratismo e favorecimentos etc.), ainda que o ‘discurso oficial’ se estruturasse numa abordagem histórica, teórica e ideológica diferenciada.

⁹² Sobre as reformas econômicas Alia defendia “a elevação da eficácia na economia, a criação de condições dentro das empresas para o autofinanciamento, para a participação dos trabalhadores na distribuição dos excedentes do ganho do plano, a instauração de relações justas entre a centralização e as competências da base, segundo as exigências da época, a aplicação de planos de elevar o papel dos métodos econômicos e do mercado e a aproximação dos preços aos valores das mercadorias”, e justifica-os não apenas pela necessidade econômica, mas também moral de acabar com o liberalismo e a corrupção. (ALIA, 1990b: p.15)

Em janeiro de 1991, por ocasião do 45º aniversário da libertação da Albânia, o jornal *A Classe Operária* publicou trechos do discurso do 1º ministro albanês Adil Çaçani cujo título era *‘Mudanças, mas jamais na via revisionista’* onde afirmava a necessidade de mudanças sem abrir mão dos princípios, o que já indicava a existência de pressões internas.

Ronald Freitas, membro de secretariado político do PC do B, em entrevista ao mesmo jornal afirmava que as demandas populares, principalmente aquelas relacionadas ao consumo de bens duráveis, pressionavam o PTA e comentava que os efeitos da crise do mundo socialista sobre a Albânia eram de natureza distinta e que lá,

O partido estudou e estuda a experiência histórica e chegou a conclusão de que o problema básico é a luta contra o burocratismo. Lá se faz uma campanha de massas – na imprensa, na literatura, em discussões nas células do partido – contra o burocratismo. Burocratismo que não significa apenas o exagero nas exigências e controle pelos órgãos públicos, mas representa sobretudo a separação entre o partido e o povo, com a criação de uma casta privilegiada. Na Albânia discute-se e coloca-se em prática uma série de medidas visando enfrentar tal problema, que tem caráter objetivo (FREITAS, 1990: p.16).

O modo como se deu a queda do regime albanês impôs ao PC do B uma profunda reavaliação teórica sobre as origens, as causas e o desenvolvimento do revisionismo. O roteiro de debate sobre o tema, traçado anteriormente por Amazonas, ganhava novos componentes que mereceriam um tratamento mais aprofundado.

Ainda em fevereiro de 1991, o PC do B já reconhecia a dificuldade em sustentar o socialismo num país pequeno como a Albânia, considerando a adversa conjuntura política e ideológica internacional. Defendia a necessidade de promover certas mudanças de cunho estratégico, mas alertava para um conjunto de concessões e vacilações que estavam marcando as ações dos comunistas do PTA⁹³.

O PC do B reconheceu, ainda que sem muita auto-crítica, que *“praticamente se repetiu ‘no país da águia’ os mesmos fenômenos que ocorreram no Leste europeu em fins de 1989 e começo do ano passado”* (CARVALHO, 1991: p. 6).

Para Amazonas, tornava difícil, senão impossível a países como a Albânia, sustentar o regime avançado que implantaram. Mais recentemente, os acontecimentos do Leste europeu inviabilizaram de todo a vigência do socialismo. Um recuo estratégico era indispensável. Ademais, haviam-se cometido erros na construção da nova vida que exigiam correções. Em tais condições, o fator subjetivo jogaria papel decisivo. E aqui o desastre. Os dirigentes pós-Enver do PTA saíram dos trilhos, revelaram-se incompetentes, fracassos teórica e politicamente, deixaram-se levar na onda revisionista (AMAZONAS, 1991: p.8).

⁹³ *A Classe Operária* nº 57, fevereiro de 1991.

De certo modo, esta matriz de raciocínio, que identifica a estagnação teórica ou incompreensão política da geração de dirigentes que sucedem os grandes expoentes ideológicos do marxismo-leninismo, mantém-se tanto na Albânia como nas avaliações sobre os acontecimentos na URSS.

Na mesma direção, Carvalho, ao analisar o X Congresso do PTA, que o transforma em Partido Socialista da Albânia, indica que,

É mais do que evidente (somente hoje tivemos a capacidade de vê-lo) que o sistema socialista apresenta sinais de entorpecimento e até de exaustão, a começar pela própria teoria que foi dogmatizada e estagnou. Os mecanismos econômicos entraram em contradição com algumas leis objetivas do desenvolvimento, o regime político distanciou-se das massas, o partido e o poder foram paulatinamente burocratizando-se e generalizaram-se fenômenos negativos como a passividade, o ócio, o parasitismo, os privilégios e a corrupção (CARVALHO, 1991: p. 12).

Assim, a história se repetia também na Albânia e em 1991 os símbolos do socialismo foram demolidos, enquanto o PTA, outrora baluarte do marxismo-leninismo, abandonava o governo e se transformava em uma organização de tipo social-democrata. A crise albanesa tornou-se mais um grande teste para a teoria sobre o revisionismo contemporâneo sustentada pelo PC do B. Os impactos da crise do socialismo, impulsionado pelas manifestações populares e pela oposição visível aos símbolos, aos partidos comunistas, Lênin, Stalin e a própria idéia de revolução, de igualdade e solidariedade exigiam uma avaliação mais criteriosa do processo. Tal conjuntura obrigou o PC do B a antecipar a convocação de seu VIII Congresso e debater, de modo mais amplo, a crise do socialismo.

Evidenciou-se que as ferramentas teóricas e ideológicas disponíveis no arcabouço teórico do PC do B eram insuficientes para explicar a origem dos eventos e o modo como as relações sociais haviam se reproduzido no interior das formações econômico-sociais socialistas, o que era pesadamente reforçado a partir da experiência albanesa, auto-blindada pelo marxismo-leninismo.

Em fevereiro de 1990, João Amazonas passou a sustentar a tese de que era necessário avançar em direção a uma compreensão mais completa dos eventos que permitiram o desenvolvimento do revisionismo e da tragédia que se abateu sobre o socialismo. Numa reunião do Comitê Central sustentou que tudo tem seu momento, “Inicialmente, a partir de 1956, era preciso fazer a crítica do revisionismo e mostrar que ele chegou ao poder na União Soviética. Hoje se apresentam questões novas que estão exigindo

uma tomada de posição mais clara”, afinal, “não seria tão fácil Krushev dar um golpe se o Partido Comunista estivesse bem orientado”(AMAZONAS, 1990a).

A gravidade da situação exigia respostas mais contundentes do ponto de vista histórico e teórico. Os eventos que puseram fim às Democracias Populares e que sepultariam a URSS traziam consigo impactos profundos sobre a esquerda de um modo geral e aos comunistas em particular. Para ele, “são fatos de muita gravidade. E neles reside a tragédia do socialismo. Multidões condenaram equivocadamente o progresso social e abraçaram erroneamente o sistema antiquado do capitalismo. Voltar atrás dessa posição, em vários países, não é problema simples, talvez, problemas de gerações”(AMAZONAS, 1990b: p. 24).

A partir dali se fazia necessário compreender problemas anteriores a 1956 e ao XX Congresso do PCUS, mudando o enfoque da abordagem do PC do B e permitindo pensar o período da União Soviética sob Stalin numa perspectiva mais abertamente crítica, muito embora o PC do B mantivesse até meados de 1991 a Albânia como referência teórica. Amazonas sustentava que,

não é possível explicar cientificamente o domínio do revisionismo e o retrocesso na URSS, alegando simplesmente a atividade traidora e maquiavélica de Krushev, de um Brezhnev. Como admitir que um partido criado e educado por Lênin – esse gigante do pensamento e da ação revolucionária -, que obteve tão grandes êxitos e construiu no fundamental o socialismo tivesse baixado as armas sem resistência maior? (AMAZONAS, 1990b: p. 25)

Ainda que pudéssemos apontar uma série significativa de limitações derivadas da permanência de uma abordagem dogmática do marxismo na análise da situação concreta enfrentada naquele momento, devemos considerar significativas as possibilidades abertas de debate em função do agravamento da crise que, embora o PC do B afirmasse-a como resultado inevitável do ‘revisionismo’, pressionavam sua base teórica no sentido de superar suas limitações evidentes.

Diante da evidente necessidade de proceder ao debate, o PC do B traça seu roteiro de discussão sobre a crise e questiona, na prática, algumas posições consolidadas ao longo do tempo, embora estivesse distante de uma ‘auto-crítica’ sobre seu papel no combate ao revisionismo. Apesar de não apontar detalhadamente quais ítems deveriam ser objeto de questionamento e de estudo, Amazonas levantava possíveis pontos que teriam contribuído

para o desenvolvimento do revisionismo como resultado de problemas, incompreensões e equívocos na construção do socialismo. Com todo o cuidado para não suscitar incompreensões e estimular antigas cisões, Amazonas indicou uma série de questões que poderiam conter explicações para o ocorrido, ainda que muitas delas já tivessem sido objeto de debates de uma série de críticos do regime soviético, muitos dos quais de inegável vínculo com o marxismo.

À guisa de especulação – teria havido demasiada concentração de poderes nas mãos de algumas pessoas ou de certos órgãos dirigentes? Funcionava corretamente a relação partido/massas? Teria o Partido sido, em certa medida, capataz de um imenso canteiro de obras e não o impulsionador da organização, o apoiador decidido da iniciativa, do trabalho criador das massas? O conceito de que o Partido dirige tudo não se teria exagerado e contraposto à liberdade de criação, de expressão e manifestação do pensamento? A democracia socialista realiza-se principalmente através da crítica e da autocritica formais? Que lugar ocupava a liberdade para os trabalhadores e o povo no regime soviético? Teria havido deformações anti-democráticas na constituição dos órgãos de Poder que nasceram de maneira espontânea e livre com o aparecimento dos soviets?(AMAZONAS, 1990b: p. 26).

Amazonas apontava, ainda, que a ingerência contínua do Estado e do partido em todas as esferas da vida social poderia ter significado um afastamento gradual das iniciativas das massas em todos os setores, subvertendo os princípios do próprio socialismo.

O reconhecimento explícito das limitações teóricas dominantes no interior do PC do B associado a abertura de um debate historicamente interdito na vida da organização apontava para um novo período de reflexões políticas e ideológicas. Embora o roteiro indicasse que o debate seria circunscrito em torno de alguns temas, isso se refletiu, mesmo antes da realização do VIII Congresso, na aproximação com outros partidos comunistas que procederam à avaliações críticas sobre a Perestroika e numa abordagem mais aberta em relação àqueles países e partidos que conservaram-se no poder e reafirmavam, ao menos no discurso, um comprometimento histórico com o socialismo, como foi o caso de Cuba, China, Coréia do Norte e Vietnam.

Por exemplo, no período de auge da crise, entre 1989 e 1991, o jornal *A Classe Operária* passou a publicar em todos seus números referências explícitas ao esforço cubano em enfrentar a crise. A tradicional posição anti-imperialista de Cuba e as declarações oficiais contrárias à *Perestroika* transformaram a ilha numa *pièce de resistance* do

socialismo para o PC do B, que divulgava fatos, conquistas, declarações e discursos sobre e de Cuba nos jornais e revistas do partido.

Enfim, o novo quadro exigiu uma nova política que, longe de ser uma ruptura com a tradição, configurou-se como uma tentativa de reafirmação de princípios e de defesa da teoria numa conjuntura ideológica claramente adversa e bombardeada pelos princípios neoliberais do individualismo e do mercado.

O VIII Congresso foi a síntese desse processo, incorporando contradições políticas e ideológicas presentes nas formulações do PC do B desde sua origem e que expressam tensões inerentes ao próprio marxismo e aos dilemas colocados pelo exercício do poder político e as exigências da transição socialista. É o que procuramos demonstrar a seguir.

Capítulo 5. O que fazer? O VIII Congresso do PC do B e de novo o espelho

A antecipação do VIII Congresso do PC do B, inicialmente programado para o ano de 1993⁹⁴, evidenciava o acúmulo de novas questões teóricas e políticas decorrentes da débâcle soviética, e que, em certa medida, explicitava um certo incômodo e tensionamento político no interior da organização, uma vez que o seu arcabouço teórico, consolidado desde o rompimento com o ‘revisionismo contemporâneo’ em princípio dos anos 60, demonstrava evidências de desgaste e incapacidade explicativa.

Se o VI Congresso, realizado em 1983 ainda na ilegalidade, impediu o debate aberto da questão chinesa e do maoísmo e o Congresso seguinte em 1988 pouco se deteve sobre as questões teóricas do socialismo, em função da agenda nacional imposta pela ‘transição democrática’, o VIII pautava-se sobre a crise do socialismo, que refletia pesadamente sobre todas as esferas da vida partidária.

Tal processo se inseriu num movimento maior de reflexão das esquerdas em nível mundial. Quase todas as organizações políticas de esquerda, que mantinham, em maior ou menor grau, o *marxismo-leninismo* ou o marxismo como referência debruçaram-se sobre os acontecimentos que precipitaram o fim da URSS e sobre suas experiências para definir rumos e estratégias. De um modo geral, nos países do Leste Europeu houve uma transformação social-democrática dos partidos comunistas que, em sua grande maioria, mudaram de nome e de programa afastando-se da iconoclastia revolucionária e adotando perspectivas mais próximas da Internacional Socialista, o que permitiu um retorno de muitos desses partidos ao poder nos anos que se seguiram à débâcle, como forma de reação aos efeitos sociais e econômicos do retorno ao capitalismo liberal.

Na Europa Ocidental, alguns partidos expressivos e que já haviam se distanciado do modelo soviético, particularmente sob influência do ‘eurocomunismo’, não resistiram às pressões e também sofreram processos variados de transformação como, por exemplo, aconteceu com o PCI – Partido Comunista Italiano, cuja maioria adotou um novo nome e

⁹⁴ Ridenti observa que o PC do B vem realizando seus congressos em anos pré-eleitorais (o 7º em 1988, o 8º programado para 1993, o 9º em 1997, o 10º em 2001 e 11º no final de 2005), que pode significar que o calendário da luta institucional tem importância fundamental para o partido. (RIDENTI, 2001)

uma perspectiva assumidamente reformista e social-democrata tornando-se PDS – *Partido Democrático di Sinistra*, transformando-se posteriormente em DS – *Partido di Sinistra*, enquanto que a militância comunista italiana crítica dessa trajetória se rearticulava em torno da criação do PRC – *Partido Della Rifondazione Comunista*.

Em outros países, como Portugal, França Índia etc, ainda que tivessem ocorrido importantes divergências, as quais provocaram cisões, reorganizações e conflitos teóricos de magnitude, os partidos comunistas promoveram movimentos auto-críticos em relação às experiências socialistas e ao significado das reformas de Gorbatchev, preservando as estruturas e as organizações dos partidárias, ao mesmo tempo em que desenhavam vãos teóricos mais autônomos numa perspectiva assumidamente socialista.

No Brasil, o PCB, que já havia sofrido um conjunto de dissensões ao longo das décadas de 1970 e 1980⁹⁵, realizou seu IX Congresso em meados de 1991, onde a maioria dos delegados, sob orientação do senador pernambucano Roberto Freire, optou pela reorganização do partido, desvinculando-se do marxismo e dos principais referenciais socialistas fundando o PPS, o Partido Popular Socialista.

Repetindo o movimento histórico em curso, as divergências no encaminhamento das resoluções do referido Congresso cindiram-no em dois grupos e em dois Congressos (SILVA, 1998). Assim, de um lado, os partidários do PPS e de um afastamento dos referenciais do socialismo, e de outro, impulsionados por um conjunto de lideranças históricas, o PCB que produziu uma reafirmação dos princípios socialistas e da perspectiva teórica do marxismo, permitindo, ao mesmo tempo, uma importante revisão na orientação política vigente e uma abertura teórica significativa.

O XI Pleno do CC do PC do B convocou o seu VIII Congresso em 30 de março de 1991 e abriu o debate para a militância através de uma série de seminários, encontros, assembléias de base e Conferências municipais e estaduais, as quais selecionavam seus delegados rumos à Plenária final que, programada inicialmente para novembro, realizou-se em Brasília em fevereiro de 1992. O Jornal *A Classe Operária* passou a apresentar em forma de encarte a *Tribuna de Debates*, tradicional instrumento de discussão interna, publicadas de agosto a dezembro de 1991 com artigos dos militantes sobre o temário do Congresso.

⁹⁵ ver Gorender (1998)

Os documentos elaborados para discussão pela direção nacional suscitaram importantes debates teóricos e políticos no interior da organização, pressionada, particularmente, pela necessidade de avaliar o grau de eficácia das formulações teóricas vigentes até aquele período, que, de alguma maneira, não se situavam apenas no âmbito do debate acadêmico sobre as teorias da transição socialista, mas implicavam desdobramentos políticos de grande importância.

Como vimos, a argumentação teórica sobre a crise do socialismo esteve amparada na indicação de que os problemas vividos nos países do Leste europeu eram resultado do revisionismo e não do socialismo, da revolução ou do marxismo-leninismo. Desde a reorganização do PC do B em 1962, o revisionismo foi traduzido como reflexo das lutas de classe no socialismo, sendo resultado de pressões exercidas pela pequena-burguesia, que ocupando postos-chaves no interior do Estado e do Partido transformou-se numa burguesia de Estado amparada na camada burocrática e capaz de garantir seus interesses materiais e políticos, assumindo um papel de classe dominante.

A transformação dessa pequena-burguesia em uma ‘nova burguesia’ que utiliza o Estado como instrumento fundamental na extração e repartição de uma massa cada vez maior de mais-valia, guardava proximidade, quanto ao papel desempenhado, com as teses de Trotsky que caracterizava a burocracia estatal soviética como uma ‘casta privilegiada’ e como um elemento estranho ao socialismo, uma vez que a URSS era caracterizada como um Estado socialista devido ao caráter social da propriedade. No entanto, a abordagem do PC do B indicava, a exemplo dos chineses nos anos 60, que ainda que a propriedade fosse coletiva, o modo de apropriação do excedente caracterizava-a como uma forma específica de capitalismo.

Embora situasse a forma do Capitalismo Monopolista de Estado como instrumento necessário e possibilidade concreta sob o período da transição socialista, o PC do B situava a problemática do revisionismo contemporâneo no campo político da superestrutura, uma vez que o comando do processo transitou em direção a uma camada que consolidava seus interesses desde as estruturas do novo Estado.

Nesse sentido, o debate introduzido pelo maoísmo acerca das limitações da abordagem economicista da transição, que atribuía o caráter de classe do socialismo a partir do estatuto jurídico da propriedade dos meios de produção, e da necessidade de produzir a

revolução também na esfera das relações de produção, na superação das diferenças típicas do capitalismo (trabalho manual e trabalho intelectual, cidade e campo, concepção e execução), as quais se mantidas tenderiam a reforçar a estrutura de classe burguesa, influenciaram tangencialmente as formulações do PC do B sobre o conteúdo das relações sociais no período da transição e seus desdobramentos sociais e políticos que, porventura, pudessem explicar as raízes do revisionismo.

Para o PC do B, as ações dessa pequena-burguesia produziram as transformações na linha política que, a partir do XX Congresso do PCUS em 1956, renegavam a concepção marxista da luta de classes, ao admitir que o Estado e o Partido Soviéticos fossem caracterizados como de ‘todo o povo’ e que haveria a possibilidade de transição pacífica ao socialismo.

Sobre este tópico, que é axial na identidade do PC do B, encontrava-se a negação do conceito de ‘ditadura do proletariado’, da ‘luta de classes’ e da construção socialista sob comando de Stalin. Nesse sentido, o combate ao revisionismo passava, para o PC do B, necessariamente pela defesa da construção do socialismo sob Stalin, sugerindo, inclusive, a oposição entre ‘democracia socialista’ e ‘autoritarismo’ como efeitos da ascensão do revisionismo, ou seja, o autoritarismo passava a ser inerente ao revisionismo que se opunha às formas democráticas do período anterior (LUSTOSA, 1989).

Por fim, os interesses econômicos dessa ‘pequena-burguesia’ transformada em ‘nova burguesia’ soviética se materializavam na defesa da re-introdução dos princípios e leis de mercado, alterando as relações de propriedade, as relações com o capital estrangeiro, com o comércio internacional e a lógica do próprio socialismo.

No entanto, se o desenvolvimento da crise econômica e social sobre o Leste europeu e o desmoronamento do bloco soviético nos anos 80 pareciam confirmar as teses centrais sobre o revisionismo, a queda do PTA na Albânia, seguida das manifestações contrárias ao socialismo, fenômenos também observados nos outros países, alterava os alicerces dos argumentos anteriores.

Durante o processo de implosão do bloco soviético, já se descortinavam eventuais contradições e dificuldades no interior do partido para explicar de forma convincente a

‘tragédia do socialismo’ e a antecipação do Congresso expressava o nível de ansiedade e tensão vivido no PC do B⁹⁶.

O principal documento apresentado para debate pelo partido e aprovado no Pleno do CC de março de 1991 intitulava-se *A luta pelo socialismo científico* foi dividido em 3 partes: 1) O revisionismo como expressão da ideologia burguesa; 2) Balanço da luta contra o revisionismo contemporâneo e 3) Teoria criadora e fenômenos negativos na construção do socialismo.

De um modo geral, o documento não apresenta nenhuma conclusão definitiva acerca dos problemas verificados nas experiências socialistas, mas reafirma alguns princípios teóricos e metodológicos que devem ser observados nas avaliações e no processo de reafirmação da identidade marxista-leninista do partido. Pela própria organização do documento se evidencia a associação entre os problemas vividos nas experiências socialistas e o fenômeno do revisionismo, o que reafirma interpretações anteriores, tanto sobre o caráter dos problemas como de suas causas, e preserva seu arcabouço teórico.

As teses apresentam uma abordagem histórica sobre a questão do revisionismo no seio do marxismo, situando-o como resultado intrínseco do movimento revolucionário e do marxismo, cuja origem remonta às primeiras polêmicas com Bernstein. O texto dá destaque especial ao papel desempenhado por Lênin em suas polêmicas no seio da II IS, onde este passou a associar o fenômeno – do revisionismo e do oportunismo - como expressão dos interesses de uma camada aburguesada do proletariado, a ‘aristocracia operária’, particularmente nos países capitalistas mais desenvolvidos.

Na Rússia, antes de 1917, a polêmica havia cindido o Partido Operário Social Democrata em duas alas, mencheviques e bolcheviques e, depois da formação da União Soviética, na opinião do PC do B, essas manifestações passaram a ocorrer no interior do próprio PCUS materializadas, principalmente, nas polêmicas capitaneadas por Trotsky, Bukharin e Zinoviev, reforçando os argumentos de autoridade utilizados à época pelo Comintern⁹⁷.

⁹⁶ A título de exemplo podemos situar o texto de Amazonas (1991b), onde o secretário-geral explicita sua opinião acerca do golpe na URSS, que o deputado Federal Aldo Rebelo requalifica alguns dias depois no mesmo jornal e o CC se vê obrigado a lançar uma nota (*Princípios nº 23*) pontuando de modo mais preciso a opinião do partido à respeito.

⁹⁷ Para o PC do B, “com a revolução não desaparecem as falsas tendências no movimento operário. Todo o período das transformações revolucionárias na URSS está marcado por antagonismos ideológicos, que vão do

Segundo as Teses, no período da transição socialista mantém-se a luta de classes e o revisionismo deve ser entendido como expressão dessas novas contradições, onde a pequena-burguesia promove uma ‘rearticulação de interesses’, permitindo o ‘florescimento’ de uma nova ideologia, que encontra no ‘burocratismo’ meios para seu desenvolvimento.

Se as primeiras manifestações do revisionismo, a partir de Bernstein e Kautsky, estavam ligadas à penetração das idéias da ‘aristocracia operária’ no seio do marxismo, particularmente a partir dos principais partidos da II IS, após a revolução o desenvolvimento de uma ideologia que renega a luta de classes e o caráter do novo Estado revolucionário carecia de uma vinculação explícita com uma determinada classe social ou fração, uma vez que todas as propostas e polêmicas se faziam a partir das estruturas de uma única organização política e em nome da revolução.

Nesta primeira avaliação, o PC do B não aborda a dogmatização de alguns princípios sobre a forma e a organização do partido, a partir das reflexões de Lênin, nem os condicionantes históricos que impossibilitaram a existência de outras organizações no interior do sistema político soviético, ou da existência de grupos e frações no interior do PCUS – desde seu X Congresso - que pudessem canalizar demandas diversas ou manifestar abertamente conflitos quanto à condução do processo revolucionário.

Embora o PC do B situe a problemática do revisionismo a partir da ação da pequena-burguesia, re-equacionando algumas indicações de Lênin, as Teses não indicam nenhuma elaboração mais substantiva acerca do lugar ocupado por tal classe no período de transição, deslocando sua ação ao nível ideológico como suporte para a ideologia burguesa, uma vez que esta já não mais existe enquanto classe detentora dos meios de produção.

Como não há nas Teses nenhuma reflexão acerca dos impactos da NEP, da manutenção dos princípios tayloristas na organização da produção ou do desenvolvimento do ‘burocratismo’ sobre as formas de produção e reprodução da pequena-burguesia após a Revolução de Outubro, as avaliações situam-se no âmbito político, ideológico e cultural e

extremismo pequeno-burguês ao reformismo bernsteiniano. Grupos exasperados atentam contra a vida de Lênin, promovem levantes armados visando a derrubada do poder proletário. Bukarin, Zinoviev e Rykov e outros opõem-se a luta radical contra os kulaks, pretendem estender por longo prazo o recuo temporário da NEP. Trotsky sabota o quanto pode a paz de Brest-Litovsk, insiste na tese da impossibilidade da construção do socialismo na URSS. O revisionista Kautsky, dirigente da II Internacional falida, ataca o poder soviético, quer que o Estado se estabeleça à maneira liberal-burguesa. (...) Todos eles se contrapõem às soluções conseqüentes que moldam a feição da nova organização social” (PCdoB, 1991: 4).

pontuam pela identificação da pequena-burguesia com os críticos, desde as estruturas do novo Estado soviético, que se opuseram às linhas implementadas pela maioria do PCUS tanto sob Lênin como sob Stalin. Nesse sentido, ainda que reconhecesse equívocos genéricos nos encaminhamentos e na condução das divergências no interior da URSS, o PC do B ao utilizar um conjunto de argumentos de cunho ético e moral, contrapondo ‘revolucionários’ e ‘reformistas’, ‘oportunistas’ e ‘proletários’, descolando-os das determinações econômicas e sociais, reforça o discurso de autoridade dos ‘vencedores’.

O texto proposto para o debate insiste no entendimento do revisionismo como resultado da luta de classes, que no período de transição assume outras formas, aparentando calma e trazendo ilusões à condução do processo político, e novos conteúdos mesmo sob a capa da defesa do socialismo. No entanto, em outros momentos, sustenta

a luta de classes se agrava, ameaçando o poder do proletariado. (...) Se o Partido Comunista se burocratiza, enfraquece sua têmpera revolucionária, perde a vigilância de classe, como ocorreu na União Soviética, pode por em risco a revolução. Desarma política e ideologicamente a classe operária e o povo para a resistência necessária aos inimigos do socialismo (PCdoB, 1991: 4).

A ascensão de Krushev cristalizou, para o PC do B, o processo ascensão do revisionismo aos postos de comando do partido e do Estado soviéticos, dando forma aos interesses contrários aos da corrente ‘proletário-revolucionária’. No entanto, a supervalorização do PCUS como condutor da revolução e de Stalin como timoneiro, desarmaram a capacidade das massas em reagir às mudanças de rumo.

De uma maneira geral, a manifestação política do revisionismo vai num crescendo a partir do XX Congresso do PCUS em 1956 com as denúncias ao culto à personalidade sob Stalin, com as novas definições políticas e estratégicas do Estado Soviético em torno da ‘coexistência pacífica’ com o imperialismo e se consolida nos congressos seguintes dando forma econômica ao novo período, buscando incentivar a produção a partir de um conjunto de medidas avaliadas pelo PC do B como de cunho liberal.

Observe-se que nesse documento proposto para o debate, pelo PC do B, o revisionismo como resultado dos conflitos entre interesses de classes, exige de um lado, uma permanente vigilância revolucionária e combate no âmbito teórico e cultural; e de outro, o necessário desenvolvimento das forças produtivas e a entrada numa era de progresso técnico-científico e material da sociedade, capaz de superar as limitações sociais herdadas do capitalismo.

O segundo item das Teses faz um balanço da luta contra o revisionismo, situando historicamente o problema para o PC do B e para o movimento comunista como um todo. Apresenta uma espécie de auto-crítica acerca das abordagens dominantes na organização e sugere algumas mudanças quanto ao novo período inaugurado com a débâcle dos países do Leste europeu.

Já o *Balanço da Luta contra o Revisionismo Contemporâneo* destacava as dificuldades iniciais em identificar o revisionismo como um programa contra-revolucionário, a partir da União Soviética, considerando o significado que o PCUS e a Revolução de Outubro tinham para os partidos comunistas da tradição da III IC. Para o PC do B foi somente após XXI Congresso (janeiro/fevereiro 1959) e XXII Congresso do PCUS (1962) que sua base programática se explicitou, dando a entender que foi resultado de um longo processo, cuidadosamente pensado para a chegada ao poder, onde as disputas no interior do Estado soviético representariam os interesses de classes e os grupos no poder (PCdoB, 1991: 7).

As denúncias empreendidas pelo PC Chinês, o Partido do Trabalho da Albânia e o PC do B no começo dos anos 60 haviam consolidado um campo, ao mesmo tempo crítico das reformas empreendidas desde Krushev e defensor dos princípios do marxismo-leninismo. No entanto, as Teses apontam para as dificuldades de ampliação e divulgação dessa posição, a qual caminhou junto a algumas imprecisões teóricas e uma certa auto-suficiência sectária no tratamento da questão.

Ainda que as vitórias da Revolução Cubana e da luta de libertação na Argélia tivessem contribuído para o questionamento da ‘linha pacífica e reformista’ de Moscou, isso foi incapaz de romper um círculo esquerdista em que a crítica encabeçada pelo PC Chinês havia, segundo o PC do B, entrado. Nesse sentido, as Teses apresentam uma avaliação autocrítica em relação ao maoísmo e ao tratamento dispensado aos outros partidos comunistas sob influência soviética, caracterizado por uma certa estreiteza e sectarismo político, particularmente em relação à *Revolução Cultural* (PCdoB, 1991: p. 8).

De um modo geral, o PC do B recorre às dificuldades oriundas desse novo quadro, conceitual e político derivado do ‘revisionismo contemporâneo’, para fundamentar um conjunto de opções e ações empreendidas ao longo dos anos que, de alguma forma, foram marcadas pela defesa da experiência da construção socialista sob Stalin e por um

sectarismo no tratamento dispensado aos demais partidos e movimentos vinculados, direta ou indiretamente, à experiência soviética posterior à Krushev.

A combinação entre estes elementos é justificada tanto pela ‘conjuntura’ adversa, que impunha pesadas restrições políticas, como pela herança de um dogmatismo marxista que impedia a expansão da crítica ao revisionismo em direção às massas, circunscrevendo-a círculos limitados e de pequena influência.

Ao avaliar tais dificuldades, o PC do B sustenta que não foi dada devida atenção às críticas, erros e equívocos cometidos na URSS antes de Krushev e que, em certa medida, impossibilitou o desenvolvimento de uma análise crítica e a ampliação da área de influência do movimento marxista-leninista.

Embora seja longa, a citação a seguir demonstra os rumos que estão propostos para o debate do VIII Congresso:

Uma das conclusões mais importantes que decorrem do balanço da luta anti-revisionista é a constatação de que, nessa luta, não se levaram em conta, devidamente, os erros cometidos na construção do socialismo. Foi correto concentrar o fogo do ataque no desmascaramento teórico e político da corrente adversa ao marxismo. Mas a omissão no tratamento dos equívocos e desacertos que se haviam praticado na edificação socialista, tornava-se mais difícil a compreensão dos objetivos que perseguíamos. Nosso combate ficava demasiado unilateral, dava a impressão de que defendíamos, sem qualquer restrição, tudo quanto de bom e de mal ocorrera durante o período de Stalin. Deixávamos o flanco aberto às investidas oportunistas, disfarçadas de renovação do socialismo. Transparecia certo dogmatismo nas objeções aos pontos de vista dos que tinham abandonado o marxismo. Tudo isso enfraquecia nossa campanha em prol das idéias científicas da classe operária (PCdoB, 1991: p. 11).

No entanto, a porta aberta com a constatação do dogmatismo dominante, ainda que inovadora na história da organização, não supera as dificuldades teóricas do quadro conceitual dominante do PC do B que se evidencia, por exemplo, quando, ao abordar a ‘crise do socialismo’, afirma que “em tais países existiam regimes arbitrários, elitistas, dependentes, equivocadamente considerados como ‘stalinistas’.”(PCdoB, 1991: p.10)

O Balanço não faz considerações efetivas sobre os problemas oriundos do período de construção socialista, avaliando, de um modo geral, algumas condições que permitiram seu desenvolvimento e, principalmente, as condições em que se produziu a luta em defesa do marxismo-leninismo. Nesse sentido, o Balanço é fundamentalmente político, sugerindo que os desvios produzidos resultaram de ‘incompreensões’ teóricas, interesses inconfessáveis e de falta de perspectiva revolucionária, deslocado, portanto, das determinações materiais possíveis.

Por fim, este tópico termina com um breve comentário sobre a Albânia submetido às reflexões gerais sobre o Leste europeu. Ainda que muitos dos fenômenos ocorridos nos países do bloco soviético tenham se repetido na Albânia, consideramos que, em função da importância adquirida ao longo do período no tratamento do problema da questão revisionismo soviético, o espaço de reflexão destinado à Albânia foi bastante reduzido. Em que pese as raízes dos problemas parecerem ter enorme proximidade, a reduzida reflexão sobre o país dos Bálcãs potencializa o grau de dificuldade no tratamento da questão, o qual se manifestou com destaque nos trabalhos do VIII Congresso.

O último bloco de questões apresentadas tratou do papel do marxismo-leninismo e a avaliação dos erros na construção socialista. Com o título de *Teoria criadora e fenômenos negativos na construção do socialismo* apresentou uma combinação entre as dificuldades teóricas pelas quais passava o marxismo e a experiência da construção socialista.

De acordo com o objetivo inicial de fomentar o debate, o documento não avança em detalhar nenhum episódio do período da construção socialista em particular, nem estabelecer nada além de princípios metodológicos capazes de orientar a discussão em torno do temário proposto. No entanto, explicita uma compreensão de que a teoria marxista, particularmente diante da experiência rica, inovadora e inédita da construção socialista, necessitava produzir respostas novas para os novos problemas e desafios colocados, e que seu aprisionamento no dogmatismo impediu seu desenvolvimento ulterior. O PC do B sustentou que houve um descompasso entre a teoria e a prática revolucionária, na medida em que após a morte de Lênin a produção teórica não esteve à altura dos novos desafios práticos colocados durante a transição socialista.

Para o PC do B, diante desse quadro de estagnação teórica e de necessidade de mudanças no curso empreendido à transição, o ‘revisionismo’ encontra campo para se desenvolver. Assim, “os revisionistas insinuaram que o erro se encontrava no sistema, enquanto efetivamente se achava no desconhecimento da nova realidade, reclamando soluções socialistas mais avançadas”.

De um modo geral, apesar de apontar uma série de reflexões teóricas e ideológicas, o documento concentra-se nos problemas políticos do processo da transição socialista, articulando-os com a compreensão acerca dos princípios que orientam o marxismo. Nesse sentido, destaca-se a ausência de referências às questões apontadas anteriormente pelo

próprio PC do B em torno das etapas da transição e das mudanças operadas nas relações de produção e na titularidade da propriedade, com vistas à superação das contradições próprias das relações capitalistas de produção.

Ao abordar os limites políticos das experiências conduzidas pelos partidos comunistas europeus, o PC do B afirma haver profundas contradições teóricas entre o marxismo-leninismo e a permanência institucional de práticas autoritárias, vinculadas historicamente à ditadura do proletariado, desenvolvidas na URSS e na maioria dos ex-países socialistas.

A origem dos problemas encontra-se no fato de que

a luta de classes continua ativa no período da transição socialista. Aparecem inevitavelmente opiniões errôneas com sentido de classe, há inimigos abertos ou camuflados portadores de concepções prejudiciais ao movimento revolucionário. É preciso combatê-los. Todavia, a maneira de como fazê-lo tem importância. Não se deve recorrer a métodos idealistas, subjetivistas na apreciação dos casos surgidos. Se dirigentes de alta responsabilidade no Partido e no Estado encaram as controvérsias de modo obstinado (caprichoso) acabam dando caráter pessoal, subjetivo, às contestações e, assim, causam danos irreparáveis ao movimento revolucionário. Pode-se suprimir o indivíduo, ou os indivíduos, mas não as idéias que defendem. Isso está em contradição com o marxismo. A experiência soviética – **que ainda não se conhece em profundidade** – tem exemplos negativos no tratamento de contradições no seio do movimento socialista, o que demonstra **incorreta** aplicação dos princípios marxistas (PCdoB, 1991: p. 13). (destaque nosso)

Em certa medida, o acento sobre a questão da incompreensão no tratamento das contradições e no papel do subjetivismo na condução dos conflitos, ainda que seja de extrema importância para o debate, desvia os problemas em torno das tarefas da transição e do papel das novas relações de produção pressupondo que, ou sua importância era menor, ou as coisas caminhavam no rumo certo, reforçando a permanência de uma perspectiva, economicista do problema, que fora anteriormente criticada.

O reconhecimento dos equívocos na construção do socialismo, os quais foram justificados teoricamente ao longo dos anos, tinha significado simbólico da maior importância na história do PC do B, ainda que se fizesse um conjunto de ressalvas quanto à veracidade de muitas das críticas e não se mencionasse nenhum dos conflitos teóricos e políticos no interior do PCUS que resultaram na eliminação física dos envolvidos.

A crítica teórica à repressão política na URSS era acompanhada de uma reflexão sobre as vinculações entre a institucionalização de tais práticas e o desenvolvimento do revisionismo, uma vez que elas criam o campo propício para o florescimento do ‘burocratismo’ e da ‘apatia’.

Para o PC do B, repressões desse tipo ferem o cerne do socialismo que se expressa numa ampla e livre participação das grandes massas em todas as tarefas vitais do sistema instituído. Geram o medo coletivo, o temor de criticar os dirigentes. Transformam em apatia o ânimo revolucionário. Favorecem a irradiação do burocratismo. Os funcionários graduados dos aparelhos do Partido e do Estado tornam-se intocáveis, irremovíveis, desfrutam privilégios, tendem à arrogância. Em tais condições, o partido de vanguarda separa-se das massas. A confiança dos trabalhadores e do povo no socialismo perde substância (PCdoB, 1991: p.13).

Assim, fenômenos como o burocratismo, a vanguarda presumida do partido comunista, a fusão entre partido e Estado, o progressivo esvaziamento das organizações revolucionárias e a concentração de poderes nos órgãos dirigentes do partido, a crescente repressão política e a ausência de liberdade de opinião e de criação foram apontados como responsáveis pelo estancamento teórico e a perda progressiva do ímpeto revolucionário e transformador das experiências socialistas.

O PC do B externou ainda a necessidade de se pensar o socialismo com uma ordem constitucional que garantisse a ampla participação das massas na administração do Estado, com um sistema de partidos e com a busca constante pelo partido comunista da hegemonia no processo de transição. Embora não aprofunde a polêmica em torno da perspectiva da extinção do Estado, seja na ótica da negação do Estado proposta por Engels ou de seu fortalecimento a partir de Stalin.

Apesar dessas indicações de princípios, o texto sustentava que cada país deveria buscar os meios para a realização dessa tarefa, uma vez que modelos prontos não correspondiam aos princípios da dialética marxista, apontando para uma abordagem mais ampla e, ao mesmo tempo, menos sectária da questão da transição, que produziu efeitos concretos no tratamento com outros partidos e países, particularmente na releitura da questão chinesa, como veremos adiante.

O debate interno: para onde ir?

As intervenções na Tribuna de Debates ao longo do 2º semestre de 1991 permitiram a participação dos militantes, que tornavam públicas suas opiniões, críticas e discordâncias em relação aos temas proposto para o VIII Congresso.

As Teses apresentadas sintetizaram alguns pontos nodais em relação à crise do socialismo e traçaram os rumos para o debate. Os critérios para publicação dos textos estabeleceram contornos formais, tanto físicos como teóricos, onde os militantes poderiam escrever até 4 artigos, de no máximo 4 laudas cada, os quais situaram limites ao próprio desenrolar das questões, considerando as peculiaridades de um debate que não era apenas político e estratégico, mas fundamentalmente teórico. Assim, a Tribuna de Debates, embora seja um instrumento importante, fornece-nos apenas uma parte formal das opiniões teóricas e políticas dos militantes, excluindo o conjunto do debate qualitativo, circunscrito este aos espaços orgânicos e institucionais das Assembléias de Base, das Conferências Municipais, Conferências Estaduais e da própria plenária do Congresso.

Em que pese tais limitações, ao longo de seis meses foram publicados quase 400 textos referentes ao temário o Congresso⁹⁸, sendo que destes, mais da metade referiram-se diretamente à crise do socialismo. No entanto, devido a seu caráter aberto, com a publicação de artigos individuais de militantes de todos os níveis da estrutura partidária, o acompanhamento dos debates das Teses apresentadas ao Congresso e a análise qualitativa dos mesmos tornou-se limitada, uma vez que as polêmicas, os confrontos teóricos e polarizações políticas não puderam ser sistematizados enquanto tendências ou correntes de pensamento, em função da própria concepção leninista de partido. Assim, seu agrupamento obedeceu uma lógica temática, cujos efeitos sobre os debates concretos não podem ser auferidos com precisão.

Numa primeira apreciação, o conjunto de artigos publicados reservava um alto grau de heterogeneidade temática, o que dificulta o enquadramento dos mesmos em opiniões muito bem delineadas e definidas do ponto de vista teórico, particularmente em função do exíguo espaço destinado aos textos.

⁹⁸ Os temas foram agrupados na Tribuna de Debates da seguinte forma: Ação de massas, Estratégia e Tática, Socialismo e Partido

Se a crise do socialismo era o ponto axial que orientava o debate do Congresso, tornava-se necessário expor as divergências tanto na avaliação histórica da transição socialista, que permitiu os ‘equívocos’ que possibilitaram o desenvolvimento do revisionismo, como na formulação teórica sobre as tarefas da transição. De um modo geral, o enfoque histórico se sobrepôs ao teórico nessas avaliações.

Se observarmos os balanços realizados e as perspectivas apresentadas, podemos agrupá-las em torno de três idéias mestras, considerando, fundamentalmente, a abordagem histórica referente ao período de transição (1917-1956, de acordo com a historiografia dominante no PC do B desde 1962) e as causas da ascensão revisionista no PCUS:

- a) os críticos da insuficiência teórica e do ‘stalinismo’, que redigiram cerca de um terço dos artigos (37%) enviados para publicação e que avaliavam, em graus distintos de crítica, a incapacidade teórica da abordagem dominante no PC do B em explicar as origens e o desenvolvimento da crise do socialismo, do revisionismo e seus desdobramentos sobre a Albânia, particularmente por identificarem, também em grau variado, a permanência de um dogmatismo stalinista além das referências presentes nas Teses. De um modo geral, reafirmavam as convicções leninistas, em torno da concepção de partido, do centralismo democrático, da luta de classes e do papel do partido, mas exigiam o desenvolvimento de uma análise crítica sobre o socialismo, para além daquela apresentada nas Teses, sobre a permanência prática do dogmatismo no interior do partido e sobre o modo como se travou a luta contra o revisionismo;
- b) os críticos do ‘revisionismo no PC do B’, que escreveram cerca de 20% dos artigos, e que concentraram suas avaliações na defesa do modo como o partido havia procedido na crítica ao revisionismo. Ainda que reconhecessem a gravidade da situação da esquerda em função da crise abatida, orientavam suas reflexões para a reafirmação dos pressupostos sustentados pelo PC do B desde 1962 e pela defesa do papel de Stalin no processo da construção socialista. Os artigos que partilhavam dessa perspectiva, procuraram situar a conjuntura internacional do cerco imperialista e da 2ª guerra, além dos conflitos internos para justificar os

caminhos traçados, ao mesmo tempo em que situavam os críticos do ‘stalinismo’ no PC do B, como uma nova variante do revisionismo, reflexo da luta de classe numa nova fase. Note-se que, de uma maneira geral, resvalavam para críticas pontuais à direção partidária que permitia, sob pressão das campanhas anti-comunistas, a revisão histórica e os ataques a Stalin, muitos dos quais reproduzindo argumentos e pesquisas de ‘contra-revolucionários’, ‘traidores’ e ‘anti-comunistas’, combatidos por décadas pelo próprio PC do B; e

- c) o stalinismo crítico, composto pela tendência dominante no CC e na maioria dos artigos apresentados, cerca de 43% do total, que apontava para um conjunto de equívocos no processo de construção socialista, na condução de Stalin e no modo unilateral em que se desenvolveu o combate ao revisionismo no interior do PC do B, em que pese seu caráter inovador. No entanto, apesar de crítico, procurava delinear os rumos do debate, admitindo a existência de um conjunto de problemas na própria concepção dominante no partido, mas circunscrevendo os temas, de modo a permitir um deslocamento calculado na abordagem sobre a construção socialista, Stalin, o partido, a Albânia e a China. Em certa medida, expressa uma espécie espaço capaz de acomodar os debates e manter as principais divergências teóricas em suspenso e sob um certo controle, dentro de parâmetros pré-definidos como a defesa da existência do socialismo, a forma leninista de partido, a perspectiva da luta de classes etc.

Após o período de debates do Congresso, o *Informe* Político apresentado por João Amazonas e aprovado pela Plenária final consolidava, em linhas gerais, a posição dominante no interior do Comitê Central, expresso nos documentos da Tribuna de Debates e nos principais textos publicados durante o período que antecedeu o Congresso nas páginas da revista *Princípios*.

Mesmo assim, se analisarmos do ponto de vista retrospectivo, as Resoluções do VIII Congresso tratam da questão do socialismo de modo inovador, na medida em que propuseram o debate sobre temas interditos na trajetória do PC do B. Apontaram problemas

anteriormente inimaginados, reviram alguns conceitos, reavaliaram a situação mundial a partir da crise do socialismo e estabeleceram novos relacionamentos com outros partidos comunistas, permitindo a crítica a Stalin e aos problemas da construção do socialismo.

Se compararmos as *Teses* apresentadas no começo dos trabalhos com as Resoluções Finais do Congresso podemos perceber o aprofundamento de algumas questões como, por exemplo, o papel de direção de Stalin e no processo de construção socialista, os efeitos da fusão, na prática, das funções do Partido e do Estado etc.

Por outro lado, houve, como veremos adiante, a reafirmação dos princípios do marxismo-leninismo e a manutenção de uma série de referências históricas que, de alguma maneira, contribuíram para a construção da identidade partidária do PC do B como, por exemplo, a tese da vigência do leninismo até 1956, o revisionismo como expressão dos interesses da pequena-burguesia sob o socialismo

Pode-se também identificar a permanência de algumas questões não resolvidas, principalmente em relação à Albânia, que repetiram, em menor grau, o que já havia acontecido no VI Congresso em relação à China: a identificação dos problemas, de suas origens, não acompanhadas de uma avaliação crítica do papel do PC do B como condutor ou divulgador de idéias, processos e acontecimentos de duvidosa consistência marxista-leninista.

No entanto, a realização de tais modificações, permanências e reavaliações, após um período de debates, refletiu a disposição em acomodar, senão todas, pelo menos a maioria das opiniões apresentadas nos processos, excluindo aquelas que, de alguma forma, de acordo com a direção partidária, aprofundassem as críticas ao modelo leninista de partido ou questionassem o caráter socialista do regime soviético antes de 1956.

Balanco histórico e teoria da transição

O *Informe* apresentado sob o título de *Os contratempos do socialismo* faz um balanço histórico sobre a experiência socialista que, em certa medida, explicita as linhas mestras da concepção de socialismo no interior do PC do B.

De um modo geral, a URSS consolidou um novo sistema econômico-social oposto ao capitalismo, o que nos remete a uma posição distinta daqueles que, a partir de uma perspectiva maoísta, identificam o regime soviético como de um capitalismo de Estado.

Para o PC do B, a construção do socialismo evidencia-se no fato de que “*a abolição da contradição entre trabalho socializado e a apropriação privada permitiu rápido desenvolvimento, sem crises, das forças produtivas*” (PCdoB, 1992:p.36), ou seja, repõe-se com força o debate sobre os efeitos da titularidade dos meios de produção sobre as relações de produção, ainda que ao longo do *Informe* ele não apareça como contradição nem se quer se coloca como problema de fundo.

No balanço histórico tem destaque o processo de modernização no campo, cuja coletivização aparece como causa fundamental da grande eficiência produtiva, embora tal reflexão se faça distante dos custos sociais e políticos, assim como dos dados econômicos efetivos.

No campo político, o *Informe* apresenta as inovações democráticas introduzidas pela prática dos Soviets como prenúncio de uma nova forma revolucionária de poder, cujo centro era a transferência decisória e executiva para os trabalhadores; atuantes nos soviets, que iniciariam o trajeto à própria negação do Estado. Embora não se debruce em exemplos concretos, identifica que a interrupção desse processo foi fundamental para o surgimento do revisionismo contemporâneo.

Do ponto de vista social, o balanço é genérico e recorre às estatísticas oficiais acerca do crescimento da produção, da elevação do bem-estar material, decorrentes da centralização e planificação da economia, assim como do acesso à universidade, à arte e aos bens culturais vividos no período posterior a 1917.

Ao avaliar o significado da crise do socialismo sobre as esquerdas, o *Informe* procura aprimorar sua avaliação sobre o revisionismo, entendendo-o não como um desenvolvimento necessário do socialismo e da revolução, mas como resultado de um conjunto de fatores que devem ser estudados e aprofundados.

De um modo geral, não se observam grandes mudanças nas abordagens sobre o revisionismo em relação às teses defendidas desde a década de 60, sustentando a manutenção da tendência leninista até meados dos anos 50, sendo esta suplantada pela orientação ‘*liberal-burguesa*’ de Krushev que inicia a transição ao capitalismo. Ou seja, a década de 50, particularmente a partir do XX Congresso, marca a interrupção do processo revolucionário e o início de uma nova fase. Sustenta que, “temos, portanto, dois balanços diferentes – o da época socialista e o da era revisionista. O primeiro, promissor, apesar das

dificuldades que enfrentava; o segundo, degradante em toda a linha. Refletindo situações distintas, não podem ser confundidos na mesma designação de socialismo **real**. Um deles é efetivamente socialista, o outro, anti-socialista.”(PCdoB, 1991: p. 38).

Podemos identificar que o fator de ruptura reflete-se na negação ideológica de parte das conquistas revolucionárias, assim como a re-introdução de novas formas de propriedades e de relações com os meios de produção a partir das reformas de Krushev e que se estendem, ainda que com justificativas diversas, nas reformas econômicas do período de Brejnev.

Embora apontem que do ponto de vista político a ascensão dos grupos revisionistas no interior do partido e do Estado soviéticos se relacionem com uma estratégia ‘camuflada’, o texto pouco explora as contradições presentes no período anterior a 1956. Mantém a tese, portanto, de que o processo de chegada ao poder dos grupos revisionistas tenha sido fruto de uma conspiração e que a transição gradual refletiu a disputa entre diversos interesses no interior do aparelho de Estado e do partido. A *Perestroika* era o coroamento e o final do processo.

A novidade encontrava-se no fato de que pela primeira vez o PC do B admitia que o entendimento do revisionismo foi insuficiente para explicar a derrota histórica, uma vez que as causas que permitiram seu desenvolvimento não haviam sido profundamente estudadas e compreendidas, o que inevitavelmente levaria ao estudo crítico da experiência da transição socialista. Afirma que, “a crítica exclusivamente ao revisionismo mostrou-se insuficiente. Porque não explicava as causas da derrota do socialismo na URSS. Com a débâcle do Leste europeu e da União Soviética a situação se complicou mais ainda devido a que os males do revisionismo foram atribuídos ao comunismo.”(idem; p. 40)

Para o PC do B, a idéia central era que havia sido *‘esmagado por corrente que atuava no seio do movimento revolucionário’*, já que a existência de duas tendências, uma revolucionária e outra reformista, cuja origem remontava aos conflitos apontados por Lênin⁹⁹, definira o desfecho desta etapa histórica.

⁹⁹ “Durante toda a Revolução de 1917 – escreveu Lênin – os mencheviques e os esserristas não fizeram outra coisa que vacilar entre a burguesia e o proletariado, jamais puderam assumir uma posição correta, como se o fizessem para ilustrar deliberadamente as palavras de Marx, de que a pequena-burguesia é incapaz de ter uma posição independente nas batalhas decisivas” (PCdoB, 1971: p.40).

Aqui reaparece com força a idéia, já anteriormente esboçada, de que a pequena-burguesia constitui um ponto de resistência fundamental ao avanço da revolução, expressando seu desacordo com a linha proletária, de modo do desorganizado ou não, e variando conforme as possibilidades permitidas pela conjuntura política. De certa maneira, o *Informe* aprovado no Congresso reitera a associação entre os principais eventos e conflitos da história soviética às contradições entre proletariado e pequena-burguesia. Embora o PC do B não admita a existência de uma articulação política entre os interesses de classe da pequena-burguesia e sua ação enquanto grupo, sugere um grau de racionalidade muito grande, na medida em que aponta mudanças de tática que variam de acordo com a conjuntura política¹⁰⁰. Além disso, introduz junto a essa problemática o debate sobre a formação marxista insuficiente dos comunistas soviéticos que, no período da construção socialista, contribuiu para uma estagnação teórica, incapaz de oferecer respostas adequadas aos novos problemas colocados.

Para o PC do B o entendimento do revisionismo, como corrente política e ideológica no seio do movimento revolucionário, deve ser compreendido como efeito da ação e dos interesses diversos aos do proletariado presentes no interior das formações econômico-sociais de transição. Assim, a permanência da pequena-burguesia sob o socialismo produz ações que resistem às transformações revolucionárias e, ao mesmo tempo, expressam, mesmo que sem consciência, os interesses de classe da burguesia, a qual já não mais existiria enquanto classe¹⁰¹.

No entanto, o desenvolvimento do revisionismo como resultado da ação dessa pequena-burguesia explica, para o PC do B apenas como foi derrotada a primeira experiência socialista, mas não o porque. Fazia necessário o entendimento dos principais problemas vividos na URSS que permitiram a ascensão revisionista e sua vitória sobre um regime que parecia sólido, tanto política como ideologicamente.

¹⁰⁰ O *Informe* sustenta que mencheviques e centristas reingressaram dissimuladamente no PCUS e que se opuseram ao leninismo nos episódios da dissolução da Constituinte, na Paz de Brest, nos prazos de duração da NEP, na política de industrialização e coletivização da agricultura etc. (PCdoB, 1991: 41).

¹⁰¹ “O confronto ideológico entre a corrente leninista, revolucionária e a pequena burguesia revisionista, tem raízes históricas. A pequena burguesia, que constitui vasta camada social, existe não somente no capitalismo, aparece igualmente no socialismo. (...) Orienta-se no sentido de amainar a luta revolucionária do proletariado, cheia de imensas dificuldades e de grandes sacrifícios, dirigí-la pelo caminho das reformas de tipo burguês. Essa tendência pequeno-burguesa é revisionista por natureza, dado que o marxismo representa a teoria da luta de classes conseqüente cuja meta final é o comunismo. Suas idéias não são as mesmas do proletariado. O socialismo é a aspiração da classe operária, e não de outros setores sociais” (PCdoB, 1991: p. 42).

A crítica à experiência socialista (a crítica dogmática ao dogmatismo)

O *Informe* aponta para a existência de um descompasso entre a experiência concreta e a elaboração teórica, criando uma espécie de estagnação teórica, incapaz de produzir novas reflexões e novas políticas para uma nova fase da transição socialista. Sustenta que tal ‘fraqueza ideológica’ se ancorava numa leitura dogmática dos textos clássicos, impedindo o avanço do marxismo na nova etapa da luta social.

Embora sugira a existência de um clima de ‘comodismo’, ‘auto-suficiência’ no interior do PCUS, potencializado pelas vitórias materiais e políticas, e de uma incompreensão sobre o estágio da luta de classes no socialismo, evidenciado pelas oscilações entre a idéia da radicalização da luta de classes sob o socialismo e a superação dos conflitos¹⁰², o PC do B não vincula a estagnação teórica à falta de espaço político e intelectual propício ao debate, tanto dentro das instituições do Estado e do partido, à repressão e ao controle ideológico. Evidencia-se isso quando identifica o problema nos anos 40, ou seja, posteriormente ao período dos Processos de Moscou e da eliminação física dos opositores de Stalin. “As debilidades ideológicas do Partido no enfrentamento com os revisionistas, em 1956/57, - toda a velha guarda bolchevique deixou-se envolver nas maquinações de Kruschov – demonstra que Stalin não deu atenção suficiente, em especial, a partir da década de 40, à formação leninista e à luta ideológica, problemas-chaves da luta de classes.”(PCdoB, 1991: p. 47)

O PC do B recorre a uma longa citação de E. Hoxha¹⁰³ sobre o período de Stalin para compreender o que havia acontecido na União Soviética:

Penso que no Partido Comunista da União Soviética, já antes da guerra, mas de modo particular depois desta, observavam-se sinais de apatia condenável. Esse Partido gozava de grande renome, tinha alcançado grandes êxitos em seu caminho. Porém havia começado a perder seu espírito revolucionário, e o burocratismo e a rotina o estavam contaminando. As normas leninistas, os ensinamentos de Lênin e de Stalin haviam sido convertidos pelos aparelhos em fórmulas e slogans surrados”. (...) “Pouco a pouco começou a estender-se o arrivismo, o servilismo, o charlatanismo, o nepotismo mórbido, a moral antiproletária. Tudo isso corroía o Partido, sufocava o espírito de luta de classes e de sacrifícios e o empurrava à busca de uma vida tranqüila, de privilégios, de vantagens pessoais, de pouco trabalho e menor esforço (HOHXA apud PCdoB, 1992: p. 42).

¹⁰² O detalhamento sobre a utilização dessas abordagens sob Stalin pode ser verificada em Chavance (2005).

¹⁰³ Do livro Os Kruschovistas, um dos poucos textos de E. Hoxha não traduzidos pelo PC do B, que poderia, na crítica a Stalin, entendê-la inoportuna.

A burocratização e outros males associados ao processo de afastamento do PCUS das massas e o esvaziamento dos órgãos de poder soviéticos, que permitiu a centralização excessiva do poder político e a fusão na prática entre partido e Estado, aparecem para o PC do B como resultado das debilidades ideológicas, fruto da estagnação¹⁰⁴ e da insuficiente formação marxista-leninista.

A abordagem dos problemas relativos ao dogmatismo reinante na URSS sob Stalin expresso na idéia da estagnação teórica revelou, na Tribuna de Debates, a existência de uma tensão acerca do tema, uma vez que vários membros, inclusive do CC, indicaram a existência de vasta bibliografia conhecida pela direção e que abordavam esta problemática desde fins da década de 50 (LIMA, 1991a, 1991b).

Do ponto de vista político, ‘o ponto de partida’ da degenerescência revisionista, para o PC do B, continuava sendo o XX Congresso do PCUS. No entanto, ainda que apareça como uma tentativa de acomodação das visões sobre a questão, o *Informe* reconhecia que ela já se apresentava no período de Stalin.

O PC do B se utiliza de uma definição de Lênin acerca das características do novo poder para, a partir dessa referência, construir um parâmetro de comparação com as práticas e transformações operadas pelo PCUS no sistema político durante o período da construção socialista.

Amparado numa citação de Lênin, o PC do B apresenta sua concepção de funcionamento dos órgãos do novo Estado: “origem popular e democrática, afirmação da soberania popular, exercício do poder pelas amplas massas trabalhadoras que controlam o Estado, traslação progressiva ao não-Estado. É um poder dinâmico, antiburocrático por excelência. Sua força reside na consciência política das massas, na participação voluntária dos trabalhadores nas tarefas estatais”. (PCdoB, 1992: p.44)

A partir daí, analisa que o processo vivido na URSS, onde a centralização política, tanto nos órgãos do novo poder como nas instituições partidárias, a superposição do partido

¹⁰⁴ A idéia reaparece, não como estagnação, em Losurdo: “O partido bolchevique possuía certamente uma teoria para a conquista do poder; mas se por revolução se entende, além da derrubada da velha ordem, a construção do novo, os bolcheviques e o movimento comunista eram substancialmente destituídos de uma teoria revolucionária. Não pode certamente ser considerada uma teoria da sociedade pós-capitalista a construir, a expectativa escatológica de uma sociedade perfeitamente conciliada e sem contradições e conflitos de qualquer gênero. Devemos levar em conta esta grave lacuna. Para preenchê-la, não serve o retorno nem a Marx nem a outros clássicos. Trata-se de uma tarefa nova, de extraordinária dificuldade, mas absolutamente imprescindível” (LOSURDO, 2004: p. 62).

ao Estado, o incremento progressivo da burocracia e a transformação das instituições de massa em homologadoras das decisões partidárias entravam em choque com os princípios originários da revolução e do marxismo. Acrescente-se a isso a crítica à repressão política institucionalizada, a qual, segundo o PC do B, violava a legalidade democrática, estimulava o medo, a passividade e o silêncio. Observe-se que, contraditoriamente, a justificativa oficial em torno do acirramento da luta de classes se dava num momento onde se propalava a superação das contradições.

Apesar da crítica genérica ao processo, o PC do B resiste em identificar historicamente quando e porque esse processo se desenvolve, apenas afirma que “a pouco e pouco, o Estado sofreu algumas alterações no seu conteúdo democrático e popular. Ainda que mantendo seus propósitos de defesa dos interesses do proletariado e da Revolução, converteu-se num órgão burocrático, afastado das massas. O poder tornou-se demasiadamente centralizado” (PCdoB, 1991: p. 44).

O mesmo padrão se repete em torno da repressão política e do modo como o PCUS conduziu politicamente o Estado soviético exagerando o princípio da direção política e do papel de vanguarda na condução da revolução, impondo sua razão sobre as classes aliadas, a partir de critérios rígidos e pré-definidos, descolados do processo de consolidação da hegemonia política¹⁰⁵.

O lugar de Stalin

O debate sobre o papel de Josef Stalin à frente do PCUS e da URSS sempre foi tema polêmico e, muitas vezes, interdito aos militantes do PC do B. Como vimos, as ações de Stalin, suas contribuições e suas responsabilidades cindiram gerações de comunistas, a crise do socialismo precipitou de modo acentuado a necessidade desse debate no interior do PC do B, com o objetivo declarado de entender sua interação e sua relação com o advento do revisionismo.

O PC do B sustenta que, ainda que a idéia do “stalinismo” resulte de uma campanha internacional contra o socialismo, atribuindo a Stalin e ao socialismo características

¹⁰⁵ O PC do B não relaciona a busca pela consolidação da hegemonia no processo de transição aos mecanismos existentes ou inexistentes no sistema político para a expressão das divergências, particularmente expressos no sistema unipartidário e no modelo leninista consolidado após o X Congresso do PC (b).

intrínsecas às ditaduras mais sanguinárias, deve-se aprofundar o entendimento do papel por ele desempenhado, suas responsabilidades e equívocos, ao longo desse processo de acúmulos de erros e de insuficiências teóricas. Pela primeira vez, admitia-se debater oficialmente a obra de Stalin à frente da URSS e avaliar o modo como sua conduta interferiu diretamente para a ascensão revisionista e a crise do socialismo.

Do ponto de vista metodológico, o *Informe* apresentado defende que Stalin deva ser compreendido do ponto de vista histórico e que as terminologias em torno do stalinismo prestam serviço à reação ao associar a idéia do socialismo ao dogmatismo e aos mais variados crimes. Assim, rechaça tais expressões afirmando não ser o PC do B nem stalinista nem anti-stalinista.

No balanço histórico apresentado destaca o papel de Stalin como Estadista, ressaltando o acerto da maior parte de suas ações, particularmente àquelas que definiram os rumos, tanto da construção ‘vitoriosa’ do socialismo na URSS, como do quadro de forças na política internacional com destaque para o papel desempenhado na II Guerra Mundial. Nesta avaliação, o *Informe* sugere que ele cumpriu, no fundamental, as tarefas teóricas em torno da divulgação e da defesa do leninismo, da construção do socialismo num só país e que agiu, no geral, de modo acertado nos principais enfrentamentos políticos¹⁰⁶.

No entanto, havia demonstrado incompreensões no campo político e teórico, como admite o *Informe* quando afirma que

Stalin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduzia a subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda (PCdoB, 1991: p. 47).

O culto à personalidade de Stalin foi apontado como parte de um processo mais amplo de centralização política, o qual se estruturava em todos os níveis e refletiam o “fetiche da direção que tudo sabe e tudo resolve, direção que se reduzia ao Birô Político, e, dentro do Birô, a ele próprio.”(PCdoB, 1991: p. 47)

¹⁰⁶ Ao longo da produção teórica do PC do B foram utilizadas um conjunto citações e afirmações de Stalin acerca de alguns temas, revelando sua clareza de opinião e o acerto na condução de determinados problemas (coletivização, militarização dos sindicatos, relação partido-classe etc). No entanto, nem sempre tais afirmações corresponderam a ação concreta.

Sendo partes de um único processo, a repressão política e ideológica derivou, para o PC do B, de uma tese equivocada sobre a radicalização da luta de classes sob o socialismo que, “conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime”. Para o PC do B, “a luta de classes, particularmente no terreno das idéias, não pode ser tratada de maneira rígida. Stalin acentuou principalmente seu aspecto repressivo que, em certas ocasiões é indispensável”(PCdoB, 1991: p. 48).

Embora o PC do B não associe de maneira inequívoca o processo de esvaziamento dos novos órgãos do Estado soviético, da centralização política e da repressão que o acompanharam sob Stalin à estagnação teórica apontada anteriormente, suas relações são evidentes.

Ao abordar o papel de Stalin na perspectiva teórica, o PC do B aponta que sua contribuição ficou aquém das expectativas, uma vez que não houve um tratamento científico das novas experiências vividas na URSS, nem sua sistematização numa perspectiva revolucionária, materialista. O PC do B afirma que, em função disso, “Stalin não esteve à altura da generalização da prática revolucionária. E por isso caiu, em certa medida, no subjetivismo, no empirismo, que se manifestaram na orientação do Partido. Em tais circunstâncias, a teoria revolucionária estagnou”(PCdoB, 1991: p. 49).

Sobre esta articulação entre o papel de Stalin e a questão da estagnação teórica do período, podemos estabelecer duas linhas raciocínio que, a meu ver, encontram-se pouco desenvolvidas nas argumentações do PC do B e que merecem ser melhor aprofundadas: a primeira refere-se à uma dificuldade em despersonalizar a ação política comunista da formulação teórica. Da maneira como se apresenta o problema sob Stalin, a própria crítica formulada pelo PC do B revela uma perspectiva extremamente centralizadora, em primeiro lugar no partido, uma vez que sustenta que os temas da crise do socialismo ainda não foram devidamente estudados, desconsiderando uma larga bibliografia crítica marxista produzida fora do partido; e em segundo lugar, na direção partidária, na medida em que exige dos dirigentes políticos, além das habilidades administrativas e políticas inerentes à condução de uma experiência revolucionária, uma capacitação teórica cada vez mais complexa e multiforme, suficiente para produzir conhecimento científico e dentro da perspectiva materialista, sistematizar as novas experiências sociais e políticas e, ao mesmo tempo, criticar e polemizar dentro da tradição criada pelos clássicos do marxismo.

A segunda linha de reflexão, ancorada na primeira, refere-se ao modo como a questão da estagnação teórica apresenta-se descolada do processo político real. No Informe aprovado pelo Congresso, não se coloca de modo evidente os efeitos da repressão política e ideológica e da centralização de poder, das organizações populares para o partido e nas organizações partidárias para a direção, sobre a produção marxista. A crítica ao dogmatismo, sugerido como mera reprodução dos autores clássicos do marxismo, o que por si só seria um problema, é feita mais sobre seu caráter metodológico, tido como anti-dialético, que como um conjunto de efeitos ideológicos resultantes das práticas do Estado Soviético e do conjunto das relações de produção.

Essa dissociação entre a base material e política e a produção teórica é o fio condutor dos documentos do VIII Congresso, deslocando a mesma problemática para o período da ascensão e consolidação do revisionismo na URSS ou nas abordagens sobre o desenvolvimento do revisionismo nos partidos comunistas fora do poder. Assume, inclusive, caráter moral e ético a luta ideológica quando contrapõe ‘revolucionários’ e ‘oportunistas’, ‘revisionistas’ e ‘marxistas-leninistas’.

Por fim, a abordagem do período de Stalin e de seu papel à frente do PCUS e da URSS, embora tenha sido simbólica e politicamente importante para o PC do B e para sua compreensão acerca das tarefas da transição socialista, mostrou-se limitada tanto do ponto de vista histórico, ao não avaliar o significado político e ideológico das ações empreendidas ao longo do período da construção socialista, quanto sob a perspectiva teórica, pois não rompeu com parte dos princípios metodológicos que propunha criticar; tampouco propôs recuperar o núcleo rígido de suas abordagens anteriores, particularmente àquelas que esboçavam uma avaliação sobre o revisionismo como reflexo de uma determinada relação entre as classes sociais no interior da URSS.

Se o debate em torno do papel de Stalin polarizou parte das discussões do Congresso, mais pelos efeitos teóricos e políticos derivados de sua prática que pela avaliação concreta dos efeitos materiais e históricos da experiência da ‘construção socialista’, podemos observar que o documento final objetiva um acomodamento de tensões não resolvidas e a não abordagem de determinados temas, como dos debates sobre a coletivização, sobre a NEP, os processos de Moscou, as disputas com Trotsky e a Oposição

Unificada, revela, de um lado, um controle ideológico sobre os rumos e o desenvolvimento do debate interno e de outro, uma acuidade na

Podemos observar que o resultado final foi o acomodamento de tensões e a não abordagem de temas relativos à transição socialista que implicassem numa avaliação mais pormenorizada do período anterior ao XX Congresso do PCUS. Isto revela, de um lado, um controle ideológico sobre os rumos e o desenvolvimento do debate interno e, de outro, uma acuidade na manutenção da unidade política e ideológica da organização, ainda que para tal fosse necessário o adiamento dos debates ou a interdição temática.

A defesa dos princípios

O PC do B conclui sua avaliação sobre a crise do socialismo, *os contratempos do socialismo*, apontando para algumas referências que são fundamentais para o entendimento da experiência histórica socialista e dos desafios atuais. De uma maneira geral, em função do significado político e teórico adquirido pela Revolução de Outubro e do papel desempenhado pelo PCUS as outras experiências de cunho socialista, e que se desestruturaram entre 1988/92, apresentavam-se como que refletindo dentro dos espaços nacionais tendências, processos e procedimentos cujo epicentro era a experiência soviética. Nesse sentido, a ausência de reflexões mais aprofundadas sobre o significado da Albânia e suas tentativas de revigorar o socialismo, em oposição às tendências revisionistas manifestas nos partidos e governos sob influência soviética e/ou chinesa, demonstra a compreensão de que a raiz dos problemas evidenciados no Leste Europeu e na Albânia pudesse ser a mesma, apresentando-se de forma distinta, submetidas às especificidades nacionais e às conjunturas internacionais.

A débâcle do socialismo colocara o marxismo na defensiva e fazia-se necessária a retomada da luta teórica a partir de uma perspectiva crítica da experiência soviética para além daquelas que haviam sido postas até aquele momento e da reafirmação de princípios.

Lamentavelmente, ainda é débil a luta contra a crise do marxismo, que apresenta maior complexidade por envolver o socialismo no poder e abarcar o conjunto do movimento revolucionário. Boa parte dos partidos operários aderiu ao revisionismo. Somente nestes últimos tempos, alguns começam a reagir à falsa orientação liderada pelo extinto PCUS. As organizações marxistas-leninistas concentraram seus esforços na crítica ao revisionismo contemporâneo, dispensando pouca atenção, no plano teórico, às deformações verificadas na construção do socialismo (PCdoB, 1991: p.51).

Em termos conclusivos, *O Informe do VIII Congresso* reafirmava os princípios que consideram lapidares da concepção marxista-leninista de partido. Em primeiro lugar, como pensamento axial do marxismo situa a perspectiva da luta de classes como ‘força motriz do desenvolvimento das sociedades divididas em classes antagônicas’, o que contrapõe às abordagens revisionistas em torno da idéia de ‘coexistência pacífica’ e pós-socialistas em torno da superação dos conflitos de classe sob o capitalismo atual; assim como mantinha a centralidade da classe operária como ‘destacamento social que comanda as transformações radicais na sociedade rumo ao socialismo’.

Como parte desta declaração de princípios o Estado, por ter seu caráter de classe, é uma organização que não pode ser transformada em essência senão através de um processo revolucionário, único capaz de consolidar a Ditadura do Proletariado, condição necessária para o comunismo. “Mantemos a opinião de que a ditadura do proletariado é o conteúdo essencial do Estado Socialista que nasce da revolução e conduz, através de um processo de transição, à sociedade sem classes, ao comunismo. Ditadura de uma classe não ditadura de um indivíduo ou de pequeno grupo, que condenamos”(PCdoB, 1991: p. 53).

Ao alinhar as perspectivas teóricas fundamentais para o marxismo, considera, a partir das experiências acumuladas, que não deve haver modelos de socialismo, de seus órgãos, instituições, nem sequer sobre as etapas da transição que podem variar de acordo com o espectro de classes e o nível de desenvolvimento sócio-econômico. Nesse sentido, demonstra a existência de uma perspectiva teórica mais aberta e menos dogmática tanto em relação aos outros partidos comunistas como com as experiências auto-denominadas socialistas que perduram, as quais como Cuba, China, Vietnam e Coréia do Norte, mantêm o rumo da ‘*causa que defendem*’.

Por fim, mantêm como norte o papel de vanguarda do Partido Comunista, representante da classe operária e fundamental no processo de consolidação do poder revolucionário e da ditadura do proletariado, o qual deve buscar conquistar sua hegemonia cotidianamente. Reiteram sua convicção no modelo ‘leninista’¹⁰⁷ de organização, baseado no centralismo democrático, com um único centro dirigente que contrasta com a “dispersão

¹⁰⁷ As referências aqui são fundamentalmente ligadas ao modelo centralizado desenvolvido a partir de 1919 no PCUS, que não permitia a existência de frações e centros dirigentes paralelos.

pequeno-burguesa que impede a direção única e planificada da economia e o desenvolvimento harmonioso da comunidade”.

Uma vez que não se deve ter modelos de transformação socialista, o apoio aos países que sustentam uma posição de defesa da causa socialista demonstra uma mudança de postura em relação ao Congresso anterior e, em certa medida, avalizava as orientações do Comitê Central que já havia iniciado uma reaproximação política com alguns partidos, dentro e fora de governos, mesmo antes de iniciarem os trabalhos do VIII Congresso, recolocando a problemática chinesa na vida do PC do B. Isso se justificava pois, segundo o PC do B, “há entre os Partidos que haviam adotado o revisionismo do PCUS um empenho salutar visando reorientar suas posições político-ideológicas”. (PCdoB, 1991: p. 35).

O Informe, após reafirmar seus princípios, buscava estabelecer novos rumos nas relações internacionalistas ao sustentar que o grau de dificuldade impedia qualquer articulação internacional entre os partidos comunistas, mas defendia ser possível restabelecer relações com um conjunto de partidos que, ‘antes ligados ao PCUS, procedem a um exame crítico do que se passou na URSS e no movimento comunista’. Justificando, como vimos anteriormente, a reaproximação com países considerados revisionistas, muitos dos quais que procederam ao exame crítico de suas posições como foi o caso do Partido Comunista Cubano, do PC Português, Indiano, Francês etc., ou ainda, que se mantiveram na mesma senda como é o caso emblemático da China.

Analisando o processo do VIII Congresso, podemos observar que do ponto de vista teórico o PC do B produziu uma mudança de avaliação sobre o socialismo e a experiência histórica na URSS, buscando identificar no período anterior ao XX Congresso as raízes da ascensão e desenvolvimento do revisionismo. Ainda que tenha concentrado suas explicações no papel desempenhado pela ‘pequena-burguesia’, identificou suas ações no interior do PCUS durante o período de Stalin, conquistando espaço político e status por dentro da burocracia partidária fortalecida pelo esvaziamento dos órgãos do poder soviético. Nesse sentido, o reconhecimento do papel político desempenhado por Stalin na burocratização e no cerceamento dos mecanismos da democracia socialista foi uma das principais inovações desse Congresso.

No entanto, apesar de inovar na crítica ao período de Stalin, o PC do B não avançou sobre alguns temas fundamentais do debate sobre a transição socialista. Ao analisar o papel

da luta de classes sob o socialismo, o PC do B privilegiou o papel desempenhado pela ‘pequena-burguesia’ no estabelecimento do burocratismo no Estado e no Partido, no desenvolvimento de práticas anti-democráticas de esvaziamento dos órgãos de poder popular, na manutenção de privilégios de tipo burguês etc.

O PC do B promoveu um descolamento dos interesses de classes e de suas articulações políticas do processo concreto de criação e reprodução das mesmas. Ou seja, ao afirmar a existência de uma pequena burguesia, com uma prática e uma ideologia de classe alheia aos interesses históricos do proletariado no interior do Estado Soviético e do PCUS, considerando as dificuldades teóricas inerentes em definir tal classe, o PC do B não estabeleceu vínculos entre as relações de produção e as classes sociais sob o socialismo. Assim, parece-nos que, ao centralizar a crítica na permanência de uma pequena-burguesia anti-revolucionária e anti-proletária no socialismo, o PC do B admitiu que não são as novas relações de produção, sob a transição ao socialismo, as responsáveis pela reprodução da pequena-burguesia, ou mesmo da burguesia, enquanto classe social, mas sim a permanência das idéias anti-socialistas no interior da formação econômico-social soviética.

De certo modo, este tipo de abordagem subtrai a análise acerca da reprodução de relações tipicamente burguesas no interior de sociedades em transição ao socialismo, uma vez que a titularidade da propriedade já não mais pertence ao burguês ou ao latifundiário, mas ao Estado Socialista, o Estado de ditadura do proletariado, que por ter esse caráter transforma qualitativamente as relações de produção. Nesse sentido, pressupõe-se que as relações de produção na URSS e em toda a Europa Oriental já eram de novo tipo, o que limitaria o desenvolvimento das relações burguesas, pois já não mais existia a burguesia enquanto classe.

No entanto, a manutenção de relações de trabalho profundamente autoritárias e hierárquicas, apoiadas numa perspectiva teórica produtivista, que tiveram no ‘stankovismo’ e em Kaganovich uns de seus principais símbolos¹⁰⁸, reforçavam o papel de comando do partido e dos administradores na produção, demonstrando pequena penetração da revolução no mundo do trabalho.

¹⁰⁸ Kaganovich afirmava a necessidade do sentir o ‘*chão tremer quando passar um diretor de fábrica*’. Ver Lazagna (2002).

Revelam-se neste ponto importantes elementos da concepção marxista do PC do B, que oscila entre as mesmas tensões verificadas em formulações clássicas, particularmente em conceitos da obra de Marx, onde de um lado, situa-se uma abordagem de caráter economicista que entende o desenvolvimento das forças produtivas como condição fundamental para as transformações revolucionárias; nestas, a técnica, tem caráter neutro, se submete aos ditames da direção, podendo contribuir para a superação das limitações materiais impostas pelo capitalismo. De outro lado, subsistem de maneira residual formulações que focalizam as lutas entre as classes como substrato para o desenvolvimento dos conflitos sob o socialismo, embora suas manifestações sejam compreendidas mais como resquícios ideológicos do antigo modo de produção que como expressão das relações de produção socialistas.

O acento na questão ideológica, descolada das bases materiais, revela a manutenção de uma interpretação de tipo maniqueísta no tratamento das divergências, na medida em que elas se traduziriam, invariavelmente, como expressão dos interesses de classe dessa pequena-burguesia. Assim, mesmo que apontasse para uma utilização inadequada da repressão sobre os adversários, o PC do B reconhece neles a manifestação de interesses contrários aos da classe operária e da revolução, reforçando o mesmo subjetivismo e idealismo criticado no documento em Stalin.

As dificuldades no tratamento do caráter das relações de produção sob o socialismo se mostraram principalmente no debate econômico. Exceção feita ao apontamento de dados sobre o crescimento econômico da URSS na década de 1930, o *Informe* apresentado ao VIII Congresso não indica as causas da estagnação econômica como possíveis expressões do modelo de transição socialista, mas, pelo contrário, o revisionismo teria alterado a planificação e introduzido elementos capitalistas que evoluíram inevitavelmente para a crise econômica. Nesse sentido, as afirmações sobre a necessidade de se implementar mudanças qualitativas na produção, identificadas como necessárias em meados dos anos 1950, parece-nos insuficiente para avaliarmos o modelo econômico socialista. Em outras palavras, ao apoiar-se em dados oficiais sobre produtividade econômica e social nas décadas de 1930 e 1940, o PC do B não aprofunda a discussão sobre o conteúdo das relações sociais e sobre as condições concretas a que foram submetidos os trabalhadores, que permitiram o aumento de produtividade, nem tampouco indica o quanto as causas da

crise econômica e social que potencializou o fim da URSS também encontram suas origens no período anterior a 1956.

O debate sobre a centralização econômica e a planificação, sobre as necessidades em aumentar a produtividade e, de acordo com o caso, alavancar o desenvolvimento das forças produtivas mantém-se aberto, o que pode ter servido de justificativa econômica para a reaproximação com a China e seu esforço de crescimento econômico com a introdução de formas capitalistas, entendido como etapa necessária à transição socialista.

Os resultados do VIII Congresso do PC do Brasil, pelo seu significado político e simbólico, não podem ser resumidos a um ajuste teórico com as interpretações que vigoraram antes da hecatombe que se abateu sobre o mundo socialista. Eles são um roteiro onde se definem os rumos do debate, seus alcances e suas limitações, introduzindo questões polêmicas, tanto na perspectiva histórica como teórica. Se se admite, de um lado, a análise crítica sobre os equívocos ideológicos e políticos do período da construção socialista como inovação metodológica; de outro, mantém-se um aprisionamento teórico em torno dos princípios que formulam a identidade política e ideológica da organização que contrapõem o marxismo-leninismo ao revisionismo, reforçando uma perspectiva ética na abordagem da revolução e da ‘traição’ aos princípios.

Se entendermos o processo de conhecimento e de criação como sendo essencialmente conflituoso e contraditório, não podemos isentar as formulações que emergem do VIII Congresso dessa marca genética, mesmo que os comunistas rejeitem-na em nome de uma pretensa unidade e centralismo. Assim, as contradições teóricas, aparentes ou supostas, presentes nos documentos finais do Congresso são reflexo de um processo que acompanha não apenas os comunistas do PC do Brasil, mas ao próprio movimento revolucionário que se recria diante das derrotas aparentes e dificuldades ciclópicas impostas pelas contradições geradas pelo próprio capital.

Podemos afirmar que este talvez seja um dos Congressos mais importantes de uma organização marxista no Brasil, em que pese haver uma série de tensões não explicitadas, limites políticos e imprecisões teóricas, o VIII Congresso marca um posicionamento diante da crise do socialismo que reafirma princípios e reavalia pontos polêmicos, como vimos anteriormente. A reafirmação desses princípios foi acompanhada de uma atualização estratégica desta organização. Como reflexo de sua avaliação política nacional e

internacional aliada aos desafios impostos pela crise do socialismo, O PC do B requalifica sua abordagem sobre as etapas da luta socialista e abandona a tese das duas etapas da revolução brasileira que, como vimos, tem sua origem na década de 20 e assume a tarefa da etapa socialista para o Brasil desde já, como veremos adiante...

O Programa Socialista e a busca da unidade

Apresentado como cumprimento de uma determinação do VIII Congresso, o Programa Socialista do PC do B, aprovado na VIII Conferência em agosto de 1995, explicita as principais formulações teóricas que emergem como resultado da avaliação da crise do socialismo.

O Programa Socialista deve ser compreendido como um instrumento que norteia a ação do partido e que, portanto, mantém uma relação dinâmica com as transformações estruturais e conjunturais postas pelas transformações capitalistas em seus vários níveis. No entanto, se há este componente tático sujeito às mudanças, variações e arranjos políticos, existem os eixos fundamentais sobre os quais se assenta a tática. Assim, os trilhos teóricos que orientam a formulação programática do PC do B abrigam um conjunto de conceitos e reflexões sobre as experiências socialistas do Leste Europeu e que, de alguma maneira, complementam os trabalhos do VIII Congresso.

Como veremos, o documento aprovado na VIII Conferência sugere a superação do dogmatismo e a recuperação da dialética revolucionária ao romper com o esquematismo dominante nas análises sobre as etapas da revolução no Brasil. No entanto, observamos a permanência de algumas questões não resolvidas ou timidamente abordadas, tais como, o tratamento e o significado do revisionismo contemporâneo no interior das formulações teóricas promovidas pelo PC do B ou a sustentação da tese em torno da construção socialista na URSS até a ascensão de Krushev e o posterior abandono do rumo revolucionário.

Se, de um lado, a luta pelo socialismo desde já implica numa superação das formulações etapistas, as quais impuseram uma muralha entre as tarefas nacionais e democráticas e as socialistas, de outro, a definição do Programa Socialista para a primeira fase, *a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo*, repõe com força o debate em

torno do significado das críticas dirigidas pelo PC do B, ao longo de 30 anos, aos partidos comunistas e aos países do bloco soviético e a China que conduziram políticas de entendimento – com grau diferenciado de controle estatal – com o capital privado, nacional ou estrangeiro, promovendo um esforço auto-justificado em torno do desenvolvimento das forças produtivas materiais e do aumento qualitativo do bem-estar social.

O texto que segue busca compreender o significado do Programa Socialista no conjunto das formulações teóricas do PC do Brasil, assim como compreender quais os graus de rupturas e permanências que o esforço anunciado de rompimento com o dogmatismo produziu no interior desta organização. Para isso, observou-se o processo de formulações teóricas empreendidas pela direção nacional do PC do B objetivando a busca do consenso em torno do Programa, a evolução teórica sobre o Programa, o debate, o significado das mudanças estratégicas efetuadas, os desafios apontados, assim como as contradições que se evidenciam no texto.

Considerando a trajetória política e ideológica construída pelo PC do B desde a reorganização em 1962, podemos identificar o período do VIII Congresso como delineador de uma série de escolhas e definições políticas, de arranjos estratégicos e de reafirmações ideológicas que, em muitos casos, conflitavam com situações anteriores.

O VIII Congresso marcou, como vimos, uma ruptura e uma melhor definição no tratamento da questão do revisionismo, o que possibilitou uma avaliação mais abrangente em termos de sua origem social e política, assim como produziu uma mudança de enfoque no tratamento da questão durante o período da construção do socialismo. Além disso, permitiu, em meio à reafirmação dos princípios norteadores do marxismo-leninismo, um tratamento mais aprofundado do papel de Stalin na crise do socialismo.

Ainda que tais inovações esbarrassem na tradição cominterniana do PC do B, limitando, na prática, o aprofundamento de alguns temas, houve como decorrência imediata duas importantes flexões, de um lado a colocação imediata da luta pelo socialismo, definindo um novo espaço estratégico e programático, enquanto de outro, em decorrência da revisão do tratamento do revisionismo, redesenhou-se o campo de luta pelo socialismo em escala global, o que incluía novamente a China no âmbito dos aliados.

O VIII Congresso do PC do B foi marcado também por uma mudança do ponto de vista estratégico com a superação da perspectiva das duas etapas da revolução. Como vimos

anteriormente, o PC do B manteve, em linhas gerais, a perspectiva de que a revolução no Brasil, em função das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passaria por uma etapa nacional e democrática, como resultado da ação de uma ampla frente anti-imperialista dirigida pelo proletariado, antes da etapa propriamente socialista que emergiria a partir de uma outra configuração política decorrente do estágio da luta de classes no país.

As origens dessa abordagem encontravam-se amparadas no VI Congresso da Internacional Comunista onde se traçavam as estratégias para as etapas da revolução nos países coloniais e semi-coloniais, cuja burguesia não havia completado sua própria revolução e as tarefas nacionais e democráticas. Como vimos, as primeiras formulações derivadas deste Congresso se materializaram enquanto programa político apenas no IV Congresso do PCB em 1954.

De um modo geral, as raízes desse debate estão nas origens das divergências que motivaram a reorganização do PC do B em 1962. As tarefas nacionais e democráticas da primeira fase da revolução, típicas das revoluções burguesas implementadas nos principais países europeus, eram a ante-sala das transformações socialistas e sobre tal ponto, como vimos, desenvolveram-se as divergências no interior do PCB.

Para o PC do B o reformismo dominante na direção do PCB após o XX Congresso do PCUS e que produziu a retificação da linha política com a *Declaração de março de 1957* haviam empurrado a condução desse processo para as mãos da burguesia, colocando o proletariado e seu partido a reboque dos setores nacionalistas de duvidosa índole democrática. Nesse sentido, ainda que não houvesse rompido com a visão acerca das necessidades dessa fase da revolução, o PC do B defendia um papel mais ativo do partido, da classe operária e do campesinato nesse processo, em função das peculiaridades dessa burguesia nacional.

No VIII Congresso o PC do B re-equaciona esta questão, na medida em que passa a apontar a necessidade de se colocar na ordem do dia as tarefas da etapa socialista, ainda que submetidas a uma série de condicionamentos políticos e estruturais presentes na sociedade brasileira. As transformações operadas na economia, no Estado e na sociedade brasileira ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com uma dinâmica classista própria, e o novo quadro decorrente do fim da guerra-fria concluíram parte das

tarefas historicamente delegadas à revolução burguesa ou alteraram estruturalmente seu perfil, em que pese a permanência de um conjunto de problemas não resolvidos.

No Congresso anterior em 1988, o PC do B havia lançado a idéia de que o país estava atravessando uma ‘encruzilhada histórica’ e que necessitaria escolher qual caminho a seguir: se “rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso efetivo, para a democratização e a modernização da vida nacional ou afunda-se no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista” (PCdoB, 1988: p. 370).

Na avaliação do PC do B, o resultado das eleições de 1989 havia reforçado o rumo da estagnação econômica e da dependência externa, como apontavam os documentos do VII Congresso. O “processo de modernização” anunciado e implementado por Fernando Collor de Mello ampliava os graus de dependência e atingiam os pilares da soberania nacional que, na opinião do PC do B, indicavam que nessa etapa a questão nacional adquiriria grande importância.

No informe político do VIII Congresso o PC do B afirmou que diante da manutenção do Brasil nesta encruzilhada histórica, o socialismo se punha como um horizonte possível, desejável e factível embora admitisse a necessidade de, para romper com o atual estado de coisas, da constituição de uma frente anti-imperialista e democrática nacional que

reúna não somente as massas populares e o movimento operário, mas também a intelectualidade progressista, representantes da economia autenticamente nacional, setores militares que não concordem com a perda crescente da soberania brasileira, personalidades destacadas da vida nacional, em suma, todos os que amam a pátria e não querem transformar-se em meros agregados, em vassalos da superpotência norte-americana (PCdoB, 1992: p. 32).

O documento afirma que a questão nacional, em função do desenho da chamada ‘nova ordem internacional’ consolidada com o fim da União Soviética, somado às ações do neoliberalismo sob Collor, assumia papel central, uma vez que para consolidar a saída socialista dever-se-ia intervir na luta cotidiana, pois o socialismo não se constrói em “linha reta”, exigindo um percurso que incorpore outros setores em torno da defesa da soberania.

A importância dada à questão nacional no PC do B é marcante bem antes dessa formulação. Após o encerramento do ciclo militar em 1984, o PC do B manteve uma postura bastante clara em defesa do patrimônio público e da soberania nacional,

particularmente em torno dos mecanismos relativos à espoliação financeira acentuados após 1982 durante a chamada ‘crise da dívida’.

As lutas pela defesa do patrimônio produtivo estatal, dos direitos trabalhistas e sociais e dos mecanismos da soberania nacional ganharam forte impulso como resposta ao processo de desmonte das instituições públicas das mais diversas áreas, à privatização das empresas estatais, do fim do protecionismo econômico vigente em alguns setores, à abertura econômica e a celebração de acordos lesivos à nação implementados a partir da gestão Fernando Collor de Mello (1990/92).

A marca nacionalista característica do pensamento do PC do B passou a se articular com as transformações estratégicas a partir da superação das duas etapas da revolução. Em certa medida, as tarefas de caráter nacional e democrático transitam de protagonistas, da burguesia nacional, ausente como classe na análise do VIII Congresso¹⁰⁹, para os trabalhadores (proletariado e campesinato) sob liderança do PC do B.

O projeto nacional, pilar da visão estratégica dos comunistas desde antes de 1962, não havia encontrado nas classes dominantes condições de se viabilizar, devido a incapacidade da burguesia em romper com a dependência externa, consolidar um programa autônomo e sustentar a ruptura com os entraves históricos, particularmente no campo.

Ao justificar no plenário do VIII Congresso esta mudança de perspectiva quanto às etapas da revolução, Rogério Lustosa argumentava que com esta aproximação entre as duas fases da revolução o partido havia superado o dogmatismo e uma certa linearidade no seu pensamento. Para ele, “*a caracterização geral das etapas da revolução era marcada por certo esquematismo, que resultava, na prática, em separar mecanicamente duas revoluções. Entre os objetivos da nossa atividade e o socialismo, colocávamos uma muralha que, teoricamente, dizíamos não existir*” (LUSTOSA, 1992: p. 64). Advertia ainda que, em função das transformações operadas o capitalismo nacional, colocava-se na ordem do dia a questão de um novo poder capaz de implementar as tarefas de cunho nacional não realizadas pela burguesia, a qual implementou um modelo de desenvolvimento onde coexistiam o atraso e a miséria ao lado da opulência e do avanço tecnológico. Afirmava ainda que, “O entrelaçamento das tarefas adquire, com essa compreensão, um novo conteúdo. As conquistas por concluir, de caráter democrático e nacional, fazem parte da

¹⁰⁹ As referências se dão em torno dos ‘representantes da economia autenticamente nacional’.

revolução socialista. A abordagem de tais questões será dirigida por um programa socialista”.(LUSTOSA, 1992: p.67)

Esta nova perspectiva desenvolvida no VIII Congresso exigia a elaboração de uma nova abordagem programática que articulasse o nível atual de luta contra o neoliberalismo às tarefas de cunho socialista.

A partir da nova orientação que emerge do VIII Congresso, a direção nacional do PC do B procura justificar a decisão no sentido de, de um lado, demonstrar que a nova formulação estratégica deveria ser compreendida como continuidade do esforço programático do partido em oferecer uma abordagem distinta, que aproxima, mesmo com limitações, as questões estratégicas das táticas, referindo-se explicitamente aos programas de 1954 e de 1962, além dos documentos da VI Conferência como etapas fundamentais que antecedem esta nova formulação. De outro lado, a luta pelo socialismo desde já é apresentada como resultado do exame crítico das experiências socialistas do século XX, do esgotamento fiscal dos modelos de Welfare State e do avanço das políticas neoliberais.

O VIII Congresso elege uma Comissão responsável pelo Projeto de Programa que deveria ser apresentado ao conjunto do partido para ser debatido no processo que antecede a VIII Conferência.

Entre o VIII Congresso de fevereiro de 1992 e a VIII Conferência de agosto de 1995, vários membros do Comitê Central do PC do B produzem um conjunto de artigos e documentos que justificam a defesa imediata do socialismo, adequada às características econômicas, políticas e sociais do desenvolvimento capitalista brasileiro, ao mesmo tempo em que situam os principais desafios do novo Programa Socialista, de um modo geral, orientados a partir de uma perspectiva auto-denominada crítica das experiências socialistas e da importação de modelos.

Durante os trabalhos do VIII Congresso Luís Fernandes (1992b), publica um artigo com o objetivo de avaliar os caminhos da evolução estratégica dos comunistas no país. Aponta que a utilização dos parâmetros consagrados pela Internacional Comunista orientaram as formulações do Programa do IV Congresso do PCB em 1954, o qual indicava a necessidade de se constituir uma ampla aliança de caráter nacional, com objetivos democráticos e anti-imperialistas, mas que esbarrou no esquerdismo e sectarismo político dominante naquele período que, como vimos, sofreu pesadas críticas durante os debates que

antecederam a reorganização do partido, acusado pelos ‘renovadores’ e ‘prestistas’ de ser a materialização do dogmatismo e do stalinismo dominante.

A problemática da mudança estratégica impunha repensar as etapas da revolução no país e as tarefas colocadas em torno dos objetivos a serem conquistados. Nesse sentido, o papel da burguesia nacional ganhava relevo, uma vez que a trajetória que consagrara o movimento comunista nos países semi-coloniais era a busca de uma ampla aliança política capaz de viabilizar o rompimento com os entraves econômicos do latifúndio e da ação do imperialismo.

Fernandes indica que a perspectiva estratégica dos comunistas brasileiros “*nunca se orientou pela defesa explícita de uma revolução ‘democrático-burguesa’ a ser dirigida pela burguesia nacional*” e que somente nas formulações contidas na *Declaração de março de 1958* é que se incorpora implicitamente nas caracterizações progressistas do capitalismo brasileiro e da tendência contínua a democratização, atrelando o sucesso da etapa da revolução ao desempenho positivo de sucessivos governos nacionalistas capazes de implementar um desenvolvimento autônomo.

Em 1958 o pano de fundo da cisão havia se deslocado para a condução dessa fase ‘democrático-burguesa’, que a maioria da direção do PCB entendia, segundo o PC do B, que a burguesia nacional devesse conduzir, ampliando os mecanismos democráticos existentes e fortalecendo os setores nacionalistas no governo em contradição com o imperialismo, tendência expressa na *Declaração de Março*.

Fernandes, a exemplo de outras referências feitas por dirigentes do PC do B, aponta que o debate estratégico posto polarizou o PCB antes da exposição das divergências sino-soviéticas, reforçando a tese do caráter nacional e estratégico que envolveu a cisão dos comunistas no Brasil.

Após a Conferência que reorganizou o PC do B, ficam evidentes as diferentes perspectivas estratégicas entre os comunistas, pois, em oposição à *Declaração de Março* e às *Resoluções do V Congresso*, o Manifesto-Programa de 1962 do PC do B consolida uma concepção sobre o caráter monopolista de setores da burguesia nacional que juntamente com o imperialismo e o latifúndio, deveriam ser derrotados e seu regime substituído por um ‘Governo Popular Revolucionário’, onde setores não-monopolistas da burguesia seriam

neutralizados por ações das massas populares, reforçando a tese de que a direção do processo deveria ser da classe operária e seu partido.

Para ele, o Manifesto-Programa de 1962 teve o mérito de reafirmar o caráter ‘nacional-democrático’ da revolução submetendo-o a uma mudança no ‘regime político’ que, sob um ‘governo popular-revolucionário’, implementasse as tarefas de ordem anti-imperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária, diferenciando-se da linha adotada pelo PCB.

Após essa primeira formulação autônoma do PC do B, o pensamento estratégico desenvolveu-se, particularmente após a VI Conferência em 1966, em duas linhas: uma que orientava a luta contra a ditadura propondo a formação de uma ‘Frente Única Democrática e Patriótica’ que incorporou, junto aos objetivos táticos, em torno do combate ao regime militar, bandeiras de cunho estratégico onde se articulavam “medidas políticas democráticas com medidas progressistas de cunho nacional e social”; e outra que incorporava a perspectiva de *Guerra Popular Prolongada* de inspiração maoísta, ainda que o autor pondere não ter sido a experiência de resistência à ditadura com a Guerrilha do Araguaia a aplicação mecânica dos princípios chineses.

De um modo geral, o PC do B aponta uma continuidade nas formulações estratégicas de aproximação das tarefas ‘nacionais e democráticas’ daquelas de cunho socialista. Embora tal aproximação estivesse premida de um lado pela necessidade do fortalecimento da luta anti-ditatorial e da incorporação da questão democrática. Segundo L Fernandes, “isto se materializou, a partir de 1975, (...) em torno de um eixo de três bandeiras centrais: anistia ampla, geral e irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos; conquista de amplas liberdades democráticas; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre e Soberana” (FERNANDES, 1992b: p. 49).

De outro lado, as formulações estratégicas eram, paulatinamente, afetadas pelas análises acerca das transformações operadas no capitalismo brasileiro, desenvolvidas na VII Conferência em 1978 onde

aponta-se o grande crescimento do capital monopolista nacional, sob a égide da proteção/financiamento do Estado, bem como a intensificação do desenvolvimento capitalista no campo, ainda que nos marcos da preservação da concentração fundiária. À luz disto, o pensamento estratégico desenvolvido pela Conferência aponta para a crescente aproximação e entrelaçamento das ‘tarefas nacionais e democráticas’ e das ‘tarefas socialistas’ no processo revolucionário brasileiro, embora se reafirme o caráter essencialmente o ‘nacional e democrático’ da etapa em curso (FERNANDES, 1992b: p. 49).

O VI Congresso que, como vimos, demarca os espaços teóricos em relação ao maoísmo, reafirma essa perspectiva ao analisar o caráter do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e afirmar que

tudo isso vem demonstrar uma vez mais que um desenvolvimento seguro e independente exige, antes de tudo, a liquidação do domínio imperialista no país, a abolição do sistema de latifúndio e medidas drásticas contra os grupos monopolistas da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. As classes dominantes não reúnem condições para realizá-las. Somente um novo regime econômico-social poderá orientar o Brasil no rumo do progresso e da verdadeira independência (PCdoB, 1983: p. 35).

De um modo geral, o VI Congresso, ao realizar um balanço da tática do partido desde 1962, admitiu a necessidade de ampliar a luta contra a ditadura. No entanto, tais flexões obedeceram às necessidades postas de combate aos governos militares com a aglutinação de amplos setores da sociedade, mas sempre submetidos, segundo o PC do B, às determinações estratégicas presentes no *Manifesto-Programa* de lutar por um novo regime político baseado num ‘Governo Popular Revolucionário’.

Assim, sem se afastar da perspectiva da derrubada revolucionária do regime, o PC do B desenvolveu uma tática ampla, de intervenção na luta política cotidiana, em torno da consolidação e fortalecimento da frente anti-ditatorial, materializada eleitoralmente no MDB, enquanto que suas ações nos movimentos sociais objetivaram a construção da Unidade Popular, ainda que numa dura disputa com os setores populares em torno do PT, cuja tática era vista, pelo PC do B, como exclusivista e sectária.

Com o fim do ciclo militar e a implantação da chamada ‘Nova República’, o PC do B procura dar um conteúdo social às tarefas democráticas, empurrando para a frente uma série de definições estratégicas, ainda formalmente presas aos esquemas do *Manifesto-Programa*. Segundo Fernandes (1992b),

O VII Congresso põe um ‘eixo’ de alianças com forças que permitam vincular a ‘questão democrática’ à implementação de profundas e progressistas transformações econômico-sociais. Isto se materializou na aprovação de um novo Programa que define dezoito objetivos centrais, entrelaçando medidas democráticas, nacionais e sociais de cunho tático e estratégico. Este novo desenvolvimento nas reflexões estratégicas se desdobrou também, na definição de um eixo de alianças mais à ‘esquerda’, que se materializou na coligação com o PT (ou o PDT) em boa parte das capitais nas eleições municipais de 1988, bem como na montagem da Frente Brasil Popular (com o PT e o PSB) em torno da candidatura de Lula à Presidência da República em 1989 (FERNANDES, 1992b: p. 50).

Fernandes sustenta que a ‘encruzilhada histórica’ em que se situava o país, apontada no Informe ao VII Congresso do PC do B, havia se radicalizado e as alternativas postas pelo bloco dominante aprofundado a crise social e a dependência externa. Em certa medida,

a conjuntura internacional onde se afirmava a expansão das políticas neoliberais, o desmoronamento do campo socialista e o agravamento da crise de financiamento dos modelos de ‘bem-estar social’ empurrava o PC do B para novas formulações estratégicas, as quais deveriam, de algum modo, combinar os efeitos políticos da ofensiva da direita em escala mundial que pressionava as correntes de esquerda, com uma análise pormenorizada do capitalismo brasileiro.

Este, ao se desenvolver associado e de forma dependente do capital estrangeiro, não resolveu as tarefas da revolução burguesa. Ao avaliar a manutenção das tensões sociais sob os governos da burguesia, num ordenamento não-autoritário, indicava a necessidade de romper com o modelo econômico, aproximando-o da crítica dos outros partidos de esquerda, como que aquela etapa da luta democrática tivesse chegado a termo.

Aldo Rebelo ¹¹⁰ reitera a tese de que as tarefas da revolução nacionais e democráticas só poderiam ser realizadas pelos trabalhadores, uma vez que a burguesia se mostrava incapaz de efetivá-las. “Se tarefas de cunho nacional e democrático foram deixadas à margem, explica-se pelo tipo de burguesia transgênica que empalmou o poder entre nós” ¹¹¹. Nesse sentido, defende que as disputas eleitorais que aproximaram os setores populares e nacionalistas desenhavam um novo sentido estratégico para as alianças do PC do B, particularmente num momento de defensiva das forças de esquerda, em função da conjuntura internacional.

Para Rebelo essa nova perspectiva estratégica tornou-se possível não apenas em função do processo de polarização da sociedade e de radicalização dos setores populares no final dos anos 80, mas também pela superação das tarefas relacionadas ao restabelecimento democrático no país. Segundo o autor, a conjuntura dos anos 70 e 80 dificultou e retardou o debate em torno das duas etapas da revolução, uma vez que as tarefas de ampliação da luta contra a ditadura poderiam confundir-se com os objetivos da revolução. (REBELO, 1992: 10).

¹¹⁰ ex-presidente da UNE e deputado federal pelo PC do B de São Paulo.

¹¹¹ “é verdade que o Partido pagou um certo preço pela formulação das duas etapas, principalmente pelo senso comum que se fazia delas – duas revoluções, sendo a primeira anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária, só depois surgindo no horizonte distante a etapa socialista. Também é verdadeiro que proceder tal mudança no auge da luta pela redemocratização poderia confundir o objetivo imediato da conquista de liberdades políticas e do fim do regime militar em favor de uma miragem socialista inalcançável no curto prazo. (...)Ocorreu que o Partido ficou prisioneiro de um certo esquema que terminava por dar ao seu pensamento um conteúdo distinto da sua forma.” (REBELO, 1992: p. 10).

Assim, em consonância forma e conteúdo, Rebelo sugere que, em função das limitações estruturais da burguesia nacional, cada vez mais dependente, objetiva e subjetivamente, do capital internacional se conquiste um novo regime capaz de levar ao fim as tarefas nacionais da revolução, aproximando-as do socialismo. “Buscar desde já o socialismo, longe de ser a negação das tarefas democráticas e nacionais, significa confiá-las a forças sociais poderosas, capazes de identificar como o seu próprio o futuro da nação” (REBELO, 1992: 10).

Colocava-se, portanto, a necessidade não apenas da luta pelas transformações estruturais, mas, principalmente, a identidade entre determinadas *‘forças sociais’* e a nação, tarefa que a burguesia brasileira era incapaz de realizar.

Ainda dentro desse esforço para justificar a ‘superação das duas etapas’, Renato Rabelo(1993), vice-presidente nacional do PC do B, argumenta que o desenvolvimento histórico do debate sobre a transição deveria considerar as particularidades históricas, sociais, econômicas, culturais e políticas em que se processaram as revoluções. O fato de não haver ocorrido com sucesso nenhum experimento revolucionário nos países de capitalismo avançado introduziu novos componentes nesse debate, uma vez que as especificidades de cada país determinaram o percurso possível e o grau de contradição inerente no interior das frentes revolucionárias e no ‘Estado de ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias’. O autor dá como exemplo, o triunfo das revoluções na Ásia, onde as tarefas anti-feudais e anti-imperialistas se deram sob liderança dos partidos comunistas locais.

No entanto, afirma que no Brasil não há nada de pré-capitalista, não havendo qualquer justificativa para a manutenção da perspectiva das duas etapas.

O autor argumenta de que é o poder sob controle dos trabalhadores, particularmente nos países dependentes ou de ‘desenvolvimento relativo’, que permitiria o sucesso da revolução ao garantir o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que sob formas capitalistas.

Nesse sentido aponta duas questões que considera de fundamental importância para o entendimento dos desafios colocados para os comunistas: a preservação do poder político e o desenvolvimento econômico.

Rabelo sugere que os ataques da reação e do imperialismo, de um modo geral, concentram-se fundamentalmente no esvaziamento das instituições de poder que sustentam os ‘regimes populares’. Para ele,

são pressionados por todos os meios a substituir as instituições políticas, fruto da revolução democrática e popular, por instituições de conteúdo burguês, revertendo a tendência para o socialismo. Precisamente a burguesia visa demolir o poder estatal da transição para o socialismo e implantar outro, à sua imagem, para servir aos seus objetivos (RABELO, 1993b: p. 19).

Em outras palavras, considera como questão fundamental para o sucesso das transições ao socialismo a manutenção do poder sob comando dos trabalhadores como forma de garantir a implementação de medidas que consolidem a transição, o que introduz um elemento novo para equacionar a questão da forma do regime político e os mecanismos da democracia socialista, uma vez que estes se submetem à lógica estratégica da transição¹¹².

A segunda questão, colada à primeira, aponta que a permanência de formas capitalistas durante a transição, sob controle dos trabalhadores, pode permitir uma elevação da produtividade necessária ao cumprimento das tarefas da transição. Rebelo sustenta que,

essa consolidação do poder está sujeita ao desenvolvimento da formação econômico-social da transição, estruturada com os meios existentes, que não crie obstáculos ao processo material, mas, inversamente, libere o mais amplamente possível as forças produtivas estancadas e eleve a produtividade do trabalho. Os elementos do capitalismo ainda utilizados são vistos dentro dessa ótica.(...) Esse quadro deve ser considerado pela estratégia da revolução socialista em todos os domínios”(RABELO, 1993b: p. 20).

O autor articula uma espécie de superação de um certo unilateralismo dominante no PC do B, tornando mais complexa a questão das etapas da revolução, quando afirma, para justificar essa nova concepção estratégica que

o poder político das forças socialistas vai conviver durante determinado tempo com uma economia heterogênea, integrada por vários componentes, capitalistas e socialistas, de várias expressões, conforme o nível de desenvolvimento adquirido. O capitalismo ainda necessário é dirigido pela classe operária, por meio da organização do capitalismo de Estado e por outras formas de controle. O

¹¹² Podemos considerar um reforço dessa tese a abordagem de Ellen M. Wood que considera que o grau de contradição entre o sistema político e a administração do capitalismo tem exposto contradições insolúveis entre a democracia e a manutenção do capitalismo. Para ela, “Capitalismo y democracia son incompatibles también, y principalmente, porque la existencia del capitalismo depende de la sujeción a los dictados de la acumulación capitalista y las ‘leyes’ del mercado de las condiciones de vida más básicas y los requerimientos de reproducción social más elementales, y ésta es una condición irreducible. Esto significa que el capitalismo necesariamente sitúa cada vez más esferas de la vida cotidiana por fuera del parámetro en el cual la democracia debe rendir cuenta de sus actos y asumir responsabilidades. Toda práctica humana que pueda ser convertida en mercancía deja de ser accesible al poder democrático. Esto quiere decir que la democratización debe ir de la mano de la ‘desmercantilización’. Pero desmercantilización por definición significa el final del capitalismo”.(WOOD,2004) ver também, WOOD, 2002.

Partido Comunista do Brasil ainda não tinha essa compreensão, quando insistia na inevitabilidade de uma etapa anterior ao socialismo para realizar as tarefas nacional e democrática, capitalistas, ainda necessárias (RABELO, 1993b: p. 20)

Rabelo retoma esta temática quando apresenta oficialmente o Projeto de Programa Socialista do PC do B. Nele reforça a perspectiva de que tanto na transição socialista como na criação de um novo regime, o principal desafio é a consolidação do poder. Ao mesmo tempo, toma cuidado em justificar teoricamente o caráter peculiar que cada experiência histórica assume, buscando desvincular-se de qualquer modelo, indicando um caminho que incorpore as peculiaridades do desenvolvimento capitalista e da luta de classes no Brasil.

Apresenta um quadro referenciado em Lênin onde situa alguns desafios que nortearam a criação do Programa. Em primeiro lugar articula duas questões: o poder proletário, como elemento qualitativo fundamental capaz de dirigir a transição, cuja composição pode variar de acordo com a situação concreta e o crescimento econômico; e o imperativo do desenvolvimento das forças produtivas.

Embora não argumente teoricamente sobre a articulação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a superação do capitalismo e a harmonização das novas relações sociais de produção, submete o sucesso da transição socialista ao crescimento produtivo o qual deveria ser alavancado pela utilização do capitalismo pelo proletariado.

Na sua opinião, a consolidação do poder pelo proletariado na atual quadra do capitalismo implicaria a garantia do desenvolvimento econômico contínuo, uma vez que,

não basta o poder estar nas mãos das novas forças sociais. Nas condições históricas em que o capitalismo predomina mundialmente e sendo ainda necessário economicamente em muitos países, as novas classes vão estar diante do grande desafio de manter, ampliar e desenvolver as forças produtivas e a produtividade do trabalho a partir do sistema herdado.(...)Torna-se necessário e vantajoso para o poder popular utilizar ainda o capitalismo, tendo presente a necessidade premente do crescimento econômico(RABELO, 1993a: 51).

Esta articulação entre um novo regime de transição com a utilização explícita da forma do Capitalismo Monopolista de Estado, além de justificar teoricamente a questão chinesa na atualidade e silenciar sobre a temática do revisionismo contemporâneo, define aspectos práticos dessa transição que, ainda que se considerem as peculiaridades históricas, estabelece princípios definidores como o do *‘desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário’*, qualitativamente diverso do modelo burguês.

O modelo sustentado para a transição deve considerar a permanência da luta de classes, a necessidade do proletariado dirigir o processo através de instituições que permitam a estabilidade política e o desenvolvimento econômico.

O acento nesses três tópicos permite-nos identificar aspectos lapidares da transição que emergiram da crise do socialismo como reflexo de questões não resolvidas ou teoricamente não solucionadas no processo.

A base teórica do programa para a primeira fase da transição socialista resume-se em:

1) novo Poder – República de trabalhadores e de amplas massas do povo – tem caráter democrático, não liberal, para isso busca formas adequadas do Estado de direito para a mais ativa participação popular na transição ao socialismo; 2) O Poder popular utiliza o capitalismo sempre que possibilite o desenvolvimento das forças produtivas; 3) o conjunto dos componentes capitalistas no período de transição, são regulados pelo poder socialista; 4) A parte socialista erguida é fortalecida e desenvolvida, como dirigente da economia; 5) O tempo de vigência das concessões ao capitalismo tem limite (RABELO, 1993a: p. 53).

O projeto de programa apresentado para os debates da VIII Conferência em novembro de 1993 deveria ser debatido no conjunto do partido num processo ao longo de mais de um ano. No entanto, entre a publicação do Projeto de Programa e sua conclusão foram poucas as mudanças propostas ao texto. Excetuando-se aquelas de ordem semântica, as transformações operadas se deram em duas direções: de um lado as que corrigiam afirmações nas quais o papel dirigente do partido se apresenta de modo inquestionável tornando o texto final menos ‘dogmático’ ou ‘fatalista’ que o projeto original, as quais poderiam oferecer uma perspectiva ‘exclusivista’ ou ‘sectária’ da condução do processo de transição, embora se tenha mantido o princípio de ser o partido o organismo condutor e dirigente do processo, intérprete da teoria socialista.

De outro lado, ocorre uma mudança na caracterização das etapas da construção do socialismo e a transição ao comunismo, a formulação inicial do Projeto de Programa indicava como fases elementares “a transição do capitalismo ao socialismo; a construção plena do socialismo, a da transição para o comunismo”(PCdoB, 1993: p. 59) é substituída por outra que apontava a necessidade da “transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a socialização plena; e a construção integral do socialismo e a passagem gradual ao comunismo”(PCdoB, 2000: p. 461), onde o socialismo é apresentado num processo longo, cujas etapas se encadeiam de modo mais contínuo.

A Estrutura do Programa Socialista

Renato Rabelo ao apresentar o Programa na VIII Conferência faz uma avaliação do processo, da importância e do significado estratégico daquele documento, afirmando ser ele o cumprimento de uma Resolução do VIII Congresso, sendo, portanto, parte dele.

O resultado apontado por Rabelo, mais que um conjunto de formulações e apontamentos sobre as etapas da revolução e a transição socialista, é um esforço coletivo pela recuperação da ‘dialética-revolucionária’, numa espécie de acerto de contas com o dogmatismo, o qual dificultou a compreensão da realidade nacional concreta e dos desafios a serem superados.

De acordo com Rabelo, até então, estávamos sob influência de noções abstratas, presos a preceitos esquemáticos, produtos da limitação teórica, que giravam em torno de três eixos: inevitabilidade de duas etapas da revolução nos países dependentes ou semicoloniais; existência de um modelo universal (único) de socialismo; transito direto à construção socialista após a conquista do poder político (RABELO, 1995: p. 42).

Esta tentativa de ruptura com o dogmatismo é vista como um dos principais resultados do VIII Congresso e efeito imediato da débâcle de Leste Europeu e da chamada ‘crise do socialismo’ sobre o PC do B, ainda que seus efeitos tenham sido desiguais e contraditórios do ponto de vista teórico e político.

Rabelo sustenta que “essa evolução, instigada pela derrota histórica contemporânea do socialismo, foi abrindo caminho para superação de um certo abismo teórico (velhos esquemas) e permitiu encarar sob um ângulo concreto as particularidades do processo social brasileiro, levando-nos a considerar que nosso projeto político fundamental tinha restado fixo, incapaz de responder às novas exigências” (RABELO, 1995, p.42)

Nos 33 anos que separam a reorganização do PC do B, a aprovação de seu Manifesto-Programa e a VIII Conferência que elaborou o Programa Socialista ocorreu um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais que alteraram profundamente as análises comunistas sobre o Brasil, o mundo e a perspectiva socialista.

Na introdução ao Programa, o PC do B reforça, em continuidade das resoluções aprovadas nos VII e VIII Congressos, a ausência de um projeto nacional que superasse os dilemas estruturais mantidos pelas classes dominantes, incapazes de romper com a

dependência econômica, política e intelectual em relação ao imperialismo e ao capital estrangeiro de uma maneira geral.

Essa ausência de um projeto nacional foi responsável, para o PC do B, pela constante violação da soberania nacional, do patrimônio público e dos direitos sociais, submetidos aos interesses dos monopolistas e banqueiros internacionais.

Para o PC do B, um projeto nacional não é necessariamente socialista, mas na atual quadra histórica, um programa que aponte para a defesa dos interesses da maioria da nação, capaz de implementar transformações no sentido de garantir *‘bem estar da população e o desenvolvimento progressista da nação’* implica um entrelaçamento entre a perspectiva nacional e a socialista. Como afirma o documento, ainda que se objetive a construção socialista, um projeto nacional não se apresenta em contradição com o Programa Socialista, mas, pelo contrário, insere-se nele.

O documento, aprovado na VIII Conferência, faz uma avaliação da crise em que se encontra o capitalismo, caracterizado como *‘capitalismo-imperialismo’*¹¹³, o qual opera a submissão das economias nacionais aos ditames dos oligopólios potencializados pela financeirização. O processo de concentração de riqueza e poder nos monopólios e em suas bases financeiras promovem uma espoliação desenfreada de grande parte das nações.

No entanto, o Programa não avalia o significado dessa concentração no interior dos países ricos, que produzem, em nível local, meios análogos de concentração de riqueza e poder que efetuam globalmente. Em certo sentido, a ausência dessa análise funciona como combustível para o debate sobre o projeto nacional, na medida em que polariza a questão nacional, particularmente em relação ao papel desempenhado pelo governo dos Estados Unidos.

¹¹³ Embora não o explicita, o PC do B ao apresentar este conceito para o entendimento do atual estágio do capitalismo, repõe o debate sobre o papel do imperialismo. Se com Lênin em *O imperialismo fase superior do capitalismo* a ação imperialista se pautava pelo controle dos mercados, da transferência de mais-valia para as metrópoles e a disputa hegemônica, o fim da guerra-fria e a afirmação hegemônica norte-americana, num quadro de intensa mundialização da economia o conceito apresentado supõe outra abordagem. Em certa medida, a manutenção dos princípios básicos do capitalismo interage com um novo quadro político que opera em escala global e que impõe uma espécie de *‘imperialismo coletivo’* (AMIN, S), partilhado assimetricamente e amparado por um novo quadro de instituições políticas e militares globais, ao mesmo tempo em que expõe a ascensão do capital financeiro em escala global. Em certa medida, essa nova situação re-equaciona as disputas anteriores, cria novas e evidencia novas contradições e conflitos nacionais e sociais. Ver AMIN, Samir *Geopolitique De L'imperialisme Contemporain* In La Rivista Del Manifesto nº 51, <http://www.larivistadelmanifesto.it/originale/51A20040606.html>, consultado em 21.01.2007

Como marca indelével dessa crise, o PC do B elege o que chama de ‘parasitismo’ para qualificar as atividades de valorização do capital que operam ao largo da produção, criando uma burguesia alheia e distante do processo de produção, ao mesmo tempo em que afasta ‘*grandes massas do trabalho socialmente útil*’. O ‘parasitismo’ é, para o PC do B, sintoma da decomposição do próprio capitalismo.

Soma-se ao ‘parasitismo’ a estagnação, que se traduz pela manifesta incapacidade de ‘envolver o conjunto da sociedade no processo de produção’ e também por sua inépcia – refém das contradições inerentes – em utilizar as possibilidades dos avanços técnicos e científicos, para permitir um desenvolvimento das forças produtivas e garantir um crescimento econômico e social para a maioria da população.

O PC do B sustenta que, apesar do ‘parasitismo’ e da ‘decomposição’, o capitalismo se expande para outras áreas que possibilitam a manutenção de seu processo de autovalorização contínuo. Essa reprodução do capital, alicerçada na esfera tecnológica, na imposição de acordos globais lesivos aos países pobres e na superexploração de mão-de-obra em zonas recém-industrializadas reforça o processo de concentração de poder e capital, uma vez que se repete em escala ampliada a distribuição desigual dos recursos tecnológicos e investimentos em nível global.

Diante dessa avaliação e de seus efeitos sociais, o PC do B reafirma a necessidade de superar a crise do sistema capitalista-imperialista para libertá-lo de suas contradições e permitir a resolução dos problemas sociais.

Numa avaliação preliminar poderemos afirmar que o Programa aposta numa crítica ao ‘capitalismo-imperialismo’ que oscila entre um acento ético e economicista. A crítica ética evolui a partir do argumento em torno do ‘parasitismo’, que permite processos de valorização do capital cada vez mais apartado da produção, colocando a ‘burguesia parasitária’ distante da condução dos negócios, transformando-se em rentistas, capazes de reproduzirem seu capital nos vários mecanismos de especulação financeira criados, principalmente, a partir dos anos 80.

Um outro efeito de caráter ético se impõe como decorrência do anterior e aponta para a incapacidade do capital em incorporar as massas trabalhadoras no processo de produção e valorização do capital, funcionando como um elemento desagregador da classe operária, na medida em que sua qualidade intrínseca, de vendedora da força de trabalho e,

portanto, possuidora do elemento essencial da valorização do capital, torna-se atributo concreto de parcelas cada vez menores da população, embora ocorra uma superexploração da força de trabalho mantendo o processo em funcionamento.

De outro lado, a crítica econômica transparece na forma como se concebem as contradições que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas,

a estagnação reflete-se também no fato de o capitalismo se atrasar sempre mais em relação às imensas possibilidades que o avanço da ciência e da técnica abre o progresso da humanidade. Suas contradições internas freiam a utilização ampla dessas possibilidades. Com o nível alcançado no terreno científico e tecnológico, o conjunto da população mundial poderia usufruir, no presente, de uma vida tranqüila e feliz (PCdoB, 1995: p. 452).

O limite, portanto, encontra-se na incapacidade do sistema em permitir os avanços possíveis e os acessos aos resultados desse desenvolvimento.

Ainda que seja perceptível a expansão do capital em áreas não-geográficas como a microeletrônica, a biotecnologia, a estrutura atômica, mantendo a distribuição desigual do acesso à tecnologia, o PC do B insiste na crítica social do processo, mas não aborda, ao menos no Programa, o valor sistêmico cumprido pela tecnologia, potencializando a valorização do capital e a extração de mais-valia relativa.

Desse modo, a crítica ética e economicista centrada nos efeitos sociais do sistema capitalista-imperialista subjugua as análises em torno das contradições advindas do processo de autovalorização do capital e do modo como ele se reinventa em busca de novas formas de extração de sobre-trabalho amparado cada vez mais nos elementos superestruturais do sistema.

Ao avaliar o papel dessa burguesia monopolista, o texto indica como marca dessa fase uma grande capacidade de extração de sobre-trabalho fruto das novas tecnologias e da diminuição dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, se referem à confirmação das teses centrais do pensamento marxista, embora não as explicitem. Apenas apontam que o maior drama social do final do século XX é o desemprego e a miséria crescente, cujos efeitos sobre a consciência e solidariedade de classe mereceriam um estudo mais aprofundado em função da exclusão crescente.

Como solução à presente crise estrutural do capitalismo o PC do B reafirma o socialismo como alternativa inevitável, cuja superioridade já teria sido comprovada nos regimes socialistas no século XX.

Ao sustentar sua opinião, o Programa lança as bases de sua compreensão acerca das experiências históricas onde apresenta um roteiro teórico para a transição alicerçando seus princípios econômicos em torno da *'abolição da propriedade privada dos meios de produção, e pelo estabelecimento da propriedade social dos meios de produção'*, que se prende aos aspectos formais, ligados à titularidade e não às relações de produção daí estruturadas. Em certa medida, ao justificar que tal mudança adequaria *'as relações de produção com o caráter social das forças produtivas'*, extinguindo uma das contradições básicas do sistema – produção socializada *versus* apropriação privada -, o PC do B entende que tal processo permitiria uma elevação da produtividade, garantindo com isso o progresso *'material e espiritual'* da sociedade.

No entanto, tal raciocínio não elucida as várias possibilidades possíveis, a partir de tais transformações, ao mesmo tempo em que recoloca no centro do debate a discussão sobre o significado do primado do desenvolvimento das forças produtivas sob o socialismo, conforme abordado anteriormente. Além disso, o desenvolvimento de tais argumentos contradiz ou, ao menos, problematiza tanto as concepções sobre o fenômeno do revisionismo contemporâneo como amplia as possibilidades de entendimento de algumas experiências anteriormente criticadas, como a chinesa, onde a proposta de *um país dois sistemas* estaria teoricamente justificada.

Já os princípios políticos anunciados no Programa são genéricos e afirmam que a aliança de classe do novo Estado é composta pelo proletariado, o campesinato e as massas pobres da população que, criariam *'instituições de caráter democrático'*, capazes de instituir uma legalidade socialista, embora devessem ter caráter transitório em direção ao comunismo.

Após anunciar os princípios norteadores do Programa, o documento passa a avaliar as condições em que se desenvolve a crise do capitalismo no Brasil. O Programa recupera a tese de que o Brasil encontra-se numa encruzilhada (VII Congresso) mas, sob os efeitos destruturantes das políticas neoliberais, remete sua superação pela implantação do socialismo. A idéia subjacente é que o socialismo é a possibilidade de produzir e intensificar o desenvolvimento, dando continuidade ao processo de crescimento econômico.

Na opinião do PC do B, o processo de desenvolvimento econômico sempre foi obstaculizado pela permanência de um regime político controlado pela aristocracia rural. A

República não atingiu o cerne da questão e depois de 1930 o processo de industrialização e modernização conviveu com a concentração fundiária.

O elemento dinâmico no processo de industrialização foi o Estado que constituiu a base econômica, consolidando o chamado setor 1, enquanto que o capital privado estrangeiro e nacional investiam com forte subsídios e proteção estatal. O texto descreve o processo de aprofundamento da dependência externa, na medida em que tal modelo baseava-se no endividamento progressivo do Estado brasileiro.

A eclosão da chamada ‘crise da dívida’ em princípio dos anos 80, com seus efeitos econômicos e sociais, impediu a continuidade do modelo de desenvolvimento implementado e abriu brechas para a vaga neoliberal que se seguiu.

As políticas neoliberais implementadas com o processo de privatização, de abertura e de desregulamentação da economia destruíram as possibilidades de retomada das políticas desenvolvimentistas, assim como a capacidade gestora do Estado.

O PC do B avalia o grau de dependência da economia brasileira imobilizada pela ação dos monopólios e pelas exigências do Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial que orientam cada vez mais a produção para a exportação, ao mesmo tempo em que drenam parte substancial da mais-valia para fora do país, obrigando-o a novos empréstimos.

Para o PC do B as classes responsáveis são

constituídas pelos grandes proprietários de terra, pelos grupos monopolistas da burguesia, pelos banqueiros e especuladores financeiros, pelos que dominam os meios de comunicação de massa, todos eles, em conjunto, são os responsáveis diretos pela grave situação que vive o país. Gradativamente, separam-se da nação e juntam-se aos opressores e espoliadores estrangeiros (PCdoB, 1995: p. 459).

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro produziu uma estrutura que combina o atraso secular com inovações tecnológicas, criando uma situação única onde o monopólio da terra mantém-se e se integra no processo de produção para a exportação associando-se ao capital financeiro, assim como setores da burguesia urbana, ainda que com contradições pontuais, conservam-se dependentes política, econômica e ideologicamente ao capital estrangeiro. Assim, o neoliberalismo e a mundialização radicalizam o grau de dependência, subtraindo dessa burguesia qualquer possibilidade de representação de um projeto nacional.

Daí propõe o rompimento com este modelo e a criação de um novo caminho, o “socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do

campo, os setores progressistas da sociedade” que “pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria” (PCdoB, 1995: p. 460).

O Programa apresenta um conjunto de medidas que devem ser adotadas na primeira fase da transição, a da transição preliminar do capitalismo ao socialismo, mesclando tarefas não concluídas da revolução burguesa, de sua etapa nacional e democrática, com iniciativas que introduzam princípios e formas de organização da produção e do ordenamento político socialistas.

O PC do B afirma que, em função dos acontecimentos históricos que envolveram as experiências socialistas, ‘tem compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade’, oferecendo um roteiro cuidadoso em relação às transformações propostas, tanto em torno da questão democrática como econômica durante o processo de transição.

O PC do B considera que, apesar de haver princípios e eixos fundamentais na construção socialista, as particularidades locais (correlação de forças, história da luta de classes, desenvolvimento econômico etc.) e a conjuntura internacional, que tem posto na defensiva os movimentos revolucionários, condicionam os limites e alcances do Programa.

Sustenta, como vimos, a existência de três fases fundamentais em direção ao comunismo: ‘a transição preliminar do capitalismo ao socialismo; a socialização plena; e a construção integral do socialismo e passagem gradual ao comunismo’ e define o âmbito do presente Programa à 1ª fase.

Do ponto de vista político, embora explicita o entendimento de que o partido comunista é parte integrante do sistema, sustenta a necessidade deste dirigir o processo de transição, por ser o portador e intérprete do projeto de transformações da sociedade. Recoloca, portanto, a problemática em torno do partido de vanguarda e seu relacionamento no interior do sistema político. Questão essa que encerra contradições inerentes, uma vez que o vínculo teórico com o marxismo e o leninismo podem nutrir uma legitimação histórica ao partido, vanguarda que pode ser real ou presumida, e único destacamento de classe capaz de representar os interesses de classe fundamentais à revolução.

O novo regime, na opinião do PC do B, deve instalar uma ‘República de trabalhadores e das amplas massas do povo’, que buscará a valorização do trabalho físico e

intelectual. A construção desse novo regime depende da conquista do poder político. Embora não desenvolva teoricamente o significado disso, o programa sugere a conquista do poder estatal como ferramenta capaz de garantir as transformações necessárias, recolocando a problemática acerca do papel da superestrutura do Estado na reorganização mesma da sociedade.

Ainda que defina o conteúdo de classe desse novo regime, o Programa do PC do Brasil não aponta os meios pelos quais se poderia processar a ruptura para se chegar a este novo regime: se pela via eleitoral nos marcos dos mecanismos vigentes ou se pela via insurrecional. Além disso, o PC do B não explora os limites e contradições que o atual regime político encerra e das possibilidades de utilização do Estado burguês na realização de parte das tarefas postas.

O modelo de sustentação desse novo regime repete, guardadas as devidas proporções, os modelos institucionais baseados em assembleias, em nível local, regional e nacional, cuja função é legislativa e executiva e que se incumbe de indicar o governo central.

Embora a inspiração teórica acerca da descentralização e da fusão de funções entre legislativo e executivo encontre substância teórica nas reflexões sobre a Comuna de Paris em Marx e em *O Estado e a Revolução* de Lênin, algumas afirmações engendram contradições, como no cuidado em relação às forças armadas, as quais “sob a direção do poder central, serão constituídas de um corpo militar estável e de alta qualificação profissional”, ainda que conte com os “Comitês Populares de Defesa Civil”(PCdoB, 1995: p. 462).

O novo regime prevê a garantia da liberdade de reunião, associação, manifestação de pensamento, culto religioso etc., no entanto, todos esses direitos submetem-se a preservação da legalidade socialista, inclusive o direito de greve, reforçando uma compreensão classista do caráter de classe do novo Estado.

“Resguardados o interesse coletivo e os objetivos fundamentais do movimento transformador da sociedade, são respeitadas as divergências e contestações às diretivas do governo e igualmente, a diversidade de organizações e partidos políticos democráticos e progressistas, desde que respeitem a legalidade socialista” (PCdoB, 1995: p. 462).

Esta afirmação desperta duas reflexões fundamentais sobre a articulação teórica das formulações políticas: em primeiro lugar, o PC do B sustenta o caráter de classe do Estado como pedra angular de sua teoria, compreendendo-o a partir das elaborações marxistas sobre o comprometimento superestrutural do Estado com as relações de produção dominantes. No entanto, como se concebe um período de transição, no caso ‘*a transição preliminar do capitalismo ao socialismo*’, o caráter desse novo Estado passa a ser determinado pelo poder político exercido pelo novo bloco dominante, cujo comprometimento com o processo de transição socialista afirma sua convicção anti-capitalista e, portanto, compreende tal arranjo como provisório.

Em certa medida, a teoria política da transição carece, nessa formulação, de determinações mais específicas sobre se existe um conceito de Estado para a transição socialista. Ao se basear na necessidade da tomada de medidas em direção à transição o PC do B recorre ao modelo de Capitalismo de Estado o qual, nessa fase, deve se diferenciar dos modelos de Capitalismo Monopolista de Estado burguês onde a gestão do modelo e seus benefícios são distribuídos às classes dominantes que, em nome da ‘nação’ produzem o desenvolvimento capitalista. O modelo de Capitalismo de Estado, que remete às reflexões de Lênin nos primórdios da Revolução Russa, diferencia-se, sobretudo, pelo comando do processo estar nas mãos do proletariado e dirigido em direção à transição.

Rabelo argumenta que “nas condições históricas em que o capitalismo predomina mundialmente, a nova classe dominante e seus aliados vão estar diante do grande desafio de manter, ampliar e desenvolver as forças produtivas e a produtividade média do trabalho a partir do sistema herdado” (RABELO, 1995: p. 49). Em função disso, muitos empreendimentos capitalistas, particularmente aqueles que são fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas tanto na indústria como na agricultura, devem manter-se em funcionamento.

Ainda segundo Rabelo, o Capitalismo de Estado

é um modo de propriedade adequado para a fase inicial da construção socialista, nas condições semelhantes às do Brasil, de desenvolvimento retardado, em que o novo poder concebe empreendimentos com empresários particulares, nacionais e estrangeiros, utilizando várias formas como concessão, associação, consorciação, arrendamento, visando, principalmente, o desenvolvimento tecnológico avançado (RABELO, 1995: p. 49).

A outra questão que se coloca é em relação às organizações populares e o Estado. O Programa afirma que o Estado deverá garantir condições materiais para o funcionamento

das entidades populares, criando vínculos estruturais, os quais podem submeter tais organizações à lógica do Estado. Observe-se que em relação aos sindicatos a situação se radicaliza, uma vez que embora se mantenham como organizações autônomas dos trabalhadores, são considerados como ‘força produtora’ e têm papel de organização das massas, visando o *‘aperfeiçoamento da produção’*, o que nos remete ao processo de incorporação das organizações dos trabalhadores na organização do novo Estado, sua autonomia e o próprio desenho do sistema político na transição. O PC do B sustenta que “os sindicatos de molde classista, desempenharão importante papel na defesa das reivindicações do proletariado, enquanto força produtora, e na organização das massas, visando ao aperfeiçoamento da produção e sua participação ativa na edificação socialista”(PCdoB, 1995: p. 463).

O debate sobre as formas do novo poder se articula com a compreensão econômica da transição. Desse modo, as tarefas dessa fase não se limitam à democratização do Estado e a consolidação de um novo regime representativo dos setores populares e nacionais, mas incluem a superação dos entraves econômicos e sociais herdados do modelo de capitalismo dependente implementado no país.

A definição econômica dessa primeira fase da transição se dá em torno de uma compreensão inovadora, na opinião do PC do B: a ‘economia coletiva com Capitalismo de Estado’, cujo objetivo é *‘acelerar o crescimento das forças produtivas e consolidar o novo regime’*.

De um modo geral, as definições lançam bases para um desenvolvimento econômico que combine planejamento estatal com o mercado, definindo áreas de ação de cada setor assim como seus limites. O modelo proposto congrega a propriedade coletiva – embora não explique em que molde – e Capitalismo de Estado como alavanca para o desenvolvimento das forças produtivas. O planejamento centralizado aparece como antídoto à anarquia na produção, mas deve ser restrito aos *‘setores fundamentais’*, enquanto que na produção de bens de consumo e serviços manter-se-á o mercado como indicador fundamental das demandas, ainda que submetido ao controle estatal.

O desenvolvimento das forças produtivas assume primazia nas definições das tarefas da transição. Assim, o PC do B sustenta que os tipos diferentes de trabalho devem receber ‘retribuições’ diferentes, de acordo com a contribuição emprestada ao

desenvolvimento das forças produtivas, recolocando a temática abordada em Lênin acerca dos salários diferenciados para os trabalhadores técnicos e cientistas.

Embora um tanto vago em relação ao funcionamento, a constituição e a interação entre o mercado e o planejamento estatal, o Programa define o controle pelo Estado dos ramos de infra-estrutura, insumos e energia como fundamentais na alavancagem da produção socialista e define que

a economia capitalista de Estado compreende concessões a empresários particulares, nacionais e estrangeiros, para incrementar indústrias e serviços necessários ao progresso do país; o sistema de consorciação de empreendimentos estatais com produtores isolados; a associação de capital estatal com o capital privado na construção e ativação de empresas fundamentais; e outros tipos de economia, todos sob controle do Estado. Dar-se-á prioridade a empresas que adotem processos de desenvolvimento científico e tecnológico avançado (Pcdob, 1995: p. 464).

Sugere que o sistema de *'direção estatal da economia'* incentive uma combinação entre administração pessoal com controle coletivo dos trabalhadores, ao passo que ao setor privado será garantido, em particular o funcionamento de pequenas e médias empresas e de outras que *'contribuam para o desenvolvimento nacional'*. No decorrer dessa fase de transição o setor socialista deve aumentar continuamente seu peso no conjunto da economia.

Note-se que, a partir dessas formulações o conjunto de políticas econômicas implementadas anteriormente na China e mesmo algumas do ex-bloco soviético, definidas como revisionistas, passam a ser justificadas do ponto de vista teórico, uma vez que todos os esforços visando o desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade, ancorados ou não no capital estrangeiro, que integram o capital privado e o estatal sob controle do plano fazem parte do esforço da transição socialista, dependendo, evidentemente, da condução e da clareza política e ideológica da direção.

Espaço de reflexão privilegiado o campo ganha destaque nas formulações do PC do B seja pela importância histórica que a aliança com o proletariado tem nas formulações marxistas, seja pelo peso reservado ao campesinato na estrutura de classes na sociedade brasileira, ou ainda pelos efeitos sociais produzidos pelo modelo de concentração fundiária própria do padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

O Programa afirma que o objetivo de longo prazo é a nacionalização da terra, mas na atual etapa adota uma posição intermediária, na qual reduz seu horizonte de transformações à reforma agrária anti-latifundiária, que constituiria um Fundo Agrário

Nacional que realizará as reformas, inibirá os monopólios e os cartéis. Nesta fase, serão permitidas explorações privadas de pequeno, médio e grande porte.

Não há nenhuma referência à organização dos trabalhadores rurais e sua incorporação no processo de transformação, exceção feita ao tópico sobre a contratação de mão-de-obra para empreendimentos privados, onde se sugere a criação de cooperativas de trabalhadores.

Há ainda outros tópicos levantados no Programa que sugerem um conjunto de transformações relativas aos temas mais prementes da realidade nacional, muitos dos quais ancorados em ações de cunho socialista, como a nacionalização do solo urbano com fins de democratização do acesso à moradia popular ou o desenvolvimento de uma política ambiental de longo prazo muito embora não explore as possibilidades das relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e da produção de uma maneira geral e o meio ambiente.

Um balanço

Longe de proceder a exegese teórica do Programa Socialista, dentro de espírito crítico da Crítica ao Programa de Gotha, procuramos explorar os eixos políticos e ideológicos que orientaram o PC do B nessa elaboração que se propôs proceder à inovação estratégica e à recuperação dos princípios metodológicos da dialética marxista, ofuscados pelo dogmatismo dominante.

Ainda que na prática a superação da tese das duas etapas da revolução seja de difícil percepção, sua concepção tem um significado político e simbólico de extrema importância, considerando a conjuntura vivida e a necessária recuperação do ideário da transição socialista rumo à superação do capitalismo.

Os efeitos dessa formulação, particularmente em relação ao papel da burguesia nacional, tiveram decorrência imediata sobre as políticas de alianças efetuadas pelo PC do B em nível nacional¹¹⁴, ao mesmo tempo em que evidenciavam tensões decorrentes de acordos políticos históricos estabelecidos em nível estadual ou municipal.

¹¹⁴ Em especial a consolidação das alianças eleitorais com o Partido dos Trabalhadores.

Além dessa questão estratégica, o Programa guarda um componente não explicitado das contradições derivadas das avaliações das experiências socialistas, identificadas anteriormente. Se o VIII Congresso abriu o debate em torno do período da construção socialista como revelador de conflitos e contradições que permitiram o desenvolvimento do revisionismo, o Programa parece-nos limitar o alcance deste debate no interior do partido, na medida em que se apresenta como resposta à crise ao recolocar a temática e a perspectiva socialista na ordem do dia sob a bandeira de ruptura com o dogmatismo e os esquemas da revolução nos países semi-coloniais herdados do Comintern.

Assim, as contradições indicadas no VIII Congresso submetem-se às formulações do Programa quando, por exemplo, a existência do socialismo na URSS entre 1917 e 1957 aparece sem ressalvas e a primazia do desenvolvimento das forças produtivas sob o socialismo se coloca sem nenhuma referência qualitativa em comparação às relações de produção. Desse modo, o debate parece-nos ter sido deslocado e canalizado para um campo onde o grau de tensionamento e de divergências manteve-se sob o controle da direção partidária, na medida em que o delineamento estratégico que emerge na VIII Conferência aponta para a necessidade de se buscar um caminho próprio para o socialismo. O argumento concentra-se na criação de alternativas concretas para os problemas – não mencionados – que acometeram as principais experiências revolucionárias do século XX.

Na perspectiva metodológica, o anúncio da necessidade de se superar o pensamento linear, esquemático e dogmático empurra para uma abordagem mais ampla da problemática revolucionária, no sentido de compreendê-la como parte de um processo que se relaciona com a história, a estrutura social, as peculiaridades da formação econômico-social, as classes, a cultura e a tradição e a questão nacional.

Esta ampliação da visão do processo revolucionário pelo PC do B, particularmente em relação às tarefas econômicas da transição, potencializa o problema em relação ao revisionismo, o qual, enquanto fenômeno, se vinculou mais ao afastamento, tanto dos partidos como de suas lideranças, da perspectiva transformadora que à análise objetiva das medidas orientadas para o aumento qualitativo da produção e ao desenvolvimento das forças produtivas.

Embora não seja feita nenhum tipo de autocrítica explícita ao modo como se desenvolveu a abordagem do marxismo-leninismo no PC do B e de que maneira ela

determinou suas opções políticas, podemos identificar que no processo de elaboração do Programa Socialista ocorreu uma espécie de superação dessa problemática de modo unilateral, uma vez que o debate foi pautado pelas exigências postas pela nova conjuntura e o revisionismo circunscrito como fenômeno histórico.

No Programa faz-se uma referência genérica de que o PC do B “tem uma compreensão nova dos problemas que envolvem as transformações radicais da sociedade, tirando ensinamentos dos sucessos e insucessos da luta pela edificação do socialismo na ex-URSS e em outros países” (PcdoB, 1995: p. 460), o que remete à idéia de superação da polêmica anteriormente estabelecida entre os defensores do marxismo-leninismo e os revisionistas de todas as matizes, uma vez que o termo sequer aparece no Programa, assim como qualquer referência à Albânia.

Repete-se, portanto, guardadas as devidas proporções, o mesmo expediente utilizado anteriormente de se avançar sem aprofundar teoricamente as questões polêmicas e que implicariam numa avaliação crítica e auto-crítica da ação partidária, como ocorrera em relação ao maoísmo no VI Congresso em 1983 e à Albânia no VIII em 1992.

Esta perspectiva aberta nesta nova fase, como vimos, reconfirmou uma decisão já tomada pela direção nacional do PC do B de reaproximação com a China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã e mais um conjunto de partidos comunistas anteriormente situados no campo revisionista. De um modo geral, tais países passaram a recompor o campo socialista em função de duas linhas de raciocínio: uma, ideológica, que se pautava pela reafirmação de princípios em torno do socialismo, como expressão de uma alternativa viável ao capitalismo em crise, e de crítica ao imperialismo, em particular o norte-americano. Assim, com grau variável de intensidade, a questão nacional e a defesa de princípios sustentaram as argumentações em torno desta aproximação. A outra linha, ligada a anterior, gravita em torno das iniciativas econômicas visando o desenvolvimento das forças produtivas como etapa necessária para a transição socialista.

Nesse sentido, o esforço empreendido por esses países, em particular a China e o Vietnã, de abertura econômica, de atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros, de integração entre o planejamento central e o mercado, do estímulo aos negócios privados, de captação de tecnologia em várias áreas etc., passava a ser compatível

com as necessidades materiais dessa primeira fase da construção socialista, de superação dos entraves técnicos e de garantia da elevação da qualidade de vida da população.

Está ausente o debate em torno do desenvolvimento de novas relações de produção e de poder, uma vez que estas sempre se submetem ao esforço coordenado do planejamento central que vê na manutenção das formas capitalistas de produção, ainda que sob a formalidade da propriedade coletiva ou social, o caminho necessário para a superação dos entraves econômicos existentes. Recoloca-se, num outro patamar, o debate em torno da primazia do desenvolvimento das forças produtivas sobre o caráter das relações de produção, entre as determinações econômicas e as políticas na definição da transição, entre as contradições inerentes à titularidade sobre os meios de produção e às formas de apropriação e as lutas de classes.

Tanto no texto final do Programa, como naqueles que o antecedem e o justificam, fica evidente que o PC do B apenas indica linhas de ação visando a concretização da primeira etapa da transição, “*a transição preliminar do capitalismo ao socialismo*”, onde o grau de conflitos e contradições entre as classes não podem definir de antemão os ritmos e o grau de radicalização possíveis. Assim, há limitações evidentes. No entanto, o texto carece de algumas indicações teóricas fundamentais e evidencia, ao mesmo tempo, a existência de tensões, particularmente quando posterga o debate sobre a construção do socialismo na URSS e no Leste europeu, indicando a necessidade de realizá-lo. Ainda que indique um formato desejável e exequível ao sistema político, com a descentralização e democratização crescentes, não sustenta de maneira convincente o lugar destinado ao partido comunista, como vanguarda e dirigente do processo. Aponta apenas a necessidade da existência de uma legalidade socialista que garanta direitos aos indivíduos e organizações sociais e políticas, mas a condução do processo pelo partido de vanguarda, a qual deve ser conquistada cotidianamente, contém elementos contraditórios que parecem insuficientemente referidos às experiências socialistas.

Não devemos considerar o resultado da VIII Conferência Nacional do PC do B como um mero desdobramento burocrático de uma decisão do Congresso de 1992, o significado político e teórico do Programa Socialista deve ser avaliado também à luz da conjuntura internacional no qual foi produzido. Sob este aspecto, a reafirmação dos princípios socialistas e do marxismo, numa fase de expansão do neoliberalismo, da

reestruturação produtiva, com seus efeitos desestruturadores sobre as identidades classistas e da erosão das perspectivas transformadoras, deve ser destacado, particularmente se comparado aos efeitos dessa conjuntura sobre outras organizações.

Se o PC do B não produziu respostas para um conjunto de problemas teóricos ligados aos desafios da transição socialista e nem, tampouco, acertou o passo com suas antigas formulações, particularmente àquelas que tratavam da problemática do revisionismo, não podemos reduzir tais questões apenas às dificuldades políticas inerentes às organizações comunistas de rever conceitos e suas práticas ou conveniência da limitação dos debates teóricos internos. Em verdade, a busca de soluções para os desafios da transição socialista se coloca não apenas para o PC do B, mas compõem uma teia de nós políticos, teóricos, organizativos, culturais etc., que envolve o conjunto das organizações da esquerda marxista no mundo. Se se pretende desatar tais nós, faz-se necessário o entendimento crítico do percurso transcorrido pelos comunistas e revolucionários, não apenas no Brasil, e compreender a dimensão das contradições colocadas e recolocadas cotidianamente pelas transformações capitalistas. De certo modo, o PC do B buscou contribuir nesse sentido e ao fazê-lo revelou seus limites.

Considerações finais

Ao longo do presente trabalho procuramos demonstrar, além do percurso teórico empreendido pelo PC do Brasil e de suas características políticas e ideológicas que desenham sua identidade, o modo particular como a chamada ‘crise do socialismo’ atingiu esta organização política.

A manutenção da perspectiva socialista, sua base teórica e ideológica garantiu um espaço peculiar ao PC do B, num quadro de crise e de refluxo no movimento comunista. Nesse sentido, tornou-se necessário compreender os efeitos da crise não apenas sobre o discurso dos comunistas, mas, principalmente, sobre as formulações teóricas e políticas desenvolvidas até ali. Em certa medida, se, de um lado, revelou-se a permanência de uma orientação geral dedicada à superação revolucionária do capitalismo; de outro, evidenciou-se a permanência de uma série de lacunas teóricas, derivadas ou não da sua matriz teórica, e de releituras históricas, que permeiam o debate estratégico em torno do socialismo.

Para avaliar o desenvolvimento destas relações colocamos a necessidade do entendimento do problema em três níveis distintos: o da história e criação da identidade política e ideológica do PC do B; o da crise do socialismo e do fim do bloco soviético e o dos efeitos da crise sobre a identidade político-ideológica do PC do B.

Como procuramos demonstrar, o PC do B construiu um trajeto peculiar no movimento comunista que deve ser compreendido na interação promovida entre os imperativos da organização, o modelo soviético, a incorporação e o desenvolvimento do marxismo no Brasil. Sua história, portanto, evidencia um conjunto de flexões e reflexões que permeiam não apenas esta organização dos comunistas, mas são patrimônio comum do pensamento marxista e socialista brasileiro.

A trajetória política e ideológica do PC do B, embora possua particularidades irreduzíveis e que contribuíram para o resultado final, deve ser avaliada em dois grandes blocos históricos: o primeiro que corresponde à formação ideológica inicial, amparada pela experiência soviética e que vinculou suas primeiras formulações às experiências concretas dos comunistas na primeira metade do século XX; e um segundo percurso, também singular, consolidado após a VI Conferência em 1962, a qual estabelece a distinção entre o PCB e o PC do B, e que exige um reordenamento de sua da identidade política e ideológica

Nesse sentido, observamos que a construção da identidade política e ideológica do PC do Brasil obedeceu a um tortuoso processo onde se impunha a necessidade de assimilação dos princípios norteadores do marxismo, sua aplicação e seu desenvolvimento no Brasil, num quadro político e teórico distinto daquele enfrentado pela maioria dos partidos comunistas europeus, uma vez que os debates e as principais tendências do mundo socialista de inspiração marxista estavam ausentes do ambiente socialista onde se processou seu surgimento.

A organização dos comunistas em 1922 colocou novos desafios em interação direta com àqueles vividos na Europa. Se, por um lado, o campo de interlocução dos comunistas brasileiros estava limitado ao debate com os anarquistas em sua pluralidade característica; de outro, guardando relação com a formação incipiente e heterogênea do proletariado brasileiro, impôs-se o convívio, nem sempre fraterno e explícito, com as tendências maçônicas e positivistas, principal expressão do componente militar de extração pequeno-burguesa que afluíu ao partido em seus primeiros anos de existência.

A influência da Internacional Comunista foi fundamental na caracterização da fisionomia política e ideológica do PCB, assim como determinou o seu desenvolvimento organizativo, estratégico e programático, em que pese a presença de uma relativa autonomia em relação à Moscou na década de 20. Ao mesmo tempo, a incorporação acrítica das orientações estratégicas oriundas dos fóruns internacionais e a repetição, muitas vezes artificial, em escala nacional dos principais conflitos ideológicos vividos no interior do PCUS, ajudaram a definir o perfil e a identidade política e ideológica do PCB.

Parte dessa identidade esteve ancorada na adesão de Luiz Carlos Prestes ao PCB que, amparado nas experiências das revoltas tenentistas nos anos 20 e na longa marcha empreendida pela Coluna Prestes no interior do país e sob orientação direta de Moscou, tornou-se o principal expoente da esquerda comunista no Brasil,.

A identidade política, sustentada pelos pilares do sucesso bolchevique e pela Coluna Prestes, consolidou um espaço político único de representante dos interesses históricos da classe operária e dos trabalhadores, muito embora o enraizamento do PCB no seio do proletariado tivesse enfrentado diversas dificuldades.

A repressão política sempre presente na atividade comunista associada à oscilação tática, por muitas vezes empurrara o PCB para o isolamento político, rompido

esporadicamente numa relação direta com o desenvolvimento dos arranjos internacionais. Assim, o breve período da legalidade no pós-guerra (1945-47) foi rapidamente engolfado pela radicalização da guerra-fria estimulando formulações que ora aproximavam-no das ações conjuntas mais amplas, ora empurravam-no para o sectarismo político.

Ao longo desse processo se evidenciou no interior do PCB, particularmente após a morte de Stalin, tendências políticas que confrontavam expectativas diversas quanto ao desenvolvimento estratégico e programático. O processo que culminou com a criação de duas organizações comunistas em 1962 revelou a existência de tensões e de disputas internas cuja base de apoio não se limitava aos desafios táticos imediatos, mas contrapunha perspectivas distintas quanto às etapas da revolução, muito embora sua eclosão guardasse relação direta com a resolução de tensões similares presentes no interior do movimento comunista internacional baseados na experiência soviética.

Exceção feita ao pioneirismo de Octávio Brandão em seu *Agrarismo e Industrialismo*, as primeiras décadas de existência do PCB não registraram grandes estudos ou mesmo demonstraram a assimilação criativa do marxismo, restringindo-se à reprodução de resoluções políticas e textos de autores clássicos, cujo efeito sobre as lutas empreendidas evidenciavam tanto a incompreensão das peculiaridades da formação econômico-social brasileira, como esta precária formação teórica dos dirigentes e da militância comunista.

Do ponto de vista político, a ação dos comunistas antes de 1962 foi marcada pela oscilação entre o isolamento político e a participação; isolamento este como resultado ou do sectarismo e da incompreensão do quadro político nacional ou da repressão imposta pelas classes dominantes, enquanto que a participação, muitas vezes subalterna, como resultado do engajamento na constituição de frentes políticas com setores da burguesia nacional ou como reflexo de ações e lutas que souberam explorar as contradições internas em consonância com o prestígio do movimento comunista internacional.

Apesar desta oscilação, premida pela conjuntura nacional e internacional, verificou-se também na inserção e influência dos comunistas no conjunto da classe operária e dos trabalhadores em geral, onde sua ação marcou presença nas grandes lutas e mobilizações, assim como observou refluxos e disputas não desprezíveis.

Este quadro conceitual e político, por onde se constituiu a identidade do PC do B, ganhou novos contornos na medida em que seu re-ordenamento após 1962 se inscreveu na

crítica ao revisionismo e na conseqüente aproximação com o maoísmo e com o PCCh. Nesse sentido, esta postura crítica, forneceu elementos para o rompimento com o PCUS e se baseava numa determinada visão acerca dos rumos empreendidos na URSS após a morte de Stalin, associando as novas políticas oriundas do Kremlin ao rompimento com a tradição considerada crítica, revolucionária e transformadora do marxismo-leninismo. No Brasil sua reestruturação vinculava-se ao rompimento com aquilo que era considerado reformista e reboquista em relação à burguesia nacional no interior da direção do PCB e que agora se justificava num pilar teórico distinto, onde o revisionismo se apresentava como resultado da luta de classes.

Se, de um lado, a aproximação com as reflexões maoístas forneceram sustentação teórica no afastamento da maioria da direção do PCB e do PCUS, assim como demonstravam divergências com os rumos empreendidos na URSS; de outro, a reconstrução do campo ‘marxista-leninista’ junto ao PCCh e o PTA e a conjuntura política nacional empurravam o PC do B em direção à demarcação de terreno com as outras organizações de esquerda, em particular o PCB, aproximando-o da perspectiva da luta armada para conquista de um ‘novo regime’, num momento de acirramento da chamada ‘guerra-fria’ e de fechamento progressivo dos espaço políticos institucionais impostos durante a ditadura militar.

Nos anos seguintes, premido pela repressão e pela necessidade de construção de formas eficazes de luta contra a ditadura militar, o PC do B vivenciou um processo de ampliação de sua influência, nos espaços institucionais abertos na década de 80 e na rearticulação processada no interior dos movimentos sociais. Embora, o campo da esquerda socialista tenha se alterado desde o início dos anos 60, seja pela criação de novas organizações políticas e de perspectivas de construção de alternativas, seja pelo refluxo produzido pelas experiências soviéticas e social-democratas, podemos afirmar que no cenário político brasileiro o PC do B consolidou uma identidade sólida em torno da defesa dos pilares do marxismo e do socialismo como alternativa ao capitalismo, ainda que sua inserção social não fosse expressiva.

Em fins dos anos 80 e começo dos 90, no auge da crise que pôs fim à URSS e às democracias populares, o PC do B havia realizado um percurso teórico singular: de organização de precária formação marxista nas suas primeiras décadas de vida, que

gravitava entre o dogmatismo e a busca por alternativas originais, desde o início com fortes vínculos institucionais, teóricos e culturais com o PCUS e a Revolução Russa; o partido passou por um processo de crítica às mudanças executadas a partir 1956 pelas novas lideranças soviéticas, cujos desdobramentos nacionais resultaram numa redefinição teórica, política e organizativa de grande significado em 1962.

Na sequência se consolidou uma convergência com o PC Chinês e o maoísmo que sedimentou a ruptura com os soviéticos. Tal aproximação implicou uma perspectiva de reorganização, em nível internacional, de um campo político marxista-leninista, crítico ao revisionismo e ao PCUS, do qual o PTA, Partido do Trabalho da Albânia, tinha destaque. A ruptura com o maoísmo no final da década de 70 e sua identificação com um novo tipo de revisionismo selou a aproximação do PC do B com a Albânia, que lutava contra um isolamento político inédito, cercada pelo imperialismo e por várias matizes de revisionistas (soviéticos, chineses e iugoslavos).

Assim, a chamada ‘crise do socialismo’ se apresentou para o PC do B, num primeiro momento, como crise do revisionismo pelo menos até ela se desenvolver no interior da Albânia e demonstrar que tanto a forma como o conteúdo desses processos aproximavam regimes que se entendiam como antitéticos.

Os efeitos da crise

Realizar um balanço da trajetória e do desenvolvimento político e ideológico de um partido político, particularmente de uma organização com vínculos ideológicos bem definidos, impõe refletir sobre o ambiente onde tais mudanças ocorreram e como as contradições inerentes ao processo político impuseram suas dinâmicas sobre a teoria e a percepção desses acontecimentos históricos. Nesse sentido, avaliar a utilização das ferramentas teóricas disponíveis pelo PC do B no entendimento da crise que pôs fim à URSS é refletir sobre as experiências socialistas do século XX, sobre suas interações intra e inter-sistêmicas, a permanência das classes e de suas contradições herdadas do capitalismo, assim como sobre os novos conflitos originários de uma nova formação econômico-social, seus desenvolvimentos teóricos e suas limitações dogmáticas. Enfim, ainda que não tenhamos a pretensão de esgotar as reflexões sobre os movimentos e experiências sociais que, de certa forma, alteraram o panorama político e intelectual do século XX, não

podemos nos isentar da responsabilidade de oferecer uma contribuição, sujeita a imprecisões para um debate cujo conteúdo possui um caráter não apenas científico e acadêmico, mas fundamentalmente político.

A crise política que alterou os regimes do Leste europeu no final da década de 80 resultou de um processo político de longa duração, que incorporou contradições econômicas, políticas, históricas e culturais que ultrapassaram as oposições entre dois sistemas que, se não eram totalmente excludentes se imaginavam como tal. Nesse sentido, o fim da União Soviética encerrou uma etapa histórica marcada pela irrupção de um novo equilíbrio político após 1945, onde se contrapunham regimes de diferentes matizes e sistemas econômicos amparados em lógicas distintas.

Se o processo de transição ao socialismo iniciado em 1917 pretendia ser parte de um movimento mais amplo que deveria se difundir pelos principais centros do capitalismo mundial, seu enclausuramento na URSS delimitou um conjunto de opções políticas colocadas aos bolcheviques, os quais recorreram a um amplo programa de desenvolvimento das forças produtivas que, de fato, alavancou o país a uma posição de destaque no cenário internacional, além de ter permitido significativa melhoria das condições de vida da população.

O fim da URSS e o rompimento do equilíbrio da bipolaridade impulsionaram um amplo movimento de reorganização do capitalismo, não apenas nas áreas recém saídas do Planejamento Centralizado, mas em todo o planeta, que passou a incorporar inovações técnico-científicas associadas à precarização das condições de trabalho e à implementação de novas áreas de investimento. Como efeito imediato, ainda que não pudesse ser pensada como área de influência direta, o mundo do trabalho foi afetado sobremaneira, uma vez que o contrapeso exercido pela URSS ao capitalismo liberal deixara de existir, permitindo uma avalanche política e ideológica sobre os direitos sociais e trabalhistas consolidados ao longo do século XX, mas particularmente durante a vigência da bipolaridade e dos welfare states.

Conforme foi demonstrado, as avaliações sobre o significado do fim da URSS variam de acordo com o acento sobre o processo de transformação imposto pelo novo poder. Estas avaliações identificam os limites daquelas experiências, seja pelo foco na dinâmica econômica do novo regime, incapaz de romper com a forma mercadoria típica do capitalismo (KURZ, 1992); seja pela incapacidade de incorporar as inovações tecnológicas

do novo padrão informacional (CASTELLS, 1999); ou ainda, de ter sido uma experiência implementada numa nação onde o nível de desenvolvimento econômico não permitia uma transição em direção ao socialismo, restringindo a revolução a um processo de industrialização forçada a partir do Estado.

Nesse escopo concentra-se o debate em torno do papel do desenvolvimento das forças produtivas no processo de transição ao socialismo e seu entrelaçamento com a dinâmica da luta de classes. De fato, este não pode ser resumido ao debate econômico por introduzir o universo político das transformações no mundo do trabalho ao apontar os limites do processo ao não proceder à revolucionarização das relações de produção (BETTLHEIM, 1979).

No conjunto das avaliações sobre a crise, destacam-se também aquelas de caráter eminentemente político que apontam a incapacidade do regime pós-revolucionário em oferecer um grau qualitativamente diferente de decisão política aos trabalhadores, seja pela ação da burocracia ou por identificá-lo como variante autoritária no interior do próprio capitalismo. As críticas de matriz liberal democráticas sustentam, de um modo geral, a crise como resultado necessário devido à permanência excessiva dos controles sobre a economia, cujos efeitos se materializam também no universo político.

A leitura que o PC do B realizou do processo da crise, a partir de sua matriz ideológica, se caracterizou, pelo menos até seu VIII Congresso em 1992, pela identificação do regime soviético como sendo um Capitalismo Monopolista de Estado, dirigido por uma burguesia peculiar, cuja identificação não se dava pela propriedade privada dos meios de produção, mas pelo modo como esta nova classe dominante se apropriava da mais-valia produzida.

Embora existissem dificuldades e imprecisões em identificar o perfil dessa nova classe dirigente, assim como em determinar o modo como a burocracia partidária e estatal se transformara numa burguesia de novo tipo, o PC do B recorreu a um mecanismo muito conhecido no mundo comunista ao atribuir aos novos dirigentes, particularmente àqueles que ascendem ao poder depois de Krushev, interesses inconfessáveis com vínculos com a antiga classe dominante, identificando, portanto, a permanência da luta de classes na esfera ideológica, ou ainda como resultado das pressões do imperialismo que haviam feito sucumbir toda uma geração de revolucionários em troca das benesses do poder.

A identificação do regime soviético como um sistema revisionista, implicou o entendimento de que as mudanças produzidas a partir de 1956 derivaram de escolhas promovidas pela nova direção cujo significado rejeitava o passado da construção socialista. Nesse sentido, elas eram percebidas fundamentalmente como expressão de uma nova tendência política marcada pela opção do entendimento com o imperialismo e a burguesia internacional, tendo seu epicentro na esfera ideológica da luta de classes, produzindo um contra-transição socialista após sua ascensão ao poder, submetendo a infra-estrutura econômica aos ditames da superestrutura política.

Segundo o PC do B, o retorno ao capitalismo com a manutenção da simbologia e das instituições do antigo poder haviam criado condições particulares para a sustentação do equilíbrio bipolar da guerra-fria, ao mesmo tempo em que permitiu a administração controlada da mais-valia produzida e distribuída ao longo de toda uma rede de dirigentes e burocratas.

A crise dos anos 80, para o PC do B, que teve nos processos da Perestroika e da Glasnost a explicitação da sua dinâmica, decorreu, fundamentalmente, do abandono da orientação socialista após o XX Congresso do PCUS, da integração crescente com os mercados capitalistas e à espiral armamentista imposta pelos EUA que radicalizaram no interior da URSS um conjunto de conflitos econômicos e políticos, até então mantidos sob controle da burocracia estatal. Assim, a leitura do problema se equacionava não como crise do socialismo, mas do revisionismo e, portanto, de um capitalismo travestido, sustentado em instituições e na simbologia herdadas do período da construção socialista.

O período da construção socialista, Lênin, Stalin e o Partido bolchevique estavam protegidos da crise e esta revelara o acerto da abordagem do PC do B. No entanto, as manifestações contrárias ao socialismo, ao marxismo e aos símbolos da revolução já indicava para o PC do B que sua leitura do problema necessitava ser atualizada. A queda da Albânia em 1991 obrigou o aprofundamento do debate e ampliou as abordagens, introduzindo temas interditos na identidade comunista do PC do B. O VIII Congresso explicitou divergências e imprecisões teóricas de grande magnitude.

Além da inovação que significou o exame crítico da experiência da construção socialista proposta no VIII Congresso, este se obrigou a tratar algumas questões teóricas que até aquele momento haviam sido postergadas. De uma maneira geral, quando o umbral

albanês ruiu reapareceram um conjunto de problemas que se pensavam senão superados, ao menos atenuados ou com relativa importância, no interior do universo teórico do PC do B. O debate dos mesmos possibilitou a explicitação de opiniões distintas, as quais se manifestaram com graus de intensidade variável de acordo com o significado político que poderiam assumir diante das relações de poder presentes no interior do partido.

Nesse sentido, pôde-se observar que mesmo reconhecendo a necessidade do debate, este não se processou de modo a solucionar as novas questões colocadas, mas indicou a liberdade no tratamento de algumas, como o debate em torno do papel de Stalin ou o significado mesmo do revisionismo, ou limitação no tratamento de outras, particularmente aquelas que requeriam uma abordagem teórica de cunho autocrítico como, por exemplo, a avaliação sobre a questão chinesa e sobre o socialismo albanês, mantendo em aberto um conjunto de indagações teóricas.

Os nós teóricos

As opções teóricas do PC do B, desde sua origem, reorganização e desenvolvimento e que delinearam sua identidade política e ideológica não devem ser reduzidas às generalizações em torno do marxismo, do leninismo ou do maoísmo, mas devem ser entendidas num processo de formação ideológica conflituoso e contraditório, o qual consolida interpretações e condiciona preferências não apenas em função de suas virtudes teóricas, mas em relação direta com as conjunturas políticas e intelectuais sob as quais elas se dão.

Desse modo, ainda que tenham repercussões políticas de grande importância nas elaborações táticas e estratégicas dessa organização, devemos avaliá-las também sob uma perspectiva que englobe as circunstâncias onde tais formulações foram realizadas e diante de quais desafios elas estavam situadas.

Este conjunto de “nós” teóricos pode ser demonstrado não apenas em torno dos temas que emergem com força a partir da derrocada do regime soviético, mas acompanham o PC do B desde sua articulação ainda no interior do PCB em oposição às teses dominantes que afloraram como epifenômeno do XX Congresso do PCUS em 1956.

Reforma ou revolução?

Esta contraposição - que tem presença constante no interior do marxismo – assumiu contornos épicos na história oficial do PC do B no que tange ao processo de sua reorganização e ruptura com Prestes, o PCB e o PCUS.

Tal tensão está no cerne do debate sobre o revisionismo, o qual foi associado a um universo político próprio do reformismo, da acomodação às instituições da democracia liberal e da traição aos ideais revolucionários, numa reedição atualizada das divergências capitaneadas por Lênin em oposição aos dirigentes da Internacional Socialista. No Brasil, este debate assumia contornos estratégicos particulares opondo os defensores do Programa elaborado no IV Congresso do PCB em 1954 àqueles que propugnavam mudanças no sentido do fortalecimento da frente democrática e anti-imperialista. Tal dualidade opôs a futura direção do PC do B à maioria da direção nacional do PCB.

Embora a perspectiva revolucionária não possa ser reduzida à questão das formas de lutas, se a via parlamentar ou a luta insurrecional, a ação do PC do B, desde meados da década de 70, notabilizou-se por uma maior integração no universo institucional, que adquire caráter cada vez mais estratégico em sua prática política.

A questão fundamental posta pelo PC do B em torno desse tema situou-se na abordagem sobre as tarefas da revolução e sua relação com as instituições do Estado burguês, democráticas ou não. A destruição das estruturas do Estado burguês e o conteúdo do novo Estado de ditadura do proletariado, pressuposto nas reflexões de Marx sobre as tarefas da *Comuna de Paris* e de Lênin em *O Estado e a Revolução*, balizavam os termos desse debate para o PC do B. A *Declaração de marco de 1958* e o V Congresso do PCB estabeleceram uma ruptura com os princípios elaborados no Congresso anterior e sedimentaram uma posição, amplamente amparada nas novas referências políticas propostas por Krushev, francamente reformista e submetida ao comando da burguesia nacional.

Para o PC do B, os revisionistas no Brasil e na URSS teriam equacionado as tarefas de acordo com os pressupostos que esvaziavam o Estado capitalista dos conflitos de classe e de seu comprometimento estrutural com a reprodução do próprio capitalismo e de sua estrutura de classes.

Sob inspiração de Krushev, o horizonte socialista limitou-se ao universo das reformas sociais no interior do próprio sistema. Como veremos adiante, a principal justificativa para a defesa da URSS sob Stalin se deu pela identidade de seu governo como expressão da ditadura do proletariado que, ainda que com limitações, conseguira enfrentar a luta de classes em seus vários níveis, inclusive combatendo as várias formas de reformismo de origem burguesa.

O PC do Brasil, que em seu primeiro documento depois da reorganização em 1962, propunha uma ruptura com o regime vigente e a conquista de um novo *governo popular e revolucionário*, recoloca constantemente a problemática desse debate, nem tanto pela dialética entre luta institucional e luta insurrecional, mas pelas interações possíveis entre as ações reformistas, cabíveis no universo de um Estado burguês democrático, e as perspectivas estratégicas da transição socialista.

Nesse sentido, o debate sobre reforma ou revolução persiste nas elaborações do PC do B, particularmente após a crise, seu VIII Congresso (1992) e a VIII Conferência (1995), que aprovou o Programa Socialista. Nele, o debate em torno da ‘dualidade’ reforma ou revolução ganhou novo significado, uma vez que as tarefas transformadoras da primeira fase da revolução, a “da transição preliminar do capitalismo ao socialismo” se inserem numa perspectiva amplamente reformista, ainda que seja num processo controlado pelos trabalhadores.

O revisionismo como fenômeno histórico

O revisionismo ocupou espaço privilegiado na definição da identidade política e ideológica do PC do B. Relacionado à defesa dos princípios revolucionários do marxismo, o combate ao revisionismo justificou a ruptura com a maioria da direção do PCB na década de 60 assim como orientou tanto o afastamento do PCUS, a partir de 1963, como do PC Chinês a partir de meados dos anos 70.

No entanto, ao longo de sua história o entendimento do revisionismo mostrou-se inconstante e sujeito à alterações, que mesmo após o fim do bloco soviético e da realização do VIII Congresso não colocou um ponto final nas oscilações das abordagens do PC do B sobre o tema, nem determinou um conjunto de explicações capaz de dar conta de sua

complexidade como fenômeno histórico. O PC do B caminhou no sentido de fortalecer uma abordagem mais objetiva do fenômeno, situando-o como expressão dos interesses de classe presentes ao longo da transição socialista e estranhos aos objetivos finais do proletariado, mas que convive com uma abordagem subjetiva, que o submete à traição dos dirigentes bolcheviques aos ideais da revolução, amparados numa leitura oportunista do marxismo.

No entanto, pôde-se observar que apesar dos esforços em compreender o revisionismo contemporâneo a partir das contradições e conflitos no interior do processo de “construção socialista” (1917-56) na URSS e, posteriormente, na China, as formulações oriundas do PC do B sobre o tema mantêm em descoberto um conjunto de temas e questões teóricas e práticas de grande importância.

Tomando as reflexões de Lênin em relação às tendências verificadas no interior do marxismo, quando diz que “o afastamento em relação ao marxismo não pode ser explicado nem como algo casual, nem como erros das pessoas ou de grupos de pessoas, nem como fruto das particularidades ou tradições nacionais. Devem existir causas importantes que emanam do sistema econômico e do caráter do desenvolvimento de todos os países capitalistas”, podemos entender que o espaço fundamental para a compreensão do fenômeno do revisionismo se situa nas condições materiais de sua produção e reprodução como manifestação material ou ideológica dos interesses de classes.

Desse modo, esta questão axial para a definição do arcabouço teórico do PC do B mostrou-se pouco desenvolvida e entrecortada, como demonstramos, por avaliações de caráter subjetivo que reconhece nas opções individuais dos dirigentes e dos grupos as causas fundamentais do revisionismo. Nesse sentido, continuam em aberto as análises sobre os conflitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos que emergiram no processo da Revolução Russa, Chinesa ou do experimento albanês.

Dessas questões em aberto merecem destaque a análise sobre a composição social da sociedade soviética pós-1917 e dos efeitos sociais do processo de socialização dos meios de produção, particularmente, sobre a configuração de classes que irrompe desse processo. Se a pequena-burguesia rural e urbana, considerada camada residual e que permanece sob o socialismo, e a burguesia internacional foram as principais responsáveis pelo desvio da rota revolucionária, importa elaborar os meios pelos quais tais classes se reproduzem no interior dessa nova formação econômico-social.

A utilização do argumento em torno do burocratismo como espaço privilegiado para seu desenvolvimento, ou seja, o partido e as instituições do novo Estado como campo de ação para novas classes apontam para uma abordagem mais política que econômica do problema. No caso do PC do B esta avaliação sugere dificuldades uma vez que implica uma apreciação crítica do PCUS e do Estado Soviético sob Stalin.

De outro lado, análises sobre a situação da economia no período anterior à ascensão de Krushev na URSS e que impulsionaram um conjunto de reformas consideradas pelo PC do B como a reintrodução do capitalismo não abordaram problemas objetivos enfrentados pelos soviéticos.

O debate em torno da produtividade econômica, da alocação de recursos e das dificuldades em promover uma transformação qualitativa na economia, somados aos problemas, também pouco explorados, em torno da superação da divisão de trabalho e poder típicas do capitalismo – trabalho manual e intelectual, concepção e execução, campo e cidade etc. – não produziu conclusões capazes de situar o revisionismo como problema superado e ausente das demais experiências de orientação socialista.

A questão do maoísmo

A aproximação com o PC Chinês e com as formulações teóricas de Mao Tse-tung impuseram uma dinâmica peculiar à trajetória do PC do B ao longo das décadas de 60 e 70. Como foi demonstrado, este movimento teve determinantes políticos e teóricos bem definidos, na medida em que reforçou a posição em relação ao revisionismo, ao PCUS e, nacionalmente, ao PCB.

Do ponto de vista político, o apoio do PCCh representou um expressivo espaço político e uma reafirmação diante das principais tendências do movimento social no país nos anos 60, particularmente em relação às perspectivas estratégicas abertas pela experiência da Revolução Chinesa. No entanto, foi sob a perspectiva teórica que os vínculos com o maoísmo se fizeram mais presentes nas formulações do PC do B, muito embora isso tenha se dado de um modo tortuoso e pouco crítico.

O rompimento com o revisionismo soviético se deu num processo que, como vimos, exigiu respostas aos novos problemas colocados. Mao Tse-tung havia produzido um conjunto de reflexões que construíram uma abordagem específica sobre o revisionismo, do

qual o PC do B se aproximou seletivamente de algumas dessas idéias. Nesse sentido, a crítica direcionada ao PCUS definiu os termos teóricos do debate em torno das causas do revisionismo inserindo a problemática da luta de classes no processo da transição socialista e do significado da tensão entre forças produtivas e relações de produção ao longo do processo.

As críticas em torno do fenômeno da burocratização e do seu relacionamento com a permanência da divisão do trabalho burguês no interior do processo de transição socialista permitiram uma abordagem mais consistente da questão, que superava as manifestações subjetivas da crítica ao revisionismo. Embora o PC do B tivesse encontrado no maoísmo espaço para uma reflexão teórica sobre o problema do revisionismo soviético, o compartilhamento das teses elaboradas pelos chineses se deu de modo seletivo, incorporando a crítica ao burocratismo, à tese da coexistência e da transição pacíficas, ao “social-imperialismo” etc., mas resistindo ao aprofundamento do debate em torno de temas que poderiam envolver tanto a teoria marxista como, por exemplo, a primazia do desenvolvimento das forças produtivas ou das lutas de classes no processo revolucionário; ou a história da transição socialista sob Stalin.

Desse modo, o relacionamento político e teórico estabelecido entre os partidos não pode ser reduzido à simples reprodução das teses teóricas ou da configuração estratégica da revolução chinesa pelo PC do B. A aproximação com o PCCh e o posterior rompimento no final dos anos 70 indicam que as convergências e as divergências se configuraram mais pela dinâmica política (crítica ao revisionismo, ao social-imperialismo, à transição pacífica, a estratégia do enfrentamento armado, a incorporação dos camponeses no processo revolucionário etc.) que teórica.

As convergências teóricas em torno dos problemas emergentes no processo da transição puderam ser observadas no processo da *Grande Revolução Cultural Proletária* onde o PC do B sustentou a justeza do processo, embora reconhecesse posteriormente a existência de tendências esquerdistas e contraditórias no interior do movimento. No entanto, o significado dessa aproximação com o PCCh, assim como a avaliação dos graus de influência dessas formulações no interior do PC do B ainda carecem de uma avaliação política e teórica do partido, tanto das portas abertas pelas reflexões elaboradas pelo

maoísmo em relação às contradições existentes nas formulações teóricas do marxismo, como da leitura do processo da transição socialista na URSS e na China.

Do mesmo modo, o rompimento com o PCCh na década de 70, motivado pelas conseqüências da aplicação das teses da *Teoria dos Três Mundos* e pela ruptura entre a China e a Albânia, e a posterior reaproximação na década de 90 ainda esperam por justificativas teóricas que insiram tais problemas no âmbito dos desafios da transição socialista.

O lugar da Albânia

O relacionamento estabelecido entre o Partido do Trabalho da Albânia e o Partido Comunista do Brasil consolidou uma convergência política, teórica e histórica de grande significado, muito além dos contatos bilaterais tradicionais estabelecidos entre partidos políticos.

Ainda que a Albânia nunca tenha se tornado modelo explícito de socialismo a ser seguido, o espaço ocupado pelo PTA, pela obra de Enver Hohxa e pelas conquistas do Estado albanês na imprensa e nos documentos oficiais do PC do B não deixa dúvida quanto à importância política e ideológica que tiveram durante mais de 20 anos. Em função disso, fica evidente que o tratamento dispensado pelo PC do B aos problemas enfrentados pelo regime albanês, os quais determinaram seu fim, foi extremamente superficial e reducionista.

Se houve na Albânia uma experiência diversa dos regimes de democracia popular do Comecon, como afirmou o PC do B por décadas, fazia-se necessário uma avaliação mais detalhada do regime e da sociedade albanesa, suas instituições políticas e econômicas e seus desdobramentos ideológicos e culturais, os quais haviam sido apontados como alternativas reais aos vários tipos de revisionismo. No entanto, repetiu-se dentro do PC do B em relação à Albânia um processo semelhante ao ocorrido com a China: a conjuntura política se impõe sobre a avaliação teórica. Assim, o debate teórico, a sistematização dialética daquela experiência histórica, a avaliação auto-crítica do significado dessa relação sobre as ações teóricas e políticas, assim como sobre o imaginário revolucionário do PC do B não se realizaram coletivamente, são projetados para o futuro e ultrapassados pela dinâmica da conjuntura política.

A questão de Stalin

Stalin se põe para o PC do B de modo emblemático e contraditório. Em certa medida, o rompimento com a maioria do PCB e a chamada ‘reorganização’ do PC do B, em princípio dos anos 60, tem na herança histórica e política do líder georgiano um dos pontos axiais da construção de sua identidade ideológica, ao mesmo tempo em que reserva alto grau de contradição, uma vez que significava também o afastamento progressivo do campo socialista, mais fortemente identificado com o legado prático do que se convencionou chamar de stalinismo.

Num primeiro momento, as lideranças comunistas que empreenderam o processo de ruptura com o PCB situaram as divergências táticas e estratégicas em relação à Revolução brasileira (a questão do papel do proletariado, da submissão à burguesia nacional, da supervalorização dos mecanismos da democracia liberal e do ‘aprisionamento’ político promovido pela perspectiva da transição pacífica ao socialismo) como motivadoras fundamentais do rompimento com Prestes e a maioria do Comitê Central.

Embora ficasse evidente que a inspiração da *Declaração de março de 1958* e da publicação dos novos estatutos e programa do PCB em 1961 fosse um reflexo adaptado, um subproduto do XX Congresso do PCUS e das tentativas de entendimento com o Ocidente empreendidas por Krushev, as causas iniciais para o surgimento do PC do B submeteram-se fundamentalmente às questões locais, remetendo para o futuro o debate em torno das mudanças operadas no movimento comunista após a morte de Stalin e, particularmente, das denúncias dos crimes cometidos com a divulgação do Relatório Secreto de Krushev.

Após a polêmica com Krushev em 1963, e já em franco entendimento com as lideranças chinesas, o PC do B dá maior publicidade ao legado de Stalin na construção de sua identidade político-ideológica. Formados sob influência direta do modelo marxista-leninista popularizado por Stalin¹¹⁵, os dirigentes do PC do B elevaram o status teórico dessa tradição na contraposição ao chamado ‘surto revisionista’ que havia se apossado da direção do partido e do Estado soviético.

Nesse sentido, a perspectiva de contrapor o legado teórico e político de Stalin às novas orientações políticas e econômicas empreendidas na URSS significava, para o PC do

¹¹⁵ Conforme História do PC (b) da União Soviética, os fundamentos do leninismo, materialismo histórico e materialismo dialético e Problemas econômicos do socialismo na União Soviética

B, a recolocação da dicotomia entre reforma e revolução, entre o marxismo autêntico, original e revolucionário e o revisionismo traidor dos ideais da classe operária. No entanto, implicava também a aceitação da historiografia oficial soviética do período de Stalin, assim como uma determinada compreensão das tarefas da revolução e do significado do socialismo.

Podemos avaliar a leitura que o PC do B fez acerca do papel e da ação de Stalin em três direções: na avaliação histórica do seu papel na ‘construção do socialismo’ na União Soviética; no desenvolvimento de uma determinada compreensão acerca da função, significado, organização e divisão do poder no interior do Partido Comunista; e a teoria do socialismo, que se desenvolveu com Stalin numa direção, consolidando a primazia do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações de produção, que implica uma determinada leitura do marxismo.

Como vimos, após a divulgação do Relatório Secreto de Krushev, cuja veracidade havia sido questionada por alguns grupos de comunistas brasileiros, o debate interno do PCB polarizou visões distintas sobre o legado de Stalin e seus desdobramentos teóricos. A interrupção do debate em 1957 e a correlação de forças desfavorável no interior do Comitê Central impuseram sua recomposição, produzindo o afastamento desses dirigentes associados, pela maioria do CC do PCB, ao stalinismo, particularmente Diógenes Arruda Câmara, Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar que, entre outros, foram remanejados de suas funções no interior do órgão dirigente ou dele saíram.

Após fevereiro de 1962, no processo de construção da identidade política e ideológica e de ampliação de sua área de influência, o PC do B recolocou Stalin no centro de debate, recuperando o passado como divisor de águas em relação às outras organizações da esquerda nacional.

No entanto, se para o PC do B a questão do stalinismo definia opções ideológicas, uma vez que o método, a organização e as relações de poder submetiam-se a essas, para o PCB o stalinismo mantinha-se presente de modo contraditório, pois apesar de conservar uma postura cautelosa em relação ao tema, manteve-se na tradição histórica que se consolidara com Stalin de vinculação orgânica e lealdade irrestrita para com o PCUS e suas políticas desenvolvidas após 1956.

Do ponto de vista histórico, as ligações entre o PC do B e Stalin se estruturaram a partir da perspectiva dominante no período anterior a 1956, onde o líder do PCUS era concebido como a continuidade da obra de Lênin tanto na ação concreta como nas formulações teóricas.

O destaque atribuído à Stalin concentrou-se nas ações que determinaram o desenvolvimento econômico e cultural da União Soviética, além daquelas que, assumindo oficialmente contornos de confrontos épicos, consolidaram sua posição na liderança do Partido dos bolcheviques.

Para a manutenção dessa imagem se destaca a visão desenvolvida na União Soviética de que os conflitos de classe tornam-se mais radicais sob o socialismo, o que transformara as divergências no interior do Partido e da sociedade soviéticas em agudos conflitos que contrapunham os interesses do proletariado – aqueles chancelados pelo PCUS – aos da burguesia e da pequena-burguesia que, como tais, deveriam ser duramente reprimidos.

Nesse sentido, Stalin era apresentado como defensor supremo do partido contra as investidas tanto da direita como da esquerda, preservando os interesses da revolução. Assim, os opositores no interior do Partido nada mais eram que representantes, conscientes ou não, de interesses contrários aos do proletariado, o que significava naquela quadra histórica uma radicalização da luta de classes sob novas formas.

O combate ao trotskismo, aos kulaks, aos nepman refletia etapas da luta de classes que necessitavam ser superadas e o comando de Stalin à frente do PCUS garantiu, para o PC do B, o sucesso dessa operação e permitiu um desenvolvimento econômico e cultural num momento de crise aguda do capitalismo em nível mundial. Assim, a partir de uma direção cujo comando era decidido e infalível a revolução trilhou seu rumo.

As acusações em torno dos excessos cometidos ao longo desse período eram questionadas pelo PC do B, pois deveriam ser compreendidas sob a ótica da luta de classes e, na maioria das vezes, não passavam de armações da imprensa burguesa e dos trotskistas visando desestabilizar o regime soviético.

No entanto, o combate aos inimigos do socialismo, dentro e fora do partido, estava plenamente justificado, na medida em que se tratava da ação da ditadura do proletariado sobre seus inimigos de classe. Assim, o processo de coletivização do campo traduziu-se

pela luta contra os kulaks e a consolidação da aliança entre o proletariado e o campesinato, a repressão à intelectualidade como o combate às reminiscências do pensamento burguês, os esforços para o cumprimento das metas dos Planos quinquenais como a ruptura com as práticas burguesas em relação ao trabalho, os *Processos de Moscou* como a luta contra os agentes da burguesia infiltrados no interior do PCUS e do Estado soviético, enfim, as ações desse Estado, ainda que a burguesia as tratasse como autoritárias e violentas, deveriam ser julgadas pela história na medida em que expressavam a correlação de forças na sociedade soviética e seu Estado, expressão da aliança entre o proletariado e o campesinato, que não poderia abster-se de defender os interesses das classes que emprestavam o conteúdo a esse novo tipo de Estado.

O PC do B atribuía a Stalin o sucesso das conquistas econômicas, talvez seu principal trunfo, da construção socialista. O vertiginoso crescimento quantitativo da produção industrial nos anos 20 e 30, e mesmo a reconstrução pós II Guerra, conferiam autoridade ao modelo econômico e sua condução, ao passo que podia se verificar algum ganho qualitativo em termos sociais, embora a concentração dos esforços de industrialização se deu na indústria pesada e, portanto, com foco na produção de bens de produção e não nos de consumo, o que limitava o atendimento das demandas, particularmente urbana, embora elas pudessem ser percebidas em termos estruturais, como nas áreas de saúde, habitação, eletrificação, cultura etc.

Se o sistema manteve o consumo da população lá embaixo – em 1940 a economia produziu apenas pouco mais de um par de calçado por cada habitante da URSS –, assegurou-lhe esse mínimo social. Deu-lhe trabalho, comida, roupa e habitação a preços controlados (ou seja, subsidiados), aluguéis, pensões, assistência médica e uma certa igualdade, até que o sistema de recompensas com privilégios especiais para a ‘nomeklatura’ se descontrolou após a morte de Stalin. A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante. E para milhões de habitantes das aldeias para as quais, mesmo nos tempos mais difíceis, o desenvolvimento soviético significou a abertura de novos horizontes, a fuga das trevas e da ignorância para a cidade, a luz e o progresso, sem falar em avanço pessoal e carreiras, a defesa da nova sociedade era inteiramente convincente (HOBSEBAWM, 1995: p. 373)

Os resultados sobre os quais os comunistas se apoiavam eram quantitativos, mas com forte peso simbólico. Ou seja, para o PC do B, a URSS de Stalin havia enfrentado dificuldades e saído dos conflitos internos e externos como uma grande potência industrializada, superando, em certa medida, o atraso secular e demonstrando não apenas o acerto na condução política, mas a viabilidade das teses da construção do socialismo num só país.

Um dos principais argumentos em torno de Stalin fora sua ação na derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial. A defesa da pátria socialista e a estratégia desenvolvida, assim como os acordos efetivados, elevaram o status político da URSS e de seu líder, que haviam derrotado a máquina de destruição de Hitler.

A elevação de todas as articulações contrárias a Stalin ao status de espionagem nazista e ou imperialista (SAYERS, 1947) ajudou-o a justificar os expurgos, prisões, processos e execuções que ocorriam no partido e Estado soviéticos ao longo dos anos 30 e 40, atribuindo aos opositores internos e membros do PCUS¹¹⁶ interesses inconfessáveis em suas ações.

Por fim, o PC do B não aceitava, pelo menos até seu VIII Congresso em 1992, nenhum tipo de ‘revisionismo histórico’ que pudesse produzir uma crítica mais consistente ao período da URSS sob Stalin. De um modo geral, as críticas ou eram alocadas genericamente sob o manto do trotskismo se se concentrassem no ataque ao burocratismo, ao centralismo excessivo, à ditadura unipessoal, mas mantivessem a perspectiva de crítica ao capitalismo; ou tratavam apenas de propaganda burguesa, potencializada pela guerra fria, contra o socialismo, refletindo caráter de classe, embora tal argumento também fosse dirigido aos críticos de esquerda.

Assim, ao qualificar ideologicamente as críticas dirigidas à URSS sob Stalin, o PC do B incorporava em sua avaliação sobre o socialismo as mesmas abordagens oficiais do Estado Soviético e, no momento em que este passou a rever o período de Stalin após o XX Congresso do PCUS, passou ele a ser qualificado ideologicamente como expressão do ‘revisionismo contemporâneo’, traidor dos ideais do proletariado e do marxismo-leninismo.

O papel de Stalin na definição do modelo de partido comunista refere-se mais às práticas que a teoria do partido revolucionário. O padrão de estrutura partidária que se desenvolveu sob os auspícios da Internacional Comunista a partir da definição das condições de adesão haviam sido, como vimos, elaboradas por Lênin num momento em que, na sua compreensão, exigia unidade de ação em meio ao caos econômico, social e político.

¹¹⁶ “O 17º Congresso do PCUS (b) revelou substancial oposição a ele. Se de fato constituía uma ameaça a seu poder, jamais saberemos, pois, entre 1934 e 1939, 4 ou 5 milhões de membros e funcionários do partido foram presos por motivos políticos; quatrocentos ou quinhentos, executados sem julgamento; e o próximo (18º) Congresso do Partido, que se reuniu na primavera de 1939, continha uns míseros 37 sobreviventes dos 1827 delegados que tinham estado presentes no 17º em 1934”. (HOBSEBORN, 1995: p. 381).

Assim, as responsabilidades de Stalin quanto ao modelo de partido não são de estatuto teórico, mas se referem às justificativas em torno do processo de centralização e concentração das decisões nas mãos do PCUS, cujo resultado significou o esvaziamento das formas de representação política da revolução, dos soviets. A importância progressiva que vai adquirindo a figura do Secretário-Geral nas estruturas partidárias comunistas refletiu este processo de concentração de poder em torno do controle sobre as instâncias e organizações do partido, já que progressivamente as instâncias do novo Estado a ela se submetiam.

Nesse sentido, questões referentes ao desenvolvimento histórico soviético passaram a ganhar status universal, sofrendo generalizações que permitiram a exportação das práticas políticas e de suas justificativas teóricas. Assim, o esvaziamento dos organismos inferiores em relação aos organismos centrais, em particular do Comitê Central, e dentro deste à sua Secretaria Geral transformou-se em regra por todo o mundo comunista.

O PC do B apropriou-se desse legado e justificou-o teoricamente, associando aos princípios do marxismo leninismo a teoria da vanguarda, a tese do unipartidarismo, da necessidade de supressão das frações e até a utilização da terminologia anti-trotskista contra os opositores. Tal situação se modifica após o VIII Congresso quando passou a admitir, do ponto de vista teórico, a revisão crítica dessas práticas e a construção de uma legalidade socialista que o partido comunista deve se submeter.

A construção do socialismo na URSS entre 1917 e 1956 se põe como elemento fundamental na consolidação da identidade político-ideológica do PC do B, incorporando, de maneira descontínua e contraditória, um conjunto de conceitos e argumentos que sustentam a tese de que o processo da edificação da sociedade socialista sob Stalin, ainda que repleto de problemas a serem solucionados, foi interrompido pela ascensão do grupo revisionista ao poder após 1956.

De forma descontínua e contraditória porque ao longo da década de 70 o PC do B, ainda que defensor da tese do socialismo na URSS no período acima mencionado, incorporou às suas reflexões, sob influência maoísta, elementos que problematizam esta tese central, na medida em que introduzem o debate sobre o conteúdo das relações de produção sob o socialismo.

A expropriação dos capitalistas e a socialização dos meios de produção, ou seja, a transformação a titularidade formal da propriedade, aparece como condição fundamental para o socialismo e, muitas vezes, apresenta-se como argumento central na defesa da construção socialista.

O esforço empreendido para o desenvolvimento das forças produtivas necessitava do controle sobre os meios de produção e da capacidade de orientar seu crescimento quantitativo e qualitativo numa determinada direção. Assim, o estabelecimento das metas dos planos quinquenais que, com pesados custos sociais, elevaram a capacidade produtiva e impediram que os efeitos das crises econômicas do período reverberassem sobre a URSS emprestavam ao modelo soviético importante argumento de autoridade. No entanto, a transformação das relações de produção capitalistas e das relações de poder que dela derivam não se apresentava como uma problemática fundamental.

Ao longo de sua história, o PC do B não desenvolveu nenhuma crítica sistematizada sobre a condução econômica do período em questão subscrevendo as medidas efetivadas nas várias fases da sociedade soviética até 1956, destacando, no fundamental, o caráter socialista derivado da transformação dos principais meios de produção em propriedade estatal, que teria permitido a harmonização entre o *caráter social* das forças produtivas modernas com as formas de apropriação, que deixariam de ser privadas com a socialização dos meios de produção.

Duas questões centrais orientaram esta concepção de socialismo do PC do B: de um lado, a perspectiva de que o desenvolvimento das forças produtivas criaria condições suficientes para a consolidação da revolução, justificando assim um conjunto de medidas de alto custo social que objetivaram a elevação da produção, mesmo que recorrendo a métodos administrativos de duvidoso caráter socialista (LAZAGNA, 2002) que, no fundamental, reforçavam a separação entre trabalho manual e intelectual, o poder das direções e dos órgãos centralizadores na definição das prioridades, cuja inspiração taylorista denotava uma compreensão neutra e positivista da técnica.

De outro lado, a concepção sobre o significado do conceito de ditadura do proletariado desenhado no período por Stalin. Para ele, as tarefas desse novo Estado se definiam, após a tomada do poder, pela necessidade de:

- a) vencer a resistência dos proprietários rurais e capitalistas derrubados e expropriados pela revolução; liquidar todas e cada uma das suas tentativas para restaurar o poder do capital; b)

organizar o trabalho construtivo, através da coesão de todos os trabalhadores em torno do proletariado, e levar a cabo este trabalho no sentido de preparar a supressão e a destruição das classes; c) armar a revolução, organizar um exército revolucionário para lutar contra os inimigos exteriores, para lutar contra o imperialismo”(STALIN, s.d.).

Pelo menos até o VIII Congresso em 1992, o entendimento do conceito de ditadura do proletariado esteve ancorado nessa perspectiva instrumental na configuração do novo Estado, onde a execução das tarefas da transição supunha a existência de um aparelho estatal capaz de arrancar das mãos da burguesia o controle dos meios de produção, o seu poder político e, ao mesmo tempo, consolidar a hegemonia do proletariado, supostamente amparada na direção do Partido Comunista, e enfrentar os desafios da luta de classes. A partir dessa leitura, a ação do PCUS sob o comando de Stalin se justificava, uma vez que cumpria, no fundamental, as tarefas propostas, mesmo que isso significasse a submissão das formas e dos métodos de funcionamento desse novo Estado ao seu caráter de classe e a sua missão histórica.

No entanto, a aceitação – nos anos 90 – da existência de problemas políticos e teóricos, relacionados direta ou indiretamente ao revisionismo, no período de Stalin, que consolidaram práticas e processos políticos que comprometeram o socialismo no século XX, avançou muito pouco, tanto na avaliação em si dos processos, como na análise dos trabalhos, militantes e acadêmicos, e dos acervos produzidos sobre o tema.

Com a crise política e ideológica instalada após a derrocada dos regimes no Leste Europeu, a antecipação do VIII Congresso impôs o debate sobre um conjunto de temas que, como vimos, representou um espaço especial de reflexão na história do PC do B. As indicações de problemas relacionados à direção de Stalin que contribuíram para a concentração de poderes no interior dos órgãos estatais e do partido, assim como para o desenvolvimento do “fetiche” em torno da direção do partido e do estímulo ao “culto à personalidade” foram avaliados, no VIII Congresso, como co-responsáveis pela derrota histórica do socialismo. O balanço sobre o papel de Stalin concentrou-se em seus aspectos políticos, em torno das relações de poder entre os órgãos do novo Estado e as massas, e ideológicos, associado à infalibilidade da direção, deixando em aberto as avaliações social e econômico, restringindo-se apenas ao reconhecimento de que a URSS havia ingressado numa nova fase que requeria novas formulações.

Para o PC do B, Stalin devia ser reconhecido como indivíduo histórico, portanto, submetido a um conjunto de influências, tanto pela sua contribuição na consolidação das conquistas da Revolução de 1917, como pela sua responsabilidade nos equívocos que permitiram o florescimento do revisionismo e a posterior derrota do socialismo. Muito embora nas reflexões produzidas pelo PC do B os opositores bolcheviques de Stalin no interior do PCUS não tenham recebido o mesmo tratamento histórico.

A questão do Estado

O PC do B desenvolveu uma compreensão sobre o Estado no processo de transição socialista ligada à idéia de Capitalismo Monopolista de Estado, onde a primeira etapa da transição estaria submetida à lógica de acelerar a produção e o desenvolvimento das forças produtivas, de maneira consciente e planejada, a partir do comando político do Estado. Tais princípios estão ligados tanto à avaliação histórica dos processos revolucionários como às formulações teóricas de Lênin.

Seu desenvolvimento, como demonstramos, manteve relação com as reflexões chinesas críticas ao revisionismo e ao retorno ao capitalismo na URSS pós-Kruschev, quando o PC do B atribuiu à degenerescência política e ideológica do PCUS, após o XX Congresso, causa fundamental do abandono do socialismo e do retorno ao capitalismo.

O PC do B recuperou essa formulação do Capitalismo Monopolista de Estado em seu Programa Socialista de 1995, apontando a viabilidade de um Estado, submetido ao controle das forças socialistas, que pudesse implementar uma progressiva socialização dos meios de produção, ainda que convivendo com formas de propriedade capitalistas e os princípios fundamentais da divisão do trabalho e do direito, recolocando a problemática em torno do comando político ao longo do processo de transição e da neutralidade do desenvolvimento das forças produtivas.

Em certa medida, as análises críticas do processo soviético em torno do caráter das relações de produção sob o Capitalismo de Estado, que tiveram no maoísmo uma importante referência, foram, senão totalmente abandonadas, submetidas aos ditames do incremento da produção, do desenvolvimento das forças produtivas e da produção de mercadorias. Desse modo, a reaproximação com o PC Chinês nos anos 90 revela a permanência de questões teóricas não resolvidas, como se a crítica às experiências

soviéticas, partilhada com os chineses nos anos 60, tivesse aberto uma porta que se mostrou conveniente mantê-la encostada.

O regime político e o lugar do partido

Das questões teóricas mais controversas no confronto com as experiências pós-revolucionárias se encontram àquelas relativas à organização e funcionamento do sistema político, como o lugar do Partido Comunista e seu relacionamento com os outros partidos, com as organizações de massa, com a classe que procura representar e com as instituições estatais.

Se o PC do B produziu mudanças em relação às formulações dominantes derivadas das experiências soviética, albanesa, chinesa etc., ao admitir a necessidade de um sistema partidário que admitisse uma legalidade socialista composta por forças submetidas aos princípios da transição e a existência de formas democráticas de participação e organização populares, permanecem questões que incorporam uma série de contradições não desprezíveis no funcionamento de um sistema político.

O partido comunista, como expressão dos interesses históricos do proletariado, manteve nos países do Leste europeu uma prevalência sobre as outras forças determinado pela constituição e pelo entendimento do seu papel de vanguarda da classe. O PC do B admite que a legitimidade da vanguarda não deve ser presumida, mas conquistada. No entanto, o processo legal da construção dessa hegemonia sobre outras forças e sobre a sociedade não me parece evidente em suas formulações. Tampouco os meios pelos quais o acesso ao Estado por parte do proletariado e seus aliados e a transferência das atividades estatais para a sociedade, princípio básico de sua transformação num não-Estado e configuração ímpar da democracia socialista, possam ser materializadas.

Balanco Global e Perspectivas

Ainda que se possa explorar um conjunto de desdobramentos e contradições decorrentes dos efeitos da desagregação do bloco soviético e da reconfiguração política internacional pós guerra-fria sobre o PC do B, entendemos que a abordagem teórica é decisiva e reveladora de uma série de elementos conflituosos desse processo. Assim,

realizar um balanço do estudo feito é também ter a consciência de suas limitações teórica e políticas e ao mesmo tempo compreender as várias possibilidades que essa problemática contém, reservando potenciais pesquisas sobre os efeitos organizativos, ideológicos, pragmáticos dali decorrentes.

A partir deste recorte pudemos avaliar que o desenvolvimento teórico do marxismo no interior do PC do Brasil refletiu, em muitos momentos, os conflitos políticos vigentes e foi por eles submetido a uma dinâmica presa mais aos ditames da conjuntura que ao rigor científico. Nesse sentido, as ferramentas de análise utilizadas para o entendimento do regime político, da sociedade, das raízes da crise no bloco soviético e de seus desdobramentos teóricos estiveram, em cada período, condicionadas ao panorama político e à correlação de forças, ainda que, por vezes, se tenha revelado capacidade de análise e autonomia em suas definições.

Assim, o significativo rompimento com a URSS de Krushev, considerando o histórico e a influência da revolução de 1917 sobre a identidade política construída, esteve colado às críticas chinesas, assim como o afastamento do maoísmo em fins dos anos 70, significou uma releitura de sua história recente, foi uma reafirmação dos padrões determinados pelas divergências entre China e Albânia. O mesmo processo se evidencia quando da eclosão da crise terminal do bloco soviético, onde os argumentos se transformam na medida em que ela contamina a Albânia e os olhares se voltam para a compreensão do processo da construção do socialismo na URSS. Em certa medida, o mesmo ocorre quando China, Cuba, Vietnam e Coréia formulam críticas à Perestroika e reafirmam o socialismo e o PC do B promove uma reaproximação política com esses países.

Se as análises do PC do B permitiram tais oscilações, impulsionadas pelas conjunturas políticas, não podemos refutá-las como anti-marxistas, questionando seus vínculos teóricos, ou tratá-las como simples variações oportunistas, mas devemos entendê-las no interior dos percursos teóricos possíveis do marxismo e da compreensão das etapas da transição.

Nesse sentido, as interpretações do PC do B sobre as etapas da transição socialista, as tarefas da revolução, o revisionismo, o caráter do Estado soviético e chinês, a configuração de classes, o papel da ditadura do proletariado etc., estiveram submetidas a um conjunto de contradições existentes entre as abordagens economicistas, que, como

vimos, atribuem papel determinante ao desenvolvimento das forças produtivas no processo de transformação social, e àquelas que compreendem a política como elemento dirigente do processo de transformação social, capaz de induzir a mudança qualitativa no próprio processo de produção, alavancando a mudança nas relações sociais de produção.

A permanência desse binômio nas abordagens do PC do B, do qual derivam uma série de mediações possíveis, e as oscilações políticas dali decorrentes expõem uma tensão constante entre a teoria e os dilemas da prática militante que confrontam novos desafios diariamente.

Por exemplo, o fim do bloco soviético e das experiências albanesa e iugoslava, as reformas de cunho capitalista na China associadas às iniciativas reformistas nos principais centros capitalistas desde princípio dos anos 80 possibilitaram ao capitalismo uma nova vaga de expansão ancorado na desregulamentação e liberalização econômica e na flexibilização dos direitos sociais, ampliando o processo de concentração de riqueza e poder em escala mundial.

O processo político da reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo, que engloba a desorganização e reorganização das classes sociais, assim como de suas lutas e formas de organização têm colocado novos e complexos problemas para os trabalhadores da cidade e do campo em nível global, seja pela crescente integração da produção em escala mundial, a qual socializa os problemas, como também em decorrência da crescente transferência de poder das instituições públicas nacionais para as corporações transnacionais, fundos de investimentos e seus fóruns representativos.

Nesse novo quadro, os conflitos políticos e econômicos de classe assumem contornos também inovadores, com a expansão das lutas em nível global, enquanto que as instituições do Estado nacional demonstram uma progressiva incapacidade no atendimento das demandas sociais.

O chamado ‘neoliberalismo’, imposto em escala global, redesenhou as estruturas de dominação do grande capital, transferindo paulatinamente o poder decisório dos Estados nacionais para as chamadas ‘instituições multilaterais’ e grandes corporações, as quais se transformam, segundo Monereo (2001) em ‘estados privados sem fronteira’. Ainda que não se possa prescindir da ação do Estado nessa nova arquitetura política global, a

mundialização em curso subtraiu a capacidade de regulação econômica e de implementação de políticas públicas, em especial as de corte social.

A hegemonia do capital financeiro nesse processo impôs o estabelecimento de regras de ação global negociadas entre Estados nacionais, reduzindo o controle sobre os fluxos de capitais, sobre a exploração da força de trabalho e sobre a natureza. Ao mesmo tempo, nacionalmente, cada governo se responsabiliza pela implementação de acordos locais para viabilizar este processo, enquanto controla, reprime e criminaliza os resistentes.

Tal processo é contraditório, pois no âmbito nacional as instituições continuam permitindo formalmente algum tipo de consulta às populações; no entanto, o que fica claro é que as principais decisões da ação estatal ficam submetidas, sem nenhum tipo de transparência, aos ditames do grande capital.

Nesse sentido, o modelo político da mundialização é, essencialmente, anti-democrático, pois desloca as tomadas de decisão a um plano inacessível, ao mesmo tempo, em que mantém a rotina dos processos eleitorais circunscritos a temas nacionais ou propostas de reformas sociais, muitas das quais sem possibilidades práticas de serem efetivadas.

Considerando este desgaste político e programático da esquerda partidária e o novo quadro que emerge com a mundialização do capital, seu reordenamento político e econômico, muitos movimentos e intelectuais passaram a pensar as alternativas ao capitalismo numa outra perspectiva, abandonando certas categorias teóricas fundamentais do marxismo.

Acoplado a essa problemática em torno da crescente incapacidade dos Estados Nacionais em atender as mais variadas demandas sociais está a não menos descrença nos partidos políticos. As experiências dos partidos comunistas, socialistas e social-democratas, em suas várias matizes, nos governos associados aos efeitos políticos e ideológicos da crise nos regimes ditos socialistas contribuíram para o questionamento prático da eficácia desses agentes políticos

A expansão de novas formas de lutas sociais e políticas vinculadas ao processo de mundialização expressam um conjunto novo de contradições e desafios que as organizações

comunistas devem enfrentar. Borón ¹¹⁷ sustenta as lutas sociais em combate ao neoliberalismo e à mundialização tem se, em muitos países, estruturado sobre a crítica às formas tradicionais de organização e representação, deslocando a centralidade das classes e do debate sobre o poder, substituindo-a por uma exaltação romântica dos ‘novos sujeitos contestadores’ e pelo reiterados anúncios de superação da classe operária, dos partidos e do Estado-nação.

Para os comunistas, este novo desenho de capitalismo neoliberal impõe enfrentar um duplo desafio teórico e político: de um lado, combater a perspectiva fragmentada do processo político e econômico, que desloca os agentes de seus determinantes classistas e de suas formas consolidadas de organização, sustentando-se numa perspectiva anti-estatista; enquanto de outro, se põe a necessidade de romper com uma leitura de tendência positivista do marxismo, que supervaloriza os aspectos chamados “científicos” das obras de Marx, submetendo sua dinâmica aos interesses estratégicos de longo prazo determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e suas contradições com as relações de produção.

Concordamos com A. Martins (2005) que defende a idéia de que há um potencial anti-sistêmico e que seu desenvolvimento possa configurar uma nova realidade no quadro das lutas anti-capitalistas, já que a luta por direitos como os de trabalhar, morar, plantar, respirar, beber, exercer políticas de justiça social, universalizar a saúde se contrapõem à lógica do capital e da globalização neoliberal, permitindo pensá-las não como simples reformismo, mas como possibilidades concretas de confronto. Assume, na sua opinião, contornos de confronto a luta pela paz, que escancara o debate sobre a hegemonia norte-americana, assim como as experiências de participação e soberania popular e étnicas que conflitam com o desenho das chamadas instituições globalitárias.

Apesar desse potencial, a contribuição teórica que a tradição marxista pode oferecer, de entendimento da realidade a partir da noção de totalidade, da complexidade e historicidade do social e da articulação entre teoria e práxis, está distante desses novos movimentos sociais.

Os desafios se estruturam em duas direções: de um lado, na elaboração de um programa político capaz de consolidar, ou ao menos iniciar, um debate sobre um projeto

¹¹⁷ BORON, Atílio - **Actualidad del ¿Qué hacer? de Lenin** in http://www.quehacer.com.uy/Debates/actualidad_que_hacer_lenin.htm

alternativo à globalização neoliberal, que pudesse superar a dicotomia das duas etapas para a transição socialista – conquistar o poder do Estado e utilizá-lo como instrumento de transformação; de outro, na incompatibilidade entre o modelo leninista de organização e a estruturação de redes de ação global.

O programa político encerra um limite, em torno da ‘fetichização’ do Estado, compreendido como ferramenta, como instrumento de transformação, mais ou menos independente das relações sociais dominantes. Nesse sentido, as organizações marxistas não têm produzido rupturas teóricas consideráveis com a trajetória da esquerda social-democrata de inspiração keynesiana, nem tampouco com as variantes reformistas herdeiras da Internacional Comunista.

Embora haja uma compreensão global acerca do capitalismo e da necessidade do enfrentamento com as várias formas do imperialismo, os partidos são organizações nacionais, geograficamente limitadas e com objetivos e programas de caráter nacional.

Nesse sentido, os movimentos e suas redes desenvolveram mecanismos de organização das lutas em âmbito global de modo mais eficaz e contundente que a ação dos partidos, que orientam suas ações a partir dos espaços e dos recursos estatais.

Os partidos inseridos nos sistemas eleitorais vigentes buscam se consolidar como dirigentes não apenas de suas classes de origem, mas de um novo ‘bloco histórico’. No entanto, a dinâmica eleitoral impõe alguns limites, uma vez que os partidos devem se mostrar responsáveis e respeitadores da ordem vigente. Assim, o discurso transformador se desloca para o cálculo numérico, o apelo ao proletariado para os trabalhadores, dos explorados para a nação, da ruptura para a responsabilidade no cumprimento dos acordos internacionais etc.

Desse modo, os imperativos eleitorais impõem uma nova lógica de ação para os partidos, circunscritos ao calendário eleitoral e aos cálculos numéricos, incorporando-os aos sistemas eleitorais, em geral excludentes e ao próprio modelo de globalização neoliberal que permite às esquerdas governar, mas com a capacidade decisória reduzida, submetida às corporações e organização multilaterais.

Ainda que muitas vezes os movimentos mantenham um diálogo aberto com as instituições estatais e os sistemas eleitorais, mantendo relações, diretas ou indiretas, com os partidos políticos, preservam um certo distanciamento, ao mesmo tempo em que conservam

um grau de autonomia e energia questionadoras da ordem, o que permite um ‘chamamento’ às classes sociais de modo mais direto que os partidos que, como vimos, em função do imperativo eleitoral, se obrigam a ‘superar’ os limites classistas para angariar votos, mostrar-se responsável e governar para todos.

Em certa medida, a emergência desses novos movimentos e de suas contradições com a lógica de reprodução do capitalismo reintroduz, num patamar diferenciado, a problemática posta por Lênin acerca da superação da lógica do conflito econômico e corporativo, pela compreensão articulada do sistema, tarefa primordial do elemento consciente oriundo do marxismo.

Esta polêmica se põe na atualidade de maneira distinta, uma vez que ainda que não estejamos debatendo sobre a forma de partido que queremos, ou a introdução do elemento consciente - nem sequer se queremos partidos-, mas como se põem tais conflitos, pois as formas das lutas econômicas e sindicais foram politizadas num sentido diverso. Ou como afirma Almeyra (2004) que

“La mundialización reduce brutalmente el campo de la política al anular prácticamente la posibilidad de optar por diversas utilizaciones de los recursos o por diferentes enfoques en la aplicación de las políticas públicas, cosas que hoy decide, en el extranjero, el gran capital. Pero esa despolitización, esa expropiación del campo de lo político, esa reducción de todo a la economía y a las influencias del mediático-culturales politizan al mismo tiempo, al extremo, la vida cotidiana”.
(ALMEYRA, 2004)

No entanto, o fato de haver ocorrido uma percepção mais política dos acontecimentos econômicos, não implica afirmar que houve uma politização das lutas econômicas e sociais, mas que o limite dessas reivindicações é político e que, portanto, sua resolução passa pela luta política.

Por outro lado, a ascensão dos movimentos sociais e sua articulação em nível global põe-nos uma questão velha com nova roupagem. Lênin realiza seu debate no interior da social-democracia russa defendendo o papel da vanguarda política no processo de luta contra a autocracia, com o objetivo de superar tanto o espontaneísmo como o economicismo, introduzindo de fora do conflito salarial a consciência política e a estrutura organizativa. Em certa medida, Lênin anuncia um tema contemporâneo ao abordar a necessidade de se pensar formas de superar a fragmentação e os limites corporativos das lutas, agora em escala global, com um programa político de ação.

Podemos observar um paradoxo interessante ao avaliarmos o atual estado da questão: as organizações de inspiração marxista em nível global, nas suas mais diversas orientações, não têm se mostrado capazes de articular um discurso e uma prática que supere a fragmentação política e ideológica e, ao mesmo tempo, sejam capazes de consolidar uma nova hegemonia no interior dos movimentos anti-sistêmicos.

Um dos temas centrais proposto por Lênin em *Que Fazer?* é a questão do papel da vanguarda política da classe. Vinda de fora do conflito econômico, a consciência política socialista e a luta revolucionária devem ter como espinha dorsal uma organização de revolucionários profissionais, capazes de empreender e dirigir a luta contra o capital nas mais variadas situações. As tarefas se referem não apenas a organização da classe operária, mas também da relação com outras classes, colocando o desafio de se pensar a consolidação de um novo bloco de classes capazes de empreender a transição socialista.

No entanto, a questão teórica de maior relevância encontra-se em torno do *locus* do poder. Se de um lado, aceitamos a tese de que ocorreram transformações fundamentais na arquitetura do poder global, concentrando poderes em não-Estados ou em '*estados privados sem-fronteira*', não podemos desconsiderar que tais transformações não subtraíram as funções fundamentais do Estado capitalista nem tampouco seu comprometimento com a reprodução das relações sociais de produção. Ou seja, ainda que algumas transformações sociais e econômicas possam acontecer sem a tomada do poder do Estado, a questão da destruição das formações estatais e suas correspondentes relações continua em aberto.

O impacto da experiência soviética e de seu colapso tem sido sentido sobre toda a tradição marxista, seus efeitos são variados e demandam muita pesquisa e debate para que sejam suficientemente avaliados. Os partidos comunistas, em geral, e o PC do Brasil, em particular, autodenominados vanguarda da classe operária, têm tarefa redobrada em torno da superação dos entraves teóricos que limitam o entendimento daquelas experiências históricas, assim como daqueles que os aprisionam aos modelos políticos e ideológicos de enfrentamento ao imperialismo pré-mundialização.

Como foi demonstrado, ao longo de sua história o PC do B buscou enfrentar as dificuldades e desafios políticos recorrendo ao instrumental teórico marxista, oscilando entre a inovação e o dogmatismo, a criação e a adequação. A atual configuração econômica e social do capitalismo neoliberal, com suas consequências sobre as classes e

suas lutas, impõe aos partidos comunistas a necessidade de transformar a fragmentação e os particularismos das lutas corporativas, nacionais e locais, num amplo movimento de cunho anti-sistêmico, para o enfrentamento de sua crise econômica e do poder unipolar norte-americano.

Em suma, aos comunistas e ao Partido Comunista do Brasil, em particular, se impõe, numa relação dialética com a teoria marxista, um dilema: ou se colocam como organizações políticas anti-sistêmicas e, portanto, revolucionárias em relação aos objetivos estratégicos ou tendem a sucumbir enquanto experiência histórica seja como refém do dogmatismo ou de sua crescente institucionalização.

Bibliografia

- ALIA, Ramiz, A democratização na Albânia In. *A Classe Operária* n. 43, junho de 1990, p. 14-17.(a)
- _____. discurso reproduzido em Suplemento Especial sobre a Albânia de *A Classe Operária* nº 37, de março de 1990.(b)
- _____. Combater o burocratismo e o liberalismo, tarefa da atualidade In AMAZONAS, J. [et al.]. **30 anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo**, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990, p. 43-62 (c)
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente Desencontro: o PCB e a revolução burguesa no Brasil 1945-1964 In MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no Século XX**, São Paulo: Cortez, 2003
- ALMEYRA, Guillermo. **Política, Partidos, Poder en la Mundializacion**, Clacso, 2004.
- ALTAMIRA, J. A crise mundial In COGGIOLA, O. (org.) **História e Crise Contemporânea**, São Paulo: Ed. Pulsar, 1994.
- ALTVATER, Elmar. A Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista in HOBBSAWM, E. **A História do marxismo** vol. 12, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989, 479p.
- AMAZONAS, João “João Amazonas fala sobre a Guerrilha do Araguaia”, fev. de 1997, disponível em http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=44&cod_not=546, acesso em abril de 2005
- _____. Capitalismo de Estado na transição ao socialismo **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 29, p.21-25, maio 1993. Trimestral.
- _____. Acontecimento alvissareiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3-3. 28 ago. 1991.
- _____. “Albânia, vergonhosa capitulação” (entrevista) *A Classe Operária* nº 62, junho de 1991
- _____. Leste: senha do anticomunismo In *A Classe Operária* nº 36, fevereiro de 1990.(b)

- _____. As Transformações Sociais na Época da Revolução e do Imperialismo (Exame crítico da crise do socialismo) _____. **30 anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo**, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990, p 15-30.(a)
- _____. Viva a grande Revolução Socialista de Outubro. **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 14, p.5-15, out. 1987. Trimestral.
- _____. Carta a um leitor. **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 5, p.4-8, mar. 1983. Trimestral.
- _____. **O revisionismo chinês de Mao Tse-tung**, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1981, 203p.
- AMAZONAS, J. & GRABOIS, M. A Atualidade das idéias de Lênin (1970) In _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.165-146.
- AMIN, Samir. “Geopolitique De L'imperialisme Contemporain” In *La Rivista Del Manifesto* nº 51, <http://www.larivistadelmanifesto.it/originale/51A20040606.html>, consultado em 21.01.2007
- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel à Fukuyama**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, 145p.
- ASH, Tymothy G. **Nós, o povo: a revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 168p.
- BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**, Brasília: Edunb, 1993, 309p.
- BERNAL, Martin. Mao e a revolução chinesa In HOBBSBAWM, E. (org.) – **A História do marxismo** vol. 8, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 345-417.
- BETTELHEIM, Charles – **A Luta de classes na União Soviética**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979, 482p.
- BETTO, Frei. **O fim do que foi o princípio**, T & D nº 10 disponível em http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td10/td10_debate.htm#F#F acesso em 27 de abril de 2003.
- BERNSTEIN, Eduard – **O Socialismo Evolucionário**, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1964, 171p.

BLACKBURN, Robin (org.) – **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 271p.

BOBBIO, Norberto – **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**, São Paulo: Ed. Unesp, 1995, 189p.

BORON, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en la América Latina**, Colección Secretaria Ejecutiva, Clacso, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Ciudad de Buenos Aires, Argentina, Agosto de 2003. Disponível em www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/estado/estado.html

_____. **Por el necesario regreso al marxismo**, Clacso, mimeo

_____. **Actualidad del ¿Qué hacer? de Lenin** in http://www.quehacer.com.uy/Debates/actualidad_que_hacer_lenin.htm acesso em março de 2006

BRANDÃO, Octavio – **Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924**, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2006.

BUONICORE, Augusto César **A Conferência de 1962 e a reorganização do PC do B** in www.vermelho.org.br consultado em março de 2004

_____. **60 anos da Conferência da Mantiqueira** disponível em www.vermelho.org.br consultado em março de 2004.

_____. **Partido Comunista do Brasil: Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958** In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 67, out. 2003.

_____. **30 anos da Guerrilha do Araguaia** In **Gloriosa Jornada de Luta** in Diário Vermelho <http://www.vermelho.org.br> 12/04/2002

CALLINICOS, Alex. **A Vingança da História: o marxismo e as revoluções no Leste Europeu**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 199, 172p.

CARONE, Edgar. **A Internacional Comunista e as 21 condições**, disponível em <http://www.arnet.com.br/gramsci/arquiv247.htm> consultado em 13 de abril de 2005

CARVALHO, J.Reynaldo. Consumada a liquidação na Albânia In *A Classe Operária* nº 63, julho de 1991

_____. Agravava-se a crise albanesa In *A Classe Operária* nº 59, março de 1991

- _____. Os efeitos do Revisionismo sobre a luta revolucionária In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 17, São Paulo: Anita Garibaldi, 1989, p. 15-22.
- _____. O Socialismo na Albânia, **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 14, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1987, p. 38-44.
- _____. Stalin: comandante da construção do socialismo *A Classe Operária* n. 17, V fase, março de 1988.
- CASTELLS, Manuel **Fim de Milênio**, São Paulo: Paz e Terra, 1999, 497p.
- CHAVANCE, Bernard – **Lê fin dès systemes socialistes. Crise, réforme et transformation**, Paris: Ed. L'Harmattan, 1994. 225p.
- CHAVANCE, Bernard e BETTELHEIM, Charles O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado IN NAVES, Marcio B. **Análise marxista e sociedade de transição**, Campinas, SP: UNICAMP, IFCH, 2005, p. 75-112.
- CHOSSUDOVSKY, Michel – **A Globalização da Pobreza: Impactos da Reforma do FMI e do Banco Mundial**, São Paulo: Ed. Moderna, 1999. 320p.
- CLAUDIN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**, São Paulo: Global, vol. 2, 1986, p. 329-685.
- CLIFF, Tony. **Eartquake in the east** (1989) disponível em <http://www.marxists.org/archive/cliff/works/1989/quake.htm> acesso em 23 de julho de 2007.
- ÇAMI, Foto. *O Socialismo na Albânia* In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 10, 1985, p. 10-14.
- _____. As Contradições, as classes e a Luta de classes no socialismo In: **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 1, 1981, p. 29-33.
- COGGIOLA, O. (org.) **História e Crise Contemporânea**, São Paulo: Ed. Pulsar, 1994, 165p.
- DAHRENDORF, Ralf . **Após 1989: moral, revolução e sociedade civil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 287p.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**, São Paulo: Ed. Marco Zero, 1989, 317p.
- EBLING, Fredo. Por que não a Albânia *A Classe Operária* n. 38, março de 1990
- _____. Tudo em paz *A Classe Operária* n. 36, fevereiro de 1990.

ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil em França, 1891 In MARX, K & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, vol. 2, São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., p. 41-51

ELEY, G. **Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, 766p.

FERNANDES, Florestan. **Em Defesa do Socialismo**, 1990, disponível em http://www.espacoacademico.com.br/039/39ffernandes_socialismo.htm consultado em 28 de abril de 2005

FERNANDES, Luis. **O Enigma do Socialismo Real: um balanço crítico das principais teoria marxistas e Ocidentais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, 256p.

_____. **URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista**, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2ª ed., 1992, 270p. (a)

_____. A Evolução da estratégia comunista no Brasil In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 24, 1992(b), p. 45-51.

_____. O marxismo e a discussão sobre a natureza da sociedade soviética AMAZONAS, J. [et al.]. **30 anos de conflito ideológico: marxismo e revisionismo**, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990

_____. O Capitalismo transparente da URSS *A Classe Operária* n. 1, VI fase, agosto de 1988.

_____. A Política Econômica da “Glasnost” na URSS In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 14, 1987/10, 1985, p. 32-35.

_____. China: O Socialismo que não houve In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 10, 1985, p. 15-20

_____. A Degenerescência Capitalista da União Soviética In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 3, 1981, p. 2-10.

FETSCHER, Iring. Bernstein e o desafio à ortodoxia In HOBBSBAWM, Eric (org.) **A História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.257 -298.

FREITAS, Ronald. O socialismo sobrevive na Albânia (entrevista) In *A Classe Operária* n° 34, janeiro de 1990

FUKUYAMA, F.. O fim da História e o último homem, citado In ANDERSON, Perry – **O fim da história: de Hegel à Fukuyama**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, 145p.

- GALDINO, Antonio Carlos. **O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60**, 192f, Dissertação de mestrado em Ciência Política, IFCH-Unicamp, mimeo, 1994.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões à luta armada**, São Paulo: Ed. Ática, 1998. 294p.
- GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas,(1960) In **Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro, PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, 532p.
- _____. O socialismo na Albânia, *A Classe Operária* nº 32, julho de 1969.
- GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História In **Obras Escolhidas** volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1974, 23- 244
- _____. O Estado, a Política e o Estado Moderno In **Obras Escolhidas** volume 1, Lisboa: Editorial Estampa, 1974, p. 247- 408
- _____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982, 2ª ed
- HADDAD, Fernando. **O Sistema Soviético: relato de uma polêmica**, São Paulo: Ed. Página Aberta, 1992, 268p.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**, São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, 598p.
- HOLLOWAY, John **Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy** (Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Herramienta), 2002.
- JOFFILY, Bernardo. A Albânia não vai cair In *A Classe Operária* n. 48, agosto de 1990 (a)
- _____. **O Bastião Albanês**, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1990, 128p. (b)
- _____. Perestroika ao contrário In *A Classe Operária* n. 46, julho de 1990(c)
- JOHNSTONE, Monty. Lênin e a Revolução IN: HOBSBAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo** vol. V, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1986, p. 113-141.
- KING, Desmond. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas, São Paulo: **Novos Estudos** n. 22, out., p. 55-76, CEBRAP, 1988
- KOTZ, David. The direction of soviet economic reform: from socialist reform to capitalist transition **Monthly review**, New York: MRF, n.5, vol. 44, sep. 1992, p. 14-33.

- KURZ, Robert. **O Colapso da modernização**, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992
- LAZAGNA, Ângela. **Lênin, as forças produtivas e o taylorismo**, 143p. Dissertação de Mestrado IFCH – Unicamp, mimeo, 2002.
- LÊNIN, V.I. Uma Grande Iniciativa (1921) In: CEPS, Introdução ao Estudo do Socialismo Científico, *mimeo*, *s.d*
- _____. Sobre o Estado (1919) In _____. V.I. **Obras Escolhidas**, vol.3, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988.
- _____. A Catástrofe que nos ameaça e como combatê-la (1917), **Obras Escolhidas**, vol. 2, São Paulo: Alfa-Ômega, 1988, p. 165-200 (b)
- _____. O Estado e a Revolução (1917) In _____. **Obras Escolhidas**, vol. 2, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 2ª Edição, 1988. p. 219-305(a)
- _____. Marxismo e Revisionismo (1908) In _____. **Obras Escolhidas**, vol. 2, São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 3ª Edição, 1986. p. 40-46
- LEVY, Nelson. **A Crise do Imperialismo e a Revolução**, São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980, 167p.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular – da JUC ao PC do B**, São Paulo : Ed. Alfa-Ômega, 1984, 172p.
- LIMA, Haroldo Desafios do Oitavo Congresso **Tribuna de Debates** nº 7 e 8, outubro e novembro de 1991
- LOSURDO, Domenico. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**, Rio de Janeiro: Renan, 2004, 206p.
- LÖWY, Michel (org.). **O Marxismo na América Latina**, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 539p.
- _____. Twelve theses on the crisis of ‘really existing socialism’ **Monthly Review** nº1, vol 43, New York: MRF, may 1991, p. 33-40
- LUSTOSA, Rogério. A Experiência Socialista na URSS **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 15, maio de 1988, p. 20-26.
- _____. Soviets: Um milhão de vezes mais democrático **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 17, p. 31-37.
- _____. *Socialismo: tarefa que se impõe*. In *O Socialismo vive - Documentos do VIII Congresso do PC do B*, São Paulo : Anita Garibaldi, 1992, p. 63-70.

- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução**, São Paulo: Ed. Global, s/d., 124p.
- LYRA, Rubens Pinto. **Socialismo: Impasses e Perspectivas**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1992. 204p.
- MACHADO, João. **Pela Tradição marxista**, T & D nº 10 disponível em http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td/td10/td10_debate.htm#P#P, consultado em 27 de abril de 2003.
- MANDEL, Ernst. **Socialism and the future** (july 1992) in <http://www.marxists.org/archive/mandel/1992/07/future.htm> consultado em julho/2007
- MAREK, Franz. A Desagregação do Stalinismo In HOBBSAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo** vol. X, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 307-320.
- MARTINS, Antonio. **Três provocações sobre o futuro do Planeta Porto Alegre** disponível em http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_antonio_martins consultado em 29.06.2005
- MARTINS, Umberto. Particularidades e caráter de classe do revisionismo soviético In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 17, 1989, p. 23-30.(a)
- _____. A URSS no pântano capitalista In *A Classe Operária* n. 28, outubro de 1989.(b)
- _____. O povo tomou partido In *A Classe Operária* n. 48, agosto de 1990(a)
- _____. Leste Europeu: um elo frágil na cadeia imperialista In *A Classe Operária* n. 34, janeiro de 1990(b)
- MARTON, Imre. **Os Novos Trunfos da Esquerda Mundial após o desmantelamento do 'socialismo' staliniano**, Textos Didáticos nº 26, Campinas: Ed. Unicamp, agosto de 1995.
- MARTORANO, Luciano C. **Burocracia e Socialismo**, 193p., Dissertação de Mestrado, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001.
- MARX, K.. A Guerra Civil em França In MARX, K & ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, vol. 2, São Paulo: Alfa-Ômega, s.d., p. 39-104
- MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no Século XX**, São Paulo: Cortez, 2003, 312p.
- MIGLIOLI, Jorge O Marxismo e a Desagregação da União Soviética, In **Crítica Marxista** n. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 61-63.

- MONEREO, Manuel. De Porto Alegre a Porto Alegre: o surgimento do novo sujeito político In: Seoane, José e Taddei, Emílio (org.) – **Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.265-272
- MORAES Fo., Evaristo de. A Proto-história do marxismo no Brasil In REIS Fo., Daniel A. **História do Marxismo no Brasil** – vol. 1 – O Impacto das Revoluções, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, p. 15-45.
- MORAES, João Quartim (org) A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro in REIS Fo., Daniel A. **História do Marxismo no Brasil** – vol. 1 – O Impacto das Revoluções, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, p. 47-88.
- _____. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispções (1944-1954) In _____. **História do Marxismo no Brasil** vol. 3, Campinas: Editora do Unicamp, 1998, p. 161-200.
- NAVES, Marcio B. Stalinismo e capitalismo In _____(org.) **Análise marxista e sociedade de transição**, Campinas, SP : UNICAMP, IFCH, 2005, p. 57-74
- _____. Marxismo e capitalismo de Estado In **Crítica Marxista** n. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 71-74.
- NETTO, João Paulo. Socialismo real e socialização do poder político In **Crítica Marxista** n. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 65-66
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*, Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995, 259p.
- PARAMIO, Ludolfo. **Trás el Dilúvio. La Izquierda marxista ante el fin del siglo XX**. Madrid, Siglo XXI, 1988. 260p.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *PCB: Vinte anos de política 1958 – 1979*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, 353p.
- PARTIDO COMUNISTA DA CHINA **On the historical experience of the dictatorship of the proletariat (1956)** In <http://www.marx2mao.com/Other/#fnp1> acesso em 26 de junho de 2006
- _____. **More on the historical of the dictatorship the proletariat (1956)** In: <http://www.marx2mao.com/Other/#fnp21> acesso em 26 de junho de 2006
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL Programa Socialista (1995) In. _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p. 451-472

- _____.Projeto de Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil, **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 31, novembro de 1993, p. 54-64
- _____.Informe Político ao VIII Congresso do PC do B (1992) In:_____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p. 411-450.
- _____.**O socialismo vive, Resoluções do VIII Congresso do PC do Brasil**, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992, 108p.
- _____.**A Luta pelo socialismo científico, Teses ao VIII Congresso**, mimeo, 1991.
- _____.Combater os vândalos com vigor In *A Classe Operária* n. 59 de março de 1991.
- _____.O povo defenderá o socialismo In *A Classe Operária* n. 47 de julho de 1990.
- _____.PC do B repudia campanha de calúnias contra a Albânia. Nota do CC do Pc do B ao PTA In *A Classe Operária* n. 38, março de 1990, p. 17
- _____. Informe Político ao VII Congresso do PC do B (1988) In _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.351-396.
- _____.Estudo Crítico Acerca da Violência Revolucionária, Informe Especial ao VI Congresso (1983) In_____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.309-342 (c).
- _____.Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular (1983) In_____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.343-350.(b)
- _____.**Informe Político ao VI Congresso**, mimeo, 1983(a)
- _____.Resoluções da VII Conferência do PC do B (1978/9) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p. 265-270
- _____.Breve Histórico das divergências com o PC da China In *A Classe Operária* n. 132, dezembro de 1978.
- _____.Os mesmos métodos de Krushev et Cia. Carta ao PTA *A Classe Operária* n. 128, julho 1979
- _____.**Novo marco na luta contra o oportunismo**. *A Classe Operária* n 119, set/out de 1977.

- _____. **Manter sempre bem alta a bandeira invencível do marxismo-leninismo** *A Classe Operária*, n. 117, julho de 1977
- _____. Mensagem ao PC Chinês pela realização da IV Legislatura da Assembléia Nacional Popular e da aprovação da Nova Constituição. *A Classe Operária* n. 93, janeiro de 1975, p. 12.
- _____. Acerca da Luta Anti-imperialista (1973) In _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.221-236.
- _____. Cinquenta anos de luta.(1972) In _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.147- 192.
- _____. Revolucionarizar o partido e colocá-lo à altura de sua missão e de suas tarefas In *A Classe Operária* n. 61, janeiro de 1972.
- _____. Traidores da Revolução. In *A Classe Operária* n. 42, junho de 1970, p.3
- _____. No caminho da revolucionarização In *A Classe Operária* n. 38, fevereiro de 1970.
- _____. O caminho da guerra popular In *A Classe Operária* n. 29, abril de 1969, p. 6-7. (a)
- _____. Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil (1969), In **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil**, Lisboa: Ed. Maria da Fonte, 1974, p. 115-159.(b)
- _____. Triunfou o marxismo-leninismo (1969) *A Classe Operária* n. 26, janeiro de 1969, p.11-12.(c)
- _____. *Agressão Criminosa* - Declaração do CC do PC do B sobre a invasão da Checoslováquia In: *A Classe Operária* n. 24 de setembro de 1968.
- _____. Atitude firme e consequente. Carta ao CC do PTA In: *A Classe Operária* n. 24 de setembro de 1968.
- _____. Desenvolver a luta ideológica e fortalecer a unidade do partido (maio de 1967), **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil**, Lisboa: Ed. Maria da Fonte, 1974, p. 9-22.(d)
- _____. Apoiar Decididamente A Grande Revolução Cultural Proletária (maio de 1967) In *Boletim de informações de A Classe Operária* n. 15, maio de 1967 (c)
- _____. A revolução de nossos dias In *Boletim de informações de A Classe Operária* n. 15, maio de 1967, p. 9-16 (b)

_____. Revisionistas soviéticos ajudam a ditadura. *Boletim de Informações de A Classe Operária*, março de 1967, p. 7. (a)

_____. União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista Resoluções da VIª Conferência Nacional do PC do B (1966) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p.85-114.

_____. O golpe de 1964 e seus ensinamentos (1964) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p. 55-84.

_____. Resposta a Krushev (1963) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, pg. 43-54.

_____. Manifesto-Programa (1962) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, p. 31-42.

_____. Em defesa do Partido (carta dos 100) (1961) In: _____. **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil 1960-2000**. São Paulo: A. Garibaldi, 2000, pg. 23-30

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Estevão e o PC do B**, mimeo.

PHILLIPS, Paul. The debt crisis and change in eastern europe **Monthly review**, New York: MRF, n. 9, vol. 41, feb. 1990, pg.19-27.

POMAR, Pedro Grandes êxitos da Revolução Cultural *A Classe Operária* n. 22, ano 3, maio de 1968

POMAR, Valter V. R. **Comunistas do Brasil, Interpretações sobre a cisão de 1962**, Dissertação de Mestrado, FFLCH- USP, mimeo, 2000

POMAR, Wladimir. **Rasgando a cortina**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991. 159p.

_____. **Araguaia, o partido e a guerrilha – Documentos inéditos**, São Paulo: Brasil-Debates, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**, São Paulo: Martins Fontes, 1977, 354p.

PRZEWORSKI, Adam **Capitalismo e Social-Democracia**, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1988, 330p.

- RABELO, Renato. Evolução do Pensamento Programático do PC do B In Partido Comunista do Brasil. ***Construindo o Futuro do Brasil: documentos e mensagens à 8ª Conferência Nacional do PC do B*** São Paulo: Editora Anita, 1995.
- _____. Projeto Viável de Socialismo Científico para o Brasil, **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 31, novembro de 1993, p. 54-64(a)
- _____. A evolução da estratégia revolucionária marxista, **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 29, maio de 1993, p. 13-20. (b)
- _____. Mais capitalismo e ditadura na China In *A Classe Operária* nº 21, junho de 1989.
- REBELO, Aldo A Nova estratégia pelo socialismo. In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 25, julho de 1992, p. 9-13
- _____. O império contra ataca: A Rússia e as rebeliões nacionalistas in *A Classe Operária* nº 36, fevereiro de 1990
- REIS Fo., Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida: A história do socialismo soviético**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, 295p.
- _____. O Maoísmo e a Trajetória dos Marxistas Brasileiros In REIS Fo., Daniel Aarão et alli. **Historia do Marxismo no Brasil** vol. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 105-132.
- RIDENTI, M. **O Partido Comunista da Brasil diante da crise do socialismo: permanências e mudanças** in World Fórum – X Congress of International Federation of Latinamerican and Caribbean Studies, mimeo, 2001.
- ROSSANDA, Rossana . Por uma análise marxista da crise das sociedades do Leste Europeu in LYRA, Rubens Pinto. *Socialismo: Impasses e Perspectivas*. São Paulo Ed. Página Aberta, 1992, p. 109-120.
- RUY, José Carlos. **João Amazonas vive!** In *Princípios* nº 66 agosto de 2002, disponível em http://www.vermelho.org.br/principios/anteriores.asp?edicao=66&cod_not=78, consultada em 19.11.2004.
- _____. Partido Comunista do Brasil *80 anos* In. **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 64, fevereiro de 2002, p. 22-39
- SALES, Jean Rodrigues O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política, In **Revista Diálogos**, vol. VI, disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atg5.htm, consultado em 11.09.2007
- _____. **O impacto da Revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**, 262p, Tese de Doutorado IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005.

- _____. **Partido comunista do Brasil-PC do B : propostas teoricas e pratica politica - 1962-1976**, 236p, Dissertação de mestrado em História, IFCH-Unicamp, Campinas, 2000.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza: 1890:1915**, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, 195p.
- SAYERS, Michael & KAHN, Albert. **A Grande Conspiração: A Guerra secreta contra a Rússia soviética**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947.
- SCHLESINGER, Rudolf. **La Internacional Comunista y El Problema Colonial**. México D.F.: Siglo XX Editores, 1977, 149p.
- SEGATTO, José Antonio. O PCB e a Revolução Nacional-Democrática IN: Mazzeo, Antonio Carlos e Lagoa, Maria Izabel (org.) **.Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no Século XX**, São Paulo: Cortez, 2003 p. 123-134.
- SHERMAN, Howard J. The second soviet revolution or the transition from statism to socialism. **Monthly review**, New York: MRF, n.10, vol. 41, mar. 1990, p. 14-22.
- SILVA, Antônio O. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**, dissertação de mestrado, PUC – SP, 1998.
- SILVA, Edson. Revisionistas semeiam os ventos da exploração In *A Classe Operária* nº 25, agosto de 1989
- SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947 IN: HOBSBAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo** vol. X, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987, p. 129-212.
- STALIN, J. **Fundamentos do Leninismo**, mimeo, s.d.
- STRADA, Vittorio. Lênin e Trotski IN: HOBSBAWM, Eric J. (org). **História do Marxismo** vol. V, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1986, p. 143-158.
- SWEEZY, Paulo. Nineteen eighty-nine **Monthly review**, New York: MRF, n.11, vol. 41, ap. 1990, p. 18-21.
- TONI, Dilermando. “Maneiras modernas” de saque Imperialista In **Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 24, p. 21 – 29.
- TSE-TUNG, Mao. **Sobre Diez Grandes Relaciones** (1956), disponível em <http://www.marxists.org/espanol/mao/TMR56s.html> acesso em 23 de junho de 2006

Sobre el tratamiento correcto de las contradicciones en el seno del pueblo(1957), disponível em <http://www.marxists.org/espanol/mao/CHC57s.html> acesso em 23 de junho de 2006.

Notas sobre Los Problemas Econômicos del Socialismo en la URSS(1959) disponível em <http://www.marxists.org/eapanol/mao/1959/anota.htm> acesso em 23 de junho de 2006.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um partido de massas : 1922 – 1982**, São Paulo: Hucitec, 1982, 272p.

WOOD, Ellen M. **Capitalismo y Democracia**, CLACSO, *mimeo*, 2004

ZAIDAN, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-29)**, São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, 132p.

ANEXOS:

A Internacional Comunista e as 21 condições

“1) toda propaganda e agitação cotidiana devem ter caráter efetivamente comunista e dirigida por comunistas; 2) toda organização desejosa de aderir à IC deve afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; 3) em quase todos os países da Europa e da América, a luta de classes se mantém no período de guerra civil. Os comunistas não podem, nessas condições, se fiar na legalidade burguesa. É de seu dever criar, em todo lugar, paralelamente à organização legal, um organismo clandestino; 4) o dever de propagar as idéias comunistas implica a necessidade absoluta de conduzir uma propaganda e uma agitação sistemática e perseverante entre as tropas; 5) uma agitação racional e sistemática no campo é necessária; 6) todo partido desejoso de pertencer à IC tem por dever não só o de denunciar o social-patriotismo como o seu social-pacifismo, hipócrita e falso; 7) todos os partidos desejosos de pertencer à IC devem romper completamente com o reformismo e a política do centro. A IC exige, imperativamente e sem discussão, essa ruptura, que deve ser feita no mais breve de tempo; 8) nas colônias, os partidos devem ter uma linha de conduta particularmente clara e nítida; 9) todo partido desejoso de pertencer à IC deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos, cooperativas e outras organizações das massas operárias; 10) todo partido pertencente à IC tem o dever de combater com energia e tenacidade a Internacional dos sindicatos amarelos de Amsterdã; 11) todos os partidos desejosos de pertencer à IC devem rever a composição de suas frações parlamentares; 12) os partidos pertencentes à IC devem ser construídos com base no princípio do centralismo democrático; 13) os partidos comunistas, onde são legais, devem ser depurados periodicamente para afastar os elementos pequeno-burgueses; 14) os partidos desejosos de entrar na IC devem sustentar, sem reservas, todas as repúblicas soviéticas nas suas lutas com a contra-revolução; os partidos que ainda conservam os antigos programas socialdemocratas têm o dever de revê-los e, sem demora, elaborar um novo programa comunista adaptado às condições especiais de seu país e no espírito da IC; 16) todas as decisões do Congresso da IC e de seu Comitê Executivo são obrigatórias para todos os partidos filiados à IC; 17) todos os partidos aderentes à IC devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”. A mudança não é simples formalidade e, sim, de uma importância política considerável, para distingui-los dos partidos socialdemocratas ou socialistas, que venderam a bandeira da classe operária; 18) todos os órgãos dirigentes e da imprensa do partido são importados do Comitê Executivo da IC; 19) todos os partidos pertencentes à IC são obrigados a se reunir, quatro meses após o II congresso da IC, para opinar sobre essas 21 condições; 20) os partidos que quiserem aderir, mas que não mudaram radicalmente a sua antiga tática, devem preliminarmente cuidar para que 2/3 dos membros de seu comitê central e das instituições centrais sejam compostos de camaradas que, antes do II Congresso, tenham se pronunciado pela adesão do partido à IC; 21) os aderentes partidários que rejeitam as condições e as teses da IC devem ser excluídos do partido. O mesmo deve se dar com os delegados ao Congresso Extraordinário”. Apud CARONE, E. - **A Internacional Comunista e as 21 condições**, disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv247.htm>, consultado em 13 de abril de 2005.